



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS (CFH)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA (PPGG)

Guilherme Cândido de Campos Tebet

**POPULAÇÕES TRADICIONAIS, TERRITORIALIDADES E DESENVOLVIMENTO:
RESERVAS EXTRATIVISTAS NOS MANGUEZAIS DO SUL E SUDESTE DO
BRASIL**

Florianópolis

2023

Guilherme Cândido de Campos Tebet

**Populações Tradicionais, Territorialidades e Desenvolvimento: as reservas
extrativistas nos manguezais do sul e sudeste do Brasil**

Tese submetida ao Programa de pós-graduação
em Geografia da Universidade Federal de Santa
Catarina como requisito parcial para a obtenção do
título de doutor em geografia.

Orientador: Prof. Dra. Leila Christina Dias

Florianópolis

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Tebet, Guilherme Cândido de Campos
Populações Tradicionais, Territorialidades e
Desenvolvimento : Reservas Extrativistas nos Manguezais do
Sul e Sudeste do Brasil / Guilherme Cândido de Campos Tebet
; orientador, Leila Christina Dias, 2023.
237 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa
de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Geografia. 2. comunidades tradicionais. 3. unidades
de conservação. 4. território. 5. pesca artesanal. I. Dias,
Leila Christina. II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

Guilherme Cândido de Campos Tebet

Populações Tradicionais, Territorialidades e Desenvolvimento: as reservas extrativistas nos manguezais do Sul e Sudeste do Brasil

O presente trabalho em nível de doutorado foi avaliado e aprovado em 20/03/2023 por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Dr. Jorge Ramon Montenegro Gómez
Programa de Pós-graduação em Geografia (UFPR)

Dr. Walter Steenbock
Coordenador do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Sudeste e Sul (ICMBio-CEPSUL)

Prof. Dr. Orlando Ednei Ferretti
Professor do Programa de Pós-graduação em Geografia (UFSC)

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de doutor em geografia.

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Geografia

Profa. Titular, Dra. Leila Christina Dias
Orientadora

Florianópolis, 2023.

Dedico este trabalho aos povos e comunidades que fazem do mar seu território de vida e existência.

Em especial ao Seu Aristide, pescador, mestre do mar que muito me ensinou e fez sua partida desse plano antes que eu pudesse apresentar os resultados finais desse trabalho.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço aqueles que estão diariamente ao meu redor, e que de certa forma embarcaram junto nesse desafio de escrever uma tese: Dwan e Rudá. Minha família querida, que me ajudaram a superar os momentos de estresse, ansiedade e incertezas que o processo de parir uma tese implica. Por sempre terem me incentivado a seguir em frente e também por terem sido aqueles que me ensinaram que a felicidade e o amor estão nas coisas simples da vida. Não posso deixar de agradecer também aos meus pais por acreditarem e confiarem neste caminho acadêmico/científico que escolhi traçar e por todo apoio material e imaterial para que esse sonho se realizasse. Sim, estou me tornando “doutor”, de verdade.

Agradeço também de coração a minha querida orientadora Leila. Para além de uma excelente e cuidadosa orientadora, ela é para mim um exemplo de geógrafa e de profissional. Termino esse ciclo com orgulho de dizer que fui seu orientando, e com o prazer de carregar uma amizade que vai para além dos muros da academia. Me honra ter compartilhado estes anos de pesquisa contigo, e do tanto que aprendi sobre ciência, geografia(s) e sobre a vida. Agradeço a ela também por me ensinar que um trabalho rigoroso e sério pode ser construído com carinho e humanidade nas relações interpessoais. Também agradeço ao Observatório de Áreas Protegidas (OBSERVA-UFSC) em especial ao coordenador Orlando Ferretti, por ter me acolhido ao longo do meu doutorado. A vivência nesse grupo de estudo foi muito proveitosa e fundamental para o meu desenvolvimento acadêmico e profissional. Espero que essa parceria se prolongue por muitos e muitos anos.

Agradeço a CAPES pela bolsa concedida durante todo o meu doutorado. Sem dúvida, sem esse apoio financeiro é impossível se dedicar com exclusividade e com profundidade aos longos anos dedicados a pesquisa. Em meio a tantos ataques e corte orçamentários às universidades públicas manifesto aqui a importância das políticas de fomento à pesquisa científica no Brasil. Ter bolsa de pesquisa não deveria ser um privilégio, e sim um direito para aqueles que desejam trilhar o tortuoso e difícil caminho acadêmico. Parabéns a todos aqueles que, assim como eu, com todas as dificuldades, seguem neste caminho. Ubuntu: eu sou porque nós somos. A ciência brasileira somos nós!

Agradecimento especial também ao Fundo Brasileiro da Biodiversidade (FUNBIO) e o Instituto Humanize que, através do Programa Conservando o Futuro, contemplaram meu projeto de pesquisa com uma bolsa/prêmio que possibilitou acesso a recursos financeiros para todos os trabalhos de campo. Sem esse apoio com a logística de campo e com a

viagens/deslocamentos eu certamente não teria chegado onde cheguei. Obrigado por confiarem no meu trabalho!

Agradeço também aos meus colegas do Coletivo UC da Ilha, ONG na qual atuei e militei por uma abordagem socioambiental das áreas protegidas da Ilha de Santa Catarina, cuja experiência sem dúvidas me foram fundamentais para o estabelecimento das inquietações e perguntas que orientaram esse trabalho de pesquisa. Foi pelo Coletivo UC da Ilha que me tornei membro do conselho da RESEX Pirajubaé. Aproveito para agradecer também a todos os conselheiros dessa reserva que tanto me ensinam. Agradeço ainda a equipe gestora da RESEX Pirajubaé (hoje NGI – Florianópolis), em especial as analistas ambientais Laci Santin e Andreia Lamberts que além de serem muito esforçadas e empenhadas na gestão da RESEX, sempre estiveram abertas e dispostas a me apoiar e ajudar.

Por último, mas não menos importante, agradeço aos pescadores e extrativistas das RESEX Pirajubaé e Mandira, cujo convivência e ensinamentos são a pedra angular deste trabalho. Afinal são eles que preenchem de vida e cultura estes territórios conhecidos como reservas extrativistas. Em especial ao Seu Assis e Seu Aristide fundadores da RESEX Pirajubaé, e que hoje tenho a honra de tê-los como amigos. Na RESEX Mandira, agradeço em especial ao Nei e Chico que abriram as portas de suas casas para que eu conhecesse a comunidade, que acreditaram na minha proposta de pesquisa e que tanto me ensinaram sobre aquele território nas longas conversas e diálogos que mantivemos durante minha estadia na comunidade.

RESUMO

Criadas nos seringais acreanos, as reservas extrativistas são hoje uma política ambiental que visa conciliar uso de recursos naturais, por uma população tradicional, e conservação ambiental. Esta pesquisa busca compreender as reservas extrativistas enquanto política de desenvolvimento para as populações tradicionais e analisar as dinâmicas territoriais que decorrem de sua criação e implementação. Partindo de técnicas qualitativas de coleta de dados (entrevistas, análises documentais e observação participante) a tese analisa os dois únicos casos de reservas extrativistas federais em ambiente de manguezais nas regiões Sul e Sudeste do Brasil: a Reserva Extrativista de Pirajubaé (SC) e a Reserva Extrativista do Mandira (SP). Dialogando com a abordagem descolonial e utilizando o território/territorialidade enquanto categoria analítica, buscou-se compreender a dinâmica socio-espacial dessas reservas extrativistas em relação com as práticas de desenvolvimento. Foi possível identificar que a criação dessas reservas extrativistas ocorreu em locais onde havia uma parceria entre instituições extensionistas e populações tradicionais que buscavam consolidar novas práticas produtivas. Em ambos os casos a criação das reservas foi parte da estratégia socioeconômica das populações em busca de melhores condições de vida e da manutenção da conservação ambiental em seu território. Evidenciando que o território das populações tradicionais não deve ser visto enquanto um espaço fechado que deva ser protegido como resquício de um tempo passado, mas sim como um espaço contemporâneo em disputa, como um território onde, através de adaptações e inovações socioeconômicas, se busca construir melhores condições de vida a partir do uso não degradante de recursos naturais. No entanto, práticas vinculadas ao paradigma moderno-ocidental de desenvolvimentos e externas às áreas das reservas vêm causando impactos ambientais negativos e condicionando mudanças e adaptações nos padrões de uso dos recursos e nas relações socioeconômicas, dificultando que as reservas garantam melhores condições de vida (e conservação ambiental) para as populações tradicionais beneficiárias dessa política.

Palavras-chaves: comunidades tradicionais; unidades de conservação; território; pesca artesanal.

ABSTRACT

Extractive Reserves were created in amazon *acreano* land where rubber trees were abundant. Nowadays they are an environmental policy that aim to reconcile the use of natural resources from a tradicional community and environmental conservation. This research seeks to comprehend extractives reserves as a development public policy for traditional population and also to analyse the territorial dynamic that emerge from its creation and implementation. Based on qualitative techniques for data collect such as interviews, documental analysis and participatory observation, this thesis analyses the only two cases of extractive reserves on mangroves in south and southeast regions of Brazil: Pirajubaé Extractive Reserve (SC) and Mandira Extractive Reserve (SP). Dialoguing with decolonial approach and using territory/territoriality as an analytic category, we aim to comprehend the socio-spatial dynamic of those extractive reserves in relation with development practices. It was possible to observe that the creation of those reserves has taken place where there was already a partnership between extensionist institutions and a traditional population seeking to consolidate new productive practices. In both cases the creation of the extractive reserves was part of the traditional population socioeconomic strategy for guarantee better live conditions and environmental conservation of their territory. Showing that traditional population territory should not be seen as an enclosed space that need to be protected as a vestige of a past time. Instead, it should be seen as a contemporaneous territory where, throughout socioeconomic innovation and adaptation, aims to build better life conditions from a non-degrading use of natural resources. However, development practices linked with a modern-occidental paradigm, and external of the reserve's areas, have been causing negative environmental impacts that are inducing changes in the patterns of natural resources conditions and uses, and also are promoting socioeconomics adaptations. This have been making difficult for extractive reserve to guarantee better life condition (and environmental conservation) to the traditional population that should benefit from this policy.

Keywords: traditional communities; protected areas; territory; small-scale fisheries.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Gráfico da expansão e distribuição espacial das RESEX no Brasil	51
Figura 2: Imagem com localização das RESEX no Sul e Sudeste do Brasil	84
Figura 3: Imagem de satélite com localização da RESEX Pirajubaé	86
Figura 4: Foto da Croa Grande parte mais alta do “baixio” que fica totalmente exposta na maré baixa	87
Figura 5: Foto dos ranchos e do bairro costeira do Pirajubaé vista do mar	88
Figura 6: Vista dos trapiches para leste: Baía Sul, o mangue e ao fundo morro do Ribeirão (Monumento Natural da Lagoa do Peri)	88
Figura 7: Foz do Rio Tavares (Baía Sul), manguezal e ao fundo Morro do Cambirela (Parque Estadual da Serra do Tabuleiro)	89
Figura 8: Ranchos, trapiches, baía sul e ponte ao fundo	89
Figura 9: Novo acesso ao Aeroporto e seu contato com a Reserva Extrativista.....	90
Figura 10: Navegando pelo Rio Tavares	90
Figura 11: Canoa ancorada no Baixio	91
Figura 12: Pescador remando em bateira próximo ao baixio	91
Figura 13: Vista do trapiche com canoa de pescador ancorada. Baía Sul e mangue ao fundo	92
Figura 14: Petrecho conhecido como gancho em uso por extrativistas da RESEX Pirajubaé.....	94
Figura 15: Obra do aterro na orla da Costeira do Pirajubaé	103
Figura 16: Foto da Rodovia Via Expressa Sul	103

Figura 17: Mapa da localização da RESEX Mandira	129
Figura 18: Foto da Estrada Itapitangui-Ariri, próximo a comunidade do Mandira.....	130
Figura 19: Foto da nova barra do Ararapira, próximo à divisa São Paulo/Paraná.....	130
Figura 20: Foto do Parque Estadual da Ilha do Cardoso, Cananéia – SP	132
Figura 21: Foto do mar-pequeno em Cananéia, próximo à sede do município.....	132
Figura 22: Foto do lagamar na Reserva Extrativista do Mandira com o manguezal e a Serra do Mar ao fundo	133
Figura 23: Foto do manguezal protegido pela RESEX Mandira, com a Serra do Mar ao fundo	133
Figura 24: Foto da comunidade do Mandira nos sopés da encosta	134
Figura 25: Foto dos viveiros de engorda da ostra nativa da RESEX Mandira	134
Figura 26: Foto da propriedade privada encravada no interior do território quilombola da comunidade	137

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Síntese dos objetivos e interesses dos grupos sociais envolvidos com a criação da RESEX Pirajubaé	98
Quadro 2: Síntese dos objetivos e interesses dos grupos sociais envolvidos com a criação da RESEX Mandira	147
Quadro 03: Síntese dos projetos e aportes financeiros na COOPEROSTRA e RESEX Mandira	158
Quadro 04: RESEX Pirajubaé quadro síntese de projetos/intervenções que impactaram seu território	182
Quadro 05: RESEX Mandira quadro síntese de projetos/intervenções que impactaram modo de vida e territorialidades	183
Quadro 06: Instrumentos de gestão efetivados em cada uma das Reservas Extrativistas.....	191

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACBer – Associação Caminhos do Berbigão

ALA – Autorização para Licenciamento Ambiental

AREMAPI – Associação da Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé

CASAN – Companhia Catarinense de Água e Saneamento

CNPT – Centro Nacional de Populações Tradicionais

COOPEROSTRA – Cooperativa dos Produtores de Ostra de Cananéia

ETE – Estação de Tratamento de Esgoto

FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICMBio- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IFSC – Instituto Federal de Santa Catarina

IMA – Instituto Ambiental de Santa Catarina

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPesca – Instituto de Pesca de São Paulo

ITESP – Instituto de Terras do Estado de São Paulo

ITESP – Instituto de Terras do Estado de São Paulo

LAI – Licença de Instalação

MPF – Ministério Público Federal

NUPAUB – Núcleo de Estudos em Populações Humanas em Áreas Úmidas

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONG – Organizações não governamentais

ONU – Organizações das Nações Unidas

PD/A-MMA – Projetos Demonstrativos Ambientais do Ministério de Meio Ambiente

PED/MMA – Projeto de Execução Descentralizada do Ministério de Meio Ambiente

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

REMA – Associação dos Moradores da Reserva Extrativista do Bairro do Mandira

RESEX- Reservas Extrativistas

SABRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SMA-SP – Secretaria Municipal de Meio-Ambiente de São Paulo

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

SUDEPE – Superintendência da Pesca

TBC – Turismo de Base Comunitária

UC – Unidade de Conservação

UFSCar – Universidade Federal de São Carlos

UNESP – Universidade Estadual Paulista

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	12
INTRODUÇÃO	15
PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS DA PESQUISA	18
PARTE I - PROBLEMATIZAÇÃO	
CAP. 1 – RESERVAS EXTRATIVISTAS: ENTRE A CONSERVAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO	25
1.1 OS DEBATES SOBRE O DESENVOLVIMENTO: DA MODERNIZAÇÃO À CRÍTICA AMBIENTALISTA	27
1.2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E CONSERVAÇÃO: O SOCIOAMBIENTALISMO ABRAÇA AS RESERVAS EXTRATIVISTAS	355
1.3 AS CRÍTICAS DA ABORDAGEM CULTURAL AO DESENVOLVIMENTO	40
1.4 AS POPULAÇÕES TRADICIONAIS NO CONTEXTO DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS	491
CAP. 2 – DESCOLONIZANDO E TERRITORIALIZANDO O DESENVOLVIMENTO (E A CONSERVAÇÃO) PARA MIRAR AS RESERVAS EXTRATIVISTAS – ESTABELECENDO UM ENFOQUE ANALÍTICO	546
2.1 PENSAMENTO DESCOLONIAL E DESENVOLVIMENTO	56
2.2 DAS CONCEPÇÕES ÀS PRÁTICAS: TERRITORIALIZANDO O DESENVOLVIMENTO	69
2.3 AS RESERVAS EXTRATIVISTAS NOS MANGUEZAIS DO SUL E SUDESTE DO BRASIL – ESTABELECENDO PERGUNTAS <i>SULEADORAS</i>	792
PARTE II - AS RESERVAS EXTRATIVISTAS NOS MANGUEZAIS DO SUL E SUDESTE DO BRASIL	
CAP.3 - A RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DO PIRAJUBAÉ: UM MANGUEZAL NO CORAÇÃO DA CIDADE	89
3.1 DEMANDA PELA CRIAÇÃO DA RESEX: NOVAS PRÁTICAS PRODUTIVAS, NOVAS IDENTIDADES E NOVAS TERRITORIALIDADES.....	92
3.2 RODOVIA EXPRESSA SUL: A URBANIZAÇÃO PASSANDO POR CIMA - “QUEM AUTORIZOU ISTO AÍ?”	102

3.3 A MORTANDADE DO BERBIGÃO	110
3.4 O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: UMA PROPOSTA LOCAL....	112
3.5 O ESGOTO DELES POR CIMA DA GENTE: O CONFLITO COM A INSTALAÇÃO DE UM ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO	115
3.6 DESENVOLVIMENTO E TERRITORIALIDADES NA RESEX PIRAJUBAÉ	118
CAP. 4 - A RESERVA EXTRATIVISTA DO MANDIRA: NO MANGUE UMA ALTERNATIVA.....	129
4.1 PRESERVACIONISMO E A QUESTÃO FUNDIÁRIA: CONSTRUINDO UMA HISTÓRIA COMUM	134
4.2 QUILOMBOLAS EXTRATIVISTAS: COSTURANDO RECONHECIMENTOS FORMAIS.....	140
4.3 O CICLO PRODIGIOSO DE APOIOS POR PROJETOS EXTERNOS .	150
4.4 CAMINHANDO COM AS PRÓPRIAS PERNAS: ENFRENTANDO NOVOS DESAFIOS.....	160
4.5 DESENVOLVIMENTO E TERRITORIALIDADES NA COMUNIDADE MANDIRA	166
CAP. 5 BOTANDO NA BALANÇA: RESERVAS EXTRATIVISTAS E DESENVOLVIMENTO	172
5.1 A EXPANSÃO DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS PARA OS MANGUEZAIS DO SUL E SUDESTE DO BRASIL	175
5.2 PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO: DINÂMICA TERRITORIAL E IMPACTOS AMBIENTAIS.....	182
5.3 OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO: AS FERRAMENTAS DO ESTADO	189
5.4 OS CAMINHOS E OS DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO DAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS EM RESERVAS EXTRATIVISTAS	198
CONSIDERAÇÕES FINAIS	213
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	208
APÊNDICE I – LISTA DE ENTREVISTAS REALIZADAS	217

APRESENTAÇÃO

As motivações e questões que induziram esta investigação são múltiplas. Algumas delas de caráter mais subjetivo e pessoal. A começar por uma inquietação empírica minha, de buscar compreender como poderiam as reservas extrativistas funcionarem realmente como impulsionadoras de melhores condições de vida para populações tradicionais. Desde minha graduação em geografia, me envolvi com o debate sobre conservação e populações tradicionais. Em especial com a Reserva Extrativista do Pirajubaé onde: atuei como parceiro na elaboração do Perfil da Família Beneficiária (2014); em seguida atuei como Conselheiro da Unidade de Conservação representando uma ONG local (Coletivo UC da Ilha); participei como supervisor de um projeto de fortalecimento comunitário com apoio de uma ONG internacional – RARE (2015-2016); participei como pesquisador de um projeto de mapeamento participativo do uso dos recursos naturais em parceria com CEPSUL/ICMBio (2017); como membro do Grupo de Trabalho de Turismo de Base comunitária vinculado ao conselho, ajudei a formular projetos de fortalecimento do turismo na Reserva com apoio do PNUD (2018-2019); participei do grupo de governança que elaborou o Plano de Manjo da Reserva (2019-2021). Certamente muitas das minhas inquietações em torno das Reservas Extrativistas, em especial a dificuldade de ela garantir melhores condições de vida para as populações tradicionais, vêm desta minha experiência prévia na Reserva Extrativista do Pirajubaé.

No mestrado, também tive a oportunidade de conhecer a realidade das comunidades tradicionais Caiçaras na Baía de Guaraqueçaba - PR, e o conflito entre seus modos de vida e as unidades de conservação de proteção integral (Estação Ecológica de Guaraqueçaba). Ali, pude observar o anseio dessas comunidades para que essas unidades de conservação fossem Reservas Extrativistas. É certo que, caso isso fosse uma realidade, muitos dos conflitos seriam atenuados. Mas seriam as Reservas Extrativistas a solução para todos os problemas envolvendo populações tradicionais e conservação?

Outro fator que me influenciou fortemente a olhar para as Reservas Extrativistas com mais atenção é uma espécie de mito frequentemente propagado nos corredores dos congressos e das universidades, nas conversas informais com pesquisadores, gestores públicos e ambientalistas, de que as Reservas Extrativistas

são um modelo ideal e quase “perfeito”, ou, pelo menos não conflitivo, de relação entre populações tradicionais e conservação. No entanto, as experiências que eu tinha me mostravam que a relação entre população tradicional e Estado (através dos órgãos de gestão ambiental) era um pouco de tudo, menos não conflitiva. Além disso, a relação entre um suposto uso sustentável de recursos naturais por populações tradicionais e os objetivos conservacionistas se dá por meio de um emaranhado de discursos ambíguos, práticas contrastivas, e opiniões divergentes sobre cada um desses termos. Evidenciando uma trama de relações de poder entre populações tradicionais, gestores públicos, cientistas e sociedade civil que certamente merecem maior escrutínio. Até porque, as Reservas Extrativistas surgiram na Amazônia para lidar com um problema especificamente situado: a questão fundiária e socioeconômica dos seringueiros do Acre. A transposição desse arranjo institucional para lidar com populações tradicionais de pescadores artesanais da costa atlântica é, sem dúvida, um desafio que merece ser melhor compreendido em toda sua complexidade. Assim é o caso da Reserva Extrativista do Pirajubaé – e como posteriormente vim a saber – era também o caso de outras Reservas no Sul e Sudeste do Brasil.

Por último, mas não sem menos importância, me causava uma enorme aflição ver que o debate em torno das Reservas Extrativistas se dava quase sempre dentro do contexto da conservação ambiental, apesar de que explicitamente o “desenvolvimento das populações tradicionais” fosse um dos objetivos dessa política. É certo que ao longo do processo investigativo desta tese, me apropriei de outras literaturas que já vinham fazendo esse debate há muito tempo. Essa lacuna era mais pessoal, e especificamente direcionada à Reserva Extrativista do Pirajubaé do que realmente um ponto cego no debate acadêmico. De qualquer forma, pelo menos dentro da disciplina geográfica, o debate sobre desenvolvimento e populações tradicionais não estava muito aprofundado ou evidenciado. Ainda que ambas as categorias – populações tradicionais e desenvolvimento – sejam frequentemente encontradas separadamente nos artigos, dissertações e teses de geógrafos. Em geral, quando os termos estão associados se aponta para os conflitos inerentes entre projetos desenvolvimentistas e os territórios das populações tradicionais. Mas o que fazer quando os territórios das Reservas Extrativistas são vistos como instrumentos de desenvolvimento das populações tradicionais? Algumas pistas eu já havia

encontrado nos trabalhos de Carlos Walter Porto-Gonçalves que em 1998 já havia escrito sobre o surgimento das Reservas Extrativistas nos seringais amazônicos do Acre. Mas como isso se dá em um ambiente marinho costeiro e com população de pescadores artesanais?

Dito isso, finalizo esta apresentação ressaltando que o anseio em desvendar as Reservas Extrativistas enquanto políticas de desenvolvimento – seja lá o que isso queira dizer – e de compreender como uma política criada em um contexto sócio-espacial tão específico – seringais amazônicos – está operando nos manguezais do Sul e Sudeste do Brasil foram os grandes motivadores da tese que se segue. Espero que o leitor desfrute navegar pelas profundezas deste debate que articula desenvolvimento, populações tradicionais e conservação – com o cuidado de não se afogar, como quase me afoguei por várias vezes ao escrever esta tese –, e compreenda um pouco mais sobre as Reservas Extrativistas no Brasil.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa busca compreender as reservas extrativistas (RESEX) nos manguezais do Sul e Sudeste do Brasil enquanto política de desenvolvimento e analisar as dinâmicas territoriais que decorrem de sua criação e implementação. Desde 2000, as Reservas Extrativistas estão vinculadas ao Sistema Nacional de Unidades de conservação (SNUC), e, portanto, são parte da política pública brasileira voltada para a conservação da biodiversidade. Tem como premissa básica a concepção de que a proteção de territórios tradicionais resultaria em conservação ambiental e desenvolvimento das populações tradicionais. As RESEX surgiram na Amazônia, a partir do movimento social dos seringueiros no final da década de 80 em defesa de suas práticas produtivas, que dependem do uso de extensas áreas florestais, contra o avanço do desmatamento pela expansão das atividades agropecuaristas na região. Na busca por uma regularização fundiária que respeitasse suas práticas sociais baseadas no uso comunitário da floresta, acabaram se articulando com o movimento ambientalista que buscava novas estratégias de conservação ambiental.

Do ponto de vista do movimento ambientalista as reservas extrativistas representam um modelo inovador de conservação, pois é pautado em uma visão não dicotômica e excludente entre sociedade/natureza e propõe o uso sustentável de recursos naturais, compatibilizando atividades econômicas com a conservação. Para as populações tradicionais, representa uma política capaz de garantir direitos territoriais e de acesso a recursos naturais contra ameaças externas. Por buscar compatibilizar o uso de recursos naturais com conservação, e ser uma política também direcionada a lidar com problemas de cunho socioeconômico, as reservas extrativistas são apontadas como uma das principais estratégias para o “desenvolvimento sustentável”, pelo menos dentro das políticas de conservação da biodiversidade.

Embora com gênese no contexto dos seringais da Amazônia, com o fortalecimento do discurso do desenvolvimento sustentável na década de 90, esta política se difundiu por todo o território nacional. Hoje, apesar de a maioria das RESEX federais estarem localizadas no bioma Amazônico, existem algumas poucas delas (três) no Sul e Sudeste brasileiro. Dessas, duas abrigam áreas de manguezais e populações tradicionais de pescadores artesanais, são elas: Reserva Extrativista do

Pirajubaé em Florianópolis -SC; Reserva Extrativista do Mandira em Cananéia-SP; nesses casos, as populações tradicionais compostas por pescadores artesanais vivem em contextos sócio-espaciais muito distintos dos seringais da Amazônia, e estão mais fortemente inseridas em intercâmbio simbólico-cultural e material com as populações não tradicionais do entorno. O que nos levou a pergunta de partida desta tese: **qual o papel das reservas extrativistas nos manguezais do Sul e Sudeste do Brasil no desenvolvimento das populações tradicionais nelas inseridas?**

Na primeira parte da Tese – *Problematização* –, contextualizamos o surgimento das reservas extrativistas dentro da discussão mais ampla sobre diferentes concepções de desenvolvimento. No capítulo 1, apontamos que, embora as RESEX tenham sido fortemente influenciadas pelo desenvolvimento sustentável, consideramos esse conceito frágil para ser usado enquanto categoria analítica para avaliar as RESEX. Ainda no contexto da discussão sobre diferentes concepções de desenvolvimento mostramos, a partir das críticas vindas dos estudos com enfoque na diversidade cultural, as polêmicas envolvidas na definição do que são as populações tradicionais. Salientando a importância de uma visão não essencializada destas identidades que não devem ser vistas como um passado histórico, mas sim enquanto construções relacionais, coetâneas e modernas.

Partindo da aceitação de que as concepções de desenvolvimento são imaginários de futuros idealizados, com foco na mudança das sociedades no tempo almejando melhorias nas condições de vida, entendemos que os discursos/práticas de desenvolvimento são múltiplos, articulados por diferentes atores e em diferentes escalas. Assim, no capítulo 2, argumentamos em favor de uma visão menos normativa do desenvolvimento, no sentido de estabelecer de antemão quais parâmetros poderiam medir o desenvolvimento, afinal, os diferentes grupos sociais têm concepções distintas do que pode *vir-a-ser* um projeto de futuro ideal e/ou melhores condições de vida. Por isso, apostamos na importância de analisar as práticas de desenvolvimento em sua diversidade. As práticas de desenvolvimento são entendidas enquanto ações intencionais visando mudança na organização social em busca de melhores condições de vida, são sempre fruto da articulação específica de atores e ocorrem também em locais específicos. As práticas de desenvolvimento, diferentemente das concepções, são sempre espacializadas. Por isso podem ser compreendidas enquanto processos de territorialização, onde diferentes atores estão

em disputa/negociação, conflito/cooperação para se apropriar material e simbolicamente de um determinado espaço, alterando a organização e as práticas sociais, conseqüentemente, criando novas relações de poder. Trazemos também a contribuição da abordagem descolonial para compreender as assimetrias de poder que decorrem da interrelação entre atores culturalmente diferenciados. Compreendendo que grupos sociais heterogêneos em suas práticas e identidades possuem diferentes ideais de futuro e que essa diversidade cultural e de valores compõe o cenário de disputa/negociação das concepções/discursos/práticas do desenvolvimento.

Na segunda parte da tese – *As Reservas Extrativistas nos Manguezais do Sul e Sudeste do Brasil* –, nos capítulos 3 e 4 (que podem ser entendidos enquanto uma seção de resultados) buscamos, para cada uma das duas RESEX analisadas, identificar quais foram os atores que se articularam para a criação de cada uma delas, além de analisar os distintos interesses e objetivos desses grupos de atores, bem como demonstrar quais dinâmicas territoriais decorrem dessas práticas. Também identificamos outros projetos de desenvolvimento com impacto direto nas territorialidades associadas as RESEX e buscamos analisar, em cada caso, se o arranjo institucional dessas reservas tem conseguido diminuir as assimetrias de poder em favor das populações tradicionais que elas buscam proteger. Acreditamos assim contribuir na interpretação das reservas extrativistas enquanto política de desenvolvimento. Já o capítulo 5 (que pode ser visto enquanto uma seção de discussão), partindo das conclusões extraídas dos casos empíricos analisados, buscamos uma análise mais ampliada da política das reservas extrativistas, sua evolução enquanto arranjo institucional bem como os caminhos e desafios para o desenvolvimento de populações tradicionais em Reservas Extrativistas.

As Considerações Finais da tese constituem uma seção onde, voltando às perguntas norteadoras, buscamos resgatar as principais conclusões obtidas na tese. É também uma seção em que apontamos algumas lacunas e inquietações que se mantiveram vivas ou que se apresentaram durante o processo investigativo. Também trazemos novamente à baila algumas reflexões de ordem mais teórico-conceitual em torno da articulação entre desenvolvimento e populações tradicionais.

PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS DA PESQUISA

Esta tese parte de um posicionamento que não pode ser negligenciado do ponto de vista epistemológico: a abordagem descolonial. Segundo Mignolo (2018), descolonizar é uma opção dentre muitas, mas é uma opção que questiona a produção do conhecimento universalista, que se abre para a diversidade do ser, do conhecer, e do viver no mundo (MIGNOLO, 2018). É uma posição importante, pois traz, de imediato, duas consequências que merecem serem explicitadas. A primeira delas é que assumimos um posicionamento em que o conhecimento produzido busca contribuir com a diminuição das assimetrias de poder criadas a partir da colonialidade do saber/poder, no caso específico desta tese, em favor das populações tradicionais. A segunda consequência é que assumimos a possibilidade da existência de outros conhecimentos e saberes para além da ciência moderna-ocidental. A ciência moderna-ocidental confunde rigor com determinação, e acredita acessar uma verdade universal sobre a realidade como sendo independente do contexto social, cultural e político no qual é produzido (SANTOS, 2019). No entanto, como discutiremos no item 2.1 do capítulo 2, a abordagem descolonial aponta que a tentativa de universalizar práticas, conhecimentos e formas de classificação da sociedade e da natureza – incluindo a ciência moderno-ocidental – é parte do problema que decorre da colonialidade do saber e é produtora de assimetrias de poder (MIGNOLO, 2018; SANTOS, 2019).

Não queremos com isso desconsiderar a importância do conhecimento científico, ou assumir que, ao nos posicionarmos, criamos uma subjetividade que impediria a construção de conhecimento racional. Pelo contrário, concordamos com Haraway (1995) para quem a meta da ciência é construir melhores explicações sobre o mundo. A objetividade das análises científicas é construída, justamente, a partir de racionalidades posicionadas (HARAWAY, 1995). Ao invés de considerar a objetividade como construtora de conhecimentos universalmente verdadeiros sobre um mundo externo, temos objetividades posicionadas/localizadas construtoras de verdades parciais sobre um mundo visto enquanto entidade ativa e em construção (HARAWAY, 1995; MIGNOLO, 2010). A vantagem de encarar os conhecimentos científicos como posicionados/localizados é que eles podem ser responsabilizados – no sentido de poder ser chamado a prestar contas – (HARAWAY, 1995), e podem ser articulados com outros conhecimentos em uma ecologia de saberes (SANTOS, 2019).

Uma ecologia de saberes não se constitui na simples adição de saberes diferenciados, mas em um campo de produção de saberes novos e híbridos, que devem ser entendidos enquanto uma ferramenta que permita a inteligibilidade ampliada de contextos socioculturais e que possam ser utilizados em situações concretas de resistência às opressões ou emergência de novos futuros (SANTOS, 2019).

Esta tese toma este caminho, de buscar interpretações a partir do diálogo entre os conhecimentos científicos e as explicações – e conhecimentos – dos próprios atores envolvidos na problemática das reservas extrativistas. Amplamente inspirado em Todorov (2019 [1983]) – que discute a complexidade epistemológica de construir conhecimento sobre *o outro* – é preciso explicitar que evitamos uma tendência radical em que o autor se coloca como um mero interlocutor que reproduz a voz dos atores envolvidos no problema em questão, e a tendência radical oposta, onde os atores são meros objetos controlados pela narrativa do próprio autor. Que não se engane o leitor: ainda que dialogando com as narrativas, conhecimentos e explicações dos próprios atores, este é um trabalho investigativo cujas perguntas orientadoras e redação final são minhas, e que necessita cumprir protocolos e seguir normas específicas do sistema acadêmico para ser aprovado enquanto tese de doutorado. Ainda assim, as perguntas foram formuladas pensando em produzir respostas que possam compor uma ecologia de saberes que venham contribuir para diminuir as assimetrias de poder, como proposto por Santos (2019). Com todas as limitações implicadas, acreditamos ser possível construir um conhecimento científico, rigoroso, explicitamente posicionado e que apesar de suas parcialidades (das quais fica o autor responsável), tem suas virtudes ao trazer explicações esclarecedores sobre a problemática em questão.

Para a coleta e análise de dados foram utilizadas principalmente técnicas qualitativas. De certa forma os procedimentos operacionais adotados condizem com a metodologia denominada de etnografia institucional (BILLO; MOUNTZ, 2015). Onde as instituições (neste caso as RESEX) são vistas não como um dado pré-existente e com estruturas fixas que definem o comportamento humano, mas como uma construção social que parte da articulação de atores específicos e que produz identidades, conhecimentos e influenciam na dinâmica social. Daí a importância do método etnográfico para compreender a dinâmica interna das instituições (BILLO; MOUNTZ, 2015). A etnografia institucional parte de práticas sociais cotidianas e visa

analisar os processos institucionais que condicionam essas práticas, bem como entender e identificar as relações de poder envolvidas neste processo (BILLO; MOUNTZ, 2015; HART, 2004).

Além da análise bibliográfica que embasou a discussão teórico/conceitual, procedemos com as seguintes técnicas de coleta de informação:

- (I) Entrevistas abertas semiestruturadas¹ com principais atores sociais da população tradicional envolvidos com as RESEX;
- (II) Entrevistas abertas semiestruturadas com outros atores sociais, não membros da população tradicional, que participaram da articulação para a criação das RESEX;
- (III) Entrevistas abertas semiestruturadas com atores sociais vinculados ao órgão gestor das RESEX;
- (IV) Análise documental e bibliográfica sobre a criação e gestão das RESEX;
- (V) Observação participante das práticas sociais da população (pescaria; comercialização de pescado; reunião da associação; dia-a-dia nos ranchos de pesca);
- (VI) Observação participante das práticas institucionais de RESEX (reuniões do Conselho das RESEX; grupos de trabalho; câmaras técnicas; audiências, dentre outros).

Restam ainda dois importantes esclarecimentos na tentativa de criar o máximo de transparência sobre este processo investigativo. O primeiro é reconhecer que há diferentes graus de inserção e diálogo do autor com as reservas extrativistas e com as comunidades pesquisadas. Na RESEX Pirajubaé o autor teve/tem um contato muito mais próximo tanto com a população tradicional quanto com o órgão gestor. Isso porque antes da pesquisa vinculada a esta tese o autor já tinha contato próximo enquanto pesquisador, apoiador e conselheiro dessa reserva desde 2014. Em contraste, na RESEX Mandira, o contato e diálogo se deram de maneira muito menos profunda que somente se iniciou a partir desta pesquisa. No apêndice 1 da tese, há um quadro sintetizando todas as entrevistas realizadas em cada uma das RESEX

¹ Em muitos casos se aproximaram de entrevistas abertas. Foi difícil manter uma estrutura padrão para todas as entrevistas, pois cada ator participou de ações/projetos específicos. No entanto o autor sempre manteve foco e buscou construir questionamentos direcionados para responder as perguntas contidas no subitem 2.3 da tese.

como parte do processo investigativo da tese, mas não contempla a experiência prévia do autor na RESEX Pirajubaé. Esta experiência, de certa forma, encontra-se descrita na seção *apresentação*.

Ao todo foram realizadas 34 entrevistas. Algumas pessoas foram entrevistadas mais de uma vez, tanto por necessidade de maiores esclarecimentos de algumas questões que ganharam relevância no decorrer da pesquisa, quanto devido a necessidade da criação de um maior laço de confiança do pesquisador com os entrevistados. Especificamente com intuito de desenvolver a pesquisa de doutorado foram realizados 2 períodos de imersão em cada uma das reservas extrativistas. Na RESEX Pirajubaé um primeiro período de imersão se deu de maneira mais prolongada devido ao pesquisador estar residindo no mesmo município da reserva e ocorreu entre os meses de dezembro de 2020 e março de 2021. Um segundo período de imersão ocorreu em setembro de 2021. Nesse período foram feitas visitas aos pescadores nos seus ranchos de pesca, algumas vezes acompanhando a atividade de “despesca”, outras vezes acompanhando (e ajudando) na preparação para a atividade pesqueira.

Na RESEX do Mandira, as imersões ocorrem entre os dias 20 de maio e 10 de junho de 2021 e posteriormente entre os dias 6 e 28 de outubro de 2021. Incluíram o acompanhamento da prática produtiva de uma das famílias que são liderança na comunidade, e na casa dos quais o pesquisador ficou hospedado. Houve acompanhamento da retirada de ostra no mangue, do manejo da ostra no viveiro e no “processamento” e preparação para o transporte/venda no “barracão” familiar. Também participei de um mutirão para ajudar a construir uma igreja na comunidade. Guiado por um dos antigos administradores, visitei a sede da hoje extinta Cooperostra e seu centro de beneficiamento desativado. Além de acompanhá-lo na venda de um carregamento de Ostra nos restaurantes de Cananéia. Participei ainda, como ouvinte, de uma assembleia comunitária.

Um segundo ponto importante a ser esclarecido em torno dos procedimentos operacionais, diz respeito a escolha de priorizar o diálogo com os atores que falam/falaram em nome das comunidades nos espaços institucionais, sejam no processo de criação das RESEX ou na negociação dos projetos de desenvolvimento que afetam suas territorialidades. Esta não é uma opção inocente, nem isenta de contestação. Esclareço que temos conhecimento da heterogeneidade presente nas comunidades, e do quão complexo é o jogo de poder interno a esses coletivos, que

longe de serem um grupo fechado e coeso, são dinâmicos e controversos (WATTS, 2003; PERREAULT, 2003). Sempre que possível buscamos identificar e deixar claro conflitos internos e inerentes às comunidades (ainda que não seja esse um objetivo específico da tese). Buscamos o diálogo com os atores das populações tradicionais diretamente envolvidos com a criação das RESEX e com os projetos de desenvolvimento que afetam suas territorialidades. Acreditamos, dessa forma, compreender as motivações, interesses e objetivos dos atores diretamente envolvidos com as discussões, decisões e práticas identificadas na problemática, sabendo que, ainda que falando “em nome da comunidade”, não representam de maneira uníssona e inquestionável toda a comunidade. De qualquer forma, ainda que possa haver questionamentos sobre os processos sociais que levaram a consolidação desses “representantes comunitários” (o que não é o foco desta tese), acreditamos que estes atores construíram uma certa legitimidade, interna e externa, e, se foram porta-vozes da comunidade nos espaços institucionais, então, certamente são atores privilegiadamente bem-posicionados para dialogar sobre os processos dos quais fizeram parte.

Tivemos o mesmo tipo de procedimento com os atores dos órgãos públicos responsáveis pela política ambiental. Sabemos que órgãos como o IBAMA e ICMBio não devem ser vistos como instituições fechadas, coesas e com interesses e objetivos comuns de todos seus membros. Por isso mesmo, buscamos sempre dialogar com os atores diretamente envolvidos na articulação para a criação das reservas e nos projetos de desenvolvimento que afetam sua territorialidade. No entanto, em comparação com as comunidades tradicionais, há, nestas instituições, procedimentos mais claros sobre legitimidade, autoridade e hierarquia. Ainda assim, sabemos que há heterogeneidade de posicionamentos, posturas e práticas entre seus membros. Com a vantagem de que os atores sociais diretamente vinculados às instituições públicas deixam muito mais pistas nos documentos técnicos e burocráticos que podem ser acessados mais facilmente.

PARTE I – PROBLEMATIZAÇÃO

Nesta primeira parte da tese buscamos trazer uma discussão mais teórica-conceitual. Visando compreender as interfaces entre as reservas extrativistas enquanto política pública e os debates em torno do desenvolvimento. Desenvolvimento é um termo bastante polêmico e polissêmico, ainda que não busquemos esgotar o debate ou trazer um histórico sobre seu uso, trazemos algumas reflexões em torno das concepções mais amplas como *desenvolvimento moderno-ocidental (modernização)*, *desenvolvimento sustentável* e *alternativas de desenvolvimento*. E como esse debate e concepções influenciaram e nos ajudam a compreender as Reservas Extrativistas. Trazemos também uma discussão sobre as populações tradicionais e de como o pensamento descolonial e as territorialidades, enquanto categorias analíticas, podem contribuir nesse debate. O capítulo 2 de certa forma apresenta o que poderia ser descrito como o “enfoque analítico” da tese. Ou seja, definimos alguns conceitos utilizados na tese como práticas de desenvolvimento, território/territorialidade e populações tradicionais. Mas do que isso, apontamos como iremos analisar a inter-relação desses conceitos a partir de perguntas específicas que servem de guia a esta investigação.

Cap. 1 – RESERVAS EXTRATIVISTAS: ENTRE A CONSERVAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO

“Destruir a floresta, o rio, destruir as paisagens, assim como ignorar a morte das pessoas, mostra que não há parâmetro de qualidade nenhuma na humanidade, que isso não passa de uma construção histórica não confirmada pela realidade”.

Ailton Krenak

“(…) o grande projeto da modernização: ele se tornou definitivamente impossível, pois não existe Terra para abarcar seu ideal de progresso, de emancipação e de desenvolvimento.”

Bruno Latour

A política das RESEX vincula dois conceitos bastante controversos, polissêmicos, e que muitas vezes são vistos como antagônicos: desenvolvimento e conservação. Certo é que desde o seu primeiro aparecimento enquanto figura jurídica em uma Portaria do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em 1987, até sua inclusão como um tipo específico de unidade de conservação (UC) no SNUC sob gerência do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) em 2000 e 2007 respectivamente, houve muitas alterações e mudanças, tanto em seus objetivos quanto em sua estrutura de funcionamento. Ainda assim, conservação e desenvolvimento são sempre centrais no debate sobre reservas extrativistas.

Souza (2013) chama atenção que mesmo os conceitos mais básicos e recorrentes não estão isentos de controvérsias e interpretações concorrentes, e que uma boa forma de compreender um conceito é analisar sua história e seus usos. Ainda que seja impossível, para o escopo desta tese, trazer uma genealogia completa sobre conservação e desenvolvimento, neste primeiro capítulo tentaremos analisar a surgimento das reservas extrativistas no pano de fundo mais amplo dos debates sobre esses conceitos.

É importante de início contextualizar também onde e quando surge a proposta das reservas extrativistas. Sua origem está no movimento social dos seringueiros da Amazônia na década de 1980 (ALLEGRETTI, 1989; 1992; PORTO-GONÇALVES,

1999). Em um primeiro momento a organização dos seringueiros se deu no sentido de garantir uma regularização fundiária (ALLEGRETTI, 1992; 2008). Isso porque o modelo de desenvolvimento para a Amazônia na época do regime militar partia do pressuposto de que a região era um vazio que precisava ser incorporada à nação brasileira e, por isso, impulsionava as atividades agropecuaristas e de mineração que dependiam do desmatamento florestal para se estabelecerem. Entretanto, muitos desses assentamentos e empreendimentos privados passaram a se consolidar sobre territórios dos seringueiros, que apesar de não terem o título formal da terra e serem invisibilizados pelo poder público enquanto ocupantes dessa região, dependiam socioeconomicamente daquelas áreas. Segundo Porto-Gonçalves (1999), a decadência do sistema de seringais controlados por coronéis dá origem ao seringueiro autônomo, extrativista, agricultor e posseiros de suas terras. É esse sujeito que passa a lutar contra a transformação da floresta, que é seu território, em fazendas pecuaristas (PORTO-GONÇALVES, 1999).

Em uma primeira tentativa de resolução deste conflito fundiário (e territorial), houve o reconhecimento pelo Estado dos seringueiros enquanto “posseiros” e do estabelecimento de assentamentos formais para eles. No entanto, o modelo de assentamento proposto pelo governo de lotes de 100 hectares individuais por família não contemplava o modo de vida e as práticas produtivas dos seringueiros (ALLEGRETTI, 1989; 1992; 2008). Isso porque, embora cada seringueiro e seu núcleo familiar tenham sua casa e sua roça privativa, as colocações das seringas são caminhos na mata que não respeitam a divisão por lotes de terras individuais e representam, na verdade, um uso comum de uma ampla área florestal (ALLEGRETTI, 1989; 1992).

Neste contexto, e também influenciado pelo debate ambientalista trazido por outros atores preocupados com o desmatamento na região, é que o movimento dos seringueiros passa a discutir uma proposta inovadora de ocupação da Amazônia onde fosse garantida a regularização fundiária mantendo, no entanto, a posse comunitária da área e o uso compartilhado dos recursos florestais (ALLEGRETTI, 1992; 2008). Na ocasião em que o conceito da reserva extrativista foi definido pelo movimento dos seringueiros, inexistia, na legislação brasileira, uma figura legal que expressasse os anseios e necessidades dos seringueiros frente a expansão de outros projetos de assentamento e desenvolvimento (ALLEGRETTI, 1992; 2008). Ainda segundo

Allegretti (1992), que além de pesquisadora foi consultora e assessora do movimento dos seringueiros na época, no contexto da discussão sobre desenvolvimento na Amazônia, "...adquire especial relevância a proposta de criação de Reservas Extrativistas na Amazônia legal, liderado pelos seringueiros porque, (...) procura combinar desenvolvimento com proteção aos recursos naturais" (ALLEGRETTI, 1992, p.6).

Isso exposto, fica evidenciado como as reservas extrativistas articulam desde sua gênese os conceitos de desenvolvimento e de conservação. De certa forma as reservas extrativistas podem ser vistas como uma resposta a um modelo de desenvolvimento implementado para a região amazônica, ao mesmo tempo que é apontada como uma alternativa ao desenvolvimento associada as questões ambientais. Portanto, existe um debate sobre diferentes concepções de desenvolvimento em torno das reservas extrativistas. Mas afinal, o que se entende por desenvolvimento?

1.1 OS DEBATES SOBRE O DESENVOLVIMENTO: DA MODERNIZAÇÃO À CRÍTICA AMBIENTALISTA

Segundo Ribeiro (1992), o desenvolvimento é uma das noções mais inclusivas existentes tanto no senso comum quanto na literatura especializada e por sua plasticidade nos faz crer estar diante de uma caixa-preta ou de uma noção vazia. Já para Acosta (2016) a maioria das pessoas em algum momento acreditou, deixou-se influenciar, perseguiu ou trabalhou para o desenvolvimento. Para Rist (2008), o desenvolvimento é como uma religião para a modernidade. É provável que a frase mais assertiva seja mesmo a de Porto-Gonçalves (2006): "O desenvolvimento bem vale uma missa" (p.65). Talvez, valha muito mais que isso. Desenvolvimento é, sem dúvida, um termo bastante polêmico e controverso que inúmeras vezes é chamado à tona para justificar projetos e programas político-econômicos ao redor do mundo.

As origens de seu uso podem ser traçadas até a Grécia antiga e a Europa medieval e estão fortemente vinculadas à ideia de progresso entendido como mudanças no tempo para melhor das sociedades ou mesmo da humanidade como um todo (RIBEIRO, 1998; ACOSTA, 2016; NISBIT, 1986). Ainda que a noção do desenvolvimento remonte a tempos antigos, há certo consenso de que um marco na concepção mais contemporânea do que seja entendido por desenvolvimento e de

suas práticas atuais seja o discurso de posse do segundo mandato do presidente norte-americano Harry Truman no ano de 1949 (WATTS, 2003; ESTEVA, 2010; LANG, 2016; PORTO-GONÇALVES, 2006; ACOSTA, 2016; RIST, 2008). Em parte emblemática do discurso Truman diz:

Devemos embarcar em um novo programa que disponibilize os benefícios de nossos avanços científicos e nosso progresso industrial para melhoria e o crescimento das regiões subdesenvolvidas. Mais da metade da população mundial está vivendo em condições que se aproximam da miséria. (...). Sua pobreza é um lastro e uma ameaça tanto para eles mesmos quanto para as regiões mais prosperas. Pela primeira vez na história, a humanidade possui conhecimentos e habilidades para aliviar o sofrimento dessas pessoas. (Trumam, *apud* Acosta, 2016 p. 45).

Embutida nesta concepção de desenvolvimento há três questões centrais que são importantes de se destacar. A primeira delas é vincular a ideia de progresso ou “melhoria” com o avanço científico, industrialização e crescimento econômico. Se até então desenvolvimento era sinônimo de progresso, no sentido de mudança da sociedade no tempo para melhor, a partir de 1949 o horizonte do que seja “melhor” passa a ter descritores bem mais precisos. A segunda questão é de que pela primeira vez o desenvolvimento é associado ao binômio desenvolvido/subdesenvolvido, deixando de estar associado apenas a um processo buscando melhorias na qualidade de vida humana e passando a ser um descritor ou um estado/estágio de uma economia ou sociedade (LANG, 2016). A terceira questão é que, partindo do binômio desenvolvido/subdesenvolvido, se estabelece entre os países uma dicotomia avançado/atrasado e, implicitamente, que o estágio final a ser alcançado pelos países “atrasados” seja uma replicação das sociedades “desenvolvidas” da década de 40 (ACOSTA, 2016). É importante salientar que este discurso estabelece como pré-determinadas as características de uma sociedade desenvolvida que seriam: altos índices de industrialização e urbanização, tecnificação da agricultura, liberdades individuais baseadas em uma lógica economicista e o estabelecimento da ciência como fonte da verdade sobre o mundo externo/natural possível de ser conhecido e apropriado pelo homem (ESCOBAR, 2014). Afinal, o prefixo *sub* indica estar aquém de um modelo estabelecido (PORTO-GONÇALVES, 2006) e certamente a mudança semântica do termo subdesenvolvido, que é cada vez menos utilizado, para o termo *em desenvolvimento* pouca diferença faz na concepção de que há um modelo a ser seguido.

Em outras palavras, a ideia de desenvolvimento estabelecida no final da década de 40 traz uma proposta global e unificadora de um destino comum da humanidade que deve assumir o desafio de sair do atraso a partir de um processo linear de desenvolvimento para alcançar o *status* de sociedade avançada em um estágio pré-determinado que deve ser universalizado. Esteva (2010) descreve muito bem as consequências desta concepção de desenvolvimento:

Nesse dia, 2 bilhões de pessoas tornaram-se subdesenvolvidas. Na verdade, desde então deixaram de ser o que eram, em toda sua diversidade, e se converteram em um espelho invertido da realidade de outros: um espelho que despreza e os envia para o fim da fila (...). (ESTEVA, 2010. P.53)

A partir de então uma rede de profissionais e de instituições foi posta em ação para lidar com o problema do desenvolvimento, ou melhor, do seu binômio inferior, o subdesenvolvimento, nos mais diferentes países e regiões (ESCOBAR, 2005). Ancorados pela teoria econômica liberal, partiam do princípio de que o crescimento econômico era o principal caminho para o desenvolvimento (LEFF, 2009; ACOSTA, 2005). Grandes instituições internacionais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), ambos criados em 1944, financiaram (e ainda financiam) programas e projetos de desenvolvimento ao redor do mundo (ESCOBAR, 2014).

O discurso que justifica a ação dessa rede organizada de atores *experts* e instituições era de que uma estratégia bem definida de investimentos que partisse de uma análise refinada da realidade econômica nacional/regional levaria inevitavelmente ao tão sonhado desenvolvimento (ESTEVA, 2010; ESCOBAR, 2014). No entanto, esse modelo de desenvolvimento sofreu diversas críticas. Afinal, como bem provocado por Acosta (2016), “quase todos os países considerados não desenvolvidos têm tentado seguir esse caminho. Quantos conseguiram?” (ACOSTA, 2016, p. 48).

As dificuldades encontradas pelos programas de desenvolvimento adotados em entregar o que prometiam – a superação do “atraso” - foram minando sua aceitação (ACOSTA, 2016). Aumentava a desigualdade entre países, a pobreza e a fome não foram combatidas, inclusive nos países ditos desenvolvidos, colocando em xeque o modelo a ser seguido, ou pelo menos as estratégias para alcançá-lo (RIST,

2008; LANG, 2016; ACOSTA, 2016; PORTO-GONÇALVES, 2006; GUDYNAS, 2019). Ainda assim, mesmo que buscando renovação nos modelos e políticas mais apropriadas, a necessidade do desenvolvimento persistiu, seja ele entendido enquanto intervenções planejadas ou como reflexo indireto das políticas-econômicas (RADCLIFFE, 2006). Na busca por caminhos mais promissores para alcançá-lo lançaram-se mãos de sobrenomes e adjetivações para diferenciá-lo do que incomodava ou para estabelecer prioridades: desenvolvimento local; desenvolvimento rural; desenvolvimento endógeno; desenvolvimento em escala humana. A lista de aproximações teóricas neste sentido é muito longa e cada uma dessas propostas traz críticas e estratégias próprias que não cabem ser discutidas uma a uma aqui.

No entanto, é importante frisar que a ideia central de intervenções programadas visando sair de um estágio “atrasado” para outros mais “avançados” que representaria melhoria na qualidade de vida humana através de inovações tecnológicas e crescimento econômico persistiu sendo entendida enquanto um processo denominado de desenvolvimento (RIBEIRO, 1992; ESTEVA, 2010; ACOSTA, 2016; GUDYNAS, 2019; QUIJANO, 2000). Assim, é possível dizer que até a década de 70 se consolidou, sem muitas oposições, uma concepção do desenvolvimento enquanto um processo linear, universal e necessário para se alcançar melhoria de qualidade de vida humana entendido enquanto um estágio pré-determinado e já conhecido que se constitui basicamente em replicar o modelo moderno-ocidental.

As características principais desse patamar a ser alcançado seriam: organização política em estados-nações urbanos e industriais; economia como instância separada das outras dimensões da vida social; processos econômicos regente da organização social, incluindo a mercantilização do trabalho e da terra - ou como diria Polanyi (2000 [1944]) da vida humana e da natureza; qualidade de vida e bem-estar tomando por base um indivíduo-atomizado e não os bens coletivos ou comuns; estabelecimento da ciência como verdade universal capaz compreender as leis na natureza (entendida enquanto dimensão separada da esfera social), portanto estabelecendo o domínio da razão humana sobre a natureza com intenção de dominá-la/explora-la. Ou seja, representa a cristalização da sociedade moderna-ocidental como um modelo de sucesso e exemplo de desenvolvimento a ser seguido por todos.

Mesmo as críticas ou modelos alternativos que surgiram, questionavam muito mais os caminhos ou os processos necessários para alcançar este patamar/estágio de desenvolvimento do que se constituíam como crítica ao modelo (ou ponto de chegada) a ser alcançado. Buscava-se, por exemplo, evitar as desigualdades sociais que os processos econômicos visando o desenvolvimento causavam (FURTADO, 2005 [1974]), ou que determinadas regiões ou localidades ficassem para trás no processo, evitando uma desigualdade espacial (MALUF, 2000). Mas o destino natural e irrevogável do desenvolvimento enquanto réplica do modelo moderno-ocidental persistiu. O próprio horizonte de crítica radical (socialista/comunista) fundamentada na teoria marxista não fugiu deste modelo linear e etapista. Apesar de preconizar que haveria um estágio posterior na evolução das sociedades humanas fica evidente neste quadro explicativo, pelo menos na corrente marxista mais ortodoxa, que a história da humanidade necessariamente universalizaria o modelo moderno-ocidental de organização social (RIST, 2008; HARVEY, 2005; ESTEVA, 2010).

Ainda que correndo o risco de uma excessiva generalização, a esta concepção de desenvolvimento, que restringe a visão mais ampla de mudança no tempo para melhor da sociedade, a um horizonte de futuro que segue os moldes da sociedade europeia-ocidental e que define de antemão os parâmetros do que seria um estágio mais avançado, priorizando o crescimento econômico como caminho para seu alcançar este estágio (ainda que as estratégias específicas podem várias bastante), daremos o nome de *desenvolvimento moderno-ocidental*.

Uma das principais críticas mais contundente a esta concepção do *desenvolvimento moderno-ocidental* partiu do ambientalismo. O argumento central apresentado é de que há limites físicos-materiais impostos pelo ambiente para o crescimento econômico (LEFF, 2006). A racionalidade economicista não poderia mais olvidar-se de sua inscrição na base ecológica da qual faz parte e que até então estava sendo omitida (LEFF, 2006; PORTO-GONÇALVES, 2006). Partindo do campo científico e dos movimentos sociais, esses questionamentos ecoaram nas instâncias políticas, e em 1972, em Estocolmo, as Nações Unidas reconhecem que a degradação ambiental causada pelo desenvolvimento da sociedade moderna-ocidental coloca em risco a própria qualidade de vida das populações humanas.

Um dos desdobramentos do argumento ambientalista é que não é possível universalizar o estilo de vida das populações dos países ditos desenvolvidos. Isso porque este estilo de vida demanda quase 80% de toda matéria prima (recursos naturais) e energia produzidos em escala planetária (ALIER, 2007; PORTO-GONÇALVES, 2006; ACOSTA, 2016). Ou seja, não há capacidade física-ambiental do planeta para suportar o mesmo estágio de desenvolvimento dos atuais países desenvolvidos para o resto do mundo. Na célebre frase de Mahtma Ghandi: “Para desenvolver a Inglaterra foi necessário o planeta inteiro; o que seria necessário para desenvolver a Índia?”.

Gudynas (2015) e Svampa (2019) mostram as nefastas consequências sociais e ambientais de uma economia baseada no extrativismo/neoextrativismo de recursos naturais não renováveis, e de como esse fluxo de recursos – ou melhor dizendo: da natureza – continuam a fluir da periferia para o centro do sistema capitalista sem entregar a “melhoria nas condições de vida” das populações onde estes recursos são explorados. O desenvolvimento baseado na exportação em larga escala de matéria prima naturais leva a desigualdades e assimetrias econômicas, sociais, ambientais e territoriais (SVAMPA, 2019). Demonstrando assim a falácia de uma economia baseada no uso recursos não-renováveis como minerais, combustíveis fósseis e o próprio solo - se pensarmos nas monoculturas voltadas para exportação (*commodities*). Isso tudo evidencia não apenas a impossibilidade da universalização de um padrão de vida baseado em uma economia extrativa com fluxo desigual de recursos naturais, mas a própria não longevidade do desenvolvimento enquanto processo de dominação e exploração incontestes da natureza, um dos marcos do *desenvolvimento moderno-ocidental*.

Os argumentos apresentados pelos ambientalistas, se tomados em toda sua profundidade, são uma crítica contundente ao *desenvolvimento moderno-ocidental* porque questionam tanto o caminho quanto o fim deste modelo. Critica os caminhos porque aponta que o processo em si do crescimento econômico, inclusive o praticado pelos países ditos desenvolvidos, causou uma intensa degradação ambiental que, via de regra, está minando a qualidade ambiental a ponto de comprometer a qualidade de vida das populações atuais e futuras. Também crítica os fins desse modelo porque expressa de maneira clara a impossibilidade da universalização dos padrões de vida dos países desenvolvidos, o que era, até então, uma das principais promessas do

desenvolvimento moderno-ocidental. Se o caminho para o desenvolvimento traz um risco irreversível para a própria humanidade; se o modelo perseguido não representa, necessariamente, um estágio onde há melhor qualidade de vida; e se não é possível para o resto do mundo replicar como horizonte de futuro o estágio atual dos países desenvolvidos, o que fazer com o desenvolvimento?

Ainda que as críticas ambientais pareçam apontar para uma corrosão inevitável do paradigma do *desenvolvimento moderno-ocidental*, um dos desdobramentos deste debate se deu a partir do surgimento de mais um adjetivo ou sobrenome: Desenvolvimento Sustentável. No entanto, ao envolver-se com a noção de desenvolvimento o ambientalismo perde seu caráter de visão alternativa radical (RIBEIRO, 1992; LEFF, 2006; GUDYNAS, 2019). Buscou-se compatibilizar a necessidade do desenvolvimento – em sua acepção moderno-ocidental – com um processo ambientalmente não degradante em que as ações, projetos e programas pudessem incorporar a lógica ecológica à econômica (LEFF, 2006; GUDYNAS, 2019). Assim, o desenvolvimento sustentável reafirmou o modelo de desenvolvimento vigente apenas aperfeiçoando alguns pontos para melhorar manejar ou internalizar e os custos ambientais do processo (RIBEIRO, 1992; LEFF, 2006; ALIER, 2007).

De certa forma a problemática ambiental foi sendo incorporada nas discussões sobre desenvolvimento de maneira perversa, e o discurso neoliberal da década de 80 passou a postular que a maneira mais correta de internalizar as condições ecológicas era justamente a partir dos próprios mecanismos de mercado (LEFF, 2006; PORTO-GONÇALVES, 2006).

A retórica do desenvolvimento sustentável reconverteu o sentido crítico do ambiente em um discurso voluntarista, proclamando que as políticas neoliberais haverão de nos conduzir para os objetivos do equilíbrio ecológico e da justiça social pela via mais eficaz: a do crescimento econômico guiado pelo livre-mercado (LEFF, 2006. p.141).

Por fim, é possível dizer que apesar de haver uma popularização da expressão *desenvolvimento sustentável*, seu significado é pouco desenvolvido conceitualmente, e é utilizado muito mais nas arenas políticas por ONGs, governos e agentes privados de que como conceito analítico por especialistas acadêmicos (RIBEIRO, 1992; LEFF, 2006; PORTO-GONÇALVES, 2006). “A economia-política que subjaz a discussão sobre a sustentabilidade de um novo modelo de desenvolvimento é muito pouco

elaborada, (...) para não dizer ingênua ou omissa” (RIBEIRO, 1992, p.27). A definição de desenvolvimento sustentável prevista na legislação brasileira, fortemente influenciada pelas organizações ambientalistas internacionais, também é vaga e de baixa capacidade analítica: “o uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras” (BRASIL, 2007). Como estabelecer o que é uso equilibrado dos recursos naturais? Quem define o que é qualidade de vida e como medi-la? E, mais difícil ainda, como avaliar se as gerações futuras terão as mesmas possibilidades?

Ainda assim, apesar da imprecisão, da multiplicidade de sentido e da incorporação por vezes perversa em discursos e em práticas não ambientalistas, o desenvolvimento sustentável teve pelo menos o mérito de trazer ao campo político e ideológico as várias incongruências do *desenvolvimento moderno-ocidental*. E foi, por muitos anos, um horizonte utópico no qual muitos grupos sociais ancoraram suas práticas e discursos buscando um enfrentamento ou alternativa ao modelo de desenvolvimento vigente. Afinal, é importante reconhecer que há questões relevantes ao debate sobre o desenvolvimento que a problemática ambiental nos traz:

(I) O padrão de vida e consumo vinculado aos países ditos desenvolvidos vistos como modelo a ser seguidos depende de um fluxo global/internacionalmente desigual de recursos naturais. Portanto o princípio vinculado ao *desenvolvimento moderno-ocidental* de que o desenvolvimento levaria todos a um mesmo estágio/patamar é uma falácia.

(II) O desenvolvimento baseado em economias extrativas/neoextrativas dependentes da exploração em larga escala de recursos não renováveis (minerais e combustíveis fósseis) aponta para um modelo com baixa longevidade no tempo. O que sugere a necessidade de se encontrar outras estratégias de desenvolvimento que diferentemente do *desenvolvimento moderno-ocidental* não promovam uma estrita mercantilização da natureza como única forma de relação entre sociedade e ambiente.

(III) A visão associada ao *desenvolvimento moderno-ocidental* da economia enquanto dimensão separada da natureza/ambiente e do crescimento econômico

enquanto principal motor do desenvolvimento se traduz em uma trajetória de mudanças socio-espaciais que representam perda da qualidade ambiental como: poluição das águas, poluição do ar, perda de biodiversidade, perda do solo e de sua fertilidade e mudanças climáticas. A degradação ambiental causada por esse modelo de desenvolvimento representa potencial perda na qualidade de vida humana, o que coloca em xeque a descrição deste padrão/estágio como qualitativamente superior e mais avançado.

1.2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E CONSERVAÇÃO: O SOCIOAMBIENTALISMO ABRAÇA AS RESERVAS EXTRATIVISTAS

Ainda que o desenvolvimento sustentável possa não ser uma categoria analítica consistente - pelo menos do ponto de vista do autor desta tese -, a disseminação do seu conceito enquanto projeto político articulou diferentes atores e impulsionou várias práticas por todo o mundo. Em termos do debate político, a chegada das ideias do desenvolvimento sustentável no Brasil coincide com o período de redemocratização do país quando as questões ambientais passam a ser mais amplamente discutidas com a sociedade civil e com organizações internacionais, e novas abordagens começam a emergir (VIOLA, 1987; CASTRO JÚNIOR, *et al.*, 2009; DIEGUES, 2000).

O movimento ambientalista brasileiro, que até então era focado na criação e proteção de algumas áreas *selvagens* vistas como retratos de uma natureza primitiva e sem influências dos humanos (DIEGUES, 2000), passa a promover uma discussão mais profunda, incorporando questões como os planos de desenvolvimento nacional, matrizes energéticas, qualidade de vida e democracia participativa e, enfim, embutindo na discussão sobre os problemas ambientais as questões de justiça social (VIOLA, 1987). Desta forma, vai se consolidando no Brasil, no final de década de 80, o movimento socioambientalista. Apontando que tanto os benefícios de um meio-ambiente equilibrado – para usar os termos de nossa constituição – quanto os malefícios dos problemas ambientais, bem como o ônus e o bônus das políticas ambientais são apropriados e afetam de maneira distinta diferentes grupos sociais que compõem a sociedade (ALIER, 2007; ACSELRAD, 2010). O movimento socioambientalista pontua que os problemas ambientais são derivados da maneira como a sociedade se organiza, e centra sua crítica ao modelo de desenvolvimento adotado que vem resultando em desigualdades sociais e degradação ambiental (DIEGUES, 2000; PORTO-GONÇALVES, 2006; ALIER, 2007; LEFF, 2006;

BARRETTO FILHO, 2006). Dentro deste contexto, o novo debate ambiental passa a girar muito mais em torno do binômio conservação/desenvolvimento do que homem/natureza, sendo o desenvolvimento sustentável uma forte promessa ou horizonte a ser buscado como alternativa.

Partindo deste contexto mais amplo, começam a ser apontados, de maneira mais contundente, os conflitos territoriais decorrentes da política nacional de conservação ambiental, em especial das áreas protegidas (COELHO, *et al.*, 2009; DIEGUES, 2000). Afinal, muitas populações locais que historicamente vinham se apropriando dos recursos naturais foram diretamente impactadas em seus modos de vida tanto pela criação das unidades de conservação, quanto pelos grandes empreendimentos desenvolvimentistas (DIEGUES, 2000; ARRUDA, 2000). De fato, “em ritmos variados diversas unidades de conservação foram estabelecidas no Brasil, ao mesmo tempo em que a degradação ambiental avançou em função de planos desenvolvimentistas de vários governos” (GAMBA; RIBEIRO, 2017. p. 154). Este debate acabou impulsionando a consolidação de novas estratégias para as áreas protegidas no Brasil (CUNHA; COELHO, 2006; DIEGUES, 2000).

Isso porque em termos de políticas públicas sobre áreas protegidas, o Brasil foi, inicialmente, bastante influenciado pela visão preservacionista, que objetivava a proteção da natureza em seu “estado original”, intocado, através da exclusão dos grupos humanos destas áreas, evitando qualquer uso direto dos recursos naturais (CASTRO JUNIOR, *et al.*, 2009; DIEGUES, 2000). Principalmente nas décadas de 1970 e 1980, as políticas ambientais foram fortemente centralizadas no Estado e houve a criação de muitas áreas protegidas que proibiram as atividades humanas no seu interior como Parques Nacionais, Estações Ecológicas e Reservas Ecológicas (MEDEIROS, 2005; CUNHA; COELHO, 2006; ARRUDA, 2000). A predominância das políticas baseadas no modelo preservacionista passou a ser criticada por cientistas e ativistas vinculados (ou não) ao movimento socioambientalista (DIEGUES, 2000; VIVACQUA; VIEIRA.; BERKES; SEIXAS, 2005; PIMENTEL; RIBEIRO, 2016; COELHO; CUNHA, 2009; ALMEIDA, *et al.*, 2018; TEBET, *et al.*, 2018; ARRUDA, 2000). De maneira sistemática e sintética é possível identificar três principais dimensões dessas críticas.

A primeira delas está ancorada em um debate ontológico sobre a natureza. O modelo preservacionista parte do princípio de que homem e natureza são polos opostos e distintos, por isso a criação de áreas de preservação tem por objetivo

proteger a natureza “selvagem”, separada das ações humanas (DIEGUES, 2002). No entanto, vem se apontando a necessidade de uma concepção não binária, aceitando que o homem integra a natureza e que a própria biodiversidade e estrutura dos ambientes naturais que se busca proteger e conservar resultam de complexas interações históricas entre forças físicas, biológicas e sociais. (DIEGUES, 2000; PORTO-GOLÇALVES, 1989). Dessa forma não faria sentido estratégias de preservação que se baseassem exclusivamente na separação artificial entre homem e natureza (DIEGUES, 2000).

Uma segunda dimensão das críticas vem do questionamento da eficácia deste modelo. Transformando em uma pergunta teríamos a seguinte formulação: a criação de espaços isolados de preservação, livre das ações humanas, é suficiente para garantir a qualidade ambiental necessária à manutenção de vida humana na terra? Ou, como propõe nossa constituição, o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado? Uma miríade de argumentos se enquadra dentro dessa incerteza. De maneira geral, o que se aponta é a necessidade de repensar de maneira mais integrada a interação entre sociedade e ambiente criando estratégias menos degradantes no uso de recursos naturais para além da criação de ilhas isoladas de proteção (ALIER, 2007; LEFF, 2006; DIEGUES, 2000; PORTO-GONÇALVES, 1989; CUNHA; COELHO, 2009; CASTRO JUNIOR, *et al.*, 2009; ARRUDA, 2000). “É normal considerar a intervenção do homem no curso dos fenômenos e ciclos naturais, o que traz problema não é o fato, mas a maneira como o homem intervém na natureza” (DIEGUES, 2000, p. 16).

A terceira e última dimensão de críticas ao modelo preservacionista de áreas protegidas está diretamente relacionada com os resultados sócio-políticos desta estratégia. O Estado, de maneira centralizada e sem participação das populações locais, criou diversas áreas protegidas que proíbem o uso direto dos recursos naturais. No entanto, evidências apontam que grande parte dessas áreas, definidas pelo Estado como de proteção/preservação devido ao bom estado de conservação de sua cobertura florestal, são/eram territórios apropriados por populações tradicionais, e a conservação daqueles ambientes resultado de um uso não intensivo dos recursos por parte desta população (DIEGUES, 2000). Além disso, muitas dessas áreas protegidas foram criadas apenas no papel, passando anos sem nenhuma gestão efetiva, gerando, em tempos mais recentes, uma situação de inúmeros conflitos territoriais por

parte de populações locais, tradicionais ou não, que reivindicam o direito de permanência e uso de recursos no interior destas áreas (VIVACQUA; VIEIRA, 2005; DIEGUES, 2002; PIMENTEL; RIBEIRO, 2016, TEBET, *et al.*, 2018; ARRUDA, 2000).

Assim, é dentro deste contexto de busca por novas estratégias de conservação e de renovação no movimento ambientalista, que esse forja uma aproximação com o movimento social dos seringueiros. O interesse mútuo na manutenção da floresta, no uso econômico não degradante dos recursos naturais e de uma gestão mais participativa das florestas se encaixava perfeitamente nos princípios do socioambientalismo. Assim, ambientalistas passaram a ser parceiros dos seringueiros em sua luta por regularização fundiária na amazônia. Vale ressaltar que, segundo Allegretti (2008), em um momento inicial:

“...o questionamento ao desmatamento *-pelos seringueiros-* não se dava por razões ambientais, mas por motivos sociais e econômicos, na medida em que dependiam para viver de uma floresta que estava a ser derrubada” (ALLEGRETTI, 2008, p.45).

É a articulação dos seringueiros com o movimento ambientalista que transforma a política das reservas extrativistas, inicialmente uma política de reforma agrária, em política ambiental a partir do Decreto nº98.863 de 1990. As primeiras reservas extrativistas foram criadas enquanto projetos de assentamentos extrativistas, por portaria do INCRA em 1987. Porém, os assentamentos extrativistas tinham uma base legal frágil, podendo ser anulada a qualquer momento por se tratar apenas de uma Portaria do INCRA (ALLEGRETTI, 1992). Ainda segundo Allegretti (2008), a repercussão internacional do assassinato de Chico Mendes, uma das principais lideranças do movimento dos seringueiros, foi decisiva para a conquista do Decreto e sua incorporação enquanto política ambiental.

Segundo este Decreto de 1990, “as reservas extrativistas são espaços territoriais destinados à exploração auto-sustentável e conservação dos recursos naturais renováveis, por população extrativista” (BRASIL, 1990). O decreto também estabelece que caberá ao IBAMA (Instituto de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) supervisionar e acompanhar as reservas (BRASIL, 1990). Allegretti aponta que esta foi uma legislação bastante inovadora, pois o Estado brasileiro reconheceu a tradicionalidade destas comunidades e seu papel na manutenção dos

ecossistemas, “colocando-os como protagonistas de um projeto de desenvolvimento sustentável, antes mesmo da Conferência da Rio-92, que aparentemente introduziu este conceito nas políticas públicas” (ALLEGRETTI, 2008, p.49). Gonçalves (1999) também chama atenção para o fato de que as reservas extrativistas representam uma ruptura teórica no conceito de unidades de conservação, pois rompe com o paradigma de não incorporar o homem e sua cultura como protagonistas da conservação (PORTO-GONÇALVES, 1999). Foi também na Conferência Rio-92 que o IBAMA cria o Centro Nacional de Populações Tradicionais (CNPT), consolidando as Reservas Extrativistas enquanto uma política ambientalista e trazendo as populações tradicionais para o centro deste debate. A partir de então reservas extrativistas passam a ser implementadas enquanto política ambiental em todo território nacional e não somente na região amazônica e nos contextos dos seringais.

Dez anos mais tarde, um último passo institucional é dado, e as reservas extrativistas são incorporadas ao SNUC enquanto unidade de conservação de uso sustentável (BRASIL, 2000). Segundo Medeiros (2006), a longa tramitação do projeto de lei do SNUC no legislativo, é recheada de fatos que revelam as diferentes posições existentes entre o movimento ambientalista. Entre os pontos mais polêmicos destaca-se a questão das populações tradicionais, a participação popular e as indenizações e desapropriações vinculadas a regularização fundiária (MEDEIROS, 2006). A incorporação das reservas extrativistas enquanto unidade de conservação de uso sustentável no SNUC é vista como uma vitória do movimento socioambientalista brasileiro e apontada como a consolidação de um novo modelo de conservação (ALMEIDA; ALLEGRTI; POSTIGO; 2018; ARRUDA, 2000).

Dentro do SNUC as reservas extrativistas passam a ser uma unidade de conservação onde é garantido o direito exclusivo dos recursos naturais por parte de uma população tradicional. As terras são de domínio público, mas com concessão de uso para a comunidade, ou seja, é baseado no uso comum (coletivo) da área. As reservas passam a ser uma unidade de conservação com objetivo duplo: conservação da biodiversidade e proteção dos modos de vida de populações tradicionais (BRASIL, 2000). Como evidenciado pelo Plano Nacional de Áreas Protegidas e pela Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, a premissa é de que populações tradicionais, por dependerem dos recursos naturais, são aliadas da conservação e

tem o potencial de se envolverem em trajetórias de desenvolvimento sustentável (BRASIL, 2006; 2007).

Isso posto, podemos dizer que as RESEX colocam no centro do debate sobre desenvolvimento (e conservação) as populações tradicionais. Pela legislação brasileira, populações tradicionais são definidas como:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica. (BRASIL, 2007).

Portanto, ainda que a incorporação das RESEX ao SNUC reafirme sua vocação conservacionista, ela também tem por objetivo a proteção dos modos de vida das populações tradicionais, que são reconhecidas como culturalmente diferenciadas (BRASIL, 2000; BRASIL, 2007). Ainda segundo a legislação brasileira, a proteção de seus territórios é um dos mecanismos para garantir seu desenvolvimento, respeitando suas singularidades (BRASIL, 2007). Assim, as reservas extrativistas também articulam em seu escopo a discussão sobre o desenvolvimento de populações culturalmente diferenciadas.

1.3 AS CRÍTICAS DA ABORDAGEM CULTURAL AO DESENVOLVIMENTO

A discussão sobre diferenças culturais também é outra fonte contundente de crítica ao *desenvolvimento moderno-ocidental* advinda principalmente do campo disciplinar da antropologia. Partindo das análises culturais e dando ênfase às dimensões não exclusivamente econômicas do desenvolvimento, se aponta para as ameaças à diversidade cultural que determinadas abordagens de desenvolvimento podem incorrer (RADCLIFFE, 2006). Estas abordagens apontam que o discurso e as práticas do desenvolvimento que tem por base a cultura eurocêntrica-modernizadora, julgando-se superiores, acreditavam ser possível e desejado universalizar-se, suprimindo com isso toda diversidade cultural da humanidade (RIST, 2008; RADCLIFFE, 2006; BARRETTO FILHO, 2006; PERROT, 2008). A concepção do *desenvolvimento moderno-ocidental* parte da premissa de que as culturas “tradicionais” e “arcaicas” deviam ser substituídas pois seriam barreiras ao progresso e ao “bem-estar” (RADCLIFFE, 2006; QUIJANO, 2000). Ou seja, argumentam que o *desenvolvimento moderno-ocidental* não propunha apenas uma estratégia de crescimento econômico, mas todo um sistema de saberes e fazeres sobre a

organização da vida social (ESCOBAR, 2014). Desta forma uma multiplicidade de culturas/povos/sociedades passou a ser vista sob a mesma ótica, e assim, o mundo inteiro passou a ser concebido, medido e descrito com base em conhecimentos e saberes específicos culturalmente situados: moderno-ocidentais (MIGNOLO, 2018; ESCOBAR, 2005; ESTEVA, 1998; QUIJANO, 2000). Para além de uma estratégia de crescimento econômico em busca de melhorias na qualidade de vida, o desenvolvimento buscou impor um sistema de poder baseado na cultura moderno-ocidental (ESCOBAR, 2014; QUIJANO, 2000). A própria noção multicriterial da miséria, que o desenvolvimento tinha no seu combate um importante marco, foi reduzida à noção de pobreza dentro dos marcos ocidentais e medida a partir de critérios economicistas: renda monetária familiar e capacidade de consumo (LANG, 2016).

Um dos pontos centrais trazidos pela abordagem cultural é que a concepção do *desenvolvimento moderno-ocidental* traz embutida em si a premissa de que o padrão cultural da sociedade moderno-ocidental é moralmente superior e qualitativamente melhor, e, portanto, deve ser universalizado (ACOSTA, 2016; ESCOBAR, 2014). A partir daí todas as formas de organizar a vida e todas as culturas/sociedades que não fossem espelho daquele padrão cultural foram identificadas e descritas como primitivas (ESTEVA, 1996; ESCOBAR, 2005). Ao binômio desenvolvido/subdesenvolvido que, em termos econômicos era sinônimo de avançado/atrasado, acrescenta-se, partindo do ponto de vista cultural, o binômio moderno/primitivo. O que implica não apenas um atraso temporal (subdesenvolvido), mas uma inferioridade existencial (primitivo).

A premissa das análises culturais é de que o discurso do *desenvolvimento moderno-ocidental* estabeleceu uma narrativa histórica em que o surgimento da sociedade moderna-ocidental teria sido um salto qualitativo e que deveria ser seguido por toda humanidade. Assim, de maneira linear, o futuro da humanidade seria este estágio superior que teria como modelo o padrão cultural ocidental. Contrariando esse discurso, apontam que ainda que o desenvolvimento pudesse estar genericamente vinculado a uma busca por um futuro melhor, isso não significava que o padrão do que seja um “horizonte de melhora” tenha que ter apenas uma via, e que essa seja o modelo que a sociedade moderna-ocidental estabeleceu para si (a partir de uma relação desigual com outras sociedades/culturas diga-se de passagem).

As abordagens com enfoque cultural abriram a discussão para a possibilidade de se pensar horizontes de futuros mais avançados ou melhores que não sejam necessariamente os mesmos estabelecidos pela sociedade moderno-ocidental. Além disso, trazem para o debate as consequências negativas da busca de homogeneização das sociedades erodindo um dos maiores patrimônios da humanidade que é a diversidade cultural e, poderíamos acrescentar, a heterogeneidade socio-espacial (PORTO-GONÇALVES, 2006; ACOSTA, 2016; RADCLIFFE, 2006). Muitos foram os estudos partindo do campo disciplinar da antropologia que apontaram para a incompatibilidade do desenvolvimento com a diversidade cultural das populações tradicionais (PERROT, 2008; FERGUSON, 2005; ESCOBAR, 2014; ALMEIDA, 1992). Ferguson (2005) - um influente antropólogo que se debruçou sobre a temática do desenvolvimento – por exemplo, chegou a afirmar que o desenvolvimento seria um “irmão-gêmeo diabólico” da antropologia. Já que ambos se ocupavam de compreender e atuar em contextos de sociedades culturalmente distinta da moderna-ocidental, só que o desenvolvimento visando justamente ocidentaliza-los e a antropologia compreendê-los com a missão mais ou menos oculta de “mantê-los” culturalmente distintos (FERGUSON, 2005).

Se desenvolvimento, como sugere Perrot (2008), implica assimilação, integração ou etnocídio dos povos culturalmente diversos do padrão moderno-ocidental, então, partindo de uma abordagem que enaltece a diversidade cultural, deveríamos renegar ao próprio desenvolvimento. A partir desse debate passou-se a argumentar que mais do que *alternativas de desenvolvimento* (e de todos seus adjetivos e sobrenomes) o que se deve procurar são *alternativas ao desenvolvimento* (LANG, 2016; ACOSTA, 2016). Para alguns o desenvolvimento, ou melhor, as práticas em nome do desenvolvimento, são tão fortemente vinculadas a cosmovisões, interesses e objetivos das sociedades moderno-ocidentais, que seriam incompatíveis com a diversidade cultural e com os interesses dos povos não moderno-ocidentais (ESCOBAR, 2012; 2014; PERROT, 2008; FERGUSON, 2005; ACOSTA, 2016; LANG, 2016).

Partindo dessa compreensão, alguns autores vêm propondo abandonar o conceito mesmo de desenvolvimento, considerando impossível desvinculá-lo de uma concepção moderno-ocidental (LANG, 2016; ACOSTA, 2016; ESCOBAR, 2014). No entanto, conforme ficará mais evidente no capítulo 2, ainda que concordando com os

argumentos trazidos por esse grupo de autores, entendemos que as críticas que eles trazem está mais fortemente vinculada ao que definimos nesta tese enquanto *desenvolvimento-moderno ocidental*.

Uma abordagem que vem ganhando evidência no debate sobre *alternativas ao desenvolvimento* é o *Bem Viver*. Ancorado nos saberes e práticas dos indígenas andinos e amazônicas, segundo Acosta (2016) o *Bem Viver*: “revela os erros e as limitações das diversas teorias do chamado desenvolvimento. Critica a própria ideia de desenvolvimento, transformada em uma entelúquia que rege a vida de grande parte da humanidade” (Acosta, 2016, p.24). Para Quijano (2014) não é de se espantar que estes outros horizontes de sentido histórico para os modos de existência radicalmente alternativos aos pressupostos da sociedade moderno-ocidental venham justamente das populações indígenas, descritas por essa como primitivos/atrasados.

Aqui é importante fazer uma distinção. Existe o *Sumaq Kawsay* e *Sumag Kmana* (palavras que foram traduzidas como bem viver a partir da língua *quéchua* e *aimara* respectivamente) que podem ser entendidos como parte da cosmologia dos povos indígenas andinos e que, a partir de suas práticas e articulação com outros atores, garantiram que esta concepção fosse incorporada enquanto políticas nacionais em alguns Estados-Nações como no Equador e na Bolívia. Outra coisa é o movimento que, partindo de um diálogo com conhecimento tradicional destes povos, busca conceber e difundir o *Bem Viver* enquanto um projeto político-ideológico mais amplo e adaptável a outros contextos sócio-políticos e culturais.

O *Bem Viver*, neste sentido mais amplo, questiona o conceito eurocêntrico de “bem-estar” e, segundo Acosta (2016), deve ser visto enquanto uma ideia em construção, um conceito plural, aberto para se pensar alternativas de vida ao modelo moderno-ocidental (ACOSTA, 2016; QUIJANO, 2014; GUDYNAS, 2019). O *Bem Viver* questiona a ideia do progresso universal, sobretudo em sua visão mecanicista do crescimento econômico, e do pressuposto da existência de patamares (subdesenvolvido/desenvolvido) pelos quais todas as sociedades devem transitar para a obtenção de “bem-estar” (ACOSTA, 2016). Ele é uma proposta civilizatória que reconfigura o horizonte de superação do capitalismo, e principalmente a premissa de que o melhor “nível social” é alcançado deixando em liberdade cada indivíduo na busca por realização pessoal (negação do outro) em um ambiente de competição

(mercado) a partir da propriedade privada (ACOSTA, 2016). Pelo contrário, o *Bem Viver* é pautado no direito aos bens comuns, à natureza, à solidariedade e reciprocidade entre indivíduos. É uma proposta que desloca e contrapõe os princípios e as referências epistemológicas da cultura moderno-ocidental (ACOSTA, 2016).

Sendo um conceito plural e aberto, sua apropriação e utilização por movimentos sociais, grupos políticos, sociedade civil organizada podem ganhar contornos diferenciados em cada contexto, ainda que mantendo uma conotação central de apontar para a possibilidade de um bem viver que não seja medido pelos parâmetros modernos-ocidentais de “qualidade de vida”. Assim, ainda que concordando com o horizonte de contestação ao desenvolvimento que o *Bem Viver* nos traz, conforme ficou demonstrado, o cerne do debate se encontra justamente na racionalidade moderna-ocidental de se pensar o desenvolvimento. Por isso, para o escopo desta tese, o *Bem Viver* é entendido enquanto uma crítica e uma alternativa ao que designamos como *desenvolvimento moderno-ocidental*.

No entanto, é importante reconhecermos que, como disse Ailton Krenak² (2020):

Quando tiraram daquela cosmovisão uma ideia traduzida para o Espanhol e a chamaram de *Buen Vivir*, e depois, para o Português, como Bem Viver, a gente já fez tantas pontes, que nós nos aproximamos muito mais de uma coisa que é ocidental (KRENAK, 2020, p.8).

Krenak diz também que o Bem Viver é muito parecido com o debate sobre sustentabilidade (KRENAK, 2020). Certamente, ao sair do contexto histórico social na qual emergiu, a proposta tende a ganhar novos contornos e interpretações. Parece que ocorre com o *Bem Viver* no início do século XXI o mesmo que se passou com o desenvolvimento sustentável na década de 70. Partindo de uma crítica contundente cria-se um horizonte discursivo de contestação e de debate político amplo e polivalente, mais do que um conceito analítico operacionalizável. O *Bem Viver*, neste sentido, parece renovar as esperanças e as expectativas em um modelo alternativo de organização da sociedade, incorporando a problemática ambiental, mas trazendo novos elementos, principalmente relativos à questão da diversidade cultural e do

² Ailton Krenak é um dos líderes indígenas mais expoente da atualidade, com vários livros publicados e palestras gravadas disponíveis nas plataformas digitais. No Brasil é uma das principais referências indígenas de um pensamento para além do moderno-ocidental.

deslocamento da conceituação moderno-ocidental de qualidade de vida como métrica universal.

Assim, parece oportuno, desde já criar para esta tese uma distinção entre “qualidade de vida” enquanto um parâmetro vinculado ao *desenvolvimento moderno-ocidental* e de certa forma um índice que (por mais complexo que seja) representa uma padronização de uma métrica pretensiosamente universal para medir “bem-estar” ou “horizontes utópicos de futuros melhores”; e a concepção de “melhores condições de vida”, que é mais aberta a diversidade e multiplicidade dessas condições, e cujo julgamento de ser “melhor” é subjetivo e vinculado a perspectiva de cada grupo dentro de suas especificidades socioculturais. O *Bem Viver* será utilizado nesta tese exclusivamente para se referir a horizontes de “melhores condições de vida” diretamente vinculadas às populações tradicionais e que representem uma ruptura com os modelos modernos-ocidentais³.

Ainda que concordando plenamente com a necessidade do reconhecimento de múltiplos imaginários do que seja “melhores condições de vida” não necessariamente associado aos marcos da cultura moderno-ocidental no âmbito do debate sobre desenvolvimento, é importante reconhecer que: (I) a cultura moderno-ocidental tampouco é estática, monolítica e composta por atores sociais homogêneos que atuam em uníssono visando universalizar sua cultura por todo o globo. Em decorrência disso, (II) os discursos e concepções de desenvolvimento, mesmo os mais diretamente associados ao *desenvolvimento moderno-ocidental*, são heterogêneos e diversos; (III) intervenções específicas em nome do desenvolvimento são executadas e articuladas por uma diversidade de atores sociais em contextos de interações socioculturais e incluem uma ampla gama de interesses, objetivos e finalidades (ARCE; LONG, 2000; RADCLIFFE, 2006).

Neste sentido, é importante evitar a dicotomização radical entre cultura ocidental vs cultura local, como se ambas fossem entidades fechadas e em oposição (RADCLIFFE, 2006). As culturas não devem ser vistas como um corpo unificado de símbolos e significados e nem definidas unicamente por seus conteúdos (CLIFFORD,

³ É oportuno alertar o leitor que o bem-viver enquanto horizonte político e discursivo não está difundido nas comunidades tradicionais que foram analisadas por esta pesquisa. Dessa forma, ele é pouco utilizado nos capítulos III e IV.

2016; HALL, 2013; RADCLIFFE, 2006). Na realidade, as *identidades culturais* são repertórios de significados produzidas historicamente e ativamente contestadas em contextos relacionais específicos (CLIFFORD, 2016; HALL, 2013; MARCUS, 1991; SUNDBERG, 2007). Portanto, ainda que o *desenvolvimento moderno-ocidental* possa ser visto (como nos sugerem alguns antropólogos) enquanto uma tentativa de universalizar uma cultura específica, os programas, projetos e intervenções em nome do desenvolvimento vão gerando uma proliferação de hibridismos nos repertórios de significados nos diversos atores que participam desta articulação (ARCE; LONG, 2000; SUNDBERG, 2007; RADCLIFFE, 2006). A complexidade dos resultados culturais dessa relação não pode ser reduzida a uma equação simplista de oposição entre moderno-ocidental vs tradicional-local (ARCE; LONG, 2000; RADCLIFFE, 2006).

As próprias formulações do *Bem Viver*, reconhecem que a cultura indígena da qual essa concepção emerge é resultado de interação entre os povos originários e a sociedade moderno-ocidental (ACOSTA, 2016; QUIJANO, 2014; GUDYNAS; 2019). Gudynas (2019), por exemplo, nos diz:

(...) o conceito de Bem Viver nas opções defendidas pelas organizações cidadãs, especialmente aquelas próprias dos povos indígenas, tem como base um amplo diálogo ou **encontro intercultural**, na qual são sobrepostas novas concepções sobre o mundo social e natural. **Não é uma postura estritamente indígena**; aproveita alguns elementos de algumas culturas indígenas, e, por fim, se mistura à crítica existente nas margens da modernidade. Essa **hibridização** ou criação permite entender a potência dessas ideias na região andina, **bem como sua limitada penetração no Brasil** (GUDYNAS, 2019, p.267; grifos meus).

Outro exemplo é a própria ideia de desenvolvimento sustentável que apesar de ter emergido dentro da cultura moderno-ocidental e estar inscrita nesta mesma racionalidade (RIBEIRO, 1992), teve a capacidade de alterar a maneira pela qual o próprio ocidente enxerga o crescimento econômico e os projetos de desenvolvimento, ou, pelo menos, colocou em conflito diferentes abordagens. Este mesmo conceito também ecoou nas ditas populações locais de países não-desenvolvidos que passaram a utilizar o discurso do desenvolvimento sustentável para defender seus interesses e, inclusive, suas identidades culturais singulares e específicas (ALIER, 2007; LEFF, 2006). Incluindo aqui os seringueiros da Amazônia e o projeto das reservas extrativistas, que se deu a partir do encontro, do diálogo e da articulação

entre o movimento social dos seringueiros -com seus sabres, práticas e demandas- com o movimento ambientalista. Processo esse intimamente relacionado com a difusão e expansão o desenvolvimento sustentável enquanto horizonte utópico de futuro.

Ou seja, a relação moderno-ocidental vs tradicional-local é complexa e não redutível a dois polos excludentes e em oposição, pelo menos não do ponto de vista cultural. Não podemos cair na armadilha de pensar o local-tradicional como um espaço fechado e caracterizado por suas singularidades culturais. Inspirado em Massey (2017), podemos dizer que esta imagem de locais fechados/isolados portadores de característica culturais específicas e se defendendo/resistindo ao moderno-ocidental global é uma imaginação geográfica⁴ falaciosa.

Concordamos com Arce & Long (2000) que fazem uma importante distinção entre modernidade enquanto metáfora para novas e emergentes materialidades, significados e estilos culturais sempre em relação temporal com outras formas de organização social mais antigas, e a modernização enquanto pacote de medidas e técnicas institucionais visando ampla transformação social. A “modernidade” enquanto um conjunto de significados, discursos e práticas sociais nunca é um todo consistente, coerente e conciso. É importante não cair na armadilha de teorizar as mudanças sociais como uma formulação geral baseadas em algumas poucas forças condutoras (modernização) que atuariam em escala global de maneira uniforme a impactando todos os lugares (ARCE; LONG, 2000). Na verdade a aplicação em contextos socio-espaciais específicos do pacote da modernização - que pode ser visto aqui como sinônimo do que estamos chamando de *desenvolvimento moderno-ocidental* – gera uma dinâmica em que há contra-movimentos e resistências, mas também incorporação e apropriação de símbolos, práticas e discursos vinculados a “modernidade”, que são apropriados e retrabalhados em associação com as características culturais tradicionais, gerando híbridos de modernidades alternativas não completamente atreladas ao padrão ocidental nem completamente isolado deste (ARCE; LONG, 2000).

⁴ Imaginação Geográfica, segundo Massey, é uma forma como imaginamos e concebemos que o mundo seja organizado espacialmente. Nossa ação (e políticas) no mundo está fortemente vinculada a forma como imaginamos que o espaço seja organizado. Por isso a autora aponta a importância de desvendar as contradições contidas nas imaginações geográficas.

Acreditamos ser nesse espaço de encontro, de hibridização, de mistura e de diálogo intercultural que o debate do desenvolvimento deva ser colocado. Principalmente em relação aos povos e comunidades tradicionais da América Latina que segundo Haesbaert (2021) “por sua própria condição geográfica, vivem o hibridismo de maneira muito mais pronunciada ou são forçados e/ou encontram-se mais abertos à intensificação de trocas culturais (HAESBAERT, 2021, p.74). Assim, é necessário evitar uma dicotomização radical que coloca o desenvolvimento enquanto uma concepção intrinsecamente vinculado a cultura moderna-ocidental e as dinâmicas “globais” em oposição as *alternativas ao desenvolvimento* atreladas as culturas tradicionais e vinculadas as dinâmicas locais.

As reservas extrativistas são disso um exemplo. Se por um lado seu surgimento está diretamente relacionado à defesa do território seringueiro contra a expansão de uma pecuária extensiva, ou seja, em um movimento de resistência a projetos tipicamente vinculados ao *desenvolvimento moderno-ocidental* ou da modernização. Por outro, o arranjo das Reservas Extrativista enquanto política pública de conservação da natureza é fruto da incorporação do discursivo da sustentabilidade e da conservação ambiental amplamente difundidos internacionalmente e que representa uma das facetas da modernidade pela comunidade local. Assim, reservas extrativistas surgiram no Brasil fruto de um retrabalhamento (dos discursos ambientalistas), hibridização e articulação de práticas e discursos “modernos” com especificidades da cultural tradicional local.

De qualquer forma é importante reconhecer que a abordagem cultural traz alguns elementos importantes para discutir a problemática do desenvolvimento:

- (I) A ideia de modernidade enquanto sinônimo de um padrão sociocultural superior é uma falácia; a cultura moderno-ocidental não representa um estágio superior e mais avançado da humanidade e sua universalização enquanto caminho incondicional do desenvolvimento é um mito;
- (II) A diversidade cultural deve ser levada em consideração quando se pensa em “horizontes de futuros melhores”; Se sempre houve repertórios de significados diferentes entre as populações (grupos sociais), bem como sistemas de conhecimento e práticas heterogêneos, também é de se imaginar a possibilidade de horizontes de futuro em

que os parâmetros e critérios do que seja um padrão “mais avançado” ou “melhores condições de vida” não estejam presos as predeterminações estabelecidas por uma sociedade ou grupo social específico (moderno-ocidental);

- (III) As culturas não são monolíticas, coerentes e estáveis, pelo contrário são dinâmicas, relacionais e historicamente situadas; portanto, tanto a cultura ocidental quanto as culturas não ocidentais estão em constante dinâmica em um processo incessante de criação de novos significados e identidades, principalmente nos tempos atuais quando as relações entre diferentes atores nas mais diversas escalas espaciais estão se intensificando.

Os dois últimos pontos aqui elencados partindo dos debates trazidos pela abordagem cultural são centrais para discutirmos as reservas extrativistas. Isso porque a legislação brasileira explicitamente coloca as populações tradicionais como culturalmente diferenciadas, e busca, através das reservas extrativistas, impulsionar um desenvolvimento específico -frequentemente denominado de sustentável- para esta população.

1.4 AS POPULAÇÕES TRADICIONAIS NO CONTEXTO DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS

A legislação brasileira traz uma definição bastante abrangente de populações tradicionais, considerando que são grupos culturalmente diferenciados e que utilizam recursos naturais como condição para sua reprodução além de se auto reconhecerem como tais (BRASIL, 2007). Vale ressaltar ainda que as RESEX se destinam às populações tradicionais que não são classificadas a partir de critérios étnicos/raciais como são os casos dos quilombolas (negros) e dos indígenas (povos originários), sobre os quais já se enquadram outras legislações específicas (BARRETTO FILHO, 2006; ARRUDA, 2000; LITTLE, 2002). Segundo Barreto Filho (2006), populações tradicionais podem ser consideradas como uma categoria residual negativa abrangendo muitas populações com territorialidades específicas que foram invisibilizadas sócio-politicamente, mas que não se constituem por critérios étnicos. De acordo com Little (2002), do ponto de vista etnográfico e sócio-espacial a diferença entre os vários grupos ditos tradicionais - incluindo ribeirinhos, quebradeiras de coco, pescadores artesanais e seringueiros, dentre tantos outros - é tão grande que parece

inviável tratá-los dentro de uma mesma classificação ou de ser interpretada de maneira unificada e generalizante. Segundo este autor, a semelhança entre estes grupos estaria na sua trajetória histórica de territorialização, fortemente vinculada a uma marginalidade econômica, localizadas em áreas intersticiais dos epicentros econômicos regionais (LITTLE, 2002).

Mundialmente a discussão sobre populações tradicionais surge de dois processos distintos, um no âmbito dos direitos étnicos, onde a questão ambiental não necessariamente é central, e outro no movimento ambientalista (LITTLE, 2006). No Brasil, pelo fato de já haver políticas específicas para as comunidades indígenas e quilombolas, o uso nas políticas públicas do conceito de populações tradicionais ficou mais restrito ao debate ambientalista (BARRETTO FILHO, 2006). Assim, é um conceito que carrega uma ambivalência, pois reconhece direitos de grupos sociais que se auto declaram culturalmente distintos, mas com a exigência de que eles se enquadram no marco da sustentabilidade/conservação ambiental (BARRETTO FILHO, 2006; LITTLE, 2006).

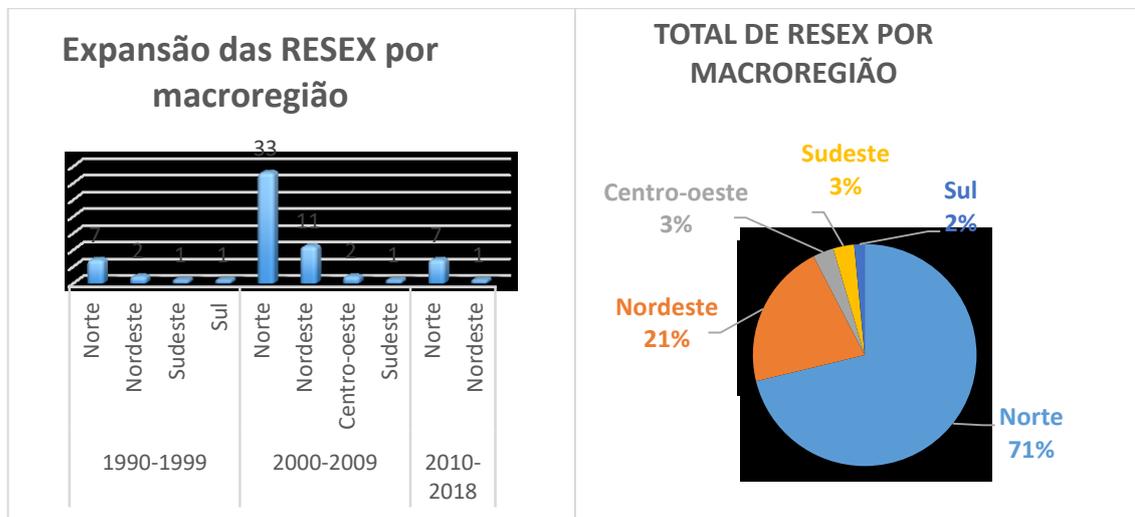
De fato, de maneira acentuada a partir da década de 80, os territórios das populações hoje reconhecidas como tradicionais passaram a ser invadidos por novas tecnologias industriais, de produção e transporte, alterando de maneira radical as antigas relações ecológicas e sociais estabelecidas e incorporando estas populações à economia nacional (LITTLE, 2002; DIEGUES, 2004a). Ou então, seus territórios foram transformados em unidades de conservação que restringem seus usos habituais (DIEGUES, 2000; ARRUDA, 2000). Este processo histórico levou essas populações a lutarem pela garantia de acesso aos recursos naturais de seus territórios e à articulação com o movimento ambientalista, que via nessas populações uma alternativa ao modelo de conservação e desenvolvimento vigente, acabou se mostrando um caminho viável e promissor, culminando com a construção/incorporação da identidade de populações tradicionais (LITTLE, 2002). Ou seja, em resposta tanto a programas de *desenvolvimento moderno-ocidentais* que impactavam diretamente seus territórios ou programas de conservação de caráter preservacionista, as populações afetadas abraçaram a identidade de tradicionais como possibilidade de r-existência⁵, garantindo acesso aos territórios e aos recursos

⁵ A grafia r-existência é inspirado no debate trazido por Porto-Gonçalves de que não se trata apenas de resistir contra uma exploração/dominação, pois a reação a ação alheia se dá sempre a partir de

naturais ainda que incorporando a demanda de serem parceiros da conservação ambiental.

Dessa forma as reservas extrativistas, uma das principais políticas que incorporam o conceito populações tradicionais, vão se difundindo por todo o Brasil, conciliando luta por reconhecimento territorial com os objetivos conservacionistas. Os gráficos abaixo dão um panorama da expansão das RESEX e sua distribuição espacial (Figura 1). Ao longo da década de 90 foram criadas algumas reservas extrativistas espalhadas por toda as regiões do país, mas com forte concentração na região Norte, no bioma amazônico onde a proposta inicialmente surgiu. Após a promulgação do SNUC em 2000, momento em que a política da RESEX passa por uma guinada mais conservacionista como demonstrado nas sessões anteriores, houve um crescimento significativo na criação de reservas extrativistas, cenário que muda a partir de 2010 quando passa a haver uma diminuição no ritmo de criação, mas ainda assim, fortemente concentrada na Região Norte.

Figura 1: Gráfico da expansão e distribuição espacial das RESEX no Brasil.



Fonte: Elaboração do autor com base no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (MMA, 2019). Nota: Não estão consideradas as RESEX criadas por atos do estado e municípios, apenas as que foram criadas e são geridas na esfera do governo federal.

De um total de 66 RESEX criadas pela esfera governamental federal, 47 delas encontram-se na Região Norte do país que, somadas com as que se encontram na região Nordeste representam, juntas, 92% de todas as RESEX federais do país (MMA,

algo preexistente. E partindo de uma existência e buscando criar condições para seguir existindo que se resiste, ou R-existe.

2019). Apenas 3 RESEX (5% do total) encontram-se nas regiões Sul e Sudeste em contextos socio-espaciais bastante diferentes da realidade amazônica tornando estas RESEX casos bem singulares.

Das 3 RESEX que se encontram na região Sul e Sudeste, duas abrangem ecossistemas de manguezais, em águas marinhas interiores. São elas: a Reserva Extrativista de Pirajubaé em Florianópolis, capital de Santa Catarina; e a Reserva Extrativista do Mandira em Cananéia – São Paulo. Essas RESEX são os casos empíricos analisados nesta tese. Uma importante especificidade a ser mencionada é que essas RESEX se encontram em ambientes marinho-costeiros, em um contexto no qual a discussão sobre direitos de acessos territoriais (privados vs comunitários) ganha contornos definitivamente diferentes comparadas aos territórios terrestres (PROST, 2019). Além disso, nestas regiões as populações tradicionais estão mais próximas das populações não tradicionais (sociedade urbano-industrial) e inseridas em fluxos mais intensos de intercâmbio (material e simbólico) com seu entorno⁶, colocando em xeque outra característica comumente associada às populações tradicionais de serem mais isoladas e marginalizadas economicamente dos centros regionais (DIEGUES, 2000; LITTLE, 2006). Este contexto acaba por gerar: (I) mudanças na atividade produtiva (ex. intensificação do uso dos recursos, inovações tecnológicas, mudanças de recurso alvo, acesso a novos mercados, *etc.*); e (II) disputas territoriais com outros atores sociais e projetos econômicos que almejam se apropriar do mesmo espaço (ex. pesca industrial, construção civil, turismo, *etc.*) (DIEGUES, 2004a).

É certo que a dependência dos recursos naturais por parte das populações tradicionais as aproxima bastante dos objetivos dos atores conservacionistas, e de que o conhecimento que estas populações detêm da dinâmica ecológica local, pela convivência frequente com o ambiente, possa contribuir diretamente com a gestão ambiental (DIEGUES, 2000; ARRUDA, 2000). Por outro lado, é importante reconhecer que há perda de autonomia por parte desses grupos, pois a proteção de seus

⁶A RESEX Alto Juruá no Acre, por exemplo, fica a 2-3 dias de barco (considerando a embarcação típica usada pela população local) da sede do município Cruzeiro do Sul, que por sua vez dista 631 km da capital Rio Branco por estrada; enquanto a RESEX Pirajubaé, está localizada na capital do estado de Santa Catarina, há menos de 7km do centro da cidade.

territórios está condicionada a sua função conservacionista (BARRETTO FILHO, 2006).

Neste sentido, há certa contradição no interior da política pública brasileira ao estabelecer as populações tradicionais como parceiras na conservação ao mesmo tempo que aponta a política conservacionista como estratégia de desenvolvimento para estas mesmas populações. O SNUC vincula os modos de vida das populações tradicionais à pequena produção familiar voltada para subsistência e condiciona a proteção de sua cultura apenas na medida em que não afete a integridade ecológica da área a ser protegida (BRASIL, 2000). Em uma clara conotação de congelamento, estagnação e imutabilidade tanto de suas características socioeconômicas quanto de sua vocação conservacionista (BARRETTO FILHO, 2006). Esta concepção parece inviabilizar o desenvolvimento no seu sentido amplo de mudança no tempo para melhor, além de contradizer os principais elementos que elencamos no item 1.3 de aceitação das transformações socioculturais e da importância de futuros múltiplos e abertos como consequência da diversidade e dinâmica singular de cada sociedade/cultura. Além disso, parece uma concepção deslocada do contexto de profundas alterações sociais e ambientais em que as populações tradicionais do Sul e Sudeste estão inseridas como demonstrado acima.

Afinal, sendo as reservas extrativistas uma política de conservação ambiental, é possível pensá-las também enquanto uma política de desenvolvimento? É possível conciliar uma visão em que as populações tradicionais representam uma identidade construída relacionalmente como parte da dinâmica sociocultural de uma população em busca de desenvolvimento (no sentido amplo do termo de mudança no tempo para melhor) com uma visão essencializada dos modos de vida de populações tradicionais como previamente estabelecidos e “naturalmente” conservacionista? As Reservas Extrativistas, enquanto política pública e realidade empírica, nos apresenta este desafio.

Cap. 2 – DESCOLONIZANDO E TERRITORIALIZANDO O DESENVOLVIMENTO (E A CONSERVAÇÃO) PARA MIRAR AS RESERVAS EXTRATIVISTAS – ESTABELECENDO UM ENFOQUE ANALÍTICO

“A história única cria estereótipos, e o problema com os estereótipos não é que sejam mentira, mas que são incompletos. Eles fazem com que uma história se torne a única história”

Chimamanda Ngozi Adichie

“Esse pacote chamado humanidade vai sendo deslocado de maneira absoluta desse organismo que é a Terra, vivendo numa abstração civilizatória que suprime a diversidade e nega a pluralidade das formas de vida, da existência e de hábitos”

Ailton Krenak

Propositadamente o capítulo anterior não busca esgotar o debate acerca do desenvolvimento, nem abarcar todos seus possíveis discursos e concepções. Tampouco servir como histórico preciso e linear na evolução deste conceito, até porque acreditamos que ainda hoje coexistem múltiplas e diferentes visões, propostas e paradigmas do que seja entendido por desenvolvimento. Entretanto, buscamos trazer algumas das principais polêmicas e controvérsias referentes a este debate. Sabemos que o tema é abrangente e de maneira consciente (e não inocente) a discussão mais aprofundada das diferentes estratégias de desenvolvimento enquanto sinônimo de crescimento econômico (também denominado de desenvolvimento econômico) não foi abordada.

Para o escopo desta tese nos parece suficiente apontar que o desenvolvimento, de maneira mais ampla e genérica, está associado a pensar as mudanças no tempo da sociedade em busca de melhores condições de vida (NISBIT, 1986; RIST, 2008). No entanto, em um determinado tempo histórico desenvolvimento ganha contornos mais específicos, através da constituição de um conjunto de discursos e práticas vinculados a “modernização” e aqui nesta tese designado em termos mais abrangentes como *desenvolvimento moderno-ocidental* (incorporando aqui as

múltiplas concepções de desenvolvimento enquanto crescimento econômico). Essa concepção hegemônica de desenvolvimento vem recebendo diversas críticas, como as trazidas pelo ambientalismo – culminando com o surgimento da concepção de *desenvolvimento sustentável* – e as críticas e contribuições das abordagens culturais, resultados nas formulações em busca das *alternativas ao desenvolvimento* (como o *Bem Viver*).

Reforçamos mais uma vez que, para o escopo dessa tese, essas três macro concepções do desenvolvimento não são interpretadas enquanto uma evolução linear ou temporal; que tampouco se substituem ou se superam umas às outras; e nem mesmo esgotam todas as interpretações possíveis sobre o tema. Ainda que concordemos com a maior parte das críticas ao *desenvolvimento moderno-ocidental* que o *desenvolvimento sustentável* e as *alternativas ao desenvolvimento* apresentam, esta tese não toma nenhuma dessas concepções como mais correta que as outras, ou como chave analítica interpretativa privilegiada. Pois pelo contrário, acreditamos que no campo discursivo e no conjunto de ações que impulsionam a dinâmica espacial nas reservas extrativistas essas três concepções coexistem. Apresentamos no capítulo 1 esse conjunto de concepções, quase que como tipos ideais, pois acreditamos com isso trazer à tona os desafios contidos na discussão entre desenvolvimento e conservação ambiental e na discussão entre desenvolvimento e diversidade cultural. Temas diretamente relacionados ao contexto das reservas extrativistas e das populações tradicionais que se beneficiam dessa política e que são o foco desta tese.

O presente capítulo busca trazer um encaminhamento teórico-analítico para abordar o tema, ou pelo menos apresentar um quadro explicativo que possa reenquadrar algumas das lacunas apontadas no capítulo anterior, e possibilitar a análise da realidade empírica das reservas extrativistas nos manguezais do Sul e Sudeste do Brasil. Inicialmente trazendo alguns elementos em que o pensamento descolonial pode contribuir neste debate para depois dialogar com o conceito de territorialidade humana enquanto uma possível categoria analítica para interpretar as práticas de desenvolvimento em sua multiplicidade sem esquecer seu caráter inerentemente espacial.

2.1 PENSAMENTO DESCOLONIAL E DESENVOLVIMENTO

O pensamento descolonial surge a partir de pensadores situados no sul global, ou pelo menos busca explicações partindo desta realidade geograficamente localizada (SANTOS; MENESES 2009; CASTRO-GOMEZ; GROSFOLGUEL, 2007). A abordagem oferece uma releitura do processo colonial e sua influência nos modos de ser, pensar, conhecer e agir (ESCOBAR, 2014; CRUZ 2018; MIGNOLO, 2018). Uma das propostas centrais é romper com o discurso eurocêntrico de que a modernidade foi um processo de emancipação, a partir do esforço e da razão, que estabelece um novo estágio no desenvolvimento da humanidade (DUSSEL, 2005; MIGNOLO, 2018). Segundo o ponto de vista descolonial, a modernidade se constitui em 1492, quando a Europa consegue criar, a partir do colonialismo, um sistema-mundo de intercâmbios no qual eles são o centro (DUSSEL, 2005). Até então, coexistiam sociedades e sistemas culturais, que embora se relacionassem a partir de intercâmbios, não constituíam redes tão integradas de relações. Pode-se dizer que havia um planeta com vários mundos, em que a Europa latina tinha um papel periférico (DUSSEL, 2005). O que sugere a abordagem descolonial é que a modernidade é inaugurada a partir da colonização, e essa relação desigual de poder é que garantiu à civilização ocidental um papel central no sistema-mundo emergente (QUIJANO, 2000; MIGNOLO, 2018). A narrativa de que a Europa se moderniza por esforço próprio, alcançando um estágio superior de desenvolvimento que deve ser universalizado e que justificaria a expansão colonial é um mito eurocêntrico da modernidade (DUSSEL, 2005; QUIJANO, 2000; MIGNOLO, 2018).

Partindo desta perspectiva o pensamento descolonial traz a ideia de que o colonialismo é parte integrante da modernidade e emerge no momento em que o mundo passa a ser integrado em um sistema mais unificado e interdependente de intercâmbios. Surge o *sistema-mundo moderno-colonial* em que o colonialismo é seu lado obscuro e ocultado (QUIJANO, 2000; GROSFOLGUEL, 2009).

A constituição da Europa como nova entidade/identidade histórica se fez possível, em primeiro lugar, com o trabalho gratuito de índios, negros e mestiços da América, com as avançadas tecnologias em mineração e agricultura e com seus respectivos produtos, o ouro, a prata, a batata o tomate o tabaco (...). América e Europa se produziram historicamente, assim, mutualmente, como as primeiras novas identidades geoculturais do mundo moderno (QUIJANO, 2000, p.54)

No entanto, apesar desta co-constituição modernidade/colonialidade a sociedade ocidental, partindo da relação desigual de poder e ocultando sua face sombria, propagou o mito eurocêntrico da modernidade que estabeleceu: os dualismos ocidental/não-ocidental, primitivo/civilizado, tradicional/moderno, homem/natureza; um evolucionismo linear e unidirecional de um estado de natureza até a sociedade ocidental; uma naturalização da superioridade cultural ocidental; uma distorção temporal das diferenças culturais de modo a caracterizar o não-ocidental como passado histórico (QUIJANO, 2000; DUSSEL, 2005). Todas essas operações intelectuais e os sistemas de saberes e de práticas sociais a elas articuladas são denominadas de colonialidade do saber/poder (QUIJANO, 2000). Dito em outras palavras, a colonialidade é a imposição dos saberes e fazeres, incluindo o sistema de classificação social e da natureza, da sociedade ocidental como sendo universais a todo um *sistema-mundo* que é diversificado e heterogêneo (MIGNOLO, 2018).

Sem dúvida que o *desenvolvimento moderno-ocidental* está intimamente relacionado com a colonialidade do poder e ao imaginário eurocêntrico da modernidade (MONTENEGRO GÓMEZ; ROCHA, 2017). Para Quijano (2000) essa matriz colonial de poder perdura no tempo, mesmo após o fim do colonialismo formal. Ou seja, após o fim da administração colonial direta e o surgimento de estados-nações independentes a colonialidade do saber/poder, baseada no mito eurocêntrico da modernidade e na imposição de uma classificação universal de caráter binarista (moderno/primitivo; homem/natureza; etc.) persistiu como geradora de assimetrias de poder na América Latina (QUIJANO, 2000; MIGNOLO, 2018).

Aliás, a criação dos estados-nação só ocorreu na América Latina a partir da continuada negação da sua fase oculta: as populações indígenas, negras e mestiças para os quais a questão da construção de uma identidade nacional (e até mesmo unidade) nunca foi bem resolvida (QUIJANO, 2000). A independência jurídico-administrativa destes países não alterou significativamente a colonialidade do saber/poder e as relações desiguais baseadas em dimensões raciais, étnicas e epistêmicas (GROSGUÉL, 2009; QUIJANO, 2000; MIGNOLO, 2018). Outra importante implicação desta releitura da modernidade/colonialidade é que as relações desiguais de poder não se dão exclusivamente na dimensão econômica da organização social. As assimetrias de poder não decorrem apenas do fato desses países terem emergidos na periferia do sistema-capitalista e da estrutura de classes

específica que surge com a expansão do capitalismo global (GROSFOGUEL, 2009). Estamos diante de uma pluralidade de relações assimétricas de poder que uma perspectiva econômica reducionista do sistema-mundo não é capaz de explicar (MIGNOLO, 2018). Segundo Grosfoguel (2009) trata-se de múltiplas e heterogêneas heterarquias de dominação política, epistêmicas, espiritual, linguística, racial e de gênero que se constituíram a partir da colonização, ou, nas palavras de Mignolo (2018): trata-se de uma matriz colonial de poder. Portanto, o horizonte de desconstrução ou de reversão das assimetrias que foram criadas a partir do surgimento do *sistema-mundo moderno-colonial* também se dá a partir de dimensões simbólicas, culturais e epistêmicas (GROSFOGUEL, 2009; QUIJANO, 2000; RADCLIFFE; RADHUBER 2020). Além, é claro, da dimensão econômica-produtiva cuja dinâmica está intimamente relacionada a estas outras dimensões da matriz colonial de poder (QUIJANO, 2000; MIGNOLO, 2018).

Se aceitarmos a proposta descolonial da co-constituição do moderno/colonial, a discussão sobre os povos e comunidades tradicionais ganha outro contexto. A ideia mesmo do tradicional, seguindo o padrão de classificação binarista eurocêntrico, remeteria a uma oposição – ou melhor, uma anterioridade – ao moderno (MIGNOLO, 2018). No entanto, se a modernidade surge a partir do encontro colonial, os povos tradicionais são tão modernos quanto os ocidentais, apenas posicionados no lado subalterno dessa relação assimétrica de poder. Entre estes povos/culturas temos uma relação que é inegavelmente contemporânea. Apesar de assimétrica e desigual, constituem-se relações que são dadas no mesmo tempo histórico. Classificar os povos/sociedades tradicionais como “atrasados” em uma suposta linha linear do tempo é uma imaginação falaciosa.

Se pegarmos como exemplo a constituição das populações tradicionais mais eminentes e relevantes na América Latina como as comunidades negras e os povos indígenas veremos que elas já nascem modernas. Que sentido faz pensar em identidades negras das populações africanas na África? Sabemos que existiam (e ainda existem) múltiplas etnias e identidades dos diferentes povos que viviam (e ainda vivem) na África. A propósito, é importante destacar que nas Américas embora sejam genericamente designados como negros, os escravos comercializados nas colônias provinham de diferentes etnias e povos (DARCY, 1995). No entanto, a identidade negra, articulada na América a partir de uma história comum do trabalho

forçado/escravo e de sua luta por emancipação, só emergiu após a constituição do *sistema-mundo moderno-colonial* e, portanto, é uma identidade intrinsecamente moderna.

Não menos diferente é a identidade Indígena, que é fruto da (i)racionalidade da civilização ocidental que ao desembarcar na América acreditava ter chegado na Índia, daí a denominação genérica de índios atribuída a uma diversidade de povos pré-colombianos que vivem nos territórios hoje denominados de América. Ainda que as diferentes etnias indígenas possam conservar suas singularidades étnicas e identidades próprias se distinguindo entre si, a identidade indígena e a luta pelos direitos indígenas só fazem sentido a partir da colonização e da constituição do *sistema-mundo moderno-colonial*, e, portanto, também é uma identidade cultural moderna.

Esta reinterpretação dos povos tradicionais não como atrasados, mas com identidades constituídas relacionalmente a partir do surgimento do sistema-mundo moderno-colonial em relações assimétricas de poder é importante (MIGNOLO, 2018). Primeiro porque desconstrói a ideia de que são um passado histórico e nos força a encará-los como contemporâneos, ou, como diria Massey (2008), seriam a expressão de uma heterogeneidade espacial coexistente, de uma coetaneidade. Segundo porque rompe com o discurso de que são anti-modernos ou pós-modernos (MIGNOLO, 2018). Na verdade, são, pelo contrário, identidades que se recriam e se reinventam a partir das relações desiguais que a modernidade/colonialidade constituiu (HALL, 2013; MIGNOLO, 2018).

A aceitação de que estas identidades são constituídas relacionalmente na modernidade é ainda mais importante no contexto das populações tradicionais das reservas extrativistas, uma vez que nessa situação não há nenhuma dimensão étnica/racial, que remeteria a tempos anteriores ao colonialismo. Ainda assim, não deslegitima a constituição de novas identidades ancoradas em singularidades culturais em busca de futuros outros que apontem para uma diversidade sócio-espacial capaz de incorporar, inclusive, a discussão sobre conservação ambiental, como vimos no item 1.4 do capítulo anterior.

Para a discussão sobre desenvolvimento, no seu sentido mais amplo, de mudança da sociedade no tempo em busca de melhores condições de vida, a

concepção proposta pela abordagem descolonial também traz importantes implicações. Principalmente por reenquadrar a discussão sobre a modernidade. Se, partindo da abordagem descolonial compreendemos que comunidades tradicionais e a sociedade moderna-ocidental são co-constituídas a partir de uma relação assimétrica de poder, não podemos mais sustentar um imaginário de futuro onde as diversas populações deixem de lado sua heterogeneidade para se tornarem moderno-ocidentais (como propõe o paradigma do *desenvolvimento moderno-ocidental*). No entanto, também nos sugere que imaginar futuros fora da modernidade ou da relação com a sociedade moderno-ocidental (como sugeriria uma visão radical das *alternativas ao desenvolvimento*), tampouco é um horizonte promissor. Qualquer que seja o horizonte de futuro, e mesmo que ele busque reverter as colonialidades do saber/poder e melhorar as condições de vida das populações tradicionais, ele se constituirá a partir de novas relações (espera-se que menos assimétrica) entre estas a sociedade moderna-ocidental e não a partir do isolamento. Dussel (2005), por exemplo, propõe que o horizonte de emancipação não seja mais a superação de um estágio atrasado ou indesejado, mas sim uma aceitação de que a co-constituição modernidade/colonialidade produziu relações desiguais entre povos e culturas. Segundo ele, é preciso criar oportunidades para que os diferentes povos/sociedades busquem se realizar mutuamente a partir do rompimento das relações desiguais de poder imbricados na colonialidade (DUSSEL, 2005).

Independente da aceitação ou não da utopia contida neste processo emancipatório proposto por Dussel (2005), a abordagem descolonial traz uma perspectiva mais bem encaixada para discutir o desenvolvimento no seu sentido mais amplo. Primeiro, porque é uma perspectiva que explicita a modernidade não como o um estágio específico, ou como descritor de um patamar a que se chega uma determinada sociedade (ou país), mas sim como a emergência de uma relação assimétrica de poder criada a partir do colonialismo. Portanto, é enganoso o horizonte de futuro prometido pelo *desenvolvimento moderno-ocidental* em que cada sociedade (ou país) isoladamente se desenvolva até se torna moderno aos moldes ocidentais. O padrão de vida e consumo das sociedades modernas-ocidentais são resultados das relações assimétricas que mentem com outros espaços, povos e culturas. E por isso que horizontes de futuros que tem por objetivo melhorar as condições de vidas das populações tradicionais precisam necessariamente reverter as relações assimétricas

constituídas pela colonialidade do saber/poder. Para estes povos e comunidades, o desenvolvimento em seu sentido amplo (ou a busca pelo *Bem Viver*) é um processo de resistência à colonialidade e de se criar novas articulações menos desiguais e assimétricas.

Segundo, porque ao dar visibilidade ao lado obscuro e ocultado da modernidade – sua contraparte colonial – permite-se lançar luz para as múltiplas trajetórias de modernidades singulares e especificamente localizadas. O processo de desenvolvimento que garantiu a sociedade moderna-ocidental (ou pelo menos parte dela) melhor “qualidade de vida”, representou para muitos povos tradicionais a espoliação de seus territórios, o trabalho forçado e as múltiplas hierarquias de poder impostas que certamente representam piores condições de vida. A impossibilidade da universalização do padrão de vida moderno-ocidental, e a fato de ele estar condicionado a relações assimétricas de poder, implica reconhecer que os horizontes de futuro que representam melhores condições de vida – e, portanto, objetivos de desenvolvimento em seu sentido amplo – devem ser múltiplos e heterogêneos. Cada povo, comunidade, grupo social com base em suas especificidades socioculturais e em sua trajetória socio-espacial específica, estabelece diferentes métricas, parâmetros e idealizações do que possa vir a representar melhores condições de vida. Ou seja, a abordagem descolonial nos abre os olhos para compreender que melhores condições de vida não devem ser representadas por um modelo/estágio pré-determinado, mas sim comportar múltiplos e heterogêneos horizontes de futuros não necessariamente vinculados ao padrão moderno-ocidental.

Terceiro porque o pensamento descolonial, ao explicitar que os povos e comunidades tradicionais são constituídos na modernidade a partir de uma relação assimétrica de poder, nos leva a aceitar que qualquer que seja o horizonte de futuro almejado, ele se construirá a partir de mudanças nas relações já estabelecidas entre povos/sociedades/culturas. A busca por melhores condições de vida para os povos e comunidades tradicionais implica em novas articulações entre atores, novas práticas sociais e, possivelmente, emergência de novas identidades. O desenvolvimento de povos e comunidades tradicionais não representam nem uma volta ao passado anterior a constituição do mundo moderno-colonial, nem uma trajetória completamente independente do mundo moderno-ocidental, muito menos a reprodução de um futuro enquanto um patamar/estágio previamente definido.

Assim, descolonizar o debate sobre o desenvolvimento é estar aberto para pensar as mudanças na organização social em busca por melhores condições de vida (ou caminhos para o bem viver) para além dos padrões moderno-ocidentais, sem esquecer de lidar e buscar reverter as assimetrias de poder que a colonialidade do saber/poder instaurou e de estar aberto a emergência de novas configurações socio-espaciais inovadoras fruto da articulação inédita entre povos/sociedades/culturas.

É oportuno dizer que embora a abordagem descolonial traga um enquadramento que consideramos adequado para discutir o desenvolvimento em seu sentido mais amplo, também é importante registrar alguns desafios nesta abordagem. Um primeiro ponto que requer muita atenção diz respeito a escala temporal desta interpretação. O pensamento descolonial propõe uma releitura macrossociológica em uma perspectiva de longa duração (CRUZ, 2018; RADCLIFFE; RADHUBER, 2020). Um dos pontos centrais da abordagem descolonial é a constituição do mundo moderno/colonial que data de 1492. No entanto, o marco temporal que apresentamos aqui para discutir o *desenvolvimento moderno-ocidental* é o discurso de Trauman de 1949. Entre um evento e outro se passaram não menos que 457 anos. Como sugere, Cruz (2017) um dos desafios do pensamento descolonial é justamente transacionar de conceitos que operam em uma perspectiva macroescalar e de longa duração histórica, e utilizá-los para a compreensão de experiências concretas que se dão em escalas temporais e espaciais mais reduzidas (CRUZ, 2017). Para o escopo desta tese é importante destacar que entendemos que o paradigma do *desenvolvimento moderno-ocidental* está intimamente inscrito na colonialidade do saber/poder, pois ele é fundado justamente na pretensa superioridade da sociedade moderno-ocidental e na expansão do seu modo de compreender (ontologia), conhecer (epistemologia) e agir (prática) no mundo. Além disso, as práticas do *desenvolvimento moderno-ocidental* acabam por fortalecer, reproduzir e expandir as colonialidades do saber/poder e as assimetrias de poder que elas implicam. No entanto, é oportuno destacar que o debate sobre desenvolvimento se apresenta em uma escala temporal e em uma dimensão sociocultural muito mais restrita do que a abordagem descolonial se propõe a explicar.

Ainda em relação a escala temporal do pensamento descolonial, Ribeiro (2011) chama a atenção para os perigos de uma subestimação da diversidade histórica, geográfica, política e cultural da experiência colonial, afinal, são mais de 300 anos de

estados-nações independentes que criaram múltiplas dinâmicas de poder. Incluindo uma antiga colônia da sociedade europeia (EUA) se tornando o centro político-econômico do que se denomina hoje de civilização ocidental. Segundo Ribeiro, não há dúvida da força da colonialidade, mas ela não deve ser encarada enquanto um elemento (ou estrutura) que sobre determina todas as esferas da vida social (RIBEIRO, 2011). Da importância de revisitar a história da modernidade evitando que ela seja contada a partir de um ponto de vista eurocêntrico como uma narrativa histórica de trajetória única em que as diferenças coetâneas são identificadas e classificadas como sequência temporal (MASSEY, 2008), não podemos cair na tentação de criar outra metanarrativa universalizante em que toda heterogeneidade espaço-temporal seja explicada pela força do colonialidade do poder (RIBEIRO, 2011). Cruz (2017), aponta para o fato de que a colonização do Brasil e dos países andinos, apesar de guardarem semelhanças entre si, são experiências diversas:

Tais realidades são muito distintas em termos de geobiodiversidades e sociodiversidades, além de oriundas de distintos processos de colonização. Esses diferentes projetos moderno-coloniais resultam em formações socioespaciais diversas, com construções de Estado-nação particulares, formações de classes, processos de hierarquização racial e gênero que constituem padrões de poder, formas de resistências e construções de diferentes sujeitos políticos e lutas descoloniais com muitas expressões e matrizes (CRUZ, 2017, p.29).

Este argumento nos remete ao segundo ponto delicado na discussão sobre descolonialidade e desenvolvimento, sua espacialização, ou melhor a falta dela. Isso porque ambos os conceitos/categorias possuem um enfoque na dimensão temporal. O primeiro (descolonialidade) buscando uma reinterpretação macrotemporal da modernidade e o segundo (desenvolvimento) visando conceitualizar, teorizar e instrumentalizar as mudanças da sociedade em direção ao futuro. Massey (2008) traz importantes contribuições no sentido de esclarecer a necessidade da não dicotomização tempo/espaço, e de que toda conceituação sobre temporalidade traz embutida em si, ainda que implicitamente, uma imaginação geográfica. Segundo Cruz (2017), o pensamento descolonial deve promover um giro espacial/territorial, pois as categorias, conceitos e noções geográficas estão sendo incorporada de maneira bastante precária e reduzida nesse debate. Ainda segundo este autor, conceitos como espaço, território e lugar são de grande potencial cognitivo e político e contribuiriam para o enriquecimento dos estudos descoloniais (CRUZ, 2017).

Assim, na revisitação da história da modernidade não podemos esquecer de lançar luz sobre sua dimensão espacial. É necessário não apenas romper com o eurocentrismo de uma narrativa única e linear, mas incorporar as heterogeneidades espaciais que decorrem destas novas articulações que se iniciam a partir do colonialismo. Afinal, nas palavras de Massey (2008):

(...) um dos efeitos da modernidade foi o estabelecimento de uma relação particular de conhecimento/poder que se refletiu em uma geografia, que foi também uma geografia do poder (os poderes coloniais/ os espaços colonializados) - uma geometria de poder de trajetórias entrecruzadas (MASSEY, 2008, p.101).

Lançar luz sobre a dimensão espacial é importante porque evidencia o entrecruzamento de trajetórias especificamente localizadas, o que nos remete inevitavelmente a uma heterogeneidade sócio-espacial que não pode ser explicada por uma trajetória única e universal (RADCLIFFE; RADHUBER, 2020). Cruz (2017) parece apontar na mesma direção ao argumentar que a leitura macroescalar e estrutural do pensamento descolonial é importante, mas que por vezes dificulta a compreensão multiescalar em termos espaciais e temporais de práticas e experiências concretas. Ainda segundo esse autor:

É fundamental construirmos uma leitura multiescalar que ao mesmo tempo seja capaz de compreender a colonialidade do poder, do saber, do ser e da natureza em termos macro e micropolíticos, tanto em termos de elementos estruturais como através das práticas e experiências cotidianas (CRUZ, 2017, p.31).

O que estamos sugerindo é que a espacialização da abordagem descolonial deve nos garantir não somente a legitimidade e abertura a outros povos e culturas de contarem sua própria história da modernidade/colonialidade (temporalidades), mas que os próprios lugares/territórios sejam encarados enquanto fruto do encontro e desencontro de diversas “histórias”, de trajetórias entrecruzadas que surgem da articulação singular de diferentes atores nas mais diversas escalas em relações assimétricas de poder que incluem a colonialidade. Isso nos abre inclusive ao desafio, como sugere Cruz (2017), de repensar a abordagem descolonial e seu enraizamento nas especificidades da formação socioespacial brasileira, que, apesar de guardar semelhanças, é diferente da realidade dos países andinos onde o pensamento descolonial se referencia e é ancorado (CRUZ, 2017).

Sintetizando, a aceitação da co-constituição da modernidade/colonialidade (premissa do pensamento descolonial) e das relações assimétricas de poder que daí derivam (denominada de colonialidade do saber/poder) não implicam uma estrutura que determina, a partir de uma interpretação dicotômica entre colonizados/colonizadores, os padrões da organização sócio-espaciais resultantes. Pelo contrário, evidencia a existência de múltiplas trajetórias (temporalidades) fruto de uma articulação singular entre sociedades/culturas a partir de relações assimétricas de poder que resultam em heterogeneidades espaciais. O pensamento descolonial, visto desta maneira, implica uma ruptura com a narrativa moderno-ocidental universalizante e a abertura para uma diversidade sócio-espacial contemporânea.

Pensar o desenvolvimento, neste contexto, implica a aceitação desta diversidade sócio-espacial como fruto da emergência de novas práticas e identidades a partir da interação –ainda que desigual – entre grupos culturalmente distintos. Significa reconhecer que o espaço é contestado simbólica e materialmente por uma heterogeneidade de grupos sociais contemporâneos e que os imaginários de futuros desejáveis e do que sejam melhores condições de vida – ou por assim dizer, objetivos do desenvolvimento – são múltiplos e heterogêneos e não determinados ou definidos pela sociedade moderno-ocidental. Buscar o desenvolvimento no sentido de melhorar as condições de vida das populações tradicionais implica reverter as relações assimétricas postas em prática através da colonialidade do poder/saber, e neste sentido, construir novas relações. Portanto, o futuro é aberto (e não um modelo/padrão pré-determinado) e emergirá, inevitavelmente, da interrelação entre grupos sociais culturalmente diferenciados, ainda que alguns atores – moderno-ocidentais – tenham mais poder na rede de relações e articulações postas em prática em nome do desenvolvimento.

Outra importante contribuição do pensamento descolonial para pensarmos o desenvolvimento nas reservas extrativistas diz respeito a maneira como a sociedade moderno-ocidental se relaciona com a natureza. No item 1.3 desta tese já explicitamos os debates em torno das questões ambientais e do desenvolvimento. Mas, ainda que nem todos os pensadores vinculados a abordagem descolonial tragam a questão ambiental de forma explícita, é importante compreendermos que a imposição de uma forma específica de conceituar a natureza (ontologia) de conhecê-la (epistemologia) e de agir/domina-la (prática) é um dos dispositivos da colonialidade do saber.

Mignolo (2018), por exemplo, aponta como o processo colonial e a colonialidade estão imbricadas em uma concepção moderna-ocidental de natureza como sendo externa ao homem e que sua dominação e uso utilitarista seriam uma condição para melhorar as condições de vida humana. Não resta dúvida de que o processo colonial foi marcado pela dominação e consequente destruição da natureza pela sociedade moderno-ocidental. A constituição da modernidade-colonialidade não apenas instaurou uma relação assimétrica entre povos/sociedades/culturas, mas também entre estas e a natureza (ESCOBAR, 2014; MONTENEGRO GOMEZ; ROCHA, 2017; GUDYNAS, 2019; ACOSTA, 2016; HAESBAERT, 2021). Parte constitutiva da colonialidade do saber/poder resulta desta tentativa de universalizar a concepção ontológica da natureza como uma entidade separada da esfera social, que pode ser conhecida a partir de uma epistemologia específica (ciência moderna), para então poder servir aos interesses humanos de maneira utilitarista (e mercantil).

No entanto, para muitos povos e comunidades tradicionais pensar em horizontes de futuro com melhores condições de vida não se restringe apenas a reverter assimetrias de poder das relações sociais entre povo/culturas/sociedades, mas também manter, construir ou retomar outro padrão de relação com a natureza em seus territórios (GUDYNAS, 2019; ACOSTA, 2016; ESCOBAR, 2014). É importante reconhecer que melhores condições de vida, para muitos grupos sociais, passam pela possibilidade de estabelecer (ou manter) vínculos não antropocêntricos e estritamente utilitarista com a natureza. Como bem explicitou Gudynas (2019) “a diversidade cultural caminha de mãos dadas com a heterogeneidade ecológica” (GUDYNAS, 2019, p.26). Sendo assim, o pensamento descolonial também nos ajuda a evidenciar que a imposição de um sistema único de valorização da natureza, partindo de uma concepção moderno-ocidental antropocêntrica e utilitarista é mais um dispositivo da colonialidade. Na verdade, precisamos estar abertos a compreender que a natureza possui múltiplos sistema de valoração que estão em contestação/disputa (GUDYNAS, 2019; ALIER, 2012). Pensar o desenvolvimento para além dos padrões moderno-ocidentais e visando reverter as colonialidades do saber/poder implica reivindicar sistemas outros de valoração da natureza que permitam outros tipos de relação com o ambiente como parte integrante de “melhores condições de vida” (ou do bem viver).

2.2 DAS CONCEPÇÕES ÀS PRÁTICAS: TERRITORIALIZANDO O DESENVOLVIMENTO

Assim como a abordagem descolonial, as concepções de desenvolvimento também estão fortemente vinculadas a uma dimensão temporal da evolução das sociedades e frequentemente associadas às análises macro-escalares. No entanto, como nos sugere Massey (2005), toda forma de imaginar o social traz em si uma concepção, ainda que implícita, de uma organização do espaço (afinal nenhuma sociedade é a-espacial) ou em suas palavras imaginações geográficas.

De uma maneira bastante genérica, olhando para os discursos/concepções de desenvolvimento que apresentamos até aqui do ponto de vista espacial temos o *desenvolvimento moderno-ocidental* como um paradigma em que todas as sociedades/culturas seguem os passos dos países ocidentais e “alcançam” a modernidade, entendida enquanto um estágio/patamar superior. Traz uma imaginação geográfica em que as localidades (em especial os estados-nações e suas regiões) estão atrasadas ou adiantadas em uma linha do tempo linear e universal (comum a todos). A concepção do *desenvolvimento sustentável* aponta para uma reorientação do desenvolvimento, incorporando a necessidade de levar em consideração a importância da manutenção das funções ecológicas e ambientais do planeta na garantia de um futuro com maior qualidade de vida para todos. Aqui há uma imaginação geográfica em que o crescimento econômico de determinadas localidades (ditas desenvolvidas) demanda recursos naturais de outras localidades; conseqüentemente não haveria espaço (recursos naturais) suficiente para que todos os lugares se desenvolvam com base no mesmo padrão socioeconômico dos países desenvolvidos. Na concepção oferecida pela abordagem das *alternativas ao desenvolvimento* há uma rejeição aos pressupostos e objetivos moderno-ocidentais, e uma tentativa de buscar um horizonte de futuro autônomo da esfera de influência dessa sociedade/cultural. A imaginação geográfica implicada nesta concepção é a da possibilidade de lugares constituídos por um isolamento espacial entre a sociedade/cultura diferenciadas, cada qual com sua trajetória específica e singular.

Por fim, temos o paradigma que esboçamos acima, derivado da abordagem descolonial, onde uma rede assimétrica de relação de poder vai alterando mutuamente as sociedades/culturas em um cenário onde algumas se beneficiam mais

que outras, e onde um horizonte de futuro utópico seja a criação de novas redes de articulação menos desiguais entre sociedades/culturas. Aqui o espaço é visto como heterogêneo e as localidades são constituídas a partir de uma rede de relações com atores externos às localidades; qualquer mudança na organização social depende de se estabelecer outros tipos de relações entre espaços interconectados.

No entanto, para além de uma discussão macro temporal e abrangente das diferentes concepções do desenvolvimento ou de futuros ideais, é importante reconhecer que as práticas de desenvolvimento são sempre especificamente localizadas ainda que sempre inseridas em contextos geográficos e culturais mais amplos (HART, 2004; WATTS, 2001). Certamente que as concepções e suas imaginações geográficas sobre o desenvolvimento são parte do discurso que legitima e reivindica as ações concretas, e, portanto, não devem ser desconsideradas. Afinal, a forma como imaginamos e idealizamos o mundo e nosso futuro influenciam as decisões e ações que são postas em práticas. No entanto, assim como nos sugere Hart (2004), devemos ir além da desconstrução ou apontamento de incongruências sobre as concepções e discursos do desenvolvimento e analisar como múltiplas forças se juntam, na prática, para produzir dinâmicas e trajetórias sócio-espaciais singulares (HART, 2004).

Essa argumentação que nos move para um olhar mais cuidadoso para as práticas do desenvolvimento e não apenas suas concepções, condiz com uma necessária espacialização da discussão sobre o tema. Para Radcliffe (2006) podemos analisar o desenvolvimento enquanto um conjunto de práticas intencionais visando produzir mudanças na forma de organização das sociedades. Ao analisarmos o desenvolvimento enquanto um conjunto de práticas, como sugere Radcliffe (2006), alteramos o foco do debate. De uma discussão sobre futuros utópicos de uma maneira abstrata e genérica (e certamente a-espacial), para uma abordagem que analisa os resultados específicos e heterogêneos (e necessariamente espacializados) das diversas práticas associadas ao desenvolvimento (RADCLIFFE, 2005).

Em termos do enfoque analítico desta tese, concordaremos com a proposta da Radcliffe (2006, 2015) para quem o desenvolvimento pode ser visto enquanto um conjunto de práticas intencionais, visando produzir mudanças na forma de organização das sociedades em busca de melhores condições de vida (RADCLIFFE, 2006). Partindo dessa perspectiva, se aceita a existência de uma pluralidade de

práticas associadas ao desenvolvimento que são articuladas em diferentes escalas, partindo de diferentes concepções e posições políticas e envolvendo diferentes atores (RIBEIRO, 2008; RADCLIFFE, 2005; PERREAULT, 2003). Este enfoque analítico facilita a análise empírica do desenvolvimento em cada contexto socio-espacial específico. Acreditamos ser uma proposta de análise bastante promissora no contexto das Reservas Extrativistas que, como demonstrado no capítulo 1, surge no contexto da difusão do *desenvolvimento sustentável* contra os resultados de projetos tipicamente de *desenvolvimento moderno-ocidental*, e que no cerne de seus objetivos dialoga diretamente com as *alternativas ao desenvolvimento (e o bem viver)* ao entrecruzar diversidade cultural (populações tradicionais) e conservação ambiental no debate sobre melhores condições de vida. Afinal, a dinâmica socio-espacial nas reservas extrativistas é resultado desse híbrido de ações e concepções que permeiam o debate sobre desenvolvimento.

Sendo assim, porque determinar de antemão os critérios para medir, avaliar e conceber o desenvolvimento se, como bem demonstrado nas sessões anteriores, as visões de futuros ideais variam entre diferentes grupos sociais? Ao focar nas intervenções e práticas específicas corre-se o risco de perder de vista uma visão mais abrangente de desenvolvimento enquanto um processo contínuo e inerente de mudanças sociais rumo ao futuro. Mas uma leitura tão abrangente de desenvolvimento também não incorreria no perigo de nos levar a uma categoria muito genérica, abstrata e fortemente vinculado a dimensão temporal das relações sociais? Por outro lado, focar nas práticas associadas ao desenvolvimento tem suas potencialidades, pois permite identificar os interesses e objetivos dos distintos atores e grupos sociais, bem como analisar as assimetrias de poder que existem em contextos e escalas espaciais (e temporais) mais específicas. Afinal, os múltiplos imaginários de futuros muitas vezes estão em disputa pela apropriação de um mesmo espaço.

Assim, acreditamos nos mover de uma interpretação em que o desenvolvimento é visto enquanto um conceito normativo – no sentido de estabelecer previamente seus parâmetros, e então passar a descrever, classificar e incentivar ações partindo de critérios pré-concebidos – para uma concepção de desenvolvimento mais aberta e relacional, no sentido de um convite a analisar o que é praticado em nome do desenvolvimento, sob quais justificativas, a partir de qual articulação de

atores e com quais objetivos. Até porque as práticas associadas ao desenvolvimento nunca foram homogêneas e muito menos executadas por agentes únicos, de maneira centralizada e em escalas previamente definidas (RADCLIFFE, 2015; PERREAULT, 2003). Desde grandes projetos de infraestrutura (centrais hidroelétricas, ferrovias, grandes projetos de mineração, etc.) normalmente executados por governos federais com financiamento de instituições transnacionais, à implementação de uma horta urbana em determinado bairro pelo poder público municipal com apoio da associação de bairro, passando pela instalação de uma montadora automobilística em determinada região a partir de incentivos fiscais estaduais, todas estas práticas estão associadas ao que podemos denominar de projetos de desenvolvimento: articulam atores visando mudanças intencionais na organização social buscando melhores condições de vida.

Um ponto importante de ressaltar diz respeito as escalas espaciais envolvidas nas práticas de desenvolvimento. Os exemplos trazidos (grandes obras de infraestrutura; instalação de uma grande empresa; horta urbana) não devem ser confundidos com uma simples mudança de escala: de um projeto nacional para um regional para um local. Assim como Cox (1998), consideramos que as políticas de escala não devem ser pensadas em termos areais. Isso porque a implementação da horta urbana pode ter sido concebida como resultado de um projeto voltado para segurança alimentar e sustentabilidade urbana promovido pela Organizações das Nações Unidas (ONU); o incentivo estadual para a instalação da montadora automobilística fruto de uma negociação do governador com uma grande empresa multinacional; e a implementação de uma mineração de larga escala na Amazônia pode vir a ser embargada judicialmente por mobilização de indígenas locais. Inversamente, e buscando trazer um último exemplo, indígenas da Amazônia brasileira podem se articular em uma rede internacional em prol dos direitos dos povos originários, e amparados pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) buscar em uma corte da ONU proteção aos seus territórios “locais”. Ou seja, a escala de execução do projeto não determina as escalas de articulação necessárias para sua implementação.

Assim, cada projeto de desenvolvimento é constituído a partir da relação de distintos atores, em diferentes escalas, que representam diferentes segmentos como: populações locais, empresários (grandes e pequenos), bancos, políticos, instituições

públicas, organizações da sociedade civil, etc. Esses atores muitas vezes defendem interesses distintos, partindo de concepções, posições políticas e identidades culturais heterogêneas, e, certamente, com diferenciada capacidade de intervenção no espaço (RIBEIRO, 2011; RADCLIFFE, 2006). Segundo Ribeiro (2011), esta articulação específica criada desde a concepção de um projeto de desenvolvimento até sua implementação pode ser interpretada enquanto um campo de poder. Um campo de poder é formado por diferentes atores e instituições e onde os discursos e as forças em jogo só fazem sentido em termos relacionais (RIBEIRO, 2011). Neste campo, há desequilíbrios, pois alguns atores como, por exemplo, grandes instituições internacionais, grandes grupos empresariais, têm maior capacidade de ação do que uma associação de moradores locais, por exemplo (RIBEIRO, 2011). Ainda que a maioria dos projetos de desenvolvimento sejam pensados por *outsiders*, a rede criada pelo campo de desenvolvimento acaba por envolver atores locais. No entanto, o poder concedido, no sentido de ser capaz de controlar os objetivos e interesses dos *outsiders*, incluindo o acesso ao conhecimento e informações que possibilitem aos atores envolvidos entender o que está acontecendo e avaliar os possíveis resultados das intervenções, muitas vezes é limitado, mas variam em cada campo específico (RIBEIRO, 2011). Nas palavras do próprio autor:

A estrutura e a dinâmica de cada campo de desenvolvimento estão marcadas por diferentes capacidades de poder e interesses que são articulados por meio de processos históricos de estruturação de redes (RIBEIRO, 2011, p. 111).

Ribeiro (2011) se refere especificamente às grandes obras de infraestrutura, e daí deriva sua discussão mais centrada na capacidade de atores locais de se envolverem com menores assimetrias no campo de poder criado por *outsiders* a partir dos projetos de desenvolvimento. Reconhecemos, no entanto, que projetos de desenvolvimento também podem ser concebidos por atores locais – no sentido de atores que já possuem vínculos simbólicos e materiais no espaço em que o projeto almeja se concretizar – ainda assim, um campo de poder emerge a partir da articulação com diferentes atores (empresas, instituições públicas, políticos) visando sua concretização.

Buscando novamente lançar luz sobre a dimensão espacial do desenvolvimento, em ambos os casos, projetos concebidos por *outsiders* ou por atores locais, as práticas de desenvolvimento criam uma rede de articulação entre

diferentes atores que tem por objetivo concretizar ações que inevitavelmente ocorrem em locais específicos. Não existem práticas de desenvolvimento a-espaciais.

Analisar a diferenciação espacial partindo das relações de poder nos remete no campo disciplinar geográfico aos conceitos de território e territorialidade (SACK, 2013; SOUZA, 2013; HAESBAERT, 2007; 2014). Segundo Souza (2013) o território é utilizado na geografia quando se quer pensar o espaço a partir da ótica das relações de poder. No entanto, mesmo na geografia há distintas concepções e definições em torno dos conceitos de território/territorialidade e sua operacionalização⁷ (SOUZA, 2013; HAESBAERT, 2014; 2021). Haesbaert (2021) inclusive distingue o território enquanto uma categoria de prática, relacionada a seu uso e concepção no senso comum; enquanto uma categoria normativa, relacionado as políticas territoriais do Estado; e enquanto uma categoria analítica. Sobre esta última o autor afirma:

Finalmente o território pode ser visto como categoria de análise, abordagem prioritária no âmbito acadêmico, em que território se transforma em um conceito teórico e metodologicamente elaborado através da reflexão intelectual (HAESBAERT, 2021, p. 131).

Nesta tese o território é entendido enquanto uma categoria analítica que auxilia e compreender a espacialização das relações de poder em relações as reservas extrativistas e as populações tradicionais nelas inseridas. Compreendemos o território como sendo fundamentalmente “um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (SOUZA, 2013, p.78).

Ainda que sem abrir mão dessa definição mais genérica, nesta tese utilizaremos a abordagem proposta por Haesbaert (2007; 2014; 2021), com destaque para dois pontos importantes em relação ao conceito de território. Primeiro é que o território tem sempre uma dupla conotação: material (funcional) e simbólica (HAESBAERT, 2007; 2014). Embora o território esteja sempre inscrito em uma dimensão material-concreta (espacial) ele sempre carrega em menor ou maior grau uma conotação simbólica. Segundo Haesbaert (2007):

(...) todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois as relações de poder têm no espaço um componente indissociável tanto na realização

⁷ Entendemos que para o escopo desta tese não caberia um debate mais aprofundado sobre as distintas concepções de território/territorialidade. Optamos por trazer apenas o conceito com o qual trabalharemos na tese. A quem interessar se aprofundar no debate sugerimos os livros: O Mito da Desterritorialização (2014) de Rogério Haesbaert e Abordagens e concepções de território (2013) de Marcos Aurélio Saquet.

de 'funções' [dominação/controlado material] quando na produção de significados [culturais/simbólicos] (HAESBAERT, 2007, p.23).

Segundo ponto importante em relação ao território é que apesar de ele sempre estar relacionado ao poder, é necessário compreender o poder em suas múltiplas dimensões e escalas. Leituras mais clássicas na geografia vinculam território exclusivamente ao poder político exercido pelos estados-nações. No entanto, essa é uma visão simplista que não incorpora as multiplicidades de poderes que geram processos de territorialização. Segundo Haesbaert (2007), o território diz respeito tanto ao poder no sentido mais explícito de dominação, como no sentido mais implícito e simbólico de apropriação. Ainda segundo este autor:

Podemos afirmar que o território, imerso em relações de dominação e/ou apropriação sociedade-espaço, desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação política-econômica mais 'concreta' e 'funcional' à apropriação mais subjetiva e/ou cultural-simbólica. (...). Enquanto *continuum* dentro de um processo de dominação e/ou apropriação, o território e a territorialização devem ser trabalhados na multiplicidade de suas manifestações – que é também, e sobretudo, multiplicidade de poderes, neles incorporados através dos múltiplos sujeitos envolvidos (...) (HAESBAERT, 2007, p.21-22).

Compreender o poder em sua multidimensionalidade e não reduzir exclusivamente ao político, permite pensar os territórios e suas mais diversas escalas. O território é o resultado da apropriação espacial por algum agente que, ao se apropriar do espaço, exerce sobre ele algum tipo de poder (HAESBAERT, 2014). Esses agentes podem ser o Estado com sua dominação mais formal/institucionalizada, ou uma empresa e seus processos de apropriação mais econômicos-sociais, mas também podem ser, por exemplo, populações tradicionais. Estas, segundo Haesbaert (2007), ao se apropriarem do espaço conjugam uma apropriação mais funcional/material do espaço (como base de recursos necessários à sua reprodução socioeconômica) com uma profunda identificação que recheia o espaço de referentes simbólicos fundamentais à manutenção de sua cultura. Há, portanto, múltiplos territórios, desde os vinculados ao poder político e ao controle espacial funcional exercido pelos estados, até os territórios frutos de uma apropriação do espaço por grupos subalternos e marginalizados que preenchem o espaço vivido com referenciais simbólicos e culturais. Inclusive, é justamente uma separação demasiada rígida entre territórios a partir de relações de poder em um sentido mais concreto/funcional e de territórios a partir de relação de poder mais simbólicas que

nos levam a ignorar a riqueza das múltiplas territorialidades em que estamos imersos (HAESBAERT, 2007).

Aliás, aqui é importante fazer uma distinção entre território e territorialidade. Alguns autores reduzem a territorialidade a dimensão simbólica do território (HAESBAERT, 2007; 2014). A territorialidade é de certa forma mais ampla que o território, se referindo a condição de existência de um território, incluindo a dimensão “vívda” do espaço e seus aspectos simbólicos (HAESBAERT, 2007). Esta concepção é inspirada nas ideias de Sack (2013 [1986]), para quem a territorialidade é: “a tentativa, por indivíduo ao grupo, de afetar, influenciar ou controlar, pessoas, fenômenos e relações, ao delimitar e assegurar seu controle sobre certa área geográfica” (SACK, 2013, p.76). A territorialidade é a estratégia para controlar (se apropriar/dominar) o espaço, e está intimamente relacionada ao modo como as pessoas utilizam a terra, e como elas próprias organizam o espaço e dão significado ao lugar (SACK, 2013 [1986]; HAESBAERT, 2007).

Partindo desta concepção sobre território/territorialidade podemos analisar a multiplicidade de territórios – e de territorialidades – que podem coexistir num mesmo espaço, alimentando ou não disputas territoriais (HAESBAERT, 2007; 2014). Afinal, diversos grupos sociais e atores estão colocando em prática estratégias buscando o controle/apropriação/dominação do espaço. Assim, abrimos a oportunidade de pensar em múltiplas territorialidades sobrepostas, contraditórias e/ou complementares, que são resultado da ação, cooperação e conflito entre indivíduos e grupos sociais que se apropriam do espaço (COELHO, *et al.*, 2009; HAESBAERT, 2014). No caso das Reservas Extrativista, por exemplo, conseguimos distinguir com facilidade: de um lado um território mais formal/funcional e institucionalizado da reserva enquanto uma área protegida, definida por lei, com limites bem definidos e com estratégias de controle/dominação comandadas pelo Estado – através dos instrumentos de gestão da reserva e das ações de manejo e fiscalização pelos agentes públicos; e de outro lado, a territorialidade da população tradicional que se constituí através das suas estratégias para a apropriação material e simbólica do espaço.

É claro que essa apropriação do espaço pela população tradicional também engendra a construção de territórios, mas aqui preferimos nos referir a territorialidade para enfatizá-las enquanto estratégia de apropriação do espaço, o que é mais dinâmica, menos formal e intimamente relacionado ao “espaço vivido” por esta

população. Além disso, também porque nesse caso estamos menos preocupados em estabelecer limites e fronteiras da área que corresponderia a este território e mais atentos a desvendar os processos e ações relativos a esta apropriação do espaço pela população tradicional. Apesar da territorialidade da população tradicional estar sobreposta ao território da RESEX, não é difícil notar que elas não são congruentes nem semelhantes e, como explicitaremos nos capítulos 3, podem inclusive estar em conflito.

Partindo desta concepção de território/territorialidade, também podemos dizer que as práticas de desenvolvimento que se caracterizam por serem uma disputa/negociação entre atores buscando apropriação de espaços, são, portanto, processos de territorialização. Haesbaert (2021) salienta que, no contexto da América Latina, devido a pluralidade cultural e a forte presença de populações tradicionais, os territórios se constituem sempre em uma tensão entre territorialidades mais eurocêntricas e de dominação hegemônica e territorialidades ligadas a grupos mais subalternos, construídas a partir de uma outra abordagem epistêmica, com maior carga simbólica-cultural e a partir de práticas mais ou menos subversoras daquelas propagadas pelos grupos hegemônicos (HAESBAERT, 2021). Ainda segundo Haesbaert (2021) estes povos e comunidades tradicionais:

(...) de longa data transformam o espaço e elaboram territorialidades pautadas em um sentido distinto àquele de muitos grupos hegemônicos, o do território como território de vida (humana e não-humana), condição da própria existência do grupo (HAESBAERT, 2021, p.139).

Nos parece que essa dicotomia é bastante presente também nas práticas de desenvolvimento onde projetos baseados nas concepções mais vinculadas ao *desenvolvimento moderno-ocidental* estão em tensão e disputa territorial com projetos de desenvolvimento mais híbridos, forjados a partir e em articulação com as populações tradicionais, imbuídas de valores mais heterogêneos e menos vinculados a sociedade moderna-ocidental. Daí a importância de analisar não somente a articulação em si em prol da concretização de cada projeto no sentido da identificação de atores, dos discursos e das desigualdades constituídas dentro deste campo de poder, como sugere Ribeiro (2011), mas também as dinâmicas territoriais que decorrem dessas práticas em nome do desenvolvimento. Possibilitando assim a compreensão de que as assimetrias de poder existentes, bem como as possíveis

exclusões ou empoderamentos de grupos socioculturais não cessam após a implementação do projeto. Pelo contrário, a dinâmica sócio-espacial que decorre das práticas de desenvolvimento aponta para novas disputas e tensões territoriais.

Muitas vezes as próprias identidades são constituídas a partir da articulação em torno das práticas de desenvolvimento ou em decorrência da dinâmica territorial que ela implica. Aqui, cabe explicitarmos um pouco mais o que se entende por constituição de identidades sociopolíticas. É importante destacar de antemão a necessidade de uma visão não essencializada das identidades. Elas nunca devem ser vistas enquanto completamente determinadas, unificadas e fixas, mas sim enquanto um processo sempre em construção, constituídas através de múltiplos discursos e práticas em redes assimétricas de poder (PERREAULT, 2003; SUNDBERG, 2007; CRUZ, 2007; HALL, 2013). O que não significa uma visão simplista em que identidades são descartáveis ou criadas aleatoriamente, mas sim que elas são constituídas na e a partir da ação de sujeitos histórica e geograficamente situados (SUNDBERG, 2007; PERREAULT, 2003). Neste sentido é preciso reconhecer, assim como aponta Sundlberg (2007), de que as identidades devem ser entendidas como resultado de articulações políticas e culturais em contextos específicos e não algo que que já está dado de antemão.

Concordamos com Cruz (2007) para quem a temática da identidade é complexa e portadora de uma grande ambiguidade teórica e política. Para este autor – e para esta tese – devemos pensar a identidade sempre enquanto construção histórica, constituída relacionalmente a partir de posicionamentos políticos e sociais estratégicos (CRUZ, 2007). Aceitar a constituição de identidades enquanto processo relacional implica reconhecer que elas são constituídas a partir de uma alteridade com um exterior constitutivo, e nunca exclusivamente pelas suas características internas ou autossuficientes. Como afirma Hall (2013), uma identidade nunca pode ser definida apenas pelo seu conteúdo interno, mas sempre a partir de um processo de distingui-la em um contexto sociopolítico específico, mediado por relações de poder. Assim, nas palavras de Cruz (2007):

Portanto não é possível estudar a identidade de qualquer grupo social apenas com base na sua cultura, ou no seu modo de vida, nas suas representações de forma introvertida e auto-referenciada, **pois as identidades e os sentimentos de pertencimento são construídos de maneira relacional e contrastivas (...)** (CRUZ, 2007, p. 106).

Além de relacional, é importante compreender que a construção de identidades é estratégica e posicional. Isso implica reconhecer que as identidades emergem, são contestadas e negociadas a partir de relações singulares e assimétricas de poder (CRUZ, 2007). Ainda segundo Cruz (2017): “As identidades emergem no interior do jogo de mobilidade específicas de poder, e são assim mais o produto de marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma unidade idêntica, naturalmente constituídas” (CRUZ, 2007, p.107). Ou seja, as identidades não existem em si mesmas, independentemente das estratégias de afirmação (ou marginalização) dos atores sociais envolvidos (CRUZ, 2007; HALL, 2013).

Compreender a identidade como não essencializada, mas constituída relacionalmente a partir de um posicionamento político estratégico, é fundamental para pensarmos as reservas extrativistas. Enquanto política pública as reservas extrativistas estão intimamente relacionadas e emergência dos ‘povos e comunidades tradicionais’ enquanto uma identidade desses grupos sociais. Importante notar que mesmo no Acre onde a proposta surgiu ou nos manguezais do Sul e Sudeste brasileiro onde iremos analisar as RESEX haviam outras identidades em jogo – seringueiros e pescadores artesanais (também elas constituídas por processos específicos) –, mas o que importa aqui enfatizar é que a identificação enquanto “populações tradicionais” é resultado de uma articulação específica. A saber:

- (I) É um processo historicamente situado, fruto da articulação do movimento ambientalista com os movimentos sociais a partir de década de 70.
- (II) É uma identidade constituída relacionalmente. Os seringueiros e pescadores artesanais se identificam e/ou são identificados enquanto população tradicional pelo seu modo de vida específico (e suas supostas virtudes conservacionistas) em contraposição a outros modos de vida mais vinculados ao paradigma moderno-ocidental.
- (III) É também uma identidade que apresenta um posicionamento político estratégico, pois permite a essas populações acesso a políticas públicas que garantem direitos territoriais e criam a possibilidade de maior respaldo na articulação com outros atores/instituições.

Diante do exposto, acreditamos, enfim, poder analisar cada umas das reservas extrativistas nos manguezais do Sul e Sudeste a partir do debate sobre o

desenvolvimento. Uma política pública que surge buscando consolidar uma nova forma de organização social das populações tradicionais em busca de melhores condições de vida garantindo a conservação ambiental é sem dúvida um espaço privilegiado para esse tipo de análise.

Para isso, enquanto enfoque analítico, consideramos que as práticas de desenvolvimento – neste caso as reservas extrativistas – são processos de territorialização que emergem da articulação específica de grupos sociais política e culturalmente diferenciados, objetivando alterações intencionais na organização e práticas sociais em busca de melhores condições de vida, e que nesse processo identidades, consenso e conflitos emergem e se negociam.

Allegratti (1992), deixa muito claro que as reservas extrativistas:

(...) constituem uma intervenção planejada na realidade, no sentido de alterá-la; (...) [*visando*] mudanças nas condições econômicas e sociais das populações que ali vivem, através da introdução de novos sistemas de comercialização, de escolas e de atendimento à saúde e de tecnologias inovadores (ALLEGRETTI, 1992, p.17 e 18).

Ou seja, são claramente o que designamos aqui como práticas de desenvolvimento. Também é Allegratti (2008) que afirma: “a identidade ambiental do movimento [*dos seringueiros*] surgiu depois, fruto da aliança externa que realizaram com o segmento do ambientalismo internacional” (p.57). Porto-Gonçalves também diz que:

(...) a construção da identidade seringueira não estava dada *a priori*: ela foi sendo tecida nos embates concretos que os seringueiros se viram obrigados a travar nas circunstâncias singularíssimas dos anos setenta/oitenta (tempo) nas regiões do vale do rio acre, ao longo das BRs 364 e 317, no estado do Acre (espaço) (PORTO-GONÇALVES, 1999, p.71)

Portanto, fica evidenciado que a identidade das populações tradicionais emerge a partir do processo articulatório que culminou com a criação de reservas extrativistas, especificamente na sua associação com o movimento ambientalista, e não representa uma identidade prévia já constituída.

O processo de territorialização a partir da criação das reservas, além de estabelecer novas identidades, cria novas relações de poder entre os grupos sociais envolvidos. Estes territórios não são estáticos, mas, pelo contrário, representam múltiplas territorialidades em tensão, fruto da articulação de diferentes atores que

buscam se apropriar daquele espaço. Compreender as reservas extrativistas enquanto política de desenvolvimento é analisar como elas, enquanto arranjo institucional (leis, normas, instrumentos de gestão), influenciam e negociam práticas de desenvolvimento que afetam territorialidades previamente constituídas, inclusive as que decorrem de sua criação.

2.3 AS RESERVAS EXTRATIVISTAS NOS MANGUEZAIS DO SUL E SUDESTE DO BRASIL – ESTABELECENDO PERGUNTAS *SULEADORAS*⁸

Partindo da discussão que trouxemos até aqui, podemos voltar nosso olhar para as reservas extrativistas nos manguezais do Sul e Sudeste do Brasil. Essas RESEX encontram-se em ambiente costeiro-marinhos, em contexto socioambiental bem diferente dos seringais amazônicos onde a política inicialmente surgiu. Assim, um primeiro ponto importante é compreender como a política das reservas extrativistas, e conseqüentemente o discurso de proteção de territórios tradicionais associado à conservação ambiental, migrou dos seringueiros da Amazônia para os pescadores artesanais da costa atlântica. Inclusive porque a RESEX Pirajubaé foi a primeira reserva marinha decretada no Brasil em 1992.

Este é um ponto importante da discussão, afinal os modos de vida, práticas sociais, imaginários de futuro e a identidade cultural entre os seringueiros da Amazônia e os pescadores artesanais do litoral atlântico são, certamente, muito distintos entre si. Isso não implica, de forma alguma, um questionamento da legitimidade ou do estabelecimento de graus de tradicionalidade dessas populações. Muito pelo contrário, apenas reforça que em ambos os casos a constituição da identidade enquanto população tradicional não é um dado de antemão, mas uma construção relacional. A possibilidade de um diálogo privilegiado com outros atores e a busca por acesso a uma política diferenciada é parte constitutiva da identidade das populações tradicionais, ainda que para isso tenham que incorporar a sustentabilidade, a conservação e outros discursos/práticas que advêm do campo ambientalista. Portanto, largamente inspirado em Massey (2008), podemos dizer que essas identidades são contemporâneas (no sentido de estarem sendo criadas agora),

⁸ Em contraposição a ideia de nortear, trazemos o termo *sulear*, também significando a intenção de dar uma direção, um sentido. Mas, encorado na abordagem descolonial, o termo *suleadoras* explicita a fuga de uma lógica eurocêntrica-ocidental em que o norte seja uma referência universal.

fruto do encontro de diferentes trajetórias entre populações em locais específicos e singulares.

Reconhecer que a tradicionalidade não é uma característica inata e previamente estabelecida ou um descritor social, mas sim a construção de uma identidade coetânea e relacional nos remete a compreender, caso a caso, o contexto no qual uma articulação singular de trajetórias culminou com esta identificação por parte de uma população específica. Afinal, por que nem todos os pescadores artesanais se autodenominam ou são reconhecidos como população tradicional? Qual trajetória culminou na emergência desta identidade nas comunidades em que a política das RESEX foi implementada?

É preciso ressaltar ainda que, embora seja uma condição, o reconhecimento e identificação enquanto população tradicional não garante o estabelecimento de uma Reserva Extrativista. Por exemplo, há várias populações que se reconhecem enquanto tradicionais, e que não estão em busca da criação de reservas extrativistas e há outras tantas comunidades tradicionais que, mesmo buscando ser contempladas por essa política, não foram atendidas pelo poder público (VIVACQUA, 2018). Como explicitado no capítulo 1, as RESEX fazem parte da política pública nacional voltada para a conservação da biodiversidade. O reconhecimento enquanto população tradicional é um primeiro passo, mas nem sempre a articulação com diferentes atores como instituições públicas, cientistas, ambientalistas etc., tem poder para garantir a implementação de uma reserva extrativista. Afinal, por se tratar de uma política nacional, e segundo a legislação vigente, as RESEX devem ser criadas por lei ou decreto, demandando a assinatura de ninguém menos que o presidente da república.

Assim, a própria criação de cada uma das reservas extrativistas pode ser entendida enquanto um projeto de desenvolvimento fruto da articulação específica de atores sociais. De alguma forma comunidades do litoral do Sul e Sudeste do Brasil se apropriaram desta política que surgiu na Amazônia e consideraram viável e promissora a proposta de aliar proteção de territórios tradicionais com conservação ambiental. De alguma forma os pescadores, agora reconhecidos enquanto população tradicional, conseguiram se articular com atores sociais e instituições possibilitando a criação de reservas extrativistas nos manguezais do Sul e Sudeste do Brasil. Que

rede de atores foi criada? Quais eram os interesses dos atores envolvidos? Quais tensões/disputas emergiram?

Com base nestas indagações, podemos formular uma primeira questão que *suleará* nossa análise: **como, com quais objetivos e quais foram os atores e instituições que se articularam possibilitando a criação das Reservas Extrativistas nos manguezais do Sul e Sudeste do Brasil?** Ao mapear esta rede de atores e seus interesses acreditamos ser possível identificar como as diferentes concepções de desenvolvimento e de conservação se articularam, bem como apontar as tensões/conflitos e consensos/cooperações que resultaram na criação dessas reservas extrativistas.

No entanto, embora a criação das RESEX em si, possa ser vista como a consolidação de um projeto de desenvolvimento, sua criação não é, de forma alguma, um ponto final, mas sim um processo dinâmico de territorialização. Na verdade, a criação das RESEX estabelece múltiplos territórios/territorialidades. Por um lado, um território com limites rigidamente definidos por um decreto federal com base em coordenadas geográficas, gerido por instituições públicas (ainda que em parceria com comunidades locais). Por outro lado, a territorialidade da população tradicional. O mesmo espaço é, ao mesmo tempo, território federal sob gestão do Estado voltado para a conservação ambiental e território de vida de uma população tradicional, fruto de sua apropriação material e simbólica. Certamente essas territorialidades não possuem dinâmicas idênticas. Afinal, o Estado tem suas racionalidades burocráticas, regras e arranjos específicos de funcionamento, enquanto a apropriação da população tradicional aos recursos naturais é influenciada por fatores socioeconômicos e ambientais que atuam em diferentes escalas (COELHO, *et al.*, 2009; DIEGUES, 2004a; PIMENTEL; RIBEIRO; 2016).

A identificação desta múltipla territorialidade é importante para pensar a RESEX enquanto política de desenvolvimento. Isso porque, apesar das RESEX terem o duplo objetivo de proteger os territórios de populações tradicionais e garantir a conservação ambiental, os imaginários de futuros, os objetivos almejados com a implantação das reservas e os valores simbólicos envolvidos, não são os mesmos entre os principais atores que constituem estas territorialidades: as populações tradicionais locais e os órgãos públicos.

O arranjo institucional das RESEX prevê mecanismos específicos de gestão como a constituição de conselhos deliberativos, planos de manejo e outros mecanismos de gestão desse território como fiscalização e licenciamento ambiental. No entanto, o grau de participação e envolvimento da população tradicional nestes mecanismos de gestão é variável (BRASIL, 2000; BRASIL, 2002; ICMBIO, 2014). Muitos desses instrumentos são fortemente centralizados pelos atores estatais (TEBET; MICAELA; MEDEIROS, 2018; ALMEIDA, *et al.*, 2018). Segundo Almeida *et al.*, as normas e regras para a gestão territorial das RESEX estão cada vez mais voltadas para garantir a conservação ambiental sob a ótica da ecologia e da biodiversidade, retirando autoridade e legitimidade das populações locais em definirem os parâmetros do seu “bem viver” (ALMEIDA, *et al.*, 2018).

Além disso, o território das populações tradicionais, mesmo que protegido pela RESEX, sofre frequentemente pressão externa por apropriação destes espaços, ou seja, representam territórios e territorialidades em disputa. Como já foi destacado, a própria criação das reservas extrativistas é um movimento visando a proteção dos territórios tradicionais às ameaças externas. Além disso, são vários os projetos de desenvolvimento, propostos pelos mais diversos atores, que possuem condições de criar conflitos territoriais com as RESEX. Portanto, o arranjo institucional das RESEX, que em si já não é homogêneo, frequentemente se articula com outros atores na negociação de projetos de desenvolvimento com capacidade de impactar as territorialidades já constituídas.

Este debate nos leva à segunda pergunta *suleadora* para analisar cada uma das RESEX: **A participação do arranjo institucional das RESEX na negociação de projetos de desenvolvimento que afetam suas territorialidades tem diminuído as assimetrias de poder em favor das populações tradicionais?** Essa pergunta tem dupla conotação. Se desdobra em analisar e identificar os projetos propostos por *outsiders*, e que incidem diretamente sobre as territorialidades já constituídas nas RESEX, mas também analisar como o arranjo institucional da RESEX lida com os projetos de desenvolvimento propostos pela própria comunidade local. O arranjo institucional da RESEX coloca em articulação, no mínimo, o Estado e população tradicional. Analisar como a instituição RESEX lida com os projetos de desenvolvimento propostos pela própria comunidade tradicional, que não necessariamente são articulados exclusivamente em escala local, pode nos apontar

para uma assimetria de poder interna à própria instituição, bem como explicitar os diferentes interesses, discursos e concepções dos atores envolvidos com a gestão da RESEX.

PARTE II – AS RESERVAS EXTRATIVISTAS NOS MANGUEZAIS DO SUL E SUDESTE DO BRASIL

Após termos apresentado o tema das reservas extrativistas inserido no debate em torno do desenvolvimento, da conservação e das populações tradicionais na primeira parte da tese – problematização –, nesta segunda parte pretendemos analisar em maior profundidade a trajetória socio-espacial das reservas extrativistas federais nos manguezais do Sul e Sudeste do Brasil. Abaixo segue uma figura com a localização das RESEX que serão aqui analisadas:

Figura 2: Imagem com a localização das RESEX



Fonte: elaboração Fernanda Bauzys, gentilmente cedido para esta tese.

Nos capítulos subsequentes será apresentada cada uma das duas RESEX separadamente. Essa é uma seção mais empírica da tese – que pode ser lida como uma seção de resultados. No entanto buscou-se evitar uma descrição exaustiva, mantendo o foco em responder as questões *suleadoras* estabelecidas no item 2.3 *As reservas extrativistas nos manguezais do Sul e Sudeste do Brasil*

A realidade de cada uma dessas RESEX é complexa e cheia de nuances e singularidades e certamente seria possível escrever uma tese sobre cada uma delas sob diferentes vieses (como, aliás, já foi feito por diversos outros pesquisadores nas mais diferentes áreas do conhecimento). Sugere-se ao leitor que fique atento com as indicações bibliográficas citadas caso queira informações mais detalhadas sobre assuntos específicos - como sobre a gestão das UCs, questões relativas a representatividade e participação social e também questões sobre as condições ecológicas dos recursos naturais - que não são objeto direto dessa tese, embora sejam assuntos que são tangenciados ao longo dos próximos capítulos. Nesta tese, optou-se por uma análise que visa compreender as mudanças sócio-espaciais mais amplas, e as dinâmicas territoriais que decorrem desses processos.

Cap.3 - A Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé: um manguezal no coração da cidade

“O mar é para todos, mas nem todos são para o mar”

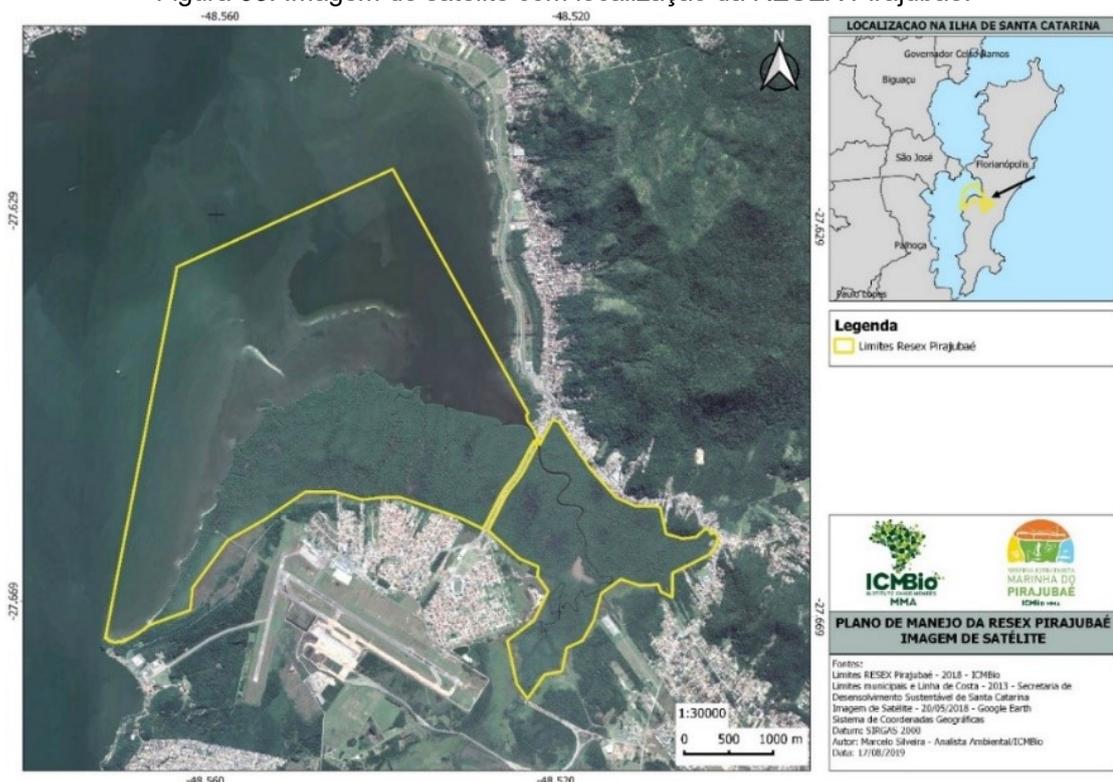
Provérbio local

“Até quando o homem que da terra (e do mar) tira o pão diário vai ter sua paz?”

Geraldo Azevedo

A Reserva Extrativista do Pirajubaé foi a primeira unidade de conservação dessa categoria a ser criada em ambiente marinho, em 1992, e está localizada em Florianópolis, capital de Santa Catarina (Figura 3).

Figura 03: Imagem de satélite com localização da RESEX Pirajubaé.



Fonte: Plano de Manejo da Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé (ICMBio, 2021).

A reserva abrange todo o manguezal do Rio Tavares e área marinha adjacente, totalizando 1.712 hectares. Esse manguezal abriga o maior fragmento contínuo desse ecossistema na Ilha de Santa Catarina, e é um dos mais significativos no limite sul de distribuições dos manguezais no Brasil (ICMBio, 2021). O manguezal possui uma borda convexa pouco comum. Isso porque nesta localidade as marés que entram pelas Baía Norte e Baía Sul da Ilha da Santa Catarina se encontram e se estabilizam,

causando um padrão singular de deposição sedimentar (ICMBio, 2009). Também por conta deste sistema hidrológico e sedimentar, adjacente à borda esquerda do mangue (partindo do Rio Tavares) encontra-se um extenso baixio areno-lodoso (Figura 04). O baixio está inserido nos limites da RESEX e é o local onde ocorre intensa prática pesqueira e extrativa por parte da população tradicional local. É também no baixio que ocorre o extrativismo do Berbigão (*Anomalocardia brasiliiana*) um molusco bivalve cuja exploração comercial foi o motivo principal de criação da reserva.

Figura 04: Foto da Croa Grande parte mais alta do “baixio” que fica totalmente exposta na maré baixa.



Fonte: Acervo pessoal Alcir Martins (2019).

A RESEX Pirajubaé está a 7km de distância do centro da cidade, e é fortemente pressionada e impactada pelo processo de expansão urbana (ICMBio, 2009; TEBET, CASAGRANDE, no prelo; SPINOLA *et al*, 2018). O bairro que dá nome a Reserva, Costeira do Pirajubaé, já não é mais um bairro de agricultores-pescadores como no passado. A ocupação urbana por residências de baixa renda, por vezes ocorrendo de forma ilegal, se expande subindo as encostas do maciço central que compõe a Parque Municipal Natural do Maciço da Costeira (Figura 05). O morro que outrora já foi recoberto por roças de banana, mandioca e outras cultivos é hoje local onde reside uma das maiores facções do tráfico de droga do município.

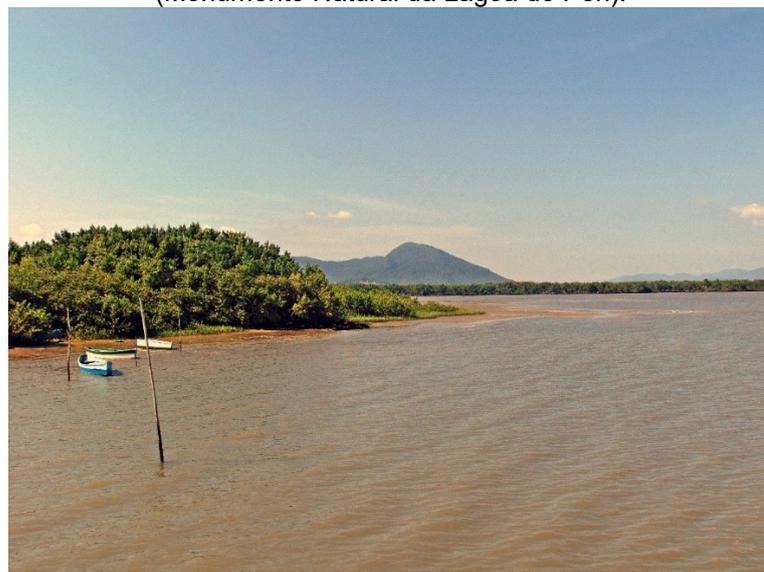
Figura 05: Foto dos ranchos e do bairro costeira do Pirajubaé vista do mar.



Fonte: Acervo pessoal do autor (2019).

Dos trapiches da orla da Baía Sul ou dos ranchos de pesca é possível ver ao sul o pico do Morro do Ribeiro, que faz parte do Monumento Natural da Lagoa do Peri (Figura 06). Entre este morro e os ranchos se estende a planície entre mares do Campeche na qual o Rio Tavares e seu manguezal estão inseridos. A Oeste, além da vista de uma parte da Baía Sul é possível avistar o continente (Municípios de São José e Palhoça) e ao fundo o morro do Cambirela (Figura 07), que é o monte de maior altitude na região da Grande Florianópolis (+- 1.000m) e protegido pelo Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. Também é possível avistar dali a ponte que liga a Ilha ao continente (Figura 08). A depender da época do ano, o sol se põe praticamente atrás do Cambirela, e durante o ano todo os trapiches dos ranchos de pesca são um local muito procurado para avistar o pôr-do-sol.

Figura 06: Vista dos trapiches para leste: Baía Sul, o mangue e ao fundo morro do Ribeirão (Monumento Natural da Lagoa do Peri).



Fonte: Acervo Pessoal do Autor (2020)

Figura 07: Foz do Rio Tavares (Baía Sul), manguezal e ao fundo Morro do Cambirela (Parque Estadual da Serra do Tabuleiro).



Fonte: Acervo pessoal do autor (2020).

Figura 08: Ranchos, trapiches, baía sul e ponte ao fundo.



Fonte: Acervo pessoal do autor (2020).

A RESEX Pirajubaé é certamente um local de contrastes: uma reserva pressionada pela urbanização, e um manguezal berçário da vida marinha. O crescimento dos bairros Carianos, Costeira do Pirajubaé e Rio Tavares vão isolando e fragmentando cada vez mais a Reserva. A RESEX Pirajubaé é literalmente atravessada ao meio pela Rodovia Diomício Freitas e ao seu redor encontram-se mais algumas rodovias movimentadas e de grande porte (Figura 09), inclusive uma delas

construída a partir de um aterro que modificou drasticamente as características ambientais do local (ver item. 3.2).

Figura 09: Rodovia do novo acesso ao Aeroporto e seu contato com a Reserva Extrativista.



Fonte: Acervo pessoal do autor (2020).

Por outro lado, abriga um manguezal lindo e imponente. Navegar pela Baía Sul de barco e adentrar o Rio Tavares partindo de sua foz é uma experiência incrível, mal parece se estar no coração de uma grande capital (Figura 10).

Figura 10: Navegando pelo Rio Tavares



Fonte: Gentilmente cedido do acervo pessoal de Alcir Martins (2019).

Apesar de toda pressão, a foz do Rio Tavares, o baixio e o manguezal são considerados importantes berçários da vida marinha não somente para a Baía Sul, mas também para toda região marinha adjacente (ICMBio, 2021). Ali se encontra uma comunidade tradicional que, resistindo a todos os impactos advindos desse processo de urbanização, segue com suas práticas extrativas e pesqueiras, seja para garantir soberania alimentar ou para complementar sua renda (Figura, 11; Figura, 12; Figura,

13). Atualmente são 232 beneficiários cadastrados na RESEX, divididos entre os que dependem exclusivamente da pesca (categoria A), os que complementam renda com a atividade pesqueira (categoria B) e os que não dependem economicamente da pesca (categoria C). Não à toa que no propósito da RESEX Pirajubaé estabelecido pelo seu plano de manejo, diz-se que ela é: “(...) símbolo da resistência da sua população tradicional, em contexto urbano, pela proteção dos modos da vida, memórias e saberes dos pescadores e pescadoras artesanais (...)” (ICMBio, 2021)

Figura 11: Canoa ancorada no Baixio. Imagem mostra área rasa adjacente ao manguezal.



Fonte: Acervo pessoal do autor (2019).

Figura 12: Pescador remando em bateira próximo ao baixio.



Fonte: Acervo pessoal do autor (2019).

Figura 13: Vista do trapiche com canoa de pescador ancorada. Baía Sul e mangue ao fundo



Fonte: Acervo pessoal do autor (2021).

3.1 DEMANDA PELA CRIAÇÃO DA RESEX: NOVAS PRÁTICAS PRODUTIVAS, NOVAS IDENTIDADES E NOVAS TERRITORIALIDADES

Apesar de localizada muito próximo ao centro de Florianópolis, até a década de 50 a região onde hoje se encontra a RESEX Pirajubaé mantinha características rurais. Apresentava baixa densidade populacional e economia baseada na produção de hortifrutigranjeiros e na pesca para o consumo e comércio local de excedentes (ICMbio, 2009). Historicamente também tiveram importância econômica na região a produção de cal em caeiras a partir da queima de conchas do berbigão (e outros moluscos), atividade que ainda hoje permanece no imaginário e nas histórias contadas por muitos dos pescadores. Segundo o historiador Virgílio Várzea (1984), um dos primeiros a escrever especificamente sobre essa região na ilha de Santa Catarina: “Além de bons agricultores, os *pregibaenses* são bons pescadores e canoieiros”, atestando a tradicionalidade da prática pesqueira na área desde pelo menos 1890.

Já na década de 1960, inicia-se um processo de urbanização que é intensificado ainda mais na década de 70. O bairro é incorporado como área urbana

do município e cresce rapidamente com a ocupação de famílias de baixa renda procedentes do interior da ilha e áreas rurais de municípios vizinhos como Paulo Lopes, Aririú, Enseada do Brito e Massimabu (ICMBio, 2009). As mudanças ocasionadas pelo processo de urbanização implicaram perda de áreas para as práticas agrícolas que acabaram sendo abandonadas. Além de trazer um grande contingente populacional não relacionado com as atividades pesqueiras. Para os descendentes dos antigos moradores esse processo representou perda dos territórios agrícolas e intensificação das práticas pesqueiras que passaram a ser a principal atividade econômica de muitos deles (TEBET, 2013). Importante ressaltar que alguns dos que *vieram de fora* também passaram a utilizar os recursos pesqueiros e a apreender com os pescadores locais, enquanto outros *nativos* acabaram abandonando atividades produtivas relacionada aos usos de recursos naturais.

Assim, na época da criação da RESEX Pirajubaé o bairro já era constituído por uma população bastante heterogênea, grande parte dela não vinculada a atividade pesqueira ou extrativista. Dentre os que mantinham uma relação direta com o uso de recursos naturais locais também havia grande diversidade. Havia os que tinham na pesca sua única fonte de renda e subsistência; os que apesar de terem outros empregos tinham na pesca um importante complemento de renda; e ainda os que encontraram trabalho, profissão e renda não relacionadas as atividades pesqueiras, mas que ainda assim possuíam forte vínculo com o mar (além de petrechos e equipamentos relacionado a pesca) devido ao contexto familiar e relação histórica que tiveram com a área, mantendo um forte vínculo cultural-afetivo com a mesma.

Por tudo isso, no início da década de 90, época de criação da RESEX, as práticas pesqueiras eram muito variadas na localidade. Dentre as mais tradicionais, destaque para a pesca de camarão no baixio com tarrafa ou no sistema de *pegada*⁹ e para a pesca de emalhe de cerco que também podia ser feito no sistema de *cai-cai*¹⁰, visando principalmente a captura do Parati e Tainhotas. Também já era expressivo o

⁹ Tipo de pescaria em que se fazia um caminho com estacas de bambu (ou outra vara de madeira) pelo baixio, depois se caminhava seguindo esse caminho, posteriormente os lances de tarrafa eram feitos em cima das “pegadas” deixada no baixio; Os sedimentos levantados ao caminhar sobre o baixio atraí o camarão, aumentando o “sucesso” da tarrafada.

¹⁰ Tipo de cerco em que um dos pescadores desce da canoa e fica em pé no baixio. Esse pescador “fecha o cerco da rede com o pé impossibilitando rota de fuga para os peixes. É uma prática de cerco somente possível no baixio onde a profundidade permite que o pescador fique de pé no mar onde a rede fez o cerco (geralmente com água na altura do peito/pescoço).

uso de redes de espera visando por espécies alvos como o linguado, bagre, corvina, robalo, além do caceio de camarão nas partes mais profundas da Baía Sul.

Uma mudança significativa nas práticas pesqueiras e nas relações sociais se deu com o início do extrativismo comercial do berbigão a partir de meados da década de 80. Segundo entrevistas concedidas para esta tese, as narrativas sobre o início da extração em larga escala do berbigão são ligeiramente diferentes, e cada pescador envolvido tem suas próprias memórias e lembranças. No entanto, há certo consenso que foi a partir do contato com uma empresa depuradora do Rio de Janeiro que um pequeno grupo de pescadores descobriu a existência de um mercado consumidor de berbigão em São Paulo, onde ele era conhecido e consumido como *Vongolê*. Também teria sido por intermédio dessa depuradora, que um dos pescadores teve acesso ao petrecho para coleta de berbigão, conhecido como gancho (Figura 13), que aumenta consideravelmente a capacidade de captura.

Figura 14: Petrecho conhecido como gancho em uso por extrativistas da RESEX Pirajubaé



Fonte: ND+ (disponível em: <https://ndmais.com.br/noticias/depois-da-mortandade-assustadora-berbigao-ressurge-nos-baixios-da-baia-sul-em-florianopolis/>, acessado em: 22/07/2021).

Anteriormente ao uso do gancho, o berbigão era coletado manualmente e voltado para subsistência. Segundo alguns dos extrativistas entrevistados, o berbigão era conhecido como “mata-a-fome”, um recurso utilizado basicamente para subsistência com algum excedente sendo comercializado localmente. O pescador que introduziu o uso do gancho inicialmente formou um grupo de parceiros para extrair o berbigão e centralizou a venda através de uma microempresa, atuando como um atravessador.

No entanto, de pronto a nova articulação para extração e comercialização do berbigão sofreu forte reverses. Primeiro, um grande carregamento de berbigão foi apreendido por estar sendo transportada a São Paulo sem a devida autorização sanitária, gerando uma multa alta. Segundo porque a hoje extinta Superintendência de Pesca (SUDEPE) proibiu o uso do petrecho gancho. No entanto, o berbigão seguiu sendo explorado e comercializado por este grupo de pescadores, desconsiderando as restrições impostas pela SUDEPE (SPÍNOLA, 2011).

Posteriormente, no final da década de 80 foi a própria SUDEPE que buscou uma estratégia para regularizar a extração do berbigão com uso do gancho, conforme o pesquisador-extensionista que atuou como consultor da SUDEPE e assessor técnico dos pescadores:

Tendo em vista o grande potencial do berbigão existente nas Baías Norte e Sul da Ilha de Santa Catarina e a **exploração realizada de forma cada vez mais intensa e desordenada**, o coordenador da SUDEPE-SC resolveu, em 13/10/88, solicitar minha colaboração para elaborar projeto e realizar estudo, no sentido de **verificar a possibilidade da racionalização dessa atividade, sem prejuízos dos estoques** (AREMAPI, 2001, p. 6, grifos meus).

A partir daí surge o *projeto piloto da fazenda marinha extrativista de berbigão*. Uma parceria entre esse pesquisador-extensionista, a princípio consultor da SUDEPE-SC, com um número limitado de 12 extrativistas visando um manejo sustentável na extração do berbigão. Esse arranjo, possibilitou uma licença fornecida pela SUDEPE (e posteriormente IBAMA) em caráter experimental para a microempresa do extrativista-atravesador, desde que seguindo práticas de manejo e monitoramento estabelecidos pelo projeto piloto que incluía: controle no esforço de pesca, rotatividade na área de extração, amostragens biológicas do berbigão, dentre outras medidas (AREMAPI, 2001). É interessante notar que em um primeiro momento, o projeto piloto era um arranjo entre atores que tinha como objetivo explícito a *racionalização da extração* (para usar as palavras do pesquisador-extensionista), ou seja, era voltada para gestão pesqueira e não para a criação de uma área protegida ou proteção do modo de vida da população tradicional envolvida. Segundo entrevistas concedidas, para os pescadores era um arranjo promissor porque permitiria legalizar e legitimar uma prática extrativa de alto potencial econômico.

A proposta de transformar a área do projeto piloto em uma possível reserva extrativista surge no início da década de 90 a partir da demanda do Centro Nacional

de Pesquisa em Povos e Comunidades Tradicionais (CNPT/IBAMA), que na época almejava expandir a política da RESEX para biomas não amazônicos. O CNPT teria entrado em contato com as superintendências regionais do IBAMA para averiguar possíveis locais que se enquadrariam na proposta das RESEX. Foi então que o superintendente do IBAMA – SC teria contactado o pesquisador-extensionista para avaliar a possibilidade da criação de uma Reserva Extrativistas a partir do *projeto piloto da fazenda marinho do berbigão*. Foi o pesquisador-extensionista que levou um folder/folheto institucional sobre a RESEX para os pescadores envolvidos no projeto piloto avaliarem essa possibilidade.

A recepção dos pescadores sobre a possibilidade de se criar uma RESEX na área também é ponto controverso. Nas entrevistas concedidas para esta tese, ainda que a maioria dos que trabalhavam com berbigão na época do projeto piloto contem que desde o princípio se identificaram com a proposta, uma importante liderança contou que em princípio ele desconfiou, e que foram conversas particulares com o pesquisador-extensionistas que lhe convenceram de que seria uma boa opção (entrevista nº9). Independente das narrativas divergentes, fato é que em pouco tempo os pescadores envolvidos com a extração do berbigão passaram a apoiar e se mobilizar para a criação da Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé.

Uma curiosidade sobre a criação da RESEX é a celeridade no processo, algo bastante incomum na criação de unidades de conservação. Na documentação oficial de criação, a superintendência do IBAMA-SC oficia em 02 de abril de 1992 o IBAMA-CNPT sobre as normas para a criação da RESEX, tendo em vista que o local já funcionava enquanto um projeto experimental de manejo sustentável, além de pedir por um técnico para formalizar a referida proposta de criação. A vinda do técnico do CNPT à Florianópolis, os relatórios, as cartas e manifestações de apoio e a elaboração da minuta do decreto apresentado ao Ministério do Meio Ambiente ocorreram entre abril e maio. O decreto é assinado pelo Presidente da República, após parecer favorável do Ministro do Meio Ambiente, em 20 de maio de 1992.

Ainda que já existisse arranjo e articulação entre os atores através do projeto piloto, dois meses para todo o tramite de criação da RESEX Pirajubaé foi uma agilidade que impressionou até os próprios pescadores. O esforço empreendido pelo IBAMA e o Ministério do Meio Ambiente para dar andamento ao processo de criação da RESEX Pirajubaé demonstra o quanto isso era uma prioridade institucional.

Inclusive uma das justificativas do IBAMA que constam no processo oficial de criação era uma meta institucional de criação de pelo menos duas reservas extrativistas fora do ambiente amazônico antes da Conferência das Nações Unidas sobre meio-ambiente que foi sediada no Brasil. É muito provável que a celeridade no processo de criação da RESEX Pirajubaé se deu visando cumprir essa meta, já que a Conferência da ECO 92 ocorreu em junho de 1992, um mês após a assinatura do decreto de criação.

Os diferentes atores envolvidos trouxeram argumentos e objetivos ligeiramente diferenciados em torno da articulação para a criação da RESEX. É bem verdade que existe um relatório da situação socioeconômica elaborado pelo analista do IBAMA-CNPT - que aliás foi o último documento produzido pelo IBAMA anexado ao processo de criação em 30 de abril - onde se aponta que a população vinha sofrendo intenso processo de degradação socioeconômica e desarticulação das unidades produtivas, e que a criação da RESEX tem como intenção impedir o abandono da atividade pesqueira através da integração da população local na gestão dos recursos. Entretanto, há nítido predomínio de argumentos sobre a importância ecológica e ambiental da área no processo de criação por parte do IBAMA. O superintendente IBAMA-SC, por exemplo, escreveu em nota anexa ao processo justificando o pedido de criação:

A área em questão (...) é parte do **ecossistema de manguezais, os maiores, e por isso mais importantes da Ilha de Santa Catarina, sendo o mais preservado, livre de ação antrópica** e nos seus 740 hectares, garantem a reprodução e o crescimento das principais espécies de valor econômico existentes na região. (...) **A criação da Reserva Extrativista é de fundamental importância para conservar as características ambientais da área** (IBAMA, 1992, grifos meus).

Curioso notar que é utilizado o termo *livre de ação antrópica* como justificativa para se criar uma Reserva que tem por finalidade o uso dos recursos por população tradicional. Já o laudo biológico anexo ao processo de criação e que foi assinado pelo pesquisador-extensionista, reconhece que há poucas informações sobre o manejo e práticas da pesca artesanal na área, mesmo assim, atesta que:

A má administração dos recursos pesqueiros tem sido a principal causa do declínio de importantes estoques. De longa data se vem enfrentando e discutindo de um ou de outro modo o **problema da pesca excessiva** (IBAMA, 1992, grifos meus).

Já os pescadores que se articularam em torno do processo, elaboraram um abaixo assinado com 118 assinaturas solicitando a criação da RESEX no Mangue e no baixo “onde *extraímos nosso sustento* (caranguejo, peixes, camarões, berbigão, etc.), considerando a necessidade de continuarmos a conservar ao longo do tempo, *os recursos naturais tradicionalmente por nos explorados*”. Em apoio a comunidade, a Colônia de Pesca de Florianópolis encaminha uma nota a superintendência do IBAMA-SC manifestando apoio a criação da RESEX. Na nota dizem:

Consideramos essa iniciativa da maior importância para a **melhoria das condições de vida** dos aproximadamente 200 pescadores *que dependem da extração dos inúmeros recursos pesqueiros existentes (peixes, camarões e berbigão, etc.) para sua sobrevivência* (IBAMA, 1992, grifos meus).

Esses trechos evidenciam perspectivas ligeiramente distintas entre os principais grupos sociais articulados em prol da criação da RESEX. O quadro abaixo (Quadro 01) traz uma síntese dos interesses e objetivos em jogo na criação da RESEX Pirajubaé.

Quadro 01: Síntese dos objetivos e interesses dos grupos sociais envolvidos com a criação da RESEX Pirajubaé

Ator social	Tipologia	Escala de atuação no processo de criação	Objetivos/interesses
CNPT/IBAMA	Instituição pública federal de gestão ambiental	Nacional	Criação de Reservas Extrativistas fora da Amazônia antes da conferência Rio-92; Consolidação de outro modelo de conservação da natureza
SUDEPE	Instituição pública federal de pesquisa/extensão	Regional/local	Racionalização e sustentabilidade no extrativismo do berbigão; Regulamentação no uso do recurso evitando sobre-exploração
Comunidade Pirajubaé	Associação comunitária	Local	Regularização da atividade produtiva; Valorização da área e possíveis parcerias em prol da comunidade
Extrativistas de Berbigão	Usuários	Local	Legalização e legitimação da exploração comercial do berbigão; Controle dos usuários com permissão para extrair berbigão

Fonte: Elaboração do autor.

Além do registro oficial no processo de criação, as entrevistas com os atores envolvidos corroboram que o IBAMA estava em busca de consolidar uma nova estratégia de conservação, onde a preservação de ecossistemas e características

ambientais fosse aliada com a *utilização racional* e sustentável de recursos naturais. Nos argumentos apresentados por eles e pelo pesquisador-extensionista, o enfoque está no ambiente, na sustentabilidade do uso do recurso e na preservação. Inclusive, nesses argumentos, o mangue deve ser preservado pela sua importância ecológica até do mau uso dos próprios pescadores locais, em uma lógica em que é importante regulamentar/*racionalizar* o uso para garantir a conservação. Enquanto para os pescadores o que estava diretamente em jogo era a proteção do seu *sustento*, *sobrevivência*, sua atividade econômica, destacando inclusive que os recursos naturais eram por eles *tradicionalmente explorados* (ou seja, ação que já acontecia há algum tempo). Em entrevistas, os pescadores que trabalhavam com berbigão e participaram da criação afirmam que a criação da RESEX era vista, em primeiro plano, como uma possibilidade de formalizar e dar visibilidade à atividades deles, melhorando as condições de trabalho e comercialização, ainda que tivessem consciência da importância da conservação do mangue para a manutenção dos estoques pesqueiros dos quais dependiam (entrevistas n°3,7,9). A conservação do mangue é vista por eles como condição para sua existência e reprodução sociocultural.

Para os pescadores a questão da conservação era vista sob outra perspectiva: conservar é tornar viável a longo prazo as atividades pesqueiras. Conservar é garantir a continuidade do uso e das relações socioeconômicas e produtivas que eles mantem com aquele ambiente. A qualidade ambiental para eles reflete em qualidade de vida e manutenção da condição de trabalho.

Uma das grandes lideranças da época disse em entrevista que também era importante a criação da RESEX para evitar uma corrida de outros pescadores para retirar berbigão no baixio. Segundo esse informante, a atividade era lucrativa, mas o espaço (baixio) é pequeno e não suportaria muitos extrativistas utilizando o gancho, portanto era preciso regular/controlar o acesso para garantir a viabilidade a longo prazo da atividade.

Essa questão de controlar as pessoas com permissão para acessar o recurso é central para compreender a dinâmica territorial e de poder da RESEX Pirajubaé. Apesar de o relatório socioeconômico anexo ao processo de criação falar do benefício da criação da RESEX para aproximadamente 100 famílias; da nota da Colônia falando em 200 pescadores na área; e das 118 assinaturas de pescadores no abaixo-

assinado, mesmo após a criação da RESEX, seguiu em funcionamento um sistema para a extração comercial do berbigão vinculado a licenças concedidas pelo IBAMA e restrita, inicialmente, a 12 extrativistas (PEZZUTO; SOUZA, 2015). E posteriormente, com as Instruções Normativas que regulamentavam a extração do Berbigão, o número máximo de permissões para extração no baixio nunca passou de 30 extrativistas (IBAMA, 2004; IBAMA 2005). Isso demonstra que grande parte dos pescadores artesanais locais não estava envolvido nessa atividade. Há, portanto, que se considerar pelo menos a existência de dois grandes grupos de pescadores: os relacionados a emergente arranjo de extração comercial do berbigão, e os que não estavam articulados neste processo ainda que se utilizassem da área para pesca artesanal.

Os próprios limites propostos para a Reserva Extrativista, que constam anexo ao processo de criação, e que segundo os pescadores e servidores do IBAMA foi elaborado pelo pesquisador-extensionista, priorizaram o manguezal e o baixio onde ocorre a extração do berbigão, não levando em consideração áreas de uso por outras práticas pesqueiras. Mapeamentos participativos mais recentes¹¹ indicam que parte do território de pesca tradicional (voltada para o camarão e peixes) está fora dos limites da RESEX e não foram considerados no momento de sua criação (VIZUETTE, *et al.*, 2017; TEBET, CASANGRANDE, 2022).

Este contexto implica na sobreposição de múltiplas territorialidades. O uso do baixio por uma parcela da comunidade tradicional para a extração do berbigão com uso do gancho inaugura uma nova territorialidade, fruto da apropriação daquela área por este pequeno grupo de extrativistas. A criação da RESEX, visando proteger e impulsionar essa prática, cria um território com limites definidos de uma área protegida a ser gerida pelo órgão ambiental em parceria com a comunidade local. No entanto, territórios de usos tradicionais da pesca não estão totalmente contemplados nesse arranjo. O território da RESEX é atravessado por essas múltiplas territorialidades. Ao criar um território protegido, voltado para a conservação ambiental, se criam novas relações de poder. Se por um lado fortaleceu a territorialidade dos extrativistas de berbigão, por outro traz os órgãos ambientais (IBAMA e posteriormente ICMBio) como

¹¹ Este mapeamento participativo foi elaborado com participação do autor da tese, mas fora do escopo desta pesquisa no primeiro semestre de 2016, através de um projeto em parceria entre uma ONG local (coletivo UC da Ilha) o Centro de Pesquisa em Biodiversidade Marinha (CEPSUL/ICMBio) e a RESEX Pirajubaé.

instituições presentes e com influência (poder) mais direta no local. Conforme demonstramos anteriormente, há certa ambiguidade nas ações dos órgãos ambientais que apesar de terem como objetivo a conservação e a proteção do modo de vida dos pescadores, têm racionalidades e objetivos que nem sempre coincidem diretamente com o dos pescadores/extratvistas.

Além disso, a criação da RESEX gerou empoderamento de uma pequena parcela dos pescadores diretamente relacionados à extração comercial do berbigão, enquanto marginalizou dos processos de gestão participativos da reserva pescadores artesanais que utilizam outros recursos pesqueiros (TEBET, CASAGRANDE, *no prelo*). Inclusive no processo participativo de construção do Plano de Manejo da RESEX Pirajubaé em 2019¹², alguns pescadores apontaram que a diminuição drástica do camarão observada no local (inclusive fora dos limites da RESEX) estaria relacionada ao uso do gancho para extração do berbigão no baixio. Na opinião deles o arrasto do gancho no baixio impede a larva do camarão de se estabelecer, pois esta área seria o berçário dos camarões. Isso indica uma disputa de territorialidade pesqueira dentro da RESEX. Sem falar em todo território pesqueiro tradicionalmente utilizado por parte da população local e que ficou fora dos limites da Reserva. Estas dinâmicas e conflitos territoriais são produzidos e/ou reforçados pela própria criação e gestão da RESEX.

Outro ponto importante de ser destacado é que a existência do *projeto piloto fazenda marinha do berbigão* foi um dos principais motivadores que legitimaram a criação da RESEX pelo IBAMA. No entanto, a extração comercial do berbigão foi uma inovação nas práticas pesqueiras, e não representava uma atividade tradicional (no sentido de ser realizada e aprendida ao longo de gerações). Esse processo de introdução de novas práticas produtivas, impulsionado pela criação da RESEX, gerou inclusive processos de constituições identitárias.

Além de serem reconhecidos, se reconhecerem e incorporarem a identificação enquanto populações tradicionais – condição para o reconhecimento enquanto reserva extrativista – o início da exploração comercial do berbigão também criou uma distinção entre os coletores de berbigão que passaram a ser reconhecidos (e se

¹² O autor da tese participou das oficinas de elaboração do plano de manejo como conselheiro da RESEX Pirajubaé representando uma ONG ambientalista (Coletivo UC da Ilha). Apesar de não ter sido realizada dentro do escopo desta tese, esta e outras experiências do autor na RESEX contribuíram para a elaboração desta tese.

reconhecerem) enquanto *extrativistas*, em relação aos demais comunitários que utilizam os recursos naturais e que até hoje se reconhecem muito mais enquanto pescadores artesanais. Essa distinção (extrativistas e pescadores artesanais) é importante pois a criação e gestão da RESEX estão intimamente relacionadas a este grupo emergente de extrativistas, o que altera as relações de poder na comunidade em favor deste novo grupo que se constitui.

É importante reconhecer que a extração comercial do berbigão, além de não ser uma prática pesqueira tradicional, tampouco era reconhecida enquanto uma prática intrinsecamente conservacionista. Pelo contrário, o governo através da SUDEPE e posteriormente IBAMA impulsionou e apoiou a criação do projeto piloto e da RESEX justamente para *racionalizar e normatizar* o uso dos recursos visando evitar *degradação e sobrepesca*, segundo o pesquisador-extensionista:

Na costeira do Pirajubaé, os pescadores tradicionais desenvolvem uma pesca artesanal intensiva e predatória na captura de peixes, crustáceos e extração de moluscos que estão energeticamente ligados a interação dos ecossistemas mangue/estuário (AREMAPI, 2001, p.42).

Assim, o projeto piloto que culmina com a criação da RESEX Pirajubaé tem por objetivo criar condições para que uma inovação nas práticas produtivas (captura comercial do berbigão) seja feita de maneira não predatória. Ou seja, a criação da RESEX Pirajubaé não buscou proteger um modo de vida pretérito e intrinsecamente conservacionista. Pelo contrário, visou garantir que novas práticas incorporadas pela população tradicional não causassem degradação ambiental.

3.2 RODOVIA EXPRESSA SUL: A URBANIZAÇÃO PASSANDO POR CIMA - “QUEM AUTORIZOU ISTO AÍ?”

Poucos anos após a criação da RESEX Pirajubaé, tem início em 1995 uma obra de infraestrutura urbana cujos impactos socioambientais interferiram diretamente no destino dos pescadores e da reserva. A obra foi a construção da rodovia estadual Via Expressa Sul, visando ligação viária da região central de Florianópolis as praias e bairros do sul da ilha e ao aeroporto. Para a construção da rodovia foi realizado um aterro hidráulico que corresponde a mais de 1 milhão de m² de acréscimo de marinha ao longo de toda a orla da Costeira Pirajubaé, conforme figura 14 e 15 abaixo:

Figura 15: Obra do aterro na orla da costa de Pirajubaé.



Fonte: UNIVALI, 2011 (Relatório do monitoramento ambiental da obra)

Figura 16: Foto da rodovia Via Expressa Sul.



Fonte: UNIVALI, 2011 (relatório do monitoramento ambiental da obra).

Os impactos socioambientais da obra foram profundos e duradouros (TEBET; CASAGRANDE, *no prelo*; SPÍNOLA 2018; ICMBio, 2009). O próprio aterro alterou completamente a orla, impactando e suprimindo ecossistemas marinhos e estuarinos (SPÍNOLA, 2018). Para piorar, a dragagem do material utilizado no aterro impactou diretamente o baixio da RESEX Pirajubaé. Segundo os extrativistas, parte da dragagem teria sido feita dentro da área da RESEX em local hoje conhecido como “buraco da draga”, uma área profunda e quase circular na borda do baixio. No entanto os estudos de monitoramento ambiental (que foram condicionantes do licenciamento) atestam que a área dragada, apesar de adjacente, estaria fora dos limites da RESEX e que o “buraco da draga”, esse sim no interior da RESEX, é resultado de um deslizamento de sedimentos do baixio para a área onde a dragagem foi executada

(ICMBio, 2009). De qualquer forma, os impactos da dragagem e do aterro implicaram na redução de pelo menos uns 100 hectares de área possível para a extração do berbigão (AREMAPI, 2001). Outros recursos pesqueiros também foram diretamente afetados. Segundo os pescadores, os camarões branco e rosa desapareceram da área durante e pós a obra.

Além da diminuição direta nos estoques dos recursos pesqueiros, outros impactos sociais também foram expressivos como a perda e desocupação dos antigos ranchos de pesca, que não mais se encontravam à beira-mar, e a inviabilização do acesso à área marítima durante a obra (ICMBio, 2009). Para além dos impactos ambientais severos, a obra gerou prejuízos socioeconômicos significativos para os pescadores, muitos dos quais abandonaram a atividade pesqueira e extrativa nesse período (ICMBio, 2009; SPÍNOLA, 2018).

Outra consequência da obra foi a perda da confiança entre os pescadores locais e os órgãos ambientais (SPÍNOLA, 2011; TEBET; CASAGRANDE, *no prelo*). Isso porque o processo de licenciamento ambiental da obra foi responsabilidade do próprio IBAMA, que emitiu em 1995 a Licença de Instalação (LAI). No entanto, chama atenção o fato de que os estudos de impacto ambiental que subsidiaram essa licença sequer fazem menção às atividades extrativistas ou de pesca artesanal na área de influência da Rodovia (SPÍNOLA, 2018). A própria LAI 01/85 não estabelece nenhuma condicionante que considere os impactos socioeconômicos aos pescadores. Na verdade, a LAI 01/85, ademais de apontar necessidade de monitoramento de indicadores ecológicos e ambientais, sobre a RESEX Pirajubaé especificamente, apenas estabelece a necessidade de “apresentar plano e cronograma para a realização da demarcação da Reserva Extrativista Marinha de Pirajubae” (IBAMA - LAI 01/1985).

É polêmico o fato de o próprio IBAMA ter emitido autorização para uma obra tão impactante poucos anos depois do esforço empreendido para a criação da RESEX. O IBAMA é uma instituição grande e organizada em várias e distintos departamentos. Cabe ressaltar que o departamento que emitiu a licença tinha pouca comunicação e interface com o IBAMA-CNPT que esteve mais diretamente relacionado com a criação da RESEX. Além disso, a obra é anterior a 2000, ano em que é promulgado o SNUC e que traz procedimentos mais claros sobre licença ambiental com impactos direto em unidades de conservação. Ainda assim, a LAI

reconhece a existência da RESEX e de igual maneira, em um primeiro momento, não considera os impactos aos pescadores, e não sugere condicionantes neste sentido.

Os extrativistas e pescadores articulados através da Associação da Reserva Extrativista do Pirajubaé (AREMAPI) entraram no Ministério Público Federal contra a obra, a licença e o IBAMA. A partir do desenrolar deste processo onde todas as partes foram ouvidas e algumas reuniões foram feitas por intermédio do Ministério Público Federal (MPF), o IBAMA emite nova Licença de Instalação (LAI 126/01) em 2001, licença essa que foi renovada em 2002 e 2004. Nesta nova LAI finalmente aparecem condicionantes diretamente relacionadas aos pescadores e extrativistas que incluem itens como: (1) apresentar projeto para desenvolvimento de parque para cultivos marinhos (que posteriormente foi modificada para viabilizar alternativa de renda para os beneficiários da RESEX); (2) realizar controle da produção e readequação das estratégias de manejo do berbigão; (3) Dar continuidade ao monitoramento ambiental de espécies com valor econômico para a comunidade visando construção de planos de manejo; (4) construção de ranchos de pesca novos para os beneficiários da RESEX; (5) Pagamento de uma compensação ambiental (vale destacar que na primeira licença de 1995 não existia a exigência desta compensação que só passa a ser válida a partir da promulgação do SNUC em 2000).

No entanto, até hoje esse processo de Licenciamento Ambiental não se encontra encerrado. A obra não conta com licença de operação pois nem todas as condicionantes ambientais da licença de instalação foram cumpridas. Segundo entrevistas concedidas pelos analistas ambientais responsáveis pela gestão da RESEX, a rodovia só está em funcionamento porque uma liminar da Justiça determinou que ela é de utilidade pública e, portanto, não pode ser embargada pelo órgão ambiental. Principalmente três pontos das condicionantes impostas pela LAI 126/1 não foram cumpridos em sua totalidade. Um dos pontos diz respeito à demarcação dos limites da RESEX na parte marinha (instalação de boias), condicionante que se encontra quase em fase final de execução. O segundo, é sobre a implementação do sistema de esgotamento sanitários das residências adjacentes a rodovia. Parte dessas residências se encontram a baixo do nível da rede coletora e precisam de bombeamento. O terceiro, e mais importante para os objetivos desta tese, é a condicionante nº 2.2, “viabilizar a implantação de outras alternativas de fonte de renda para os extrativistas (...)” (LAI 126/1).

Essa condicionante – que foi acrescida a LAI após o processo movido pelos pescadores no MPF –, apesar de ainda não cumprida, tem um longo desenrolar. A princípio a redação da condicionante dizia em desenvolver parque de cultivos marinhos. Como estudos demonstraram pela inviabilidade desta alternativa, o empreendedor tentou argumentar ao órgão licenciador (IBAMA) que a condicionante já estava cumprida. Negociações entre o empreendedor com o órgão licenciador e o ICMBio (que a partir de 2007 passa a ser o órgão ambiental responsável pela gestão da RESEX) resultaram na reformulação da condicionante com a redação atual sobre viabilizar nova fonte de renda aos extrativistas. Nesse momento o ICMBio propõe, a pedido da comunidade, que seja elaborado um projeto para a implementação de um centro de beneficiamento para o berbigão. Impasses entre as exigências do ICMBio - que incluíam estudos de viabilidade econômica e capacitação dos comunitários para a gestão do centro de beneficiamento – e o entendimento do empreendedor, que queria apenas construir fisicamente o centro – e não considerava ser de sua obrigação impulsionar a organização dos pescadores para administrá-lo –, atravancaram o cumprimento da condicionante. Quando finalmente houve disposição do empreendedor em cumprir a condicionante conforme indicação do ICMBio após execução de um projeto de viabilidade econômica elaborado pelo SEBRAE, ocorreu o evento da mortandade do berbigão em 2015 (ver item 3.3) e o projeto se torna inviável. Em sua última manifestação sobre o tema o ICMBio pediu ao órgão licenciador IBAMA que seja criado um fundo no valor da construção do centro de beneficiamento, para ser futuramente utilizado em projetos de alternativa de renda. A proposta do ICMBio é aguardar a aprovação do Plano de Manejo, e a partir das prioridades ali estabelecidas pensar em projetos para utilizar os recursos deste fundo.

O malogro no cumprimento desta condicionante, uma das poucas de benefício direto aos pescadores, evidencia a injustiça ambiental dessa obra e do seu licenciamento. Em fala emblemática, que de maneira geral transmite o sentimento de boa parte dos pescadores e extrativistas, uma das lideranças comunitárias da RESEX disse durante um roteiro de Turismo de Base Comunitária para um grupo de estudantes da universidade¹³:

¹³ O autor participou, enquanto conselheiro da RESEX, no Grupo de Trabalho vinculado ao Conselho Deliberativo de fortalecimento do Turismo da Base comunitária na RESEX. Essa fala foi feita durante uma das atividades desse grupo de trabalho em parceria com a UFSC no primeiro semestre de 2019.

[a respeito da obra da via expressa sul] ...em relação a isto aí, nunca ninguém chegou para nós e disse assim: toma isto aqui, um dinheiro, uma embarcação, um equipamento... assim uma compensação que fosse por todo esse dano que eles causaram, né? Para a comunidade, o órgão ambiental nunca vieram e entregaram nada, nada. É uma coisa que dói no coração, sabe? (2019).

Outra condicionante que acabou tendo impactos diretos aos pescadores e extrativistas foi o monitoramento ecológico e ambiental a cargo da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). Uma das variáveis foi o monitoramento da população de berbigão (*Anomalocardia brasiliiana*), o projeto de pesquisa e monitoramento durou mais de 10 anos. Os primeiros relatórios e notas técnicas do pesquisador responsável por essa pesquisa evidenciou impactos da obra na população do berbigão (PEZZUTO, 1999). No entanto, as conclusões deste pesquisador indicavam que as quedas no estoque também eram devido ao manejo inadequado por parte dos extrativistas. Segundo esse pesquisador a redução da área do baixio teria concentrado o esforço de pesca em uma área menor e que as regras anteriores de manejo sustentável não estavam sendo cumpridas (PEZZUTO, 1999; PEZZUTO; SOUZA 2015). Esse pesquisador sugeriu ao órgão gestor a criação de novas normativas, mais restritivas em relação a extração do berbigão na RESEX.

Essas sugestões foram mal-recebidas pelos extrativistas. Eles próprios reconhecem que no momento pós-obra houve intensificação na exploração do recurso e descumprimento das regras acordadas com o pesquisador-extensionista através do projeto piloto (SPÍNOLA, 2011; CASAGRANEDA, 2019). No entanto, para eles, após impactos ambientais tão severos, apontá-los como culpados pela má gestão do uso dos recursos e querer restringir ainda mais a atividade extrativa em nome da conservação não fazia o menor sentido, ainda mais vindo do próprio órgão ambiental que autorizou a obra.

Logo após os primeiros relatórios e notas técnicas sobre os estoques de berbigão, o IBAMA, embasado nas informações oferecidas pelo pesquisador, fez um esforço em criar novas normas para a extração o berbigão promulgando as Instruções Normativa nº19 de 2004 e nº 81 de 2005. Essas instruções normativas buscavam controlar o esforço de pesca estabelecendo dias e horários permitidos para a extração, além de estabelecer rodízio entre duas áreas no baixio.

Apesar do esforço no controle do uso, no relatório final do monitoramento ambiental do estoque de berbigão resultado da condicionante imposta pelo órgão licenciador e publicado em 2011, o pesquisador responsável apontou para quedas expressivas e contínuas nos estoques de berbigão em decorrência da desestruturação do sistema de manejo adotado na Reserva (PEZZUTO, 2011; PEZZUTO; SOUZA, 2015). Segundo entrevista concedida para esta tese por um dos gestores ambientais da RESEX, o pesquisador teria sugerido inclusive a proibição da extração do berbigão por um tempo, para garantir a recuperação do estoque e a conservação da reserva (entrevista nº11).

Esses relatórios e publicações acirraram a tensão entre o órgão gestor da RESEX e os extrativistas. O órgão gestor (IBAMA e posteriormente ICMBio), responsável por garantir a conservação ambiental da reserva e pressionado pelo pesquisador e pelos dados técnico/científicos resultados do cumprimento das condicionantes impostas pelo processo de licenciamento ambiental, passou, de certa forma, a responsabilizar os extrativistas pela diminuição do estoque devido ao manejo inadequado (SÍPINOLA, 2018). Para os extrativistas, no entanto, a obra era a responsável pela perda da qualidade ambiental na RESEX, além de ter diminuído drasticamente os recursos pesqueiros na área (peixes e camarão inclusos). O aumento do esforço de captura do berbigão era apenas uma adaptação ao novo contexto socioambiental gerado pela crise que a obra licenciada pelo próprio IBAMA causou.

É possível afirmar que a dinâmica sócio-espacial decorrente desse processo alterou as articulações e interesses em torno da RESEX Pirajubaé, abalando a relação de parceria e os interesses/objetivos comuns entre órgão gestor e a comunidade tradicional. Após a obra as distintas visões sobre conservação, o sentimento de responsabilidade perante a reserva e os interesses mais imediatos se evidenciaram discrepantes e em conflito entre o órgão gestor e a população tradicional. Os pescadores e extrativistas descredibilizaram o IBAMA enquanto parceiro, e o culpavam pela degradação ambiental em curso. Eles defendiam seus direitos de utilizar os recursos naturais como forma de garantir sua reprodução socioeconômica. Já o órgão ambiental passou a enquadrar os pescadores e extrativistas como predadores e considerar suas práticas como não conservacionista.

Ainda sobre o processo de licenciamento ambiental dessa obra, é importante ao menos mencionar que o programa de educação ambiental também conduzido pela UNIVALI e vinculado a essa licença, teve impactos positivos na gestão participativa da RESEX. Impulsionada pela criação do ICMBio em 2007 e pela chegada de uma nova chefia vinculada a esta nova instituição (agora responsável pela gestão da RESEX), o programa alavancou um processo de gestão participativa que culminou com a criação do Conselho Deliberativo da RESEX Pirajubaé em 2011. O Conselho Deliberativo é, segundo o SNUC, o principal instrumento de gestão participativa das unidades de conservação. No caso específico das Reservas Extrativistas, ele deve ser composto por maioria de membros da população tradicional e tem poder para deliberar sobre a gestão da Reserva (BRASIL, 2000; BRASIL 2002). A criação do Conselho marca uma nova etapa na gestão da área e uma reaproximação dos pescadores e extrativistas com o novo órgão gestor: ICMBio (TEBET, CASAGRANDE, *no prelo*).

Resta dizer ainda que a construção da Via Expressa Sul não foi a única obra de expansão da infraestrutura urbana no local. Por estar em uma região central da capital, a RESEX segue sendo impactada por diferentes empreendimentos relacionados à infraestrutura urbana. Recentemente (desde 2010) a duplicação da Rodovia Diomício Freitas e o acesso ao novo aeroporto são duas obras que ocorreram no entorno imediato da RESEX. Nenhuma delas teve impactos diretos tão graves e profundos comparados aos acima mencionados, e tampouco tiveram processos de licenciamento ambiental tão polêmicos. Por não terem interferido tão profundamente na organização socio-espacial da RESEX Pirajubaé e na socioeconômica da comunidade tradicional e, principalmente, por falta de folego e espaço – de minha parte – não irei analisá-las a fundo nesta tese. No entanto, é importante mencionar que uma quantidade na ordem dos milhões de reais – segundo dados apresentados pela gestão da RESEX em reunião do conselho em novembro de 2020 - estariam em disponibilidade da gestão da RESEX como compensação ambiental por essas obras. No entanto, devido a vários impasses burocráticos e administrativos para acessar esses recursos, até o momento o que se conseguiu foi utilizar esse fundo para a realização das oficinas participativas do Plano de Manejo e sua elaboração final. Existiu (ou ainda existe, mas não tem se reunido) um grupo de trabalho vinculado ao Conselho Deliberativo visando elaborar planos/projetos e intervenções que possa

acessar esses recursos. Até o fim da redação desta tese, no entanto, nenhuma dessas propostas saíram do papel.

De qualquer forma, essas obras demonstram que a RESEX segue a sofrer com a pressão da urbanização incessante ao seu redor. Não à toa que a pressão urbana é destacada como uma das principais ameaças à RESEX Pirajubaé em seu Plano de Manejo (ICMBio, 2021).

3.3 A MORTANDADE DO BERBIGÃO

O processo de urbanização no entorno da RESEX e de maneira geral em toda a Baía Sul de Florianópolis é um dos fenômenos mais relevantes na dinâmica ambiental (e socio-espacial) da região (ICMBio 2021; ICMBio, 2009). A RESEX Pirajubaé se encontra ambientalmente cada vez mais pressionada pela urbanização e socialmente cada vez mais atravessada por essa dinâmica. Por vezes esse processo se dá através de intervenções específicas como a construção de rodovias ou expansão do sistema de esgotamento sanitário (ver item 3.5). Nestes casos os impactos podem ser facilmente identificados e avaliados de forma mais direta como fizemos no subitem acima em relação a Via Expressa Sul. No entanto, o processo de urbanização também vai ocorrendo de maneira gradual e difusa. Neste sentido, impactos ambientais (e sociais) também acabam sendo de difícil identificação de causas precisas e lineares, ainda que diretamente associados a esse processo. Parece ser esse o caso da mortandade repentina do berbigão nos baixios da RESEX e em todas as áreas produtivas da Baías Norte e Sul de Florianópolis no verão de 2015.

Apesar das previsões alarmistas de alguns cientistas sobre um possível colapso do estoque devido ao manejo inadequado por parte dos extrativistas (PEZZUTO, 2011), a extração do berbigão se manteve viável economicamente até 2015. No entanto, no verão de 2015 ocorreu um evento conhecido como “mortandade do berbigão”, em que houve queda drástica e repentina de aproximadamente 90% dos estoques desse recurso no baixio da RESEX Pirajubaé (MAGALHÃES, 2017). As causas não são completamente esclarecidas, mas há evidências de que a mortandade esteja relacionada com poluição do ambiente e enfermidades parasitárias (MAGALHÃES, 2017). Fortes chuvas atípicas também podem ter alterado o pH da água a contribuído com a situação (MAGALHÃES, 2017).

Curiosamente a mortandade se deu na mesma época em que a comunidade local iniciava uma parceria com uma ONG interacional (RARE) visando o fortalecimento da comunidade e a valorização da cadeia produtiva do berbigão. O projeto tinha como coordenador um líder comunitário que na época era presidente da associação Caminhos do Berbigão (ACBer), e contava ainda com apoio de uma ONG local (Coletivo UC da Ilha)¹⁴. O programa “pesca para sempre” era simultaneamente desenvolvido em várias UCs de uso sustentável no Brasil, e tinha como premissa a escolha de um recurso alvo. A partir do reconhecimento e valorização desse recurso o programa buscava alcançar melhorias socioeconômicas para a comunidade e ainda potencializar a conservação ambiental na área. A RESEX Pirajubaé foi escolhida dentre outras UCs para uma das áreas piloto do programa justamente por ter o berbigão como um recurso alvo promissor.

Com a mortandade do berbigão os objetivos do programa tiveram que ser reajustados. Foi proposto pelo coordenador com apoio da ONG local o estabelecimento de áreas sem pesca experimentais, onde fosse executado a “limpeza do baixo”, em uma tentativa de potencializar a recuperação no estoque de berbigão. A ideia da limpeza do baixo partiu dos próprios extrativistas que com seu conhecimento empírico/tradicional verificavam que em áreas onde havia menos cascalho no substrato (resto de conchas de berbigão e outros moluscos) a berbigão se desenvolvia melhor.

No entanto, monitoramento técnico/científico realizado pela Universidade Federal de Santa Catarina e vinculado ao programa, apontou que não houve quaisquer indícios de recuperação do estoque de berbigão, seja dentro ou fora das áreas onde experimentalmente foi feita a limpeza (MAGALHÃES, 2017). O programa acabou sendo descontinuado na RESEX Pirajubaé após a primeira fase “piloto” por decisão da ONG financiadora, dentre outros motivos, por não ter alcançado os resultados esperados devido a mortandade do berbigão.

Desde então a extração comercial do berbigão está bastante comprometida na RESEX e a maioria dos poucos mais de 20 extrativistas que trabalhavam no baixo

¹⁴ O autor da tese foi o coordenador desse projeto representando a ONG Coletivo UC da Ilha. Todas as atividades desse projeto foram executadas anteriormente ao início da pesquisa relacionada a esta tese. No entanto, informações e principalmente a proximidade com os extrativistas a partir deste projeto contribuíram fortemente para o desenvolvimento desta pesquisa.

abandonaram a atividade. Mais recentemente, a partir do início de 2021, relatos apontam que algumas famílias voltaram a trabalhar no baixio e dizem que está havendo uma pequena recuperação nos estoques, ainda que em níveis bem inferiores aos pré-mortandade.

Este evento da mortandade do berbigão marca uma nova crise na trajetória socioambiental da RESEX Pirajubaé (TEBET; CASAGRANDE, *no prelo*). Como já mencionado anteriormente, a própria criação da RESEX estava relacionada ao manejo sustentável do berbigão; a inexistência desse recurso em condições mínimas para extração comercial coloca em xeque a própria existência da RESEX. A equipe gestora, por sua vez, se esforça para manter a relevância da área enquanto uma unidade de conservação de uso sustentável, e vem buscando articular e envolver os pescadores artesanais não diretamente relacionados a extração do berbigão, mas que tradicionalmente utilizam recursos naturais na área.

Esforços neste sentido são a elaboração participativa do Plano de Manejo que se inicia em 2018 e foi aprovado pelo Conselho Deliberativo em 2021 e os debates em torno da construção de normativas para o uso dos demais recursos pesqueiros na RESEX. No entanto, anos de gestão voltada para o manejo do berbigão, o conseqüente histórico de marginalização dos comunitários não vinculados a extração do berbigão na gestão participativa da RESEX, o afastamento das antigas lideranças vinculadas a extração do berbigão da gestão da RESEX, e os limites oficiais da reserva que contemplam apenas parcialmente o território pesqueiro da comunidade tradicional, são fatores que dificultam a parceria entre o órgão gestor e a população tradicional atualmente (TEBET; CASAGRANDE, 2021; VIZUETE, *et al.*, 2017).

3.4 O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: UMA PROPOSTA LOCAL

Uma atividade econômica não relacionada ao uso direto de recursos naturais, que partiu da própria comunidade e vem se constituindo como uma alternativa de renda para parte da população tradicional na RESEX Pirajubaé, é a consolidação de um projeto piloto de turismo de base comunitária. Diferente de muitas RESEX e de outras UCs de uso sustentável, a RESEX Pirajubaé não é um ponto turístico consolidado. Existem inúmeras praias e outros atrativos naturais em Florianópolis que atraem turistas; o manguezal do Rio Tavares e a Costeira do Pirajubaé definitivamente não são uma delas.

A ideia de impulsionar o turismo no local e começar a receber visitantes veio do filho de uma liderança extrativista. Ele não pratica a atividade da pesca, tem formação superior (geografia) e fez um curso de condução ambiental no Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC). Como trabalho de conclusão desse curso, foi feita uma visita guiada por ele na RESEX Pirajubaé. Ciente da potencialidade dessa atividade e com apoio de uma professora da IFSC, que inclusive é conselheira da RESEX, começou a se delinear o que hoje funciona, com aval do ICMBio, como um projeto piloto de Turismo de Base Comunitária (TBC).

No início da construção deste projeto, em 2016, contando com apoio de uma condutora ambiental e agente de turismo, a proposta do turismo na RESEX Pirajubaé foi selecionada para fazer parte de uma consultoria do Serviço Brasileiro de Apoio às micros e pequenas empresas (SEBRAE) que estava construindo uma rede de turismo de experiência em SC. O projeto do turismo na RESEX Pirajubaé foi incluído neste programa do SEBRAE, o que ajudou a consolidar as rotas e as atividades turísticas na área, além de ganhar escala na divulgação da atividade.

Segundo o proponente do projeto piloto de TBC as principais motivações para seu desenvolvimento é ofertar uma alternativa de renda para os pescadores após a crise da mortandade do berbigão; valorizar e difundir a memória, os saberes e as paisagens vinculadas a RESEX Pirajubaé; e a possibilidade de divulgação da RESEX para um público externo, aumentando sua visibilidade e contribuindo assim, para a sua conservação. Além disso, há uma motivação de cunho mais pessoal, uma vez que o pai do coordenador, uma importante liderança extrativista da RESEX, por questões de saúde não pode mais pescar. A participação dele como piloto do barco nos passeios turísticos é uma forma de mantê-lo em contato com a RESEX e seus ambientes, além de fornecer um complemento de renda para a família.

No arranjo atual, o projeto piloto do TBC envolve, além do coordenador do projeto que é o condutor ambiental do passeio, piloto da embarcação (barqueiros) e a equipe de gastronomia que prepara o almoço servido nos ranchos de pesca. Indiretamente, o projeto também abarca os fornecedores de peixes para a equipe gastronômica. Segundo o coordenador do projeto até maio de 2021, tinham sido realizados 87 passeios na RESEX (em 3 diferentes rotas), alcançando um total de 886 visitantes. Da população tradicional vinculada a RESEX, 20 pessoas teriam participado pelo menos uma vez da equipe. Atualmente ele conta com uma equipe

fixa de 8 pessoas (ainda que nem todos trabalhem em todos os passeios realizados). Em geral, para cada passeio, 4 a 6 pessoas compõem a equipe.

Visando apoiar, incentivar e expandir o TBC na Resex foi criado um grupo de trabalho sobre o tema vinculado ao conselho¹⁵. Por esforços desse grupo de trabalho, conseguiu-se financiamento do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD-Brasil) através de uma articulação com a Diretoria de Ações Socioambientais (ICMBio/DISAT) para desenvolver o projeto de “consolidação do TBC na RESEX”. Na primeira etapa do projeto buscou-se analisar a percepção da comunidade sobre o turismo na RESEX, bem como identificar atores dispostos a compor e ampliar a rede de turismo comunitário. A segunda etapa do projeto visou processos formativos para qualificar e preparar os interessados na rede do TBC da RESEX. As formações se deram em quatro eixos: gastronomia; piloto de embarcação (barqueiro); condução ambiental; artesanato. Os relatórios do projeto apontam que pelo menos 22 pessoas participaram dos processos formativos. Esse mesmo relatório também aponta algumas dificuldades no fortalecimento da rede do TBC na RESEX, dentre elas destacam-se: (I) falta de interesse da grande maioria da comunidade na atividade; (II) a desconfiança de que essa seja uma alternativa de renda viável; (III) conflitos internos da comunidade.

Atualmente, mesmo com o esforço da equipe de gestão da RESEX e desse projeto financiado pelo PNUD para apoiar o fortalecimento do TBC, a atividade ainda tem dificuldade de ganhar escala e adesão de mais comunitários. No entanto, o projeto piloto segue sendo executado pelo condutor ambiental e algumas das pessoas que passaram pelo processo formativo se integraram a sua equipe.

Com a pandemia COVID-19, as atividades do turismo foram bastante prejudicadas. Segundo o coordenador do projeto houve restrição de pessoal na equipe, pois muitos eram grupo de risco e não mais puderam participar das atividades. A realização da experiência gastronômica ficou inviável por questões sanitárias. E os próprios “turistas”, mesmos que muitos do próprio município, não sentem segurança para realizar atividade em grupos. Por tudo isso, desde março de 2020 as atividades relacionadas ao TBC na RESEX estão em marcha lenta. Ainda assim, principalmente

¹⁵ O autor da tese participou deste grupo de trabalho enquanto conselheiro da RESEX de 2018 a 2020.

a partir de 2021, os passeios seguem sendo oferecidos e a expectativa do coordenador do projeto era de uma retomada do fluxo para o verão de 2021/2022.

3.5 O ESGOTO DELES POR CIMA DA GENTE: O CONFLITO COM A INSTALAÇÃO DE UM ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO

Ainda sobre o processo de urbanização que vem alterando a dinâmica socio-espacial e ambiental na área da RESEX, é importante mencionar a obra de construção da Estação de Tratamento de Esgoto do Campeche (ETE Campeche) pela Companhia Catarinense de Água e Saneamento (CASAN). A obra ainda em construção tem como uma das alternativas locais para deposição final de efluentes um afluente do Rio Tavares. Apesar do lançamento estar previsto para uma área externa à RESEX, o local é muito próximo e com conexão direta ao Rio Tavares; por tanto, com possibilidade de impactos ambientais direto na RESEX Pirajubaé.

O processo de licenciamento ambiental desta obra é polêmico e conflituoso e se arrasta pelo menos desde 2010. A responsabilidade pelo processo de Licença Ambiental é do Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA). Em uma manobra muito esperta por parte do empreendedor, e sabendo que não há consenso em torno da localização para a emissão final dos efluentes, a obra da ETE foi licenciada em 2 etapas: uma já autorizada e em fase final de construção, que envolve a construção da Estação de Esgoto em si; e a outra tratando especificamente sobre o local para o lançamento do efluente produzida pela ETE.

Devido as obrigatoriedades exigidas pelo SNUC, a partir de 2000, o ICMBio é obrigado a conceder uma Autorização para Licenciamento Ambiental (ALA) em todos os processos de licenciamento que podem afetar diretamente uma unidade de conservação. A princípio, os pareceres técnicos dos analistas ambientais do ICMBio responsáveis pela gestão da RESEX foram pela não autorização da emissão dos efluentes nos afluentes do Rio Tavares pelos possíveis impactos à RESEX e à população tradicional que dependem deste ambiente. Posição respaldada também por decisão do Conselho Deliberativo da RESEX em reuniões ordinárias, extraordinárias e em moções. Em 17 de abril de 2014, seguindo estes posicionamentos, a Coordenação Regional do ICMBio emite parecer negando a autorização ambiental para o licenciamento:

(...) o projeto apresentado não se adequa à gestão da Unidade de Conservação Federal da Reserva Extrativista do Pirajubaé, não havendo viabilidade ambiental ao empreendimento. Portanto, sugerimos que seja apresentada nova proposta de Estação de Tratamento de Esgoto em que a missão dos efluentes tratados não seja direcionada ao curso d'água denominado Rio Tavares ou sua bacia hidrográfica (ICMBio, 2014).

Engana-se quem pensa que os instrumentos de gestão da RESEX teriam dado conta de favorecer os interesses de conservação e da população tradicional parente o interesse dos empreendimentos de infraestrutura urbana. Ainda em 2014 a CASAN pede reconsideração sobre o pedido de autorização para o licenciamento; as instâncias superiores do ICMBio (presidência do órgão em Brasília), à revelia dos pareceres técnicos e da manifestação e moções do conselho deliberativo da UC, emitem em 14 de outubro de 2014 uma autorização para licenciamento ambiental da ETE com lançamento de efluentes no afluente do Rio Tavares.

Essa autorização impunha várias condicionantes específicas em relação a estudos de impactos ambientais. Uma cláusula específica dizia que todas as condicionantes deveriam ser cumpridas antes do início de quaisquer atividades relacionadas a obra e ainda dava o direito ao ICMBio de revogar a autorização caso não fossem cumpridas as condicionantes. Alguns anos após essa autorização, a CASAN, sem ter cumprido os estudos propostos e visando dar início a obra, encaminha ao ICMBio um novo pedido de autorização, fazendo constar uma alternativa locacional para o lançamento do efluente fora da bacia hidrográfica do Rio Tavares. Assim, em 14 de novembro de 2017, o ICMBio concede nova autorização, revogando a autorização de 2014 e autorizando o início da obra com lançamento de efluente fora da bacia hidrográfica do Rio Tavares.

Apesar de parecer uma vitória para os interesses da Reserva Extrativista e da população tradicional, o processo de licenciamento, ainda em andamento, segue bastante confuso e polêmico. Comunicações oficiais entre o órgão licenciador (IMA) e o ICMBio apontam que o órgão licenciador considera válido apenas o processo de Licenciamento Ambiental em que o afluente do Rio Tavares aparece como receptor dos efluentes. Ainda segundo o IMA, se o empreendedor deseja efetuar o lançamento em outro local, ele deveria dar entrada com novo pedido de licença ambiental. As últimas informações repassadas pelos gestores da RESEX Pirajubaé é que por ação

do MPF a licença ambiental a cargo do IMA está suspensa e inválida, o que forçaria a CASAN a dar entrada com novo pedido de licenciamento ambiental.

Resta salientar que a obra de construção da Estação de Tratamento já está praticamente concluída, apesar de toda a judicialização em torno do licenciamento para o lançamento dos efluentes. A população tradicional e o Conselho da RESEX Pirajubaé temem que uma vez construída, a exemplo do que aconteceu com a Via Expressa Sul, a obra seja considerada como de interesse público, e dessa forma, que os efluentes passem a ser despejados no aflente do Rio Tavares mesmo sem a autorização do ICMBio e/ou licença ambiental válida.

A população tradicional tem a percepção de que o esgoto não tratado do bairro da Costeira do Pirajubaé afeta negativamente as condições ambientais da RESEX, mas consideram que a obrigação da CASAN em ligar as residências do bairro à rede coletora não lhes dá o direito de direcionar os efluentes da estação de tratamento na RESEX¹⁶. Outro fator que influencia o posicionamento contrário ao lançamento de efluente nessa localidade por parte da população tradicional, é que a estação de tratamento será o destino da rede de esgotamento de toda a região sul da ilha, de bairros que não tem relação nenhuma com a bacia hidrográfica do Rio Tavares. Além disso, o histórico da CASAN em Florianópolis é de estações de tratamentos com mal funcionamento e que periodicamente extravasam efluentes não tratados para os corpos d`água. Na opinião da população tradicional, mesmo que o efluente seja efetivamente tratado, a quantidade de água doce no mangue e no rio já influenciaria negativamente o berçário de vida marinha na região. Além disso, na opinião deles, um episódio de lançamento de efluente não tratado seria o suficiente para desencadear nova crise nos estoques de recursos pesqueiros na área. Em fala emblemática um dos extrativistas disse em entrevista para esta tese: “eles começaram a matar a RESEX com o aterro, agora se vier esse efluente aí é o enterro definitivo. Pode cavar a cova, porque se vier a CASAN com tudo isso aí, a RESEX morre” (entrevista n°3).

Por outro lado, a CASAN garante que essa estação de tratamento é uma das mais modernas existentes e inclui tratamento terciário para os efluentes. Na argumentação deles, mesmo com despejo dos efluentes, a qualidade do Rio Tavares

¹⁶ Essas informações foram obtidas em reuniões do Conselho Deliberativo da RESEX, especialmente as ocorridas no primeiro semestre de 2018 quando o tema da ETE era recorrente nas reuniões.

(e da RESEX) iria melhorar, pois atualmente os esgotos ilegais estão fluindo diretamente para estes corpos d`água.

Os reais impactos que um possível lançamento de efluentes podem causar são incertos e dificilmente captados em toda sua complexidade pelos estudos e modelos científicos atrelados aos processos de licenciamento ambiental. De qualquer forma, chama atenção o fato de que a argumentação do empreendedor é de desconsiderar o saber/conhecimentos dos pescadores e a autoridade destes perante o território da RESEX. Afinal, o Conselho Deliberativo já decidiu, mais de uma vez, pela não autorização do lançamento de efluentes no Rio Tavares ou seus afluentes. Ademais, o discurso do empreendedor (CASAN) culpabiliza os próprios pescadores pela má qualidade ambiental do rio, já que seriam eles que estão com suas casas não ligadas à rede de esgotamento sanitária do município. Ainda segundo a CASAN, os “dados científicos” comprovam não haver perigo ao ambiente e a RESEX com o despejo de efluentes tratados na área.

3.6 DESENVOLVIMENTO E TERRITORIALIDADES NA RESEX PIRAJUBAÉ

A Reserva Extrativista do Pirajubaé surge a partir do projeto piloto “Fazenda Marinha de Berbigão”. Projeto que pode ser entendido enquanto um projeto de desenvolvimento pois intencionalmente visava alterar as relações sociais visando melhores condições de vida para os extrativistas. Importante lembrar que a extração comercial do berbigão com o uso do gancho se inicia na comunidade a partir de uma demanda externa, de um atravessador em busca do vôngole/berbigão para vender ao mercado consumidor de São Paulo. É a articulação feita por esse atravessador que conectou a comunidade local com um mercado consumidor longínquo que consolidou esta nova atividade produtiva na área. Se para o Estado – através da SUDEPE -, o que estava em jogo era a garantia da sustentabilidade no uso dos recursos (no sentido de não degradação); para os pescadores envolvidos no projeto, essa nova prática produtiva representava possibilidade de melhores retornos financeiros, e, portanto, uma atividade econômica promissora.

Não há dúvida de que esse projeto alterou as dinâmicas territoriais ali presentes. Uma pequena parcela dos pescadores artesanais – inicialmente não mais que 12 – passaram a se apropriar do baixio de uma maneira distinta do que vinha ocorrendo até então. Esse arranjo produtivo, além de estar vinculado a uma chancela

do Estado através da SUDEPE, era no início fortemente centralizado na figura de um extrativista, que sendo o contato do atravessador, monopolizava a comercialização do berbigão. Isso alterou as dinâmicas de poder internas/externas e culminou com o surgimento de novas lideranças e de novas identidades – os *extrativistas* – em um autoreconhecimento de alteridade perante os *pescadores artesanais* que eram a maioria da população tradicional. Os extrativistas enquanto grupo social começam a se destacar, primeiro por participarem deste arranjo produtivo promissor e rentável, segundo pelo estabelecimento de articulações diferenciadas com o Estado, inicialmente através da parceria com a SUDEPE (posteriormente com IBAMA).

A criação da RESEX está vinculada a este arranjo. O interesse do IBAMA em tornar essa área uma Reserva Extrativistas se deu por já haver este projeto experimental. Um dos atores mais importante no processo de criação foi justamente o pesquisador-extensionista vinculado ao projeto piloto, que além de apresentar a proposta das RESEX aos extrativistas, escreveu o laudo biológico que justificou a criação e foi quem concebeu os limites da RESEX. Limites estes que priorizaram as áreas de uso vinculado à extração do berbigão, e deixaram de fora parte do território tradicionalmente utilizados pelos pescadores artesanais.

A chegada do IBAMA, com a institucionalização da área enquanto uma reserva extrativista, altera novamente as relações de poder. O local passa a ser agora uma reserva extrativista, cuja gestão é compartilhada entre o órgão ambiental (IBAMA e, a partir de 2007, ICMBio) e a comunidade tradicional. A criação da RESEX implica um novo território, com limites e instrumentos de gestão definidos por lei. Este novo arranjo faz dos órgãos ambientais importantes atores com poderes sobre a área. Sendo eles responsáveis, por exemplo, por fiscalizar a área, cadastrar os pescadores/extrativistas com direito de acesso a reserva, além de poder criar regras e normas com objetivo de garantir a sustentabilidade no uso dos recursos. Este novo território e o arranjo para sua gestão, fortaleceram as estratégias de apropriação do espaço pelos extrativistas, trazendo maior visibilidade e proteção a sua atividade produtiva. Consequentemente, inicialmente a criação da RESEX potencializou a territorialidade dos extrativistas de berbigão.

A criação da RESEX Pirajubaé é fruto da mobilização de um grupo reduzido de pescadores artesanais vinculados a extração comercial do berbigão, que bem

articulados com um pesquisador-extensionista, aceitaram a oportunidade institucional apresentada pelo IBAMA. Novas práticas produtivas, novas identidades e novas territorialidades emergiram a partir desta articulação específica. A criação da RESEX é a culminação do entrecruzamento de trajetórias distintas: o atravessador que encontrou fornecedores para o produto que procurava – o berbigão; a comunidade que se apropria de uma nova prática produtiva; a SUDEPE buscando implementar arranjos sustentáveis no uso de recursos naturais; e o IBAMA em busca de áreas para a criação de reservas extrativistas fora do bioma amazônico.

A criação da RESEX Pirajubaé contradiz a visão essencializada e reducionista de que reservas extrativistas são criadas pelos órgãos ambientais em um processo de reconhecimento de territórios e modos de vida tradicionais pretéritos e intrinsecamente sustentáveis que precisam ser protegidos. Pelo contrário, a RESEX Pirajubaé foi criada para garantir a sustentabilidade de uma prática nova e recentemente incorporada por uma parcela da população tradicional que utilizava os recursos naturais naquela área. A criação da RESEX Pirajubaé foi parte de um processo de mudanças socio-espaciais que estavam em curso, e que não preservou modos de vidas estanques, mas sim impulsionou novas práticas e territorialidades, visando conciliar conservação ambiental com o uso sustentável dos recursos pesqueiros na área.

Se em um primeiro momento a articulação entre órgão ambiental e extrativistas de berbigão foi forjada em interesses e objetivos comuns, compatibilizando os objetivos conservacionistas com o desenvolvimento da população local, não tardou para que conflitos territoriais opusessem estes interesses. O estopim foi um projeto de desenvolvimento externo que impactou diretamente a RESEX Pirajubaé: a construção da Via Expressa Sul. Os impactos ambientais, sociais e econômicos transformaram radicalmente as relações entre os atores envolvidos e suas territorialidades.

Os extrativistas se sentiram traídos e lesados pela autorização do IBAMA à obra, não vendo mais sentido em cumprir regras restritivas de uso dos recursos visando garantir sustentabilidade em um cenário de tamanho impactos ambientais. Para os extrativistas, um dos papéis mais importantes do órgão ambiental seria justamente proteger o território contra ameaças externas. Na visão dos extrativistas, se o órgão ambiental não tem condições de proteger o território contra impactos

ambientais externos tão severos, não faz sentido restringir o uso dos recursos visando a sustentabilidade. Segundo entrevistas concedidas pelos extrativistas, o órgão ambiental, apesar de juridicamente responsável pela gestão da área, perdeu sua credibilidade perante os extrativistas e pescadores, e a relação de parceria e objetivos comuns foi abalada.

Entretanto, do ponto de vista do órgão gestor, apesar de não ter sido possível evitar a obra e seus impactos, os “dados científicos”, fruto do monitoramento ambiental vinculados ao processo de licenciamento, apontavam para um manejo inadequado dos recursos por parte dos extrativistas, o que os pressionava a estabelecer regras para garantir a sustentabilidade da extração. Esta situação deixou o IBAMA em uma posição delicada entre defender os interesses conservacionistas – o que é uma das suas prerrogativas estabelecidas por lei – ou apoiar as demandas dos extrativistas, visando recuperar uma relação de confiança, rompida com a autorização da obra.

A partir daí a RESEX se mostra como um espaço em disputa, com todas as suas contradições e complexidades. De um lado um território voltado para a conservação ambiental, cuja gestão depende de um órgão ambiental que não foi capaz de evitar impactos ambientais decorrentes de projetos de desenvolvimento externos, mas que tem por prerrogativa legal, garantir a sustentabilidade no uso dos recursos locais. Por outro lado, uma população tradicional cujo território deveria ser protegido por esse arranjo, mas que foi induzida à novas dinâmicas na apropriação dos recursos naturais devido aos impactos ambientais da obra, e em consequência dessa adaptação à nova realidade socio-espacial, não mais foi vista como “parceira da conservação” pelo órgão gestor. Cada vez mais distantes foram ficando os objetivos, interesses e ações do órgão gestor ambiental e da população tradicional. Acirrando ainda mais as ambiguidades e as distintas territorialidades que a RESEX Pirajubaé comporta, notadamente o território da Reserva e seus objetivos conservacionistas e a territorialidade da população tradicional que se apropria daquele espaço como condição para sua reprodução socioeconômica.

A gestão da RESEX Pirajubaé teve que lidar com o passivo dessa relação conflituosa com a população tradicional durante muitos anos – aliás, continua lidando. Mesmo após a promulgação do SNUC em 2000, que estabelece com maior clareza os instrumentos de gestão em Unidades de conservação como os planos de manejo e os conselhos deliberativos; e com a posterior criação do ICMBio como órgão

ambiental responsável exclusivamente pela gestão de unidades de conservação em 2007, um ambiente de confiança e de construção coletiva de objetivos e interesses entre população tradicional e órgão gestor, como foi visto no período de criação da RESEX, não foi plenamente recuperado (TEBET; CASAGRANDE, *no prelo*; SPINOLA, 2018). Os interesses, objetivos entre população tradicional e órgão gestor não mais se encontravam em sinergia como na articulação pretérita em torno da criação da RESEX.

Como demonstrado nas seções anteriores, apesar de a Via Expressa Sul ter sido um marco, outras obras de infraestrutura urbana continuam pressionando e impactando a RESEX Pirajubaé. Com destaque para o controverso e polêmico processo de licenciamento ambiental da Estação de Tratamento de Esgoto e para a mortandade do berbigão ocasionada, muito provavelmente, pela degradação ambiental difusa em decorrência do processo de urbanização da região. Estes eventos demonstram que, apesar de todos os avanços nos arranjos institucionais voltados para a gestão das unidades de conservação, o arranjo institucional da RESEX tem dificuldades em evitar que ameaças externas impactem negativamente a área.

Ameaças estas que estão fortemente vinculadas a projetos de desenvolvimento tipicamente moderno-ocidentais, que no afã de impulsionarem a urbanização da capital catarinense, desconsideram os pescadores artesanais, os ambientes associados a suas atividades e suas territorialidades. Nestes casos, o “desenvolvimento do município” passa por cima do “desenvolvimento da população tradicional”, para quem a perda de qualidade ambiental que decorre desses projetos de desenvolvimento, representa piores condições de vida e a impossibilidade da manutenção de um modo de vida vinculado ao uso dos recursos naturais na área. Para se ter uma ideia, segundo o cadastro oficial de beneficiários da RESEX, dos 232 cadastrados como população tradicional, apenas 23 dependem exclusivamente da pescaria/extrativismo. A grande maioria da população tradicional beneficiária da RESEX apenas complementa renda com a pesca/extrativismo, e já tem outras atividades não relacionadas com o território como fonte de renda. Em fala

emblemática um dos poucos beneficiários que ainda faz a extração do berbigão e que é conselheiro disse¹⁷:

O engraçado é que quando a gente tirava o berbigão “de qualquer jeito”, como eles dizem, tinha abundantemente. Agora que colocaram regras e cadastram as famílias o berbigão sumiu. Então eu me pergunto: será que foi o pescador que acabou com o berbigão? Se tem uma coisa que eu fico indignado é as pessoa que dizem que quem destruiu o berbigão foram os pescadores. Eles não olha os impacto ambiental? o crescimento das lojas? Os posto de gasolina? A rodovia que passou por cima da gente? O novo acesso ao aeroporto e os piche do asfalto que correu pro mangue? O pessoal da costeira que triplicou e joga esgoto no rio? Pô, eu até peço desculpa se falei alguma coisa que vocês não gostam, mas é que é chato ouvir que o pescador não cuida direito. Porque eu cuidei muito, seu [*nome de pescador*] cuidou muito, [*nome de outro pescador*] cuidou muito. Brigamos muito por aquilo ali, sabe? Então não dá para falar que foi o pescador que acabou com tudo não (2022)

Enquanto os principais impactos ambientais tiveram origem em eventos externos, os instrumentos de gestão utilizados na RESEX Pirajubaé concentram-se em regulamentar o uso interno dos recursos pela população tradicional: instruções normativas sobre extração do berbigão (IBAMA, 2004;2005); criação do conselho deliberativo (ICMBio, 2011); plano de utilização (ICMBio, 2013); perfil da família beneficiária (2018); e Plano de Manejo (2021). Podemos dizer que houve (e que há) um esforço do órgão gestor em controlar o uso dos recursos naturais pela população tradicional, enquanto se tem pouca influência ou poder de decisão sobre os eventos externos que impactam o ambiente e as territorialidades da RESEX Pirajubaé. Mesmo após a criação do Conselho Deliberativo, composto majoritariamente por membros da população tradicional, e que por Lei deveria decidir sobre assuntos que afetam a unidade de conservação (BRASIL, 2000;2002; ICMBio, 2014), o arranjo para a gestão da RESEX parece não estar dando conta de garantir os interesses da população tradicional perante projetos externos de desenvolvimento. O que vem comprometendo a capacidade do arranjo institucional da RESEX Pirajubaé em proteger o território da população tradicional e de defender e impulsionar projetos de desenvolvimentos articulado a partir deles.

¹⁷ Essa fala foi um audio de whatsapp enviado pelo extrativista no grupo dos Conselheiro da RESEX Pirajubaé em 12/08/2022 no contexto de uma discussão sobre a recuperação dos estoques de berbigão na RESEX. O pesquisador teve acesso pois é conselheiro e participa do grupo. O extrativista foi consultado e consentiu com o uso da fala para essa pesquisa. Ele foi um dos extrativistas entrevistados para a tese.

A mortandade do berbigão em 2015 também inaugura uma nova fase para a RESEX Pirajubaé. Como toda articulação em torno da criação da RESEX se deu a partir da extração comercial do berbigão, a suspensão dessa atividade na área altera novamente a relação de poder entre os atores. A área continua sendo uma unidade de conservação gerida pela ICMBio, que segue buscando garantir os interesses conservacionistas. No entanto, a atividade extrativa que impulsionou sua criação não mais existe. Os atores envolvidos com a extração comercial do berbigão se afastaram dos processos de gestão da RESEX. Muitos deles inclusive deixam de utilizar o território e foram procurar atividades econômicas não relacionadas ao uso de recursos naturais. O abandono de um modo de vida baseado no uso de recursos naturais é o resultado mais extremo da perda de condições de vida para essa população. Para parte da população tradicional a mortandade do berbigão representou a impossibilidade de continuar e se reproduzir socio-culturalmente enquanto população tradicional vinculada a esse território.

Neste novo cenário, a discussão sobre a sustentabilidade no uso de outros recursos pesqueiros não vinculados ao berbigão na RESEX começa a ganhar maior destaque para o órgão gestor. No entanto, este arranjo apresenta dois grandes problemas. Primeiro, boa parte do território pesqueiro da população tradicional não relacionada ao berbigão está fora dos limites atuais da RESEX, o que implica desafios territoriais de difícil solução, uma vez que, como já mencionamos, o arranjo institucional tem baixa influência e poder de decisão sobre o que ocorre externamente aos limites oficiais da reserva. Segundo, os pescadores artesanais não vinculados à extração do berbigão foram por anos marginalizados dos processos de gestão da UC uma vez que o foco da RESEX era nesse recurso. Assim, apesar de serem formalmente beneficiários da RESEX, os pescadores artesanais não vinculados a extração do berbigão tem pouca proximidade/articulação com o órgão gestor ou começaram a construir essa relação apenas recentemente. Nesse sentido, a busca na construção de objetivos e interesses comuns entre os pescadores artesanais e os gestores da RESEX precisa ainda ser forjada/construída para que possa emergir uma parceria promissora em prol da conservação e melhoria na condição de vida da comunidade. O território da RESEX e seus instrumentos de gestão precisam ser apropriados pelos pescadores artesanais para que possam fazer sentido para eles e

impulsionem efetivamente suas estratégias de apropriação do espaço (territorialidades).

Além disso, é importante ressaltar que há poucos instrumentos de gestão que visem diretamente as questões socioeconômicas da população tradicional. Como demonstrado, além de ter dificuldade em lidar com os projetos externos de desenvolvimento, a gestão da Reserva Extrativista é focada em regulamentar internamente o uso do recurso. O enfoque das normatizações se dá na prática pesqueira/extrativa em si, visando controlar quantidade capturada, tamanho, periodicidade e seletividade do petrecho utilizado, etc. As outras etapas da cadeia produtiva pós captura do pescado ou os outros fatores que influenciam diretamente nas decisões sobre o uso dos recursos naturais (mercado, preço de venda, rede de comercialização, processamento, etc) não são focos prioritários dos instrumentos de gestão (TEBET; CASAGRANDE, 2022).

Há alguns indicativos das dificuldades em se pensar as dinâmicas e as mudanças sociais e econômicas da comunidade e não apenas a prática pesqueira/extração em si. Entre eles estão o não cumprimento da condicionante ambiental da Via Expressa Sul que versava sobre a construção de um centro de beneficiamento de pescados, ou qualquer outra alternativa de renda para a população tradicional (condicionante 2.2 do processo de licenciamento); e a dificuldade em utilizar em projetos de desenvolvimento pela e para a comunidade os valores na ordem dos milhares de reais relacionados as compensações ambientais das obras de novo acesso ao aeroporto e da duplicação da rodovia Diomício Freitas. Certamente que essas dificuldades não estão exclusivamente relacionadas as ações da equipe gestora da RESEX. A falta de organização associativa comunitária em entidades que os representem e o distanciamento dos extrativistas de berbigão da gestão da RESEX dificultam consideravelmente as articulações em prol de arranjos que permitam a utilização dos recursos financeiros destes fundos em prol da comunidade.

Um projeto de desenvolvimento articulado por atores da própria comunidade visando criar alternativa de renda foi o Turismo de Base Comunitária. Neste processo a equipe gestora (ICMBio) teve um importante papel de apoio e incentivo, tendo criado um grupo de trabalho vinculado ao conselho para discutir e consolidar a atividade. No entanto, os instrumentos de gestão oficiais da RESEX se limitam em permitir e regulamentar a atividade. Tendo pouca capacidade de atuar diretamente buscando

impulsionar e fortalecer o turismo de base comunitária, que segue tendo baixa capilaridade e dependente da atuação específica de um beneficiário e sua rede de apoio. Ou seja, o Turismo de Base Comunitária ainda que promissor, é um projeto de desenvolvimento com uma escala bastante reduzida de atuação em termos de pessoas envolvidas e de benefícios gerados para a população tradicional como um todo.

Concluindo, a criação da Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé foi uma articulação bastante positiva entre IBAMA, uma parte da população tradicional vinculada a extração do berbigão e um pesquisador-extensionista que auxiliava os extrativistas no manejo do berbigão. Pode ser considerado um projeto de desenvolvimento exitoso, que possibilitou uma melhora na condição de vida dos extrativistas, a manutenção de um modo de vida baseado no uso direto de recursos naturais do território da comunidade, e a implementação de uma prática extrativista que garantia a qualidade ambiental da área e a manutenção do estoque. No entanto, ao se transformar em unidade de conservação, se institucionaliza um território de conservação, sob responsabilidade do órgão ambiental que transcende as territorialidades da população tradicional; configurando-se em uma situação complexa onde o território da RESEX Pirajubaé – definido por lei – é atravessado por múltiplas territorialidades.

Em um primeiro momento estas territorialidades eram sinérgicas e potencializaram os interesses da população tradicional (ou pelo menos, de parte dela envolvida com a extração do berbigão) e seus projetos de desenvolvimento. No entanto, o arranjo institucional para a gestão da RESEX não foi capaz de evitar que projetos de desenvolvimento externos impactassem negativamente o ambiente natural e as territorialidades previamente constituídas. A dinâmica socio-espacial implicou alteração nas relações de poder. Para a comunidade tradicional, se o arranjo institucional não é capaz de garantir a proteção do território da RESEX, a incumbência do órgão gestor em criar normas e regras para o uso dos recursos que restringem suas práticas e o uso dos recursos naturais em nome da sustentabilidade, não se mostrou mais como um arranjo promissor. Isso acabou por desmotivar a participação da comunidade na gestão da reserva, deslegitimou o órgão gestor e impulsionou o não cumprimento dos acordos firmados em relação ao manejo do berbigão na área. Por outro lado, o órgão gestor seguiu sendo responsável por garantir os interesses

conservacionistas na área. No entanto, se inicialmente os extrativistas eram vistos como parceiros da conservação por respeitarem os acordos para utilização dos recursos naturais firmados a partir do projeto piloto de manejo sustentável do berbigão, após o aterro, a prática pesqueira/extrativista passou a ser vista como uma ameaça à conservação.

Se tornou notável uma maior incongruência entre o território da RESEX e seus objetivos conservacionistas e a territorialidade da população tradicional que se apropria daquele espaço e de seus recursos naturais como condição para sua reprodução socioeconômica. As relações de poder e o papel dos atores sociais envolvidos com a RESEX foram alterados, se mostrando mais antagônicos e conflitivos. O órgão gestor passou a buscar garantir a sustentabilidade contra impactos externos e contra um uso potencialmente predatório por parte da própria população tradicional. A comunidade r-existiu à nova configuração socio-espacial em um ambiente que, impactado pelos projetos de desenvolvimento externos, já não é mais o mesmo, buscando adaptar suas práticas produtivas para garantir o mínimo de retorno financeiro e se adequar as exigências do órgão ambiental. Com a mortandade do berbigão, reflexo da perda na qualidade ambiental da área, os extrativistas abandonam o território da RESEX, enquanto a gestão da reserva passou a dar mais atenção aos pescadores artesanais e suas estratégias de apropriação de espaço. No entanto a área de uso dos pescadores artesanais (não vinculados a extração do berbigão) não é abarcada em sua totalidade pelo território da RESEX.

Assim, podemos dizer que há uma diversidade de grupos sociais associados a RESEX Pirajubaé – pescadores artesanais que dependem da pesca, pescadores artesanais que não dependem da pesca e extrativistas de berbigão – e que estes possuem distintas estratégias de apropriação do espaço, portanto a RESEX comporta múltiplas territorialidades. Os projetos de desenvolvimento e a própria criação e gestão da RESEX influenciaram de maneira distinta essas territorialidades. Compreender a dinâmica territorial – como pensamos ter contribuído com esse capítulo – é fundamental para garantir a conservação ambiental da reserva e proporcionar melhores condições de vida para a comunidade envolvida.

Visando retomar um caminho de articulação promissora entre população tradicional e órgão gestor, e aumentar a congruência entre o território da RESEX e a territorialidade da comunidade, alguns desafios precisam ser enfrentados:

- (I) Garantir a proteção do território contra projetos de desenvolvimento externos; inclusive buscando reverter os impactos da urbanização incessante no entorno da reserva;
- (II) Construir uma relação de confiança, interesses e objetivos mútuos com os pescadores artesanais que não participaram ativamente da criação da RESEX e que foram durante anos invisibilizados na sua gestão participativa por não estarem vinculados a extração do berbigão;
- (III) Criar mecanismos para lidar com a fato de que os limites da RESEX não comportam o território da pesca artesanal como um todo;
- (IV) Implementar instrumentos de gestão voltados para a dinâmica socioeconômica da comunidade e suas estratégias de apropriação dos recursos naturais para além de regulamentar a prática extrativa/pesqueira em si;
- (V) Aprender a lidar com a territorialidades da população tradicional, que diferentemente dos limites rígidos da reserva, são mais dinâmicas e associadas a vários processos que transcendem a gestão da RESEX exclusivamente enquanto uma unidade de conservação.

Se a Reserva Extrativista do Pirajubaé almeja ser bem-sucedida em garantir a conservação ambiental, a proteção dos territórios tradicionais e proporcionar melhores condições de vida para a comunidade, terá que lidar com todos estes desafios.

Cap. 4 - A Reserva Extrativista do Mandira: no mangue uma alternativa

“Meu avô já foi escravo, mas viveu com valentia. Descumpria a ordem dada, agitava a escravaria. Vergalhão corrente e tronco era quase todo dia. Quanto mais ele apanhava menos ele obedecia”

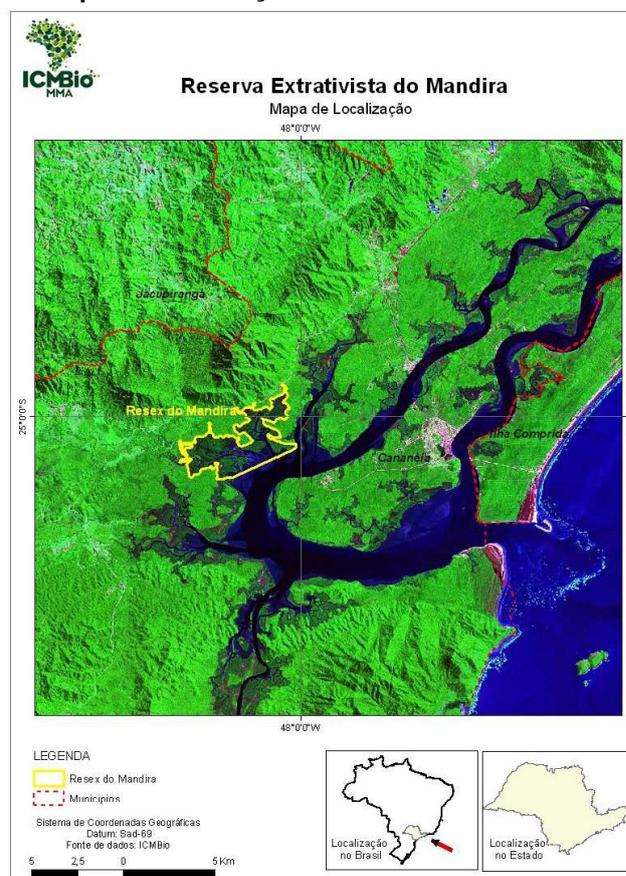
Paulo Cesar Pinheiro (2015)

“É por isso que devemos nos recusar a entregar nossa floresta. Não queremos que se torne uma terra nua e árida cortada por córregos lamacentos. Seu valor é alto demais para ser comprada por quem quer que seja”

Davi Kopenawa (2015)

A Reserva Extrativista do Mandira está localizada em uma área rural do município de Cananéia (SP), na região estuarino-lagunar de Iguape-Cananéia. Abrange uma área de 1.175 hectares quase que totalmente de manguezal, com uma pequena porção em transição com a restinga (ICMBio, 2010). O mapa abaixo mostra a localização da RESEX no sistema estuarino (figura 17).

Figura 17: Mapa de localização da RESEX Mandira.



Fonte: ICMBio, 2010.

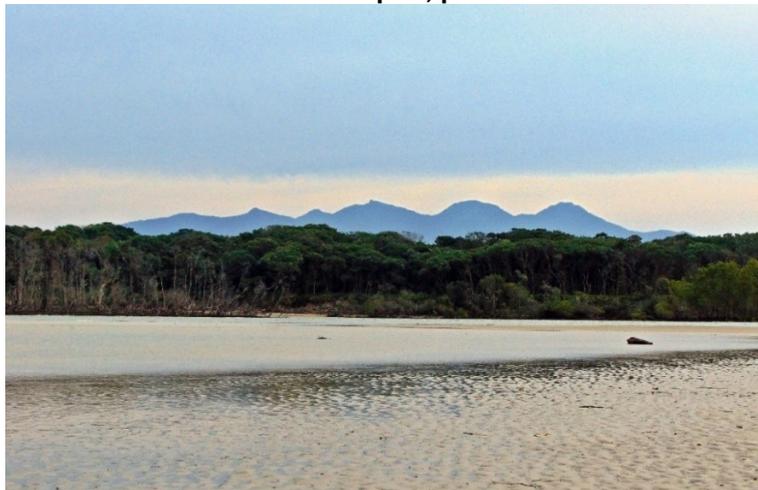
O acesso rodoviário à RESEX Mandira se dá pela estrada rural que liga os distritos de Itapitangui e Airiri, ambos pertencentes a Cananéia. A RESEX Mandira encontra-se na altura do quilometro 12 desta estrada (figura 18). Cananéia é o município mais ao sul do litoral paulista, o distrito do Ariri é banhado pelo Rio Ararapira, cujo curso d'água e sua barra são a fronteira natural entre o Estado de São Paulo e do Paraná (figura 19). Na verdade, curiosamente a barra do Ararapira não é mais o limite entre os estados, pois recentemente, devido a processos erosivos, uma nova barra do rio Ararapira se abriu mais ao norte na Ilha do Cardoso. A antiga barra está em processo rápido de assoreamento com tendências geomorfológicas de se tornar área de mangue/restinga. Desde a abertura da nova barra, o limite político entre os estados não mais é congruente com a barra do Ararapira.

Figura 18: Foto da Estrada Itapitangui-Ariri, próximo a comunidade do Mandira.



Fonte: acervo do autor, 2021.

Figura 19: Foto da nova barra do Ararapira, próximo à divisa São Paulo/Paraná.



Fonte: acervo do autor, 2020.

Fundada em 1531, Cananéia é uma das cidades mais antigas do Brasil. Constituiu importante ponto de apoio à navegação costeira e às primeiras missões exploratórias no continente pelos colonizadores. Isso possibilitou um considerável período de prosperidade econômica na região, sucedendo-se ciclos econômicos vinculados à mineração, construção naval e agricultura (principalmente arroz) (SALES; MOREIRA, 1996). No entanto, no século XX, a região passou por um período de recessão econômica, com a consolidação do ciclo econômico vinculado as lavouras de café em outras regiões do estado e a dificuldade de conexão rodoviária da região litorânea sul com o novo centro econômico do estado de São Paulo, houve forte declínio da atividade agrícola na região (ICMBio, 2010; SALES, MOREIRA, 1996). Cananéia dista 246 km da Capital São Paulo. Apesar de não tão distante, o litoral sul paulista é hoje uma área marginalizada socioeconomicamente no estado.

Do ponto de vista ambiental, no entanto, Cananéia se encontra em uma região bastante rica e privilegiada. A região do Estuário Cananéia-Iguape está inserida no maior fragmento contínuo do bioma da Mata Atlântica (ISA, 2008). Em conexão com a Baía de Paranaguá e o Vale do Ribeira, essa área é considerada um dos últimos redutos da Mata Atlântica ainda em bom estado de conservação na divisa dos Estados de São Paulo e Paraná (ISA, 2008). Segundo Diegues, este extenso estuário “é um dos mais ricos da costa sul brasileira tanto pela diversidade biológica de seus ecossistemas quanto pela diversidade cultural” (DIEGUES, 2004b, p.2). A região Estuarina Cananéia-Iguape abriga uma diversidade de ambientes como ilhas, lagunas, canais, rios e praias; repleto de formações típicas do bioma atlântico como florestas, restingas, manguezais e várzeas. É uma região de enorme beleza cênica, pois das diversas ilhas e em toda essa região mais plana conhecida como lagamar, é possível avistar ao fundo a Serra do Mar, que a depender da localidade está mais ou menos afastada da região estuarina.

Devido às características naturais e o empenho do Estado em garantir a proteção destes últimos remanescentes da Mata Atlântica, foram várias as unidades de conservação criadas na região. Sendo as mais expressivas: a Área de Proteção Ambiental de Cananéia-Iguapé-Peruíbe, o Parque Estadual da Ilha do Cardoso (figura 20) e o Parque Estadual do Jacupiranga (atualmente Mosaico do Jacupiranga¹⁸). A

¹⁸ O Parque Estadual do Jacupiranga criado em 1969, foi desmembrado e re-categorizado em 2008, dando origem ao Mosaico do Jacupiranga. O Mosaico é a junção de unidades de conservação distintas mais próximas

criação e gestão deste último, em 1969, impactou diretamente os modos de vida da população que hoje usufrui da RESEX Mandira (ver item 1.1).

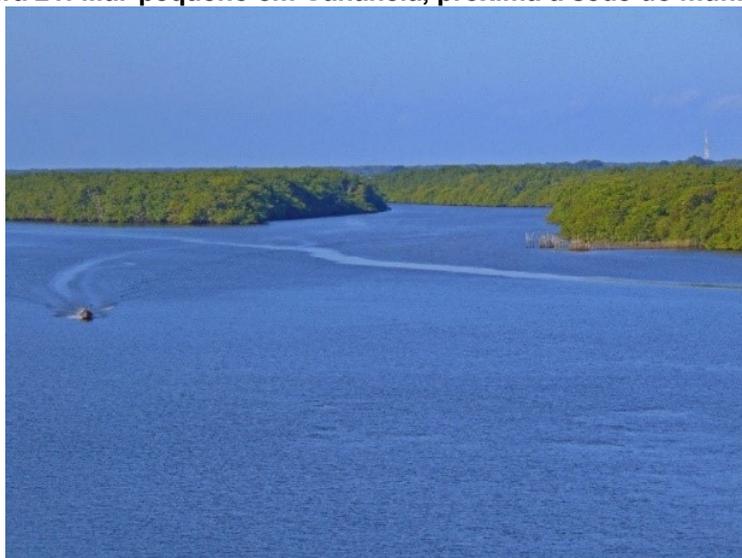
Figura 20: Foto do Parque Estadual da Ilha do Cardoso, Cananéia –SP.



Fonte: acervo do autor, 2018.

A geomorfologia da região Estuarina Iguape-Cananéia apresenta uma planície quaternária constituída de várias ilhas e barreiras, cortadas por canais e meandros internos que, apesar de ter influência das águas doces dos pequenos e inúmeros riachos que descem da serra e do imponente rio Ribeira do Iguape, é fortemente afetada pelas marés, e por isso mesmo, a área é conhecida como mar-pequeno, mar-de-dentro ou lagamar (figura 21 e 22). Esse lagamar abriga muitos e extensos manguezais. A Reserva Extrativista do Mandira protege uma dessas áreas de manguezal (figura 23).

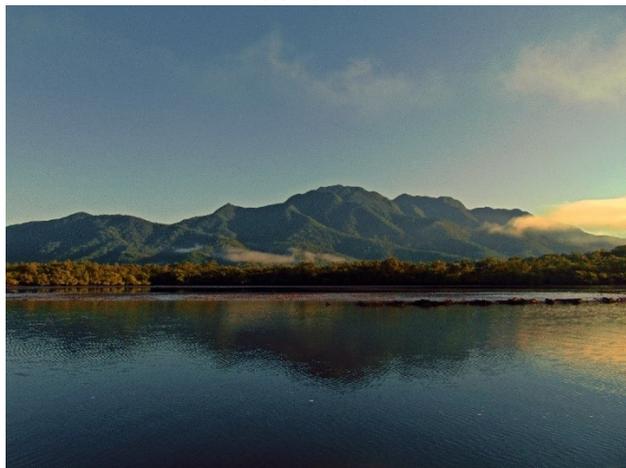
Figura 21: Mar-pequeno em Cananéia, próxima a sede do município.



Fonte: acervo do autor, 2020.

umas das outras e que são geridas de maneira unificada. O Mosaico do Jacupiranga é constituído pelo Parque do Lagamar, do Rio Turvo e do Caverna do Diabo.

Figura 22: Foto do lagamar na Reserva Extrativista Mandira com o manguezal e a Serra do Mar ao fundo.



Fonte: Acervo do autor, 2020.

Figura 23: Foto do manguezal protegido pela RESEX Mandira, com a Serra do Mar ao fundo.



Fonte: acervo do autor, 2020.

A comunidade do Mandira hoje reside entre o manguezal e os sopés da Serra da Boacica (figura 24). Grande parte dessa serra está inserida dentro do Parque Estadual do Lagamar (antigo Parque Estadual do Jacupiranga). A comunidade, hoje reconhecida como Quilombola, apesar de ter recebido como doação a titularidade das terras (ver item.1.1), impedida de praticar agricultura e pressionada por grileiros, teve que readaptar suas práticas produtivas: a extração de ostra nativa do mangue foi a alternativa encontrada. Com apoio do governo do Estado de São Paulo, implementaram um manejo através de viveiros de engorda (figura 25) visando uma prática mais produtiva e menos degradante ao manguezal (SALES; MOREIRA, 1996). A criação da RESEX Mandira está diretamente associada a esse arranjo produtivo de ostras nativas do mangue. Hoje são aproximadamente 24 famílias que utilizam o território da RESEX Mandira, em um total de 94 beneficiários cadastrados pelo

ICMBio, quase todos descendentes diretos dos ex-escravos que fundaram a comunidade em 1868 (ICMBio, 2010; SALES; MOREIRA, 1996).

Figura 24: Foto da comunidade do Mandira nos sopés da encosta.



Fonte: acervo do autor, 2021.

Figura 25: Foto dos viveiros de engorda da ostra nativa na RESEX Mandira.



Fonte: acervo do autor, 2020.

4.1 PRESERVACIONISMO E A QUESTÃO FUNDIÁRIA: CONSTRUINDO UMA HISTÓRIA COMUM

Para compreendermos a criação da Reserva Extrativista do Mandira precisamos voltar um pouco no tempo. Isso porque a gênese da comunidade, sua identidade e principalmente a questão fundiária a ela relacionada está vinculada a processos antigos. A comunidade é hoje reconhecida como Quilombola, e, ainda que não seja o objetivo direto desta tese, discorreremos brevemente sobre o histórico da ocupação e uso dos recursos na área, para que possamos ter mais clareza do contexto socio-espacial em que a RESEX Mandira foi criada.

Como já mencionado, Cananéia foi uma das primeiras vilas fundadas pelos colonizadores ainda em 1531. Serviu como posto de penetração das “bandeiras” (expedições) em direção ao interior, e se destacou enquanto um porto importante na rota marítima que se conectavam às outras capitanias. Além disso, a região experimentou um período profícuo de exploração de ouro em todo o Vale do Ribeira durante os séculos XVII e XVIII (ITESP, 2002). Na verdade, apesar do declínio dessa atividade após a descobertas de jazidas nas Minas Gerais, a extração aurífera no Vale do Ribeira perdurou até as primeiras décadas do Século XIX (ITESP, 2002). A introdução de mão-de-obra escrava na região de Cananéia está diretamente relacionada com essa atividade.

A partir da decadência da economia mineradora na região, no início do século XIX a monocultura de arroz desponta como principal atividade econômica, impulsionada inclusive pela vinda da família real portuguesa (ITESP, 2002). No entanto, essa atividade modificou a estrutura da mão-de-obra escrava vigente, pois a lavoura dependia de um número muito menor de escravos por proprietários. Parte deste contingente populacional negro liberto e/ou fugido, acabou ocupando o alto Vale do Ribeira e constituindo comunidades autônomas (Diegues, 2004b). Posteriormente, sem condições de competir com a economia cafeeira e sofrendo com oscilações do mercado, a rizicultura entra em franco declínio, lançando o vale do Ribeira e a região estuarina de Cananéia a um período de estagnação econômica (ITESP, 2002).

Segundo Diegues (2004), são justamente nas regiões que passam por períodos de estagnação econômica em relação aos “grandes ciclos econômicos nacionais” que florescem os modos de vida das populações tradicionais, vivendo da pequena produção mercantil e da extração e manejo de recursos naturais locais. Especificamente no Vale do Ribeira e na região estuarina Iguapé-cananeia destaque para as comunidades quilombolas e caiçaras (Diegues, 2004b).

O surgimento da comunidade do Mandira está intimamente relacionado a esse processo acima descrito de recessão econômica do ciclo de exploração aurífera e da rizicultura na região. A fundação da comunidade pode ser traçada precisamente a 1868 quando Francisco Mandira recebe por doação de sua meia-irmã Celestina Benícia uma porção de terra denominada Sítio Mandira com área de 2.900 hectares (ITESP, 2002). Francisco era fruto da relação de um senhor de escravos (pai de Celestina) com uma de suas escravas, e foi criado na fazenda. No entanto, com o

declínio da atividade agrícola na região, os herdeiros oficiais do senhor de escravos perderam interesse na propriedade e Celestina, em um ato de reconhecimento e “benevolência”, repassa a titularidade da terra ao meio-irmão (ITESP, 2002). Com a morte do Francisco Mandira, seus dois filhos teriam dividido entre si as terras da fazenda. Um deles ficou com as “terras altas da Serra do Mandira”; no entanto, ao longo do tempo essas terras foram vendidas. Atualmente não se sabe o paradeiro desse irmão e não há relação dele com a comunidade atual residente na região. O segundo filho do Francisco, João Vicente Mandira, estabeleceu-se na área abaixo da serra da Boacica. São alguns de seus descendentes diretos que até hoje permanecem na região e reivindicam o território enquanto área quilombola (ITESP, 2002). A comunidade do Mandira tem uma forte ligação genealógica-familiar entre si, o que acaba por fortalecer os laços identitários e territoriais (ITESP, 2002). Os mandiranos são, acima de tudo, uma família.

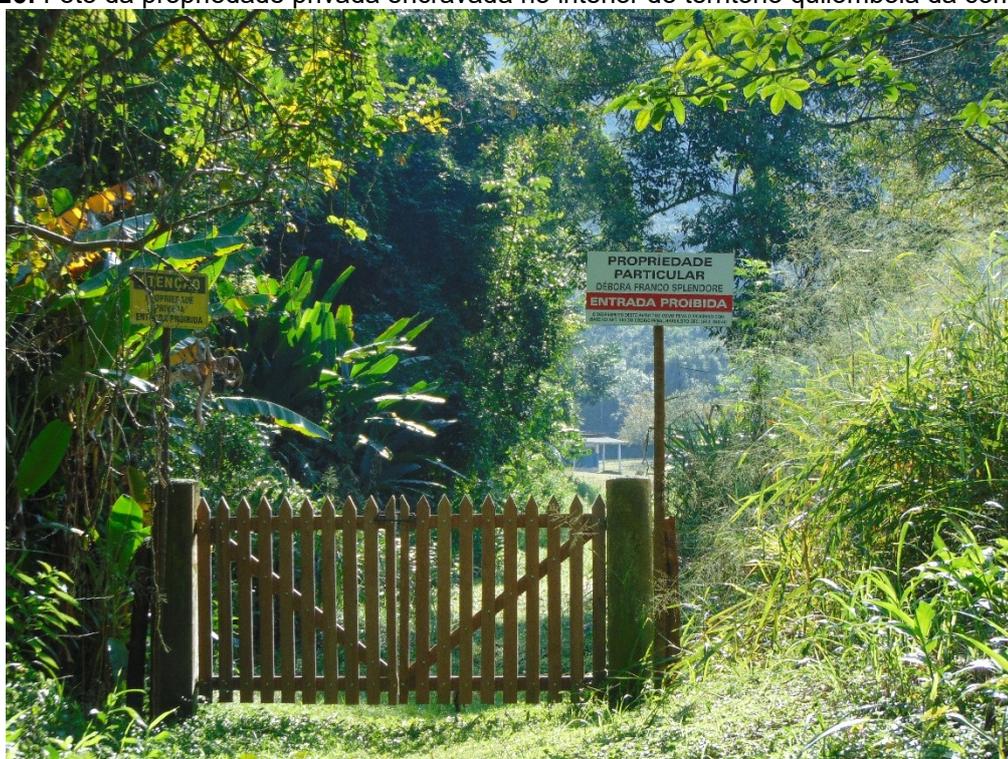
Até 1974 os mandiranos dispunham de todo o território herdado de João Vicente Mandira, delimitado a oeste pelo rio Acaraú, pela Serra da Boacica a leste e pelo mangue/mar-pequeno pela frente, que corresponderia a aproximadamente 1.244 hectares (ITESP, 2002). No entanto, devido a pressão e assédio por parte de um empresário especulador, Amâncio Mandira, um dos porta vozes da comunidade na época, foi convencido de que deveria vender as terras (SALES; MOREIRA, 1996; ICMBio, 2010). Ainda assim, 11 membros da comunidade se recusaram a vendê-las. Em uma ação bastante escusa, o comprador que iria em princípio comprar metade da área total, “acordou” com os mandiranos que não quiseram vender suas terras que estes deveriam ceder 50% das terras restantes como pagamento de “taxa jurídica” pelo processo de legalização definitiva da área. O que parecia um acordo absurdo se tornou ainda pior, pois no cartório a área registrada em nome do comprador foi maior do que a “acordada oralmente” com a comunidade (ITESP, 2002). Além disso, o comprador ainda colocou no contrato que os terrenos destinados aos que não quiseram vender deveriam estar localizadas as margens do terreno maior por ele comprado (ITESP, 2002). Depois desse evento, a área ocupada pelos Mandiranos nos sopés da Serra da Boacica é de aproximadamente 53,2 hectares. Como resultado, segundo o próprio Instituto de Terras do Estado de São Paulo - ITESP:

Deste modo, os membros da família Mandira que permaneceram na área foram incontestavelmente prejudicados visto que foram obrigados a abandonar a porção de terras que ocupavam e na qual

trabalhavam – já que estas terras, próximas ao local onde hoje está a escola, eram as mais férteis da comunidade e concentravam praticamente toda a atividade agrícola do grupo (ITESP, 2002, p.28).

Ainda segundo o próprio ITESP, a partir da década de 60 passou a haver forte cobiça entre grileiros/especuladores sobre as terras nessa região, explicado, em parte, pela possível construção de um trecho da BR-101 na área, fazendo ligação rodoviária com o Estado do Paraná. É importante ressaltar que até hoje o comprador da terra dos mandiranos não fez nenhum empreendimento na fazenda e as terras seguem resguardadas com fins meramente especulativos (Figura 26).

Figura 26: Foto da propriedade privada encravada no interior do território quilombola da comunidade.



Fonte: acervo do autor, 2021.

Nas entrevistas com as lideranças comunitárias realizadas entre 2020 e 2021, fica nítida a sensação de que a venda se deu em um contexto de pressão e enganação por parte do comprador (entrevista nº14, 15, 29). Também é notável uma inconformidade da comunidade com o fato de até hoje o terreno comprado estar “parado” e “sem uso”, em uma das áreas que, também segundo os entrevistados, era uma das mais produtivas e aptas a práticas agrícolas da comunidade.

No entanto, é importante frisar que a pressão e o assédio por parte do especulador/grileiro para comprar a terra se deu em um momento em que a comunidade já vinha sofrendo um processo intenso de criminalização de suas práticas

e marginalização social devido a algumas políticas ambientalistas de cunho preservacionistas que passaram a incidir na região também a partir da década de 60. O Estado de São Paulo criou, por exemplo, a Estação Ecológica de Juréia-Itatins em 1958 (inicialmente era uma reserva estadual), em uma região um pouco mais ao norte no litoral paulista; o parque Estadual da Ilha do Cardoso em 1962, cuja população local chegou a sofrer um processo de expulsão (OLIVEIRA, 2017); e o Parque Estadual Jacupiranga em 1969, cujos limites inicialmente incidiam parcialmente sobre os territórios dos mandiranos. Além da criação destas áreas protegidas o Estado aumentou fortemente o policiamento e a fiscalização ambiental na área. Impactando diretamente a principal atividade comercial e de subsistência dos mandiranos: a agricultura.

Apesar de viverem de uma economia diversificada que incluía o extrativismo vegetal e a pesca, a agricultura era a principal fonte de renda da comunidade nas décadas de 60 e 70 (SALES; MOREIRA, 1996). O sistema consistia basicamente em uma agricultura de coivara em rodízio. As roças eram individuais, mas “abertas” (retirada da vegetação) em mutirões coletivos, depois de utilizada por alguns anos, eram “abandonadas” permitindo a regeneração natural da cobertura vegetal (SALES; MOREIRA, 1996). Embora haja evidências da “sustentabilidade” desse sistema agrícola (quando praticada em áreas extensas que possibilitam um bom rodízio das áreas), a prática foi criminalizada pelos órgãos ambientais por envolver a “derrubada da mata”. Assim, além da incidência do parque em parte do seu território, houve ainda uma repressão a prática agrícola exercida pelos mandiranos. Segundo relato de uma liderança da comunidade, nessa época: “tudo que fazia era proibido. Nós viramos criminosos. Nada podia fazer, nem roça, nem palmito, nem madeira. Nós fomos tratados como bandidos em nossa própria terra” (entrevista n°14).

Curiosamente, com a repressão contra as roças e a agricultura praticada pelos mandiranos a partir do final da década de 60 eles concentraram esforços em atividades que são considerados potencialmente mais degradantes ao ambiente como a extração de palmito e recursos madeireiros da floresta (SALES; MOREIRA, 1996). Segundo Diegues (2004), essa política ambiental de criminalizar e proibir o uso dos recursos pelas populações tradicionais teve consequências extremamente negativas na região Estuarina Iguape-Cananeia-Paranaguá. Em suas palavras:

A transformação de parte considerável do território caiçara [*e quilombola*] em unidades de conservação de proteção integral, a partir da década de 1960 onde, por lei não é permitida a presença humana, tem tido consequências negativas e graves sobre o modo de vida da população tradicionais. No início, algumas dessas áreas conseguiram frear, até certo ponto, a especulação imobiliária, mas depois, com a proibição de fazer roça, tirar madeira para canoas, moradias, instrumentos de trabalho os caiçaras [*e quilombolas*] tiveram seus direitos civis seriamente ameaçados e em várias casos violados (DIEGUES, 2004, p.10).

Especificamente no caso da região do Mandira a comunidade parece ter sido duplamente afetada. Por um lado, ações e políticas do Estado procurando promover o desenvolvimento da região sem considerar as populações tradicionais acabaram por impulsionar a especulação de terra na área gerando conflitos fundiários. Por outro lado, as políticas de restrições ambientais também os afetaram negativamente. Segundo Sales & Moreira (1996):

Na verdade, as ações governamentais determinaram uma valorização das terras, deflagrando processos de especulação imobiliária e grilagem de grandes áreas restringindo o acesso dos moradores aos recursos tradicionalmente explorados e/ou acarretando sua expulsão. (...). Este quadro foi agravado com outras ações governamentais como a demarcação de áreas a serem conservadas ou preservadas (parques, estações ecológicas, etc.), em sua maioria com regulamentação exclusivamente restritiva, o que também determinou a expulsão dos moradores ou restringiu significativamente a prática de várias de suas atividades, principalmente a agricultura, base do sistema de complementariedade tradicional (SALES; MOREIRA, 1996, p.38).

A comunidade do Mandira se constituiu a partir desse processo socio-espacial descrito acima. Afrodescendentes de antigos escravos que viveram na mesma região anos atrás. Espoliados de seus territórios apesar de, diferente da maioria dos quilombos no Brasil, terem a titularidade da terra. Diretamente afetados por políticas desenvolvimentistas (de caráter moderno-ocidentais) e por políticas ambientais restritivas (preservacionistas). Ambas as políticas que não consideraram os anseios, desejos, necessidades e protagonismo da população tradicional local, que, apesar de todos os pesares, seguem vivendo e re-existindo entre a Serra da Boacica e o manguezal, a partir do uso de recursos naturais em uma das regiões mais conservadas de Mata Atlântica do Brasil.

4.2 QUILOMBOLAS EXTRATIVISTAS: COSTURANDO RECONHECIMENTOS FORMAIS

Buscando se adaptar à realidade socio-espacial, com redução do território ocupado e intensificação da fiscalização ambiental, os Mandiranos passaram a buscar no manguezal uma alternativa de renda. A extração de ostra foi uma das principais atividades econômicas que surgiu como possibilidade (SALES; MOREIRA, 1996; ITESP, 2002). Em entrevistas concedidas para esta tese, alguns mandiranos contam que a ostra desde muito tempo era extraída como fonte alimentar, e que esporadicamente algum excedente era comercializado (entrevistas n° 15, 17 e 19). No entanto é a partir do final da década de 70 que a extração de ostra nativas do mangue (*Crassostrae rhizophorae*) se torna uma das principais atividades produtivas da comunidade. A atividade foi impulsionada pela demanda crescente de atravessadores com amplo mercado consumidor na baixada-santista paulista que passaram a ter nas comunidades de cananeia um de seus mais importantes fornecedores. Consolidando a “vocação da região” na extração de ostra e mantendo um contato mais próximo e constante com as comunidades (incluindo o Mandira) enquanto fornecedores regulares. Nessa época as ostras eram retiradas do mangue e desmariscadas pela própria comunidade, que as repassava ao atravessador em caixas. Importante ressaltar que essa não era uma atividade restrita a comunidade do Mandira, esses atravessadores compravam de várias comunidades do sistema lagunar-estuarino, inclusive no Paraná, ainda que nessa região (baia de Paranaguá) e principal produto era o caranguejo.

No início da consolidação da venda comercial de ostras, por ser uma das poucas alternativas de renda viável para a comunidade e pelo fato das ostras serem vendidas desmariscadas, não havia muito controle em relação ao tamanho dos indivíduos (ostras) coletados, nem da técnica utilizada para sua extração no manguezal. A situação chamou a atenção da Secretaria Municipal de Meio-Ambiente de São Paulo (SMA-SP) que, embora cientes do potencial produtivo da região, tinha preocupação com a possível sobre-explotação do recursos e degradação ambiental decorrente de uma prática extrativa descontrolada. Os próprios mandiranos reconhecem a legitimidade dessa preocupação. Segundo entrevista concedida por uma das principais lideranç as da comunidade, no início da extração comercial da ostra usavam-se foices para extrai-la das arvores do mangue (*Rhizophora Mangle*), o que

acabava por machucar, quando não arrancando mesmos algumas raízes do mangue (entrevista n°14). Além disso, ainda segundo esse entrevistado, a extração era feita sem nenhum tipo de critério, ostras pequenas e ainda juvenis eram extraídas. Em pouco tempo as áreas utilizadas para extração ficavam com pouco estoque disponível, e eles tinham que ir para áreas cada vez mais longe.

Segundo nos relatou um funcionário da Fundação Florestal (vinculada a SMA-SP), com base no cenário preocupante e buscando ordenar a extração de ostra garantindo a não sobre-exploração dos estoques se iniciou, no início da década de 80, sob sua coordenação, um projeto de Manejo Sustentável de Ostra no Complexo Estuarino-Lagunar de Iguape-Cananéia (entrevista n°21). Esse projeto de manejo sustentável de ostra encabeçado pela Fundação Florestal ainda que não tenha sido pensado com essa finalidade pode, de certa forma, ser visto como o primeiro passo na criação da RESEX Mandira. Isso porque o arranjo produtivo estabelecido a partir desse projeto, com a introdução dos viveiros de engorda e a discussão sobre tamanho mínimo para extração da ostra no mangue, foi uma das grandes motivações para a criação da RESEX na área.

Na verdade, oficialmente, a criação da RESEX Mandira se inicia através de um estudo efetuado pelo Núcleo de Estudos em Populações Humanas em Áreas úmidas da Universidade de São Paulo (NUPAUB-USP), encomendado pelo próprio CNPT/IBAMA, em 1993, em busca de expandir a política das reservas extrativistas no bioma da Mata Atlântica. Esse estudo conduzido pela Universidade de São Paulo (USP) tomou por base alguns apontamentos que surgiram a partir do macrozoneamento da zona costeira de São Paulo vinculado ao Plano de Gerenciamento Costeiro a cargo da SMA-SP. Finalizado em 1989 e publicado em 1990, esse macrozoneamento, já em sintonia com a discussão sobre extrativismo e conservação que estava ocorrendo na Amazônia, propôs que algumas áreas na região de Cananeia fossem consideradas prioritárias para o estabelecimento de Unidades de Coleta e Extração (SMA-SP, 1990). O macrozoneamento sugeriu ainda estudos complementares para definir limites e tamanhos específicos para este tipo de unidade na região (SMA-SP, 1990).

Segundo o relatório técnico da pesquisa coordenada pelo NUPAUB sobre implementação de reservas extrativistas na Mata Atlântica (NUPAUB, 1996), seguindo

os apontamentos desse macrozoneamento, corroborados por outros critérios, a região estuarina-lagunar de Cananeia foi considerada porque:

- (I) Possuía remanescentes significativos de Mata Atlântica;
- (II) A área era tradicionalmente ocupada por comunidades caiçaras, as quais tradicionalmente a utilizam como substrato para o extrativismo de diversos recursos naturais;
- (III) A área vinha sofrendo nos últimos anos um intenso processo de desestruturação socioeconômica e cultural devido a inadequação das políticas de desenvolvimento e de conservação;
- (IV) A comunidade dispunha de significativo conhecimento ecológico tradicional sobre o meio-ambiente local;
- (V) A área era cenário de conflitos fundiários;
- (VI) Havia na área grande disponibilidade e variedade de recursos naturais;
- (VII) A região já era objeto de estudos e projetos na área ambiental;

Ainda segundo o relatório desse estudo (NUPAUB, 1996), dentro desta região priorizada segundo critérios acima mencionados, a escolha da localidade do Mandira como um projeto piloto para possível criação de uma RESEX em Mata Atlântica se deu devido:

- (I) Elevado grau de conservação dos ecossistemas locais;
- (II) Importância ambiental da área, representando uma das áreas mais produtivas em ostras nativas do mangue;
- (III) O significativo grau de organização interna da comunidade, sustentada por laços de parentesco;
- (IV) Já havia um arranjo produtivo para a extração de ostra há alguns anos;
- (V) A possibilidade de se agregar valor à produção de ostras;
- (VI) Possibilidade de juntar esforços com projetos já em andamento como o Projeto de Manejo Sustentável de Ostra do Complexo Estuarino-Lagunar de Iguapé-Cananéia.

A partir da definição do Mandira como comunidade/local piloto a equipe do NUPAUB em parceria com a SMA: “dedicou-se a uma divulgação detalhada e a discussões com os moradores, tanto sobre a legislação ambiental incidente na região, quanto sobre as possíveis consequências da implantação da Reserva Extrativista na área” (NUPAUB, 1996, p.65). A importância do NUPAUB como ator social que trouxe

e articulou a proposta com a comunidade é atestada também pelo própria plano de manejo da RESEX:

(...) o processo de troca de informações e esclarecimentos técnicos sobre as causas e consequências relacionadas à transformação de sua área produtiva em unidade de conservação, sobre opção pela categoria Reserva Extrativista, sobre a definição final da área necessária para a sustentabilidade socioambiental e a fixação de seus limites, sobre a importância de se construir uma associação formal e como estruturá-la incluindo-se a redação participativa de seu estatuto, foi pautado por aproximadamente sessenta reuniões entre moradores da Mandira e técnicos do NUPAUP-USP e da Secretária do Meio-ambiente, por um período de mais de dois anos (1994 a meados de 1996) (ICMBIO, 2010, p.36).

As entrevistas concedidas pelos mandiranos para esta tese, corroboram o esforço da equipe do NUPAUB e da SMA em apresentar, discutir e deliberar sobre a criação da RESEX. Segundo algumas lideranças a possibilidade da criação da RESEX foi vista por eles como positiva, principalmente por poder garantir o uso exclusivo dos recursos naturais pela comunidade e pela possibilidade de alavancar projetos e apoio externo, como o que já vinha ocorrendo através da Fundação Florestal em relação ao manejo da ostra (entrevista nº14, 15 e17).

Outro fator que pesou positivamente para a aceitação pela comunidade da proposta de criação da RESEX foi a divulgação, feita pela equipe do NUPAUB, de que ONGs ambientalistas estavam querendo pressionar pela criação da uma Estação Ecológica nos manguezais da região Estuarina de Cananéia. A criação da uma Estação Ecológica sobre o território mandirano representava uma ameaça a suas práticas produtivas, os colocando novamente na ilegalidade. Dessa forma, a criação da RESEX seria uma forma não apenas de garantir o acesso exclusivo ao manguezal pela comunidade, como também garantir uma unidade de conservação que fosse menos restritiva que uma possível Estação Ecológica, possibilitando ao menos o uso sustentável dos recursos na área.

Segundo o plano de manejo da RESEX Mandira, no início da década de 90 estava em curso uma proposta para criar uma Estação Ecológica em toda porção sudeste de Cananéia para a proteção do mico-leão-caiçara (ICMBio, 2010). No entanto, este mesmo documento afirma que tal proposta estava interrompida na época da discussão para criação da RESEX (ICMBio, 2010). Dessa forma, apesar da informação a respeito da possível criação de uma Estação Ecológica ter sido mencionada pelos comunitários e também pelos funcionários da Fundação Florestal

e da SMA entrevistados (todos que participaram ativamente do processo de criação), não foi possível comprovar o grau de eminência da “ameaça”. Até que ponto a criação de uma UC de proteção integral especificamente no território da comunidade era uma possibilidade real e a proposta de criação da RESEX foi uma resposta a essa ameaça não é possível estabelecer com certeza.

De qualquer forma, fato é que toda essa região do Lagamar (Iguape-Cananéia-Paranaguá) na divisa dos estados de SP/PR foi alvo da criação de diversas unidades de conservação restritivas de proteção integral. Além das UCs criadas na esfera estadual na década de 60/70 e já citadas no primeiro subitem deste capítulo, na época da discussão sobre a criação da RESEX Mandira houve a criação, na esfera federal, da Estação Ecológica de Guaraqueçaba (1982) e do Parque Nacional de Superaqui (1989). Essas duas UCs federais possuem um histórico de conflitos com as comunidades caiçaras do Paraná. Nesse cenário, em resposta ou não a uma ameaça direta de criação de uma UC de proteção integral no Mandira, a criação da Reserva Extrativista foi uma das poucas iniciativas apontando para um paradigma de conservação mais inclusiva e menos preservacionista na região do Complexo Estuarino-Lagunar.

É curioso notar que houve uma articulação muito profícua e sinérgica entre os estudos coordenados pela NUPAUB-USP e a SMA-SP em relação ao pleito de criação da RESEX Mandira. Segundo entrevista concedida por uma funcionária da Fundação Florestal, durante o processo de discussão para a criação da RESEX houve mudança no governo estadual e com ela foi nomeada uma nova equipe para a SMA. Na nova gestão, uma das diretorias da SMA ficou sob coordenação de um antigo membro do NUPAUB-USP, e ao pesquisador que estava coordenando a pesquisa sobre criação da RESEX na Mata Atlântica foi concedido um cargo comissionado na SMA (entrevista n°26). Dessa forma, parte da equipe do NUPAUB passou a integrar a equipe da SMA. Certamente esse arranjo facilitou o andamento do processo de criação da RESEX Mandira em Cananéia.

Nas entrevistas concedidas pelos mandiranos, foi possível identificar que eles têm certa dificuldade em distinguir o que foi feito pela NUPAUB ou pela SMA; o próprio coordenador da pesquisa conduzida pela USP é reconhecido muito mais como funcionário da Fundação Florestal (SMA) do que como pesquisador vinculado à universidade (entrevistas n° 14,15,17 e 19). Apesar da linha tênue entre o que foi feito pelo NUPAUB ou pela SMA, é possível concluir que a proposta para criação da

RESEX do Mandira foi trazida e articulada com a comunidade por esse núcleo de pesquisa, a partir de uma demanda do próprio CNPT/IBAMA que visava expandir as Reservas Extrativista para regiões não amazônicas. O próprio NUPAUB reconhece a centralidade do seu protagonismo neste processo:

(...) o presente trabalho [relatório de pesquisa] é fruto de um trabalho de dois anos **realizados pelo NUBAUB** com colaboração da Secretária de Meio Ambiente de São Paulo. Trata-se de uma experiência pioneira de planejamento participativo **para a implementação de uma reserva extrativista na Mata Atlântica** (NUPAUB, 1996, p.3, grifos meus).

Dito isso, evidenciamos que, assim como o exemplo da RESEX Pirajubaé, a articulação para a criação da Reserva Extrativista não partiu da comunidade em busca de reconhecimento perante os órgãos públicos, mas pelo contrário, partiu dos órgãos públicos a intenção de impulsionar a criação de uma RESEX e no processo se articularam com a comunidade que se enquadrava nos critérios por eles estabelecidos. É também verdade que o processo foi bastante participativo e que a comunidade realmente se engajou na proposta. O esforço em empoderar a comunidade no processo de criação da RESEX não apenas está bem descrito nos relatórios de pesquisa do NUPAUB e no Plano de Manejo, como também na memória da própria comunidade. Em entrevistas concedidas para esta tese a grande maioria dos comunitários reafirmam que foram inúmeras reuniões para que a comunidade entendesse, concordasse e se sentisse representada pela proposta. Ainda assim, a importância do NUPAUB como articulador e proponente da criação fica evidente quando no relatório da pesquisa eles afirmam:

(...) atendendo aos quesitos demandados para a criação da Reserva Extrativista, **foi prestado uma assessoria aos moradores para elaboração de um documento (abaixo-assinado) requerendo a implantação da Reserva, assim como para a obtenção da manifestações e cartas de apoio ao projeto** (NUPAUB, 1996, p.66, grifos meus).

Ou seja, o próprio documento que reivindica a criação da RESEX pela comunidade (abaixo-assinado) foi construído em parceria com NUPAUB, bem como foram eles que auxiliaram a comunidade em buscar apoio de outras instituições à proposta. O abaixo assinado pedindo a criação da RESEX foi encaminhado ao IBAMA/CNPT em março de 1995, acompanhado de cartas de apoio da Prefeitura de Cananéia, Câmara dos Vereadores, Colônia de Pescadores, Pastoral da Pesca, SMA-SP, e da Universidade de São Paulo (USP).

Dos principais atores envolvidos ativamente no processo de criação da RESEX, apesar de muito bem articulados entre si, é possível identificar diferentes interesses e objetivos. Em escala mais ampla temos o CNPT/IBAMA com o interesse/objetivo de expandir as Reservas Extrativistas recém transformadas em políticas ambientais (IBAMA, 1990) para além da Amazônia. Com tal finalidade encomendam ao NUPAUB-USP o estudo detalhado para a criação deste tipo de UC na região da Mata Atlântica paulista. Ao NUPAUB, coordenador do estudo que culminou que a demanda de criação da RESEX no Mandira, nota-se o interesse em implementar um modelo de conservação menos preservacionista e a criação de políticas ambientais que garantissem a conservação levando em consideração as demandas das comunidades tradicionais. Segundo o próprio NUPAUB, devido à importância ambiental da área, a ocupação tradicional do território e a inadequação de políticas e modelos de desenvolvimento e de conservação “...aventou-se a possibilidade do conceito de Reserva Extrativista constituir alternativa de significativo potencial para solucionar os problemas existente na região da Mata Atlântica” (NUPAUB, 1996).

Ainda que parte da equipe do NUPAUB tenha assumido cargos na SMA, essa secretária através da Fundação Florestal já vinha executando projetos voltados para sustentabilidade do manejo de ostra na região. Segundo entrevista concedida pelo coordenador do projeto “Ordenamento da Exploração de Ostras do Mangue no Estuário de Cananéia” (ver item 4.3 para maiores detalhes), a Fundação Florestal apoiou e trabalhou em prol da criação da RESEX por entender que o reconhecimento da área enquanto unidade de conservação de uso sustentável potencializaria ainda mais o arranjo inovador no manejo de ostra, consolidando a região como exemplo de sustentabilidade e conservação ambiental no estado.

Para os mandiranos, com base nas entrevistas realizadas, os principais interesses para o engajamento na criação da RESEX foram a possibilidade de garantir o acesso exclusivo dos recursos no mangue, controlando o acesso de pescadores externo, além da possibilidade de articular projetos e apoio à comunidade através da formalização da reserva. O quadro abaixo busca sintetizar quais foram os atores e os interesses envolvidos na criação da RESEX Mandira:

Quadro 2: Síntese dos objetivos e interesses dos grupos sociais envolvidos com a criação da RESEX Mandira.

Ator social/instituição	Tipologia	Escala de atuação	Objetivos/interesses
CNPT/IBAMA	Instituição pública federal de gestão ambiental	Nacional	Expansão das Reservas Extrativistas enquanto política ambiental para além do bioma amazônico
NUPAUB-USP	Universidade Estadual	Regional/local	Implementação de políticas ambientais inovadoras, conciliando conservação ambiental e os modos de vida das populações tradicionais
SMA-SP	Instituição pública estadual de gestão ambiental	Estadual	Impulsionar arranjos produtivos sustentáveis e garantir a sustentabilidade dos recursos dos manguezais
Comunidade Mandira	Associação comunitária	Local	Uso exclusivo dos recursos; fiscalização das normas acordadas e apoio externos à comunidade

Fonte: elaboração do autor, 2022.

O pedido de criação da RESEX Mandira, formalmente encaminhado para o CNPT/IBAMA em março de 1995, foi aprovado pela Comissão das Populações Tradicionais desse órgão em agosto desse mesmo ano. No entanto, a criação oficial da RESEX só veio a se concretizar via decreto presidencial em dezembro de 2002. Este hiato de 7 anos entre a aprovação da proposta pelo CNPT e sua decretação oficial é recheado de fatos nebulosos e visões contraditórias. Segundo relato de lideranças locais, a aprovação pelo CNPT/IBAMA era apenas uma etapa, porque a intenção era que a RESEX fosse criada no âmbito estadual, e assim, ficasse sobre gerência compartilhada entre comunidade e SMA através da Fundação Floresta, que já vinha executando projetos de manejo de ostra com a comunidade (entrevista n°14 e 15). Já segundo funcionários da Fundação Florestal que participaram ativamente do processo de criação, foi a demora na homologação da RESEX pelo governo federal que motivou e impulsionou a tentativa de criar a RESEX na esfera estadual (entrevista n°21 e 26).

O trâmite para a criação na esfera estadual caminhou mais rapidamente, possivelmente devido ao contexto favorável de proximidade e sinergia entre NUPAUB e SMA-SP, e chegou muito próximo de se concretizar. No entanto, o processo esbarrou em problemas fundiários uma vez que a Secretaria do Patrimônio da União (vinculado ao governo federal) impôs algumas dificuldades para repassar o domínio da área (terrenos de marinha) ao Governo Estadual de São Paulo, o que acabou por inviabilizar que a RESEX fosse criada vinculada a SMA-SP.

Segundo o plano de manejo da RESEX, a demora na criação da RESEX em nível federal se deu principalmente “devido às dificuldades do CNPT/IBAMA em

disponibilizar recursos humanos e materiais para atendimento da solicitação” (ICMBio, 2010, p.36). Segundo Kefalas (2016), a criação da RESEX exigia um funcionário do CNPT/IBAMA disposto a ser o coordenador da Reserva, o que naquele momento era uma impossibilidade. No entanto as entrevistas feitas com funcionários da Fundação Florestal e da SMA-SP que participaram do processo de criação, apontam para um cenário um pouco mais complexo. Apesar dos relatórios técnicos estarem concluídos a cargo do NUPAUB e da aprovação do CNPT, a criação de uma UC federal depende de um decreto presidencial ou de uma lei votada no congresso nacional. Entre o CNPT/IBAMA e a mesa do presidente da república -na época Fernando Henrique Cardoso- havia um caminho político-institucional que passava pelas instâncias superiores do IBAMA e do Ministério de Meio Ambiente cujas prioridades variam muito e dependem de “vontade política” muitas vezes externas ao quadro fixo de técnicos vinculados a estes órgãos.

Apesar da dificuldade em dizer com certeza - devido à inexistência de registro oficial deste tipo de informação e da impossibilidade de entrevistar o “alto escalão” da política-institucional da época (presidente, ministro do meio ambiente e funcionários a eles subordinados) - é muito provável que a proposta tenha simplesmente ficado “engavetada” por pura falta de priorização e “vontade política” da alta administração federal. Um fator que pode ter sido relevante na motivação pelo não andamento do processo de criação é que, apesar de terem sido incitados pelo próprio CNPT/IBAMA, toda a articulação com a comunidade e os relatórios técnicos foram construídos por instituições estaduais NUPAUB (USP) e SMA do Estado de São Paulo, o que justificaria a criação da RESEX pelo órgão estadual, não federal.

Ainda segundo relato do entrevistado vinculado a SMA-SP e a Fundação Florestal, a impossibilidade de criação na esfera estadual gerou uma rearticulação entre os atores envolvidos (principalmente NUPAUB, SMA e comunidade) para pressionar o IBAMA na expectativa de que a proposta voltasse a tramitar e pudesse ser aprovada em nível federal (entrevista n°26). As articulações surtiram efeito, pois, curiosamente o decreto de criação foi assinado no apagar das luzes do governo do Fernando Henrique Cardoso em 13 de dezembro de 2002, nos últimos dias de seu efetivo mandato.

Outra questão controversa em relação à criação da RESEX Mandira diz respeito aos limites da unidade. Em um primeiro momento a proposta do NUPAUB era de que os limites incluíssem a área de moradia da comunidade. No entanto, devido

ao já conflituoso processo de venda/grilagem de parte de suas propriedades em tempos não tão pretéritos, e do fato da comunidade ter a titularidade efetiva da área, a inclusão de áreas para além dos manguezais não foi um consenso. Pois isso acarretaria no repasse da titularidade de terra para o Estado, ainda que para serem geridas de maneira compartilhada e coletiva.

O que acabou efetivamente por resolver essa questão dos limites da RESEX foi o início da discussão, no final da década de 90, sobre o reconhecimento da área terrestre enquanto território quilombola. Concomitantemente com o processo de criação da reserva, devido à mobilização de comunidades do alto Vale do Ribeira, iniciou-se na região, por intermédio do Padre Joãozinho XXX (OLIVEIRA, 2017), um debate sobre o reconhecimento destas comunidades enquanto remanescentes quilombolas. Debate este que foi posteriormente validado e corroborado pelo Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP, 2002). Com a possibilidade deste pleito, que poderia inclusive reaver as terras compradas/griladas, a comunidade optou pelos limites da RESEX contemplando exclusivamente as áreas marinhas e de mangue, local onde ocorria a prática produtiva vinculada ao manejo da ostra.

Por coincidência ou não, também em 2002 o Mandira é formalmente reconhecido enquanto Comunidade Remanescente de Quilombo (ITESP, 2002). Não há sobreposição (dupla afetação) entre o território quilombola e a RESEX, mas ambos são contíguos. A RESEX abrange a área de manguezal e marinha e o território quilombola, as áreas terrestres e residências. Um ponto positivo do reconhecimento enquanto território quilombola é que a comunidade não precisa abrir mão dos títulos de propriedade da terra. Além disso, o ITESP reconheceu enquanto território toda a área que ficou de herança a João Vicente Mandira, no entanto ainda está em disputa judicial em prol do Quilombo a reintegração de posse das propriedades compradas/griladas da comunidade na década de 70.

Assim, em pouco mais de uma década uma extensa família que vivia em propriedades rurais em Cananeia, e que tiveram suas terras usurpadas e suas práticas produtivas agrícolas consideradas ilegais do ponto de vista ambiental, se tornaram quilombolas e extrativistas. R-existindo em seus territórios a partir de inovações produtivas e da parceria com órgãos públicos, criando desta forma uma nova possibilidade de vida, a partir do uso sustentável de recursos naturais, ressignificando os espaços tradicionalmente ocupados e costurando novas identidades – extrativistas e quilombolas – e reconhecimentos formais de seus direitos e territórios.

4.3 O CICLO PRODIGIOSO DE APOIOS POR PROJETOS EXTERNOS

Apesar do atraso na formalização da criação da RESEX, muitos projetos e parcerias foram desenvolvidas neste meio tempo. A própria articulação com o NUPAUB teve continuidade após o pedido formal da criação da RESEX. Com destaque para o apoio do núcleo de pesquisa da USP na estruturação e criação da Associação dos Moradores da Reserva Extrativista do Bairro Mandira (REMA) em 1995, bem como para a discussão participativa e aprovação em reunião da REMA do Plano de Utilização da RESEX. Curiosamente, já havia uma associação para os arranjos de cogestão e um Plano Utilização a ser seguido em 1995, 7 anos antes de criação formal da reserva.

As discussões para elaboração do Plano de Utilização permitiram identificar as prioridades em relação ao uso sustentável dos recursos naturais e à realização de pesquisas que pudessem auxiliar neste sentido (ICMBio, 2010). Segundo consta no próprio plano, o objetivo dele é: “assegurar a auto-sustentabilidade da Reserva Extrativista do bairro Mandira mediante a regulamentação da utilização dos recursos naturais e das normas a serem seguidas pelos moradores” (NUPAUB, 1996, p.72). O Plano de Utilização também estabeleceu regras básicas para o manejo da ostra como tamanho mínimo de captura (5cm) e número máximo de viveiros de engorda por família (20). No entanto, o próprio plano reconhece a necessidade de regras de manejo mais elaboradas/aprofundadas que deveriam ser definidas pelos moradores, IBAMA e SMA-SP a partir de estudos ainda em curso pelo Fundação Florestal e Instituto de Pesca (IPesca) sobre produtividade natural e distribuição dos estoques na área da reserva (NUPAUB, 1996).

Esses estudos fazem parte de um outro conjunto de ações realizadas de maneira mais ou menos integrada entre Fundação Florestal e Instituto de Pesca. Essas ações estão de certa forma alinhadas com um macroprojeto guarda-chuva interinstitucional denominado “Ordenamento da Exploração da Ostra do Mangue no Estuário de Cananéia-SP”, conhecido também como “Projeto Ostra de Cananéia” – designação pela qual me referirei a este projeto daqui em diante. Como já mencionado anteriormente, esse projeto tem início antes mesmo da articulação em torno da criação da RESEX e não tinha como foco exclusivo a comunidade do Mandira. Ne entanto, segundo informações concedidas em entrevistas pelo primeiro coordenador

geral desse projeto, o Mandira era uma espécie de comunidade piloto pois eram uma comunidade pequena, bem organizada e com esforço de pesca alta na extração de ostra. A comunidade do Mandira como um dos pontos focais do projeto Ostra de Cananeia se consolidou ainda mais com a articulação em prol da RESEX na área, o que facilitaria a criação de regras específicas para o manejo das ostras nativas. Dessa forma, criou-se uma sinergia e retroalimentação de ações/projeto/articulações em torno do Mandira.

As raízes do projeto Ostras de Cananeia podem ser traçadas ao final da década de 70 em estudos pioneiros do IPesca com a Instituto Oceanográfico da USP (IO/USP) que preocupados com uma possível diminuição nos estoques naturais de ostra no estuário da Cananéia propuseram um protocolo para o cultivo da espécie (MACHADO, 2009; CARDOSO, 2008). No entanto, a tecnologia envolvia a captação de sementes por coletores artificiais, um procedimento de “castigo” às sementes e posterior engorda em viveiros, em um processo que demorava quase 24 meses. Devido ao tempo de espera e a procedimentos técnicos não familiares as comunidades locais, esta prática produtiva de cultivo não foi incorporada por eles (CARDOSO, 2008; MACHADO, 2009).

No entanto, no final da década de 80 a extração de ostra em Cananéia apontava para um cenário de possível sobre-exploração, dependência das comunidades locais de atravessadores e péssimas condições sanitárias das ostras comercializadas (CARDOSO, 2008). Como estratégia para contornar os problemas de uso inadequado dos recursos, baixa renda e marginalização das comunidades envolvidas, e baixa qualidade do produto comercializado foi criado pela Fundação Florestal o projeto Ostras de Cananéia (GARCIA, 2005; CARDOSO, 2008). O primeiro passo foi a difusão do sistema de viveiros de engorda, como uma derivação da tecnologia de cultivo integral, mas com ostras extraídas do próprio manguezal só que em tamanho menor que o comercializável (juvenis). Segundo uma das pesquisadoras do IPesca:

A engorda mostrou ser uma alternativa viável, por agregar valor ao produto, reduzindo pressão sobre o estoque. Além disso, a prática aumenta as oportunidades reprodutivas dos indivíduos retirados do manguezal e dispostos nos viveiros, ajudando a recompor os bancos naturais (MACHADO *et al*, 2011, p.2).

Enquanto a Fundação Florestal com um viés mais extensionista, concentrou esforços em implementar a técnica dos viveiros de engorda, o IPesca, mais voltado à pesquisa, concentrou esforços em estudos detalhados sobre produtividade e distribuição espacial dos estoques de Ostra na região estuarina (MACHADO, 2009; ICMBio, 2010). Todas essas ações impulsionaram ainda mais a articulação em prol da criação da RESEX e, como já mencionado anteriormente, subsidiaram a construção participativa do seu Plano de Utilização.

É possível dizer que a partir de 1994 a comunidade do Mandira por uma confluência de fatores vivenciou uma fase prodigiosa de apoios externos. Havia apoio técnico para os aspectos produtivos com a Fundação Florestal, pesquisa científicas visando incentivar arranjos de manejo que garantissem a manutenção dos recursos em parceria com o IPesca, e apoio à organização comunitária e fortalecimento da RESEX com o NUPAUB. Tudo isso com o aval e chancela da SMA-SP. Essa confluência possibilitou uma ampliação no escopo do projeto Ostra de Cananeia que ganha caráter interinstitucional e passou a ter três grandes linhas de atuação: (I) Proteção e sustentabilidade no manejo de Ostra, cujo objetivo principal era difundir a implementação dos viveiros de engordo e do respeito as normas para a extração; (II) Organização da comunidade para promover autonomia na comercialização e melhoria na qualidade de vida da população, cujo objetivo era a criação de uma cooperativa voltada para a comercialização de ostras; (III) Melhoria da qualidade do produto através do atendimento as normas sanitárias e certificação, cujo objetivo era a construção de uma estação depuradora de ostras (GARCIA, 2005; CARDOSO, 2008; KEFALAS, 2016).

O final da década de 90 foi marcado por um esforço de todos os atores envolvidos em acessar recursos financeiros e colocar as três linhas do projeto Ostras de Cananéia em andamento. Segundo o funcionário da Fundação Florestal e primeiro coordenador do projeto Ostras de Cananéia nos disse em entrevista, esta parceria entre várias instituições (SMA, Fundação Florestal, IPesca, NUPAUB) em torno do Mandira e do manejo de ostra criou um contexto muito favorável à captação de recursos para implementação de projetos. A ideia era que essa região se tornasse um modelo de inovação e sustentabilidade que pudesse ser posteriormente replicado em outras localidades. O próprio ITESP no relatório em que reconhece os mandiras enquanto comunidade quilombola, atesta: "...o êxito auferido na obtenção de recursos

financeiros é uma marca registrada dos projetos levados a cabo junto à comunidade Mandira” (ITESP, 2002, p.34).

Em um primeiro ciclo de investimentos, a Fundação Florestal conseguiu em 1997 recursos através do Projeto de Execução Descentralizada (PED/MMA) do Governo Federal para comprar equipamentos visando implementar viveiros de engorda e para o início da construção da depuradora. Na sequência, em 1999 o NUPAUB, a partir de uma articulação com a Fundação Margaret Mee, conseguiu financiamento com a Shell do Brasil para finalizar a compra de equipamentos vinculada a construção da depuradora que estava sendo construída em regime de mutirão pela própria comunidade em um terreno cedido pela prefeitura de Cananéia. Ainda no fim da década de 90, a própria associação da comunidade do Mandira (REMA) conseguiu, com auxílio do NUPAUB, acessar recursos através dos Projetos Demonstrativos Ambientais (PD/A – MMA).

Através desses financiamentos e do trabalho articulado das instituições envolvidas foi possível criar a Cooperativa dos Produtores de Ostra de Cananéia (COOPEROSTRA), que apesar de formalizada em 1998, iniciou sua operação em 2000 após a construção da depuradora ter sido finalizada. A COOPEROSTRA inicia suas atividades com 40 sócios fundadores, sendo a maioria deles da comunidade do Mandira. No entanto, é importante ressaltar que a cooperativa não se restringia a essa comunidade, abrangendo também outras extrativistas de outras localidades do estuário de Cananéia. Em entrevista o primeiro coordenador do projeto Ostras de Cananéia pela Fundação Florestal reforçou a importância da cooperativa e da depuradora não atenderem exclusivamente a comunidade do Mandira, primeiramente porque era uma estrutura muito grande para uma única comunidade, segundo porque a extração de ostra é uma realidade em todo estuário de Cananéia e não restrita ao território mandirano.

Outras ações do projeto neste período incluem o cadastro dos extrativistas de ostras, estudo sobre a viabilidade da produção comercial e do manejo de ostra nos estuários de Cananéia, e uma pesquisa sobre o mercado consumidor de ostras no litoral paulista. Todo esse esforço possibilitou a inauguração de um arranjo completamente inovador de manejo e comercialização de ostra, onde os cooperados teriam controle de todos os pontos da cadeia produtiva, além de garantir a sustentabilidade no uso dos recursos (GARCIA, 2005; CARDOSO, 2008; MACHADO,

2009). A extração da ostra no mangue era feita respeitando as normas estabelecidas com base nos estudos do IPesca, principalmente em relação ao tamanho mínimo permitido e época de defeso; depois a ostra era colocada nos viveiros de engorda até atingir tamanho bom para a comercialização; dos viveiros de engorda a ostra era transportada até a depurada na sede da cooperativa; dali a ostra era comercializada ao longo de todo litoral paulista com nota fiscal e certificação sanitária. Este novo arranjo produtivo garantia a manutenção do estoque de ostra nativas no mangue, um maior retorno ao extrativista por não depender de atravessadores, e uma melhor qualidade no produto devido ao procedimento na depuradora - o que também agregava valor ao produto.

No entanto é sempre bom lembrar que toda mudança e/ou inovação tecnológica implica também alterações nas relações sociais e de poder (PORTO-GOLÇALVES, 2012). Com este novo arranjo produtivo não foi diferente. Primeiramente é importante destacar que ele não foi prontamente apropriado pelos comunitários, pois envolvia várias ações as quais eles não se sentiam capacitados/empoderados, como lidar com as questões contábeis e administrativas, além de toda a logística de organizar os pedidos e as entregas que ocorriam em outros municípios do litoral paulista. Segundo entrevista com uma das lideranças que atuou diretamente na consolidação da cooperativa, apesar de toda estrutura montada, gerenciar os processos inerentes ao funcionamento da cooperativa e os procedimentos técnicos vinculados ao funcionamento da depuradora, não era algo que a comunidade se sentisse preparada para fazer. Nesse contexto, apoio técnico externo foi fundamental para o funcionamento da cooperativa nos seus anos iniciais (GARCIA, 2005; CARDOSO, 2008; MACHADO, 2009). Segundo Cardoso (2008), em um curto período houve mudanças bastante intensas, transformando os extrativistas em “empresários/administradores”, em um processo que foi em grande medida exógeno e que, portanto, demandou medidas assistencialistas por parte das instituições para que o arranjo criado realmente se mantivesse em funcionamento. Ainda segundo esta autora:

Outro fator a ser discutido está relacionado à dificuldade dos moradores de se perceberem como partícipes das organizações formais, considerando-se como agentes das modificações ocorridas, dado que o processo foi induzido por técnicos e não tendo partido de mobilização interna à comunidade (GARCIA, 2008, p. 42).

Por tudo isso, o projeto “ostra de cananeia” passou a angariar e aplicar prioritariamente os recursos voltados justamente a capacitação dos cooperados e na manutenção operacional da cooperativa através de contratações de especialistas. Os recursos adquiridos pela REMA através do PD/A-MMA que seriam atualizados para impulsionar a organização comunitária e a implementação da RESEX, foram em comum acordo remanejada para garantir a implementação operacional da depuradora/cooperativa. A própria Fundação Florestal também consegue recursos em 2001, através do Fundo Brasileiro da Biodiversidade (FUNBIO), cuja destinação seria a construção de um plano de negócios para a cooperativa e a capacitação dos cooperados para que em alguns anos a COOPEROSTRA fosse efetivamente gerenciada pelos próprios cooperados, sem intervenções externos e contratados terceirizados.

Segundo entrevista concedida pela coordenadora das ações executadas com recursos do FUNBIO e funcionária da Fundação Florestal, havia na equipe do projeto uma crescente preocupação com a dificuldade da apropriação e envolvimento dos extrativistas na gestão da cooperativa e também um sentimento de que o objetivo final deveria ser a autogestão e a não dependência dos comunitários de apoio externos de técnicos e instituições. Nesse sentido, em um novo momento o projeto se concentrou em trazer capacitação e autonomia aos cooperados, para que houvesse uma transição rumo a gestão controlada pelos próprios extrativistas.

No entanto, a dependência do apoio externo para o funcionamento mostrou suas adversidades da maneira mais perversa possível. Uma consultoria contratada através do projeto da FUNBIO constatou o que os cooperados já vinham desconfiando: um dos funcionários contratados (com dinheiro do projeto PD/A-MMA pela REMA) para administrar a cooperativa não só estava “gerindo” a cooperativa como se ele fosse o dono e os extrativistas meros fornecedores, como havia desviado recursos do projeto (na ordem dos R\$40.000,00¹⁹). Além disso, esse gerente/administrador terceirizado havia contratado como vendedores parceiros dele que acabaram por controlar toda a logística da venda. Os vendedores, responsáveis por transportar as ostras da cooperativa até os restaurantes/mercados em todo litoral

¹⁹ Em relação a quantia desviada os próprios extrativistas divergem muito em relação a este valor. Como não houve consenso entre eles nas entrevistas concedidas, utilizo aqui o valor que foi mencionado pela funcionária da Fundação Florestal responsável e ponto focal da consultoria que descobriu a má gerencia e o desvio.

paulista, é que tinham o contato direto com o mercado consumidor. Com as entregas e as encomendas centralizadas no gerente contrato e seus colaboradores, os cooperados ficaram impedidos de se apropriar desta logística e desses contatos (GARCIA, 2005).

Ao descobrirem toda essa situação foi aberto um processo judicial contra o administrador. No entanto, aparentemente a pessoa era um estelionatário e fugiu do município (GARCIA, 2005). Como consequência deste grave problema, os vendedores subordinados ao gerente demitido (e literalmente fugido) também abandonaram a cooperativa. Parte dos cooperados – cerca de 50% segundo Kefalas (2016) –, também deixaram a cooperativa, talvez por medo de que o arranjo todo se “desmanchasse” ou temendo a incapacidade da cooperativa de se reerguer. Independentemente dos motivos, fato é que boa parte dos extrativistas que abandonaram a cooperativa nesta época, continuaram sendo fornecedores dos antigos vendedores que levaram consigo grande parte do mercado consumidor conquistado pela COOPEROSTRA, e se tornaram sua concorrente (GARCIA, 2005; MACHADO, 2009; KEFALAS, 2016).

Apesar de todos os reveses, com recursos do FUNBIO e apoio da Fundação Florestal foi possível realizar a capacitação dos comunitários e implementar o modelo auto gestor. Em junho de 2002, após a demissão do administrador estelionatário e da debandada de cooperados, a COOPEOSTRA e a depuradora passaram a ser geridas em sua totalidade pelos próprios cooperados que criaram e assumiram coordenações de produção, finanças, vendas e administração (GARCIA, 2005). Fruto de todo esforço empreendido a iniciativa da COOPERPSTRA associada à RESEX Mandira ganha o prêmio Iniciativa Equatorial da ONU/PNUD ainda em 2002. Como parte do prêmio, uma das lideranças do Mandira pôde ir participar do encontro Rio+10 da ONU em Johannesburgo, na África do Sul; além disso eles receberam \$30.000,00 (dólares).

Houve ainda dois últimos aportes de recursos externos. Um angariado pela própria associação dos moradores do RESEX (REMA) em 2005 através de outro PD/A - MMA, agora com a RESEX já oficialmente decretada. Com o PD/A II ocorreram ainda algumas capacitações voltadas para a gestão da cooperativa, como curso de habilitação de automóvel para que os próprios comunitários pudessem fazer as vendas em todo litoral (KANIKADAN, 2014; KEFALAS, 2016). Além disso, houve um

foco na estruturação da Reserva Extrativista, com parte do recurso sendo destinada para fomentar a organização comunitária e discutir uma atualização do Plano de Utilização (KANIKADAN, 2014). O outro recurso veio através da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Esse recurso foi gerenciado pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), e basicamente cobriu os custos da uma pesquisadora que desenvolveu uma pesquisa-ação (de 2004 a 2007) visando o fortalecimento da gestão da RESEX através da criação do Conselho da RESEX e da implementação de outros instrumentos de gestão como o Plano de Manejo (CARDOSO, 2008).

Segundo Machado (2011), pesquisadora vinculada ao IPesca, a partir de 2000 foi identificada uma nova fase com diminuição considerável nos estoques naturais de ostra na RESEX Mandira. Diminuição esta que foi identificada inclusive pelos próprios extrativistas (MACHADO, 2011). Nessa época, 61% dos mandiranos estavam extraindo ostras fora da área da RESEX devido ao baixo estoque natural (MACHADO, 2011). Ainda segundo essa pesquisadora, a percepção dos comunitários era de que o declínio do estoque estaria associado ao não cumprimento das regras estabelecidas, principalmente a captura em tamanho menor que 50mm. Nessa época, a coleta de ostras para ser vendida desmariscada voltou a ser uma realidade, principalmente para os extrativistas não cooperados (CARDOSO, 2008; MACHADO, 2011). Ao vender a “carne da ostra” por peso e não a dúzia de ostras (unidade comum de venda pelos atravessadores da região) se potencializa a coleta de ostras pequenas pois o que importa é o “peso final”, e não o tamanho da ostra que compõe a dúzia (CARDOSO, 2008).

Assim, o trabalho executado com financiamento da FAPESP, após mobilizar a criação do Conselho em 2005, criou um grupo de trabalho voltado para a elaboração do Plano de Manejo, cuja primeiro esforço foi no sentido de reestruturar o Plano de Utilização (CARDOSO, 2008). Apesar de já existir um Plano de Utilização que tinha sido elaborado na época da mobilização em torno do pedido de criação da RESEX com apoio no NUPAUB (USP), este estava desatualizado e em desuso principalmente devido ao hiato de tempo entre o pedido de criação e sua formalização (CARDOSO, 2008). O novo Plano de Utilização, elaborado de forma participativa com apoio técnico do IPesca e aprovado em 2007, reforçou as antigas regras (tamanho mínimo de captura e período de defesa), e proibiu a venda de ostra desmariscada em tamanho

menor que o estabelecido. Segundo Machado (2011), já em 2007 a comunidade passou a perceber um aumento considerável do estoque natural e a menor dependência de áreas externas a Resex. O Plano de Manejo da RESEX, que após o término da intervenção financiada pela FAPESC em 2007 ficou a cargo do próprio ICMBio, foi aprovado formalmente apenas em 2010 e o Plano de Utilização é parte integrante deste documento.

Todos esses projetos específicos e suas várias fontes de financiamento estavam vinculadas, de uma forma ou de outra, ao projeto Ostras de Cananéia ou à articulação em prol da Reserva Extrativista. Na verdade, como penso ter ficado evidente, ambos os projetos ocorreram concomitantemente e em estrita articulação. Garcia (2005) estimou em R\$640.000,00 os investimentos nesses projetos (desconsiderando aqui o PD/A-MMA II e o apoio da FAPESC que ocorreram posteriormente a pesquisa dela). O quadro abaixo busca trazer uma síntese das instituições envolvidas, as fontes de financiamento as datas e objetivos de cada uma dessas intervenções (quadro 3):

Quadro 03: Síntese dos projetos e aportes financeiros na COOPEROSTRA e RESEX Mandira

Instituição	Tipologia	Coordenação das ações	Data do suporte financeiro	Objetivos
PED (MMA)	Governo Federal	Fundação Florestal	1997-1998	Equipamentos para depuradora e viveiros; Estudo de mercado; Estudos sobre parâmetros para captura, engorda e comercialização;
Fundação Margaret Mee / Shell do Brasil	ONG/Iniciativa Privada	Fundação Florestal/NUPAUB	1999-2001	Finalização da Construção da depuradora;
PD/A I (MMA)	Governo Federal	REMA	1999-2002	Compra de equipamento; Implementação operacional da cooperativa
FUNBIO	ONG	Fundação Florestal	2001-2005	Capacitação para gestão da cooperativa; divulgação da marca; Plano de negócio
Iniciativa Equatorial (PNUD/ONU)	Organismo internacional	REMA	2002	Custo para manutenção da cooperativa
PD/A II (MMA)	Governo Federal	REMA	2005-2008	Capacitação dos cooperados para gestão; Fortalecimento e estruturação da RESEX

				(elaboração plano de manejo)
FAPESP	Fundação Estadual de Apoio a Pesquisa	UFCar	2004-2007	Processos participativos para gestão da RESEX (elaboração do Plano de Utilização e Plano de Manejo)

Fonte: adaptado de Garcia (2005) com base em Kankadin (2014), Kefalas (2016) e entrevistas concedidas ao pesquisador.

Apesar da lista extensa, todos esses investimentos não encerram o que estou chamando aqui de ciclo prodigioso de apoios externos. É que resta ainda fazer menção ao apoio que os mandiranos receberam do ITESP após ter sido reconhecida enquanto comunidade quilombola. Ainda em 2002, em projetos que beneficiaram todos os Quilombos do Vale do Ribeira, o Mandira foi contemplado com a construção de várias estruturas físicas no bairro, destacando-se um galpão multiuso (que se tornou sede da associação) além de uma quadra poliesportiva. Entre 2002 e 2005, também foram ministrados vários cursos como formação de agentes ambientais (voltadas para o fortalecimento do turismo); informática; corte, costura e artesanato (com foco no empoderamento das mulheres). Houve ainda repasses pelo ITESP à comunidade de equipamentos como máquina de costura e computadores (ICMBio 2010; KANIKADAN, 2014). Como benefício por serem comunidade quilombola, segundo entrevistas com lideranças da comunidade, eles conseguiram acessar linhas de créditos diferenciadas para construção de moradias. De fato, nos campos feitos na comunidade foi possível observar que em cada núcleo habitacional familiar, ao lado das casas antigas e mais tradicionais, havia quase sempre pelo menos uma casa de alvenaria de construção mais recente e mais ou menos padronizadas. Sugerindo que boa parte da comunidade se beneficiou dessa linha de financiamento para construção de moradias.

Talvez um marco que represente o fim deste ciclo de apoios e incentivos externos tenha sido a elaboração participativa do Plano de Manejo da Reserva Extrativista do Mandira que se encerra em 2010. Não que a comunidade tenha se isolado ou não tenha construído projetos e articulações após esse período, mas certamente se inicia uma nova fase na trajetória da RESEX Mandira quando não houve mais tantos apoios e incentivos externos conduzindo a dinâmica socio-espacial na área.

4.4 CAMINHANDO COM AS PRÓPRIAS PERNAS: ENFRENTANDO NOVOS DESAFIOS

O ciclo de incentivos e investimentos externos proporcionaram transformações nas relações sociais e territoriais na comunidade do Mandira. Em síntese, podemos dizer que as transformações implicaram: no estabelecimento de regras/normas para o manejo de ostra que incluiu a incorporação da inovação tecnológica dos viveiros de engorda; na formação de um novo arranjo produtivo/comercial que consolidou os mandiranos como exportadores de ostra para todo o litoral Paulista através da COOPEOSTRA e da incorporação da inovação tecnológica da depuradora; na consolidação de um arranjo de cogestão ambiental do território da RESEX entre comunidade e órgão ambiental. Para a comunidade essas transformações resultaram na consolidação do extrativismo de ostra como principal atividade econômica e de uma considerável melhora na renda média das famílias beneficiárias da RESEX (ICMbio, 2010; KANIKADIN, 2014). Além de garantir que a comunidade mantivesse um modo de vida baseado na utilização de recursos naturais de seu território.

No entanto, é importante notar que as intervenções tiveram de certa forma um caráter assistencialista, no sentido de terem sido trazidas por agentes externos e dependerem do apoio técnico direto desses atores para que se consolidassem. Os próprios técnicos e pesquisadores que participaram destes processos reconhecem esta dependência e o caráter assistencialista das intervenções (GARCIA, 2005; CARDOSO, 2008; MACHADO, 2011). A articulação em prol da criação da RESEX, ainda que construída de maneira participativa, foi conduzida e muito dependente da atuação do NUPAUB; enquanto a cooperativa dependeu do apoio e incentivos da Fundação Florestal e do IPesca para seu funcionamento. Não que o apoio direto desses atores seja em si um aspecto negativo. Na verdade, a criação e implementação de inovações tecnológicas e produtivas requerem apoio, e o Estado sem dúvida é um ator que tem como premissa dar este tipo de suporte as comunidades tradicionais. No entanto, com o afastamento destas instituições das práticas cotidianas e de uma assistência técnica mais direta, os próprios arranjos de gestão da RESEX e de administração/gerenciamento da COOPEROSTRA foram abaladas e tiveram que ser adaptados.

Em relação à gestão da RESEX, logo após a aprovação do Plano de Manejo em 2010, passou a haver o afloramento de um certo conflito entre a comunidade e o

órgão gestor²⁰. Em entrevistas, as lideranças do Mandira relatam que na época havia um forte descontentamento com a falta de ações de gestão e de proximidade do funcionário responsável pela reserva com a comunidade (entrevistas nº17, 28 e 29). Dentre as principais reclamações que identificamos com as entrevistas estão a distância da sede da RESEX Mandira que ficou na cidade de Registro - SP à aproximadamente 70 Km da comunidade; a falta de fiscalização na RESEX pelo ICMBio; e a falta de apoio direto à comunidade pelo órgão gestor. Segundo relatou uma das lideranças comunitárias quando indagado sobre a gestão da RESEX pelo ICMBio:

A gestão do ICMBio na área não tem, né? Se for falar assim o que que o ICMBio fez pela comunidade? Não fizeram nada. O ICMBio não trouxe nada, nada, nada para a comunidade. (...). É claro que tem o reconhecimento da área, como RESEX, né? Então traz parcerias, traz projetos. Mas o ICMBio mesmo, não fez nada pela gente (2020).

Na verdade, apesar de o conflito pela falta de gestão por parte do ICMBio ter se tornado explícito a partir de 2010, é possível dizer que ele já era latente desde a criação oficial da RESEX. Como já descrito, as articulações, pesquisas e intervenções foram capitaneadas pelo NUPAUB e órgãos ambientais e de pesquisa Estaduais (Fundação Florestal e IPesca) com pouco ou nenhuma atuação direta dos órgãos federais (IBAMA e posteriormente ICMBio) que se tornaram oficialmente os gestores da área. Um dos coordenadores do projeto Ostra de Cananeia disse:

Na época da criação [*da resex*] na verdade, a notícia foi recebida pela comunidade digamos assim que sem muito brilho. O pessoal do NUPAUB já não estava tão próximo da comunidade, e o trabalho no projeto da ostra, com a cooperativa, já estava acontecendo independente disso. Então eles ficaram assim meio sem saber o que de fato mudou com a criação da Reserva. Faltou, na época, uma maior proximidade do IBAMA (2020).

Já a pesquisadora que coordenou o processo de gestão participativa com financiamento da FAPESC a partir de 2004, disse que ao iniciar os trabalhos “o cenário inicial da intervenção se caracterizava pelo abandono da Reserva Extrativista após sua decretação” (CARDOSO, 2008, p.138). Ainda segundo essa pesquisadora, “...grande parte dos beneficiários desconsiderava a importância da Reserva como força transformadora da realidade local, bem como da garantia de seus direitos

²⁰ Até 2007 o órgão gestor era o IBAMA. Em 2007 o ICMBio é criado a partir de uma divisão do IBAMA, e a gestão de unidades de conservação passa a ser responsabilidade exclusiva desse novo órgão.

históricos de uso da área” (CARDOSO, 2008, p.139). Por fim Cardoso (2008) aponta ainda que apesar de 72% das famílias associadas à REMA relatarem ter participado das discussões iniciais para a criação da RESEX, em 2005, 44% destas não sabiam dar informações a respeito dos objetivos e estrutura de gestão da mesma.

Ou seja, apesar de o conflito entre a comunidade ter se tornado mais evidente após elaboração do Plano de Manejo, a falta de gestão, ou melhor, a ausência de relação próxima entre os gestores e a comunidade, já era uma realidade deste a criação da RESEX Mandira em 2002. É possível que o acirramento do conflito tenha se dado justamente devido ao afastamento das instituições estaduais que vinham sistematicamente prestando apoio direto à comunidade. Com o distanciamento desses atores, a ausência do órgão gestor federal provavelmente se fez mais evidente para eles. Seja como for, é importante ressaltar que em 2016 esse conflito foi agravado, tomando contornos de inimizades pessoais. Segundo relato dos extrativistas, em uma reunião do Conselho Deliberativo uma das lideranças comunitárias “sobe o tom” cobrando explicações sobre um suposto relatório de ações de gestão apresentado pelo gestor para instâncias superiores do ICMBio, que - de acordo com essa liderança - não condiziam com a realidade (entrevistas nº14, 15 e 28). Ainda segundo esses entrevistados, essa reunião quase terminou em confronto físico (briga) entre o gestor e a liderança. Ainda segundo os comunitários que concederam entrevistas, desde então não há mais reunião do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista do Mandira. E a própria fiscalização da área tem sido feita por funcionários do ICMBio vinculados a Área de Proteção Ambiental (APA) Cananéia-Peruíbe²¹.

Apesar de essa trajetória consolidar um afastamento do órgão gestor da comunidade, o que enfraquece consideravelmente o arranjo de gestão participativa proposto em lei para este tipo de reserva, os mandiranos reconhecem a importância da criação da RESEX. Principalmente devido a visibilidade à comunidade que o reconhecimento da área enquanto RESEX implica, fortalecendo inclusive o uso exclusivo dos recursos naturais da área pela comunidade. Ainda, que segundo a maioria dos entrevistados, a fiscalização seja ineficiente, só a delimitação da área enquanto RESEX já garantiu um maior controle no acesso aos recursos dos

²¹ Infelizmente o gestor responsável pela RESEX Mandira na época não quis conceder entrevista para esta tese e esclarecer o seu ponto de vista sobre os fatos narrados pelos comunitários.

manguezais. Além disso, como pontos positivos da criação da RESEX os mandiranos ressaltam a formalização das normas específicas para o manejo da ostra, que são parte integrante do Plano de Manejo, e que vem garantindo a “sustentabilidade” e manutenção dos estoques de ostra nativas nos mangues da RESEX; e o respaldo que a titulação da RESEX garante para angariar fundos, aprovar projetos e articular parcerias.

Outra grande modificação que ocorreu após o ciclo prodigioso de intervenções externas foi o encerramento das atividades da COOPEOSTRA e o abandono da estrutura de depuração pela comunidade do Mandira. É verdade que a desestruturação da cooperativa não ocorreu diretamente ao cessar o apoio técnico externo direto, haja visto que a cooperativa funcionou por 14 anos gerida pelos próprios cooperados e sem recursos (financiamentos) externos por quase 10 anos. No entanto, em 2016 a COOPEROSTRA deixa de existir.

Segundo uma liderança da comunidade que foi um dos coordenadores da COOPEROSTRA os motivos para o encerramento das atividades são múltiplos, mas os mais preponderantes teriam sido: (I) uma enorme dívida trabalhista que se arrastava desde 2002. Judicialmente os vendedores que “abandonaram” a cooperativa após o incidente com o gerente-estelionatário terceirizado foram demitidos, no entanto não receberam as indenizações devidas, e isso gerou um processo trabalhista que acarretou em uma dívida enorme em nome da COOPEROSTRA²²; (II) O fato de que o certificado vinculado ao Serviço de Inspeção Sanitária Federal (SIF) estava desatualizado, e para conseguir novamente o certificado seriam necessárias reformas e mudanças na estrutura física da depuradora, o que demandaria um alto investimento financeiro; (III) o fato de que o mercado consumidor de ostra no litoral de SP seja dominado pela informalidade (MACHADO, 2011), onde a maioria dos fornecedores/atravessadores vendem o produto para o mercado consumidor (quiosque e restaurantes) sem qualquer tipo de certificação e/ou processo de depuração. Para a COOPEROSTRA não compensava ter os custos da certificação e depuração, sendo que os compradores não tinham interesse em pagar mais caro por um produto diferenciado (certificado e depurado). A fala informal que escutei de um

²² Ainda segundo o entrevistado, uma má atuação do advogado da cooperativa na época piorou a situação, aumentando a indenização a ser paga aos antigos vendedores, que na verdade (ainda na opinião do entrevistado) deveriam ter sido demitidos por justa causa, e nesse caso sem direito a indenizações.

funcionário da Fundação Florestal talvez descreva bem a situação: “construíram uma estrutura muito grande e complexa, para um empreendimento que se pretendia comunitário e autogerido”.

Apesar de a cooperativa não estar mais operando e a comunidade do Mandira não estar mais utilizando a estrutura da depuradora, muito do “know-how” e do arranjo produtivo continuam em funcionamento. Atualmente a comunidade do mandira segue manejando as ostras dentro da RESEX conforme o estabelecido no Plano de Utilização, respeitando o tamanho mínimo para extração e o período de defeso; a ostra extraída vai para os viveiros de engorda localizados no próprio manguezal até terem tamanho para serem comercializadas. No entanto, ao invés de serem transportadas e depuradas na cooperativa, são repassadas diretamente ao atravessador.

Em 2022 foi possível identificar em saída de campo e nas entrevistas com os comunitários dois principais atravessadores da própria comunidade. Um deles havia se desligado da COOPEROSTRA desde o incidente com o gerente-estelionatário e o outro é da família de uma das principais lideranças do Mandira, tendo sido um dos coordenadores na época em que a cooperativa foi autogerida. Pelo relato dos entrevistados, praticamente todos os extrativistas do Mandira acabam vendendo suas ostras para um desses dois atravessadores (embora esporadicamente possam fornecer ostras para algum atravessador de fora). Cada um dos atravessadores Mandiranos têm seus próprios contatos para venda ao longo do litoral e fazem eles mesmos a entrega do produto. Segundo um desses atravessadores entrevistado, toda a logística envolvida na administração dos pedidos e das entregas, bem como a própria rede de compradores (mercado consumidor) é resultado do aprendizado e experiência prévia na cooperativa. De certa forma a cooperativa conseguiu tirar a dependência de atravessadores externos, ainda que para muitos extrativistas mandiranos o fim da cooperativa tinha significado voltar a vender a ostra *in natura* diretamente para um atravessador, só que agora ele é da própria comunidade.

Ainda sobre o manejo e comercialização da ostra que permanece como principal atividade econômica da comunidade, é importante ressaltar um problema que foi identificado e vem sendo apontado pelos comunitários: a invasão nos manguezais da RESEX de uma ostra exótica não nativa. Os mandiranos chamam de ostra chinesa, e segundo o conhecimento local, ela teria chegado aos manguezais de

Cananéia vinda da Baía de Guaraqueçaba, e muito provavelmente tenha chegado até aí a partir dos navios internacionais que trafegam na região rumo ao Porto de Paranaguá. Embora a hipótese da origem dessa ostra não tenha sido corroborada, o fato é que essa ostra está se alastrando rapidamente pelos manguezais de cananeia (inclusive na área da RESEX). Se realmente tratar-se de uma espécie exótica invasora, ela poderá vir a causar sérios impactos ambientais incluindo diminuição do estoque de ostra nativa, uma vez que ambas as espécies competem pelo mesmo espaço. O domínio da ostra exótica sobre a nativa pode ainda ser potencializada pelo fato de que primeira não sofre pressão de pesca pelas comunidades locais. Os impactos dessa invasão ainda não estão chegando a comprometer a atividade extrativa da comunidade, mas o contexto é de grande apreensão. Em um cenário pessimista, em curto-médio prazo, se a ostra exótica se comportar como uma espécie invasora e começar a ser dominante no manguezal em relação à ostra nativa, o modo de vida da comunidade que hoje é dependente do extrativismo de ostra nativa pode estar seriamente ameaçado.

Há atualmente na comunidade outras atividades e iniciativas que merecem destaque e que passaram a ganhar evidência na RESEX Mandira. Uma delas é a consolidação do turismo. Desde 2004 após os cursos de capacitação do ITESP, alguns comunitários foram formados como agentes ambientais, focados em receber visitantes. Além disso, também ocorreu uma parceria com a UNESP na identificação de atrativos turísticos (com destaque para a ruína de uma casa de pedra antiga que fica na beira da estrada e a cachoeira do Mandira) e no estabelecimento de possíveis roteiros. No entanto, apesar de serem locais relativamente bem visitados (principalmente a cachoeira), a demanda pelo serviço de condutores para estes passeios é baixa e em geral os visitantes acessam os locais de maneira autoguiada. No entanto, a partir de uma articulação de uma das lideranças mais jovens da comunidade, eles passaram a receber a visita das escolas do município. Em 2015, esse projeto de educação ambiental ganhou apoio da ONG Instituto Linha D'água com objetivo de comprar embarcações e coletes salva-vidas para que os alunos das escolas pudessem visitar os viveiros de engorda no manguezal. Apesar de bastante promissora a atividade está centralizada em uma única família que além de ser o contato das escolas, acaba sendo o condutor ambiental da atividade e articulando a

equipe que recebe os visitantes. Vale ressaltar ainda que essa atividade está interrompida desde 2020 devido a pandemia de COVID-19.

Outra atividade que vem se fortalecendo no Mandira é a consolidação da localidade como um polo de um turismo gastronômico. Existem na comunidade dois bons restaurantes e um bar (este de uso mais da comunidade), que servem refeições e petiscos. Há certo movimento de turistas na comunidade pois a estrada dá acesso ao Aririú, que é uma localidade conhecida pela prática da pesca esportiva e passeios de barco, e também à algumas cachoeiras da região (uma delas dentro do território quilombola). Assim a comunidade do Mandira vem se consolidando como uma boa parada para alimentação diferenciada e baseada em frutos do mar. Nos finais de semana os restaurantes ficam bem movimentados, mesmo fora da temporada. Foi possível notar que além dos turistas que vem de outras cidades, há inclusive um movimento interno de moradores de Cananéia que saem da sede do município para ir almoçar na zona rural, no Mandira. A consolidação de uma rota gastronômica na região fortalece a vocação pesqueira da comunidade além de dar vazão a outros recursos marinhos e não apenas a ostra. Além disso, diversifica a fonte de renda da comunidade que deixa de estar dependente exclusivamente de uma única atividade.

4.5 DESENVOLVIMENTO E TERRITORIALIDADES NA COMUNIDADE MANDIRA

A gênese da comunidade Mandira está relacionada a ciclos econômicos antigos. Principalmente com a decadência da rizicultura em Cananéia e na região do Vale do Ribeira. O declínio dessa atividade econômica e o conseqüente “desinteresse” dos herdeiros de antigos fazendeiros escravocratas possibilitaram um arranjo bastante inusitado em que uma grande porção de terra foi doada a um meio-irmão negro/bastardo. Diferentemente da grande maioria das comunidades quilombolas no Brasil, o território do Mandira foi se consolidando, geração após geração, não apenas a partir da posse/apropriação efetiva (e cultural) da terra, mas contando com o título formal da propriedade. Ainda assim, houve na década de 70 um processo típico de espoliação dessas terras por grilagem, vinculado a uma crescente especulação fundiária na região, impulsionada, em parte, pela possível construção de um braço da Rodovia BR-101 na área.

A redução drástica de seu território implicou no abandono da pequena produção agrícola pela comunidade e na implementação de novas formas de

apropriação do espaço e utilização dos recursos naturais. Em um primeiro momento houve aumento da exploração direta de recursos florestais como madeira e palmito. Ambas as atividades, no entanto, foram fortemente reprimidas por contrariarem as legislações ambientais vigentes. É dentro desse contexto que passa a ganhar relevância a utilização dos recursos marinhos do manguezal, principalmente a ostra nativa do mangue. Importante reconhecer que a extração comercial de ostras nativas se tornou uma alternativa viável e foi impulsionada pela articulação cada vez mais intensa com atravessadores externos a comunidade que faziam a conexão da produção local com mercados consumidores da baixada santista paulista. O aumento exponencial da demanda por parte desses atravessadores na década de 70 é que consolidou a parceria com a comunidade local, impulsionando o extrativismo de ostra como principal atividade produtiva do Mandira.

Com a diminuição do território terrestre da comunidade e a repressão às práticas associadas ao uso de recursos florestais, a comunidade se adaptou à nova realidade socio-espacial através de estratégias de apropriação dos recursos do manguezal, estabelecendo com isso uma nova territorialidade. Essa territorialidade emergiu do entrecruzamento de trajetórias distintas: a parceria com os atravessadores que permitiu uma conexão com um mercado consumidor de ostra em expansão; e a parceria com o governo estadual de São Paulo na implementação de inovações nas práticas produtivas associada ao extrativismo de ostra – implementação de viveiros de engorda e normatização no manejo.

A Reserva Extrativista do Mandira é criada a partir da articulação dos mandiranos com o NUPAUB, um grupo de pesquisa vinculado à Universidade de São Paulo que havia recebido uma demanda de pesquisa do IBAMA/CNPT visando ampliar as RESEX para além do bioma Amazônico. O arranjo para a criação da RESEX era muito promissor, garantindo ao IBAMA/CNPT ampliar a política da RESEX e ao NUPAUB auxiliar na implementação de políticas com viés mais socioambientalista, em contraposição as políticas preservacionistas predominantes naquele momento na região. Já para a comunidade, o reconhecimento enquanto população tradicional e extrativista possibilitava uma maior proteção ao seu território, seja enquanto uma resposta/resistência a possível criação de uma Estação Ecológica na área; seja por restringir o acesso aos recursos de usuários externos a comunidade;

ou ainda por articular apoios/projetos e dar maior visibilidade a comunidade e suas práticas.

Curiosamente o território da RESEX demorou muito tempo a ser oficialmente instituído. De qualquer forma, a articulação em prol de sua criação fortaleceu a territorialidade da comunidade mesmo antes de seu reconhecimento formal, consolidando parcerias institucionais de apoio aos mandiras. Com destaque para o suporte técnico e extensionista por parte da Fundação Florestal; para as pesquisas participativas visando controle e manutenção dos estoques de ostra no mangue com apoio do Instituto de Pesca; e para o apoio a organização e fortalecimento comunitário pelo NUPAUB.

É importante ressaltar que ocorreu um duplo movimento de construção de identidades e de reconhecimento de direitos territoriais; Pois na mesma época em que se discutia e se articulava em prol da criação da RESEX, a comunidade se envolveu com os debates em torno do reconhecimento enquanto remanescentes quilombolas. Curiosamente, em torno de cada um destes binômios de identidades/direitos territoriais – extrativistas/RESEX, negros/Quilombolas – havia resistências por parte da comunidade que tiveram que ser negociadas. Em relação ao arranjo da RESEX, a comunidade tinha resistência em ter que “ceder” a propriedade fundiária ao estado. Isso porque eles não queriam renunciar aos títulos de propriedade formalmente reconhecido em cartório e com escritura. Além disso, ainda era muito presente na memória coletiva os impactos socio-espaciais da venda/grilagem de terra ocorrida na década de 70. Em relação ao quilombo, de início havia resistência da comunidade em se aceitar como negros/quilombolas. Segundo Oliveira (2017), essa resistência se deu principalmente porque historicamente a identificação dos mandiras enquanto negros era feita pelos moradores da sede urbana do município e utilizado em um tom bastante pejorativo, preconceituoso e racista. Foi necessário um forte trabalho de base, articulado principalmente pelo Padre Joãozinho XXX, para que a comunidade se apropriasse dessa identidade e a percebesse como positiva e benéfica à sua territorialidade e ao desenvolvimento.

Assim, reforçamos o entendimento que o reconhecimento/autorreconhecimento enquanto população tradicional/extrativista e enquanto negros/quilombola foi um processo relacional, historicamente situado e

vinculado a um reposicionamento sócio-político estratégico da comunidade do Mandira, visando o acesso às políticas públicas específicas e ao reconhecimento de seus direitos territoriais. Do arranjo constituído a partir da negociação entre estes atores, se consolidou dois territórios mais formais-institucionais: a RESEX Mandira, enquanto unidade de conservação, abrangendo as áreas de manguezal utilizadas pela comunidade; e o Quilombo na área terrestre e onde reside a comunidade. As estratégias de apropriação do espaço, perpassam estes dois territórios. Na verdade, a constituição de cada um desses territórios mais formais-institucionais (RESEX e Quilombo) pode ser compreendida enquanto estratégia da comunidade para garantir direitos fundiários e acesso aos recursos naturais, fortalecendo sua territorialidade na área. Inclusive o reconhecimento enquanto quilombo está auxiliando a comunidade a lutar contra o que parece ser o único grande conflito fundiário atual: a retomada das terras, com aptidão agrícola, que foram usurpadas/griladas da comunidade na década de 70. Corre na justiça uma ação visando a reintegração de posse desta área em favor do Quilombo do Mandira.

Não há dúvida que os processos de criação da RESEX e do Quilombo foram um arranjo positivo para comunidade, protegendo formalmente seu território e garantindo a manutenção de um modo de vida baseado na utilização de recursos naturais. Esse arranjo consolidou ainda mais o extrativismo comercial de ostra enquanto principal atividade econômica da comunidade, e possibilitou melhores condições de vida para os mandiranos que vinha historicamente sofrendo com um processo de marginalização, clandestinidade e perseguição de suas práticas. Portanto podem ser compreendidas enquanto projetos de desenvolvimento bem-sucedidos para a comunidade.

Outra prática de desenvolvimento que afetou diretamente a comunidade foi o projeto Ostra de Cananéia. Envolvendo várias instituições e de relativa longa duração o projeto implicou basicamente três principais mudanças na organização socio-espacial: (I) a incorporação de um sistema-técnico produtivo que incluí o manejo da ostra no manguezal, a implementação dos viveiros de engordas, e a utilização de uma depuradora para “limpar” as ostras antes da comercialização; (II) o estabelecimento de normas e condutas específicas para o manejo da ostra no manguezal da RESEX, incluindo tamanho mínimo do indivíduo a ser extraído, petrechos permitidos e período de defeso; (III) a criação de uma cooperativa que além de administrar a depuradora

era responsável pela comercialização das Ostras em toda baixada-santista. Claro que todas as mudanças tecnológica-produtivas, implicam alteração nas relações sociais e de poder. Neste caso, ainda que tenham impulsionados o surgimento de novas lideranças na comunidade e alguma cisão entre eles - cooperados e não cooperados; coordenadores/gerentes da cooperativa e fornecedores –, é possível afirmar que as mudanças melhoraram as condições de vida da comunidade, possibilitando uma ampliação do mercado consumidor, um melhor retorno financeiro e ainda garantindo a manutenção nos estoques de ostras do mangue no território da RESEX. Mesmo com o fim da cooperativa, é interessante notar que as mudanças auxiliaram a comunidade a apropriar-se do sistema técnico-produtivo e das práticas de manejo dos recursos no manguezal, garantindo sustentabilidade na prática extrativa de ostra (no sentido de garantir uma prática extrativa que possibilita a manutenção do estoque de ostras em longo prazo). Permitindo assim que a comunidade mantenha seu modo de vida e sua atividade econômica sem depender de recursos naturais externos ao território da RESEX.

No atual arranjo socio-espacial, há poucas ameaças à territorialidade da comunidade. Além disso, há forte congruência entre essa territorialidade e os territórios formais-institucionais da RESEX e do Quilombo. Inclusive (excetuando-se projetos pretéritos a criação desses territórios formais-institucionais e que influenciaram na dinâmica socio-espacial da comunidade), esses territórios foram pouco impactados por projetos de desenvolvimento externos, e também sofrem poucas ameaças. Dentre elas não podemos deixar de citar um certo descontentamento da comunidade com a falta de presença institucional da equipe gestora no dia a dia da comunidade e na baixa capacidade de fiscalização do órgão gestor; ainda que, mesmo com essas reivindicações, os comunitários reconheçam que o território da RESEX é em grande medida respeitado e não acessado por usuários externos, além de haver respeito as regras e normas para o manejo da ostra pelos beneficiários da reserva.

Outra ameaça que pode se tornar preocupante diz constituir-se na invasão do manguezal por uma ostra exótica. Se esta espécie apresentar uma dinâmica ecológica em que venha a ser dominante em relação à ostra nativa, estaremos diante de um cenário preocupante em que a comunidade terá que se adaptar, e que provavelmente implicará mudanças profundas na dinâmica de apropriação dos recursos naturais na

área. Segundo o conhecimento tradicional dos pescadores/extrativistas, a invasão pela ostra exótica está relacionada com o trânsito de grandes navios transoceânicos em direção ao porto de Paranaguá. Caso o cenário de mudanças ambientais/ecológicas negativa venha se concretizar, e a hipótese da origem da ostra apresentada pela comunidade se mostre verdadeira, estaríamos diante de um profundo impacto de projeto externo de desenvolvimento na dinâmica territorial da comunidade.

Em busca de melhorias contínuas nas condições de vida da comunidade e da conservação da biodiversidade, e visando atenuar as possíveis ameaças ao seu território e modos de vida, sugere-se que o arranjo para a gestão da RESEX Mandira se atente para:

- (I) Avaliar a evolução e os impactos ecológicos da invasão/presença da ostra exótica nos manguezais da RESEX, se antecipando em relação à potenciais mudanças ambientais negativas e suas implicações nas estratégias de apropriação dos recursos naturais pela comunidade;
- (II) Manter articulação e mobilização em prol da retomada das terras que foram usurpadas/griladas da comunidade; com a retomada desse território é possível a reintrodução de uma pequena agricultura ecológica (agroecologia), possibilitando uma diversificação produtiva e diminuindo a dependência da comunidade da exploração comercial de uma única espécie (ostra do mangue);
- (III) Impulsionar a visitação e o turismo na comunidade Mandira; ainda que seja um processo que vem ocorrendo naturalmente, apoio e incentivos podem potencializar essa dinâmica; a consolidação do Mandira enquanto rota turística ligada à gastronomia pode fortalecer inclusive o uso de outros recursos marinhos, diminuindo a dependência de um único recurso (ostra do mangue);
- (IV) Buscar uma maior proximidade da equipe gestora da RESEX com a comunidade, viabilizando maior sinergia em busca de articulações promissoras que possam lidar com os pontos acima elencados.

CAP. 5 BOTANDO NA BALANÇA: RESERVAS EXTRATIVISTAS E DESENVOLVIMENTO

“Viver a diferença na igualdade: é mais fácil dizer do que fazer”

Todorov, 1983

“Governos burros acham que a economia não pode parar. Mas a economia é uma atividade que os humanos inventaram e que depende de nós. Dizer que a economia é mais importante é como dizer que o navio importa mais que a tripulação”

Ailton Krenak, 2020

Nos dois últimos capítulos (3 e 4), de caráter mais empírico, mergulhamos na trajetória socio-espacial específica de cada uma das duas reservas extrativistas federais em manguezais do sul e sudeste do Brasil. Agora, neste último capítulo, pretendemos trazer reflexões mais amplas, onde buscaremos discutir as reservas extrativistas e o desenvolvimento de maneira a dialogar com o arcabouço apresentado na *Parte I – Problematização*, afim de contribuir e aprofundar esse debate. Ainda que esse capítulo possa ser lido enquanto uma seção de discussão, é importante ressaltar ao leitor que esta tese não apresenta uma divisão cartesiana dicotômica entre resultados/discussão. Elementos de discussão específica a cada RESEX já foram trazidos nos capítulos anteriores, da mesma forma que resultados (no sentido de informações, dados e descobertas) adquiridos a partir dos procedimentos operacionais desta pesquisa também serão apresentados aqui.

Acreditamos ser um desafio enorme responder de que forma as reservas extrativistas contribuíram para o desenvolvimento das populações tradicionais. Na verdade, esse é um tipo de pergunta ou inquietação impossível de responder de maneira categórica. Como já deixamos explícito ao longo da tese, mais do que uma resposta objetiva, buscamos compreender as RESEX e as práticas de desenvolvimento a ela associados na dinâmica socio-espacial. Mas ainda assim, afirmar que as dinâmicas socio-espaciais impulsionadas pelas reservas extrativistas tenham representado mudanças positivas nas condições de vida das populações tradicionais não é tarefa fácil.

As RESEX resultam em mudanças nas relações de poder e na dinâmica territorial que, em geral, favoreceram as populações tradicionais nos casos

analisados. Mas também apresentam vários desafios e obstáculos. É muito provável que sem as reservas extrativistas as condições de vida das comunidades e a conservação ambiental da área estivessem ainda mais ameaçadas/impactadas. Além disso, como deixamos explícito desde a seção *Procedimentos Operacionais da Pesquisa*, por questões teóricas-metodológicas acreditamos na importância de políticas públicas voltadas para as populações tradicionais, e de se criar mecanismos capazes de reverter as assimetrias impostas pela colonialidades do saber/poder e pelos projetos de desenvolvimento mais vinculados ao paradigma moderno-ocidental. Neste sentido, é inegável que as reservas extrativistas são uma das poucas políticas que têm por objetivo proteger o território dessas populações, buscando evitar que estes espaços sejam apropriados por outros interesses e objetivos, criando assim possibilidades para a afloramento de distintas e heterogêneas formas de vida e caminhos para o bem viver que, inclusive, considerem a importância da conservação ambiental nesse processo. Por isso tudo, as dificuldades, obstáculos e insucessos serão aqui abordadas muito mais no sentido de buscar um aprimoramento e refinamento para que as RESEX possam cumprir seus objetivos, do que para deslegitimar essa política e seus resultados.

Aqui é importante retomarmos que desenvolvimento, em seu sentido amplo, pode ser entendido enquanto mudanças no tempo da sociedade em busca de melhores condições de vida. E que, de maneira mais específica, as práticas de desenvolvimento são ações intencionais de mudança na organização socio-espacial buscando melhores condições de vida (RADCLIFFE, 2006). Como esperamos ter ficado claro nos capítulos 3 e 4, uma ampla e heterogênea gama de ações foram colocadas em prática nas reservas extrativistas. E como, já havíamos prometido no capítulo 2, mais do que buscar afirmar se as RESEX são um modelo de *desenvolvimento sustentável* ou constituem-se enquanto um exemplo de *bem viver* e de alternativa ao desenvolvimento *moderno-ocidental*, o que mais nos interessa é identificar os resultados socio-espaciais dessa diversidade de práticas de desenvolvimento que intentaram garantir melhores condições de vida para as populações tradicionais em seus territórios. No entanto, atestar se melhores condições de vida foram alcançadas tampouco é tarefa fácil. Primeiro porque não há meios de comparação para analisar como estariam as condições de vida dessas comunidades sem as reservas extrativistas. Segundo porque, como argumentamos

em capítulos anteriores, o julgamento do que são “melhores condições de vida” é bastante subjetivo e varia entre grupos sociais distintos de acordo com suas características socioculturais e da configuração socio-espacial específica. É bem verdade que um possível indicador sobre o papel das RESEX no desenvolvimento das populações tradicionais poderia ser a própria resposta dos membros da população tradicional sobre uma melhora ou não em suas condições de vida. No entanto, além de problemas de ordem metodológica – garantir que todos tenham compreendido o que se entende por desenvolvimento e “melhores condições de vida”; a dificuldade em eliminar outros elementos não relacionados a política pública e que influenciam as condições de vida da população; e escolher uma forma de quantificar as respostas individuais – nos parece que um indicador quantitativo não capta toda a complexidade da interface dessa política pública na dinâmica socio-espacial que condicionam as condições de vida dessas comunidades.

E por isso, novamente, preferimos nos ater aos processos e principalmente na dinâmica socio-espacial para buscar indícios do papel da RESEX no desenvolvimento das populações tradicionais. Acreditamos que para além da autopercepção dessas populações em relação à importância estratégica das RESEX em suas condições de vida, por se tratar de uma política pública nacional voltada para a proteção das populações tradicionais, é importante levar em consideração alguns outros fatores. O primeiro deles é analisar se as reservas extrativistas têm garantido um modo de vida diferenciado e baseado no uso de recursos naturais como condição para a reprodução sociocultural dessas populações. Afinal, ter um modo de vida diferenciado principalmente em relação a forma como essa população valoriza e utiliza os recursos naturais de seus territórios é um dos fatores que caracterizam as populações tradicionais (LITTLE, 2006) – ou pelo menos criam condições para que a partir dessa diferença/alteridade uma identidade associada possa emergir. Outro ponto é analisar se as reservas extrativistas têm dado conta de proteger o território das populações tradicionais contra projetos de desenvolvimento externos que podem afetar negativamente seu modo de vida e o ambiente natural do qual eles dependem. Esses são, ao nosso ver, indícios para compreendermos o papel das reservas extrativista no desenvolvimento das comunidades tradicionais.

Como já discutido na PARTE I desta tese – *problematização* – as reservas extrativistas surgiram no Acre na década de 1970, em um processo de resistência à

expansão da agropecuária extensiva que ameaçava a floresta e com isso o modo de vida dos seringueiros (PORTO-GONÇALVES, 1999; ALEGRETTI, 1992). A gênese das reservas extrativistas enquanto política pública está diretamente associada a um conflito territorial explícito, em que projetos de desenvolvimento antagônicos e distintos disputavam o mesmo espaço. O que podemos dizer em relação às reservas extrativistas criadas fora deste contexto socio-espacial? Existiam também conflitos territoriais devido a projetos distintos e antagônicos de desenvolvimento?

5.1 A EXPANSÃO DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS PARA OS MANGUEZAIS DO SUL E SUDESTE DO BRASIL

Curiosamente, em nenhuma das RESEX analisadas por esta tese a criação se deu em um contexto de resistência a uma ameaça territorial imediata. É certo que no caso da RESEX Mandira havia a notícia da possível criação de uma estação ecológica na área que representaria uma ameaça ao território da comunidade, mas isso era mais uma conjectura do que um conflito estabelecido. No caso da RESEX Pirajubaé, havia uma incerteza em relação a legalidade da extração do berbigão e sua comercialização, mas não um conflito/ameaça ao território por projetos/práticas externas.

No entanto, ainda que não tenham sido criadas em respostas a conflitos territoriais explícitos, é preciso reconhecer que em ambos os lugares havia um contexto de adaptação dessas populações a mudanças socio-espaciais. Nesse sentido as duas comunidades apresentam algumas similaridades em sua trajetória. Ambas, por exemplo, vinham de um processo histórico de abandono da agricultura, ainda que por motivos diferentes. No Mandira por espoliação de suas terras em contexto de especulação fundiária; e em Pirajubaé pelo crescimento urbano do bairro. Se adaptando a esses novos contextos, houve nas duas comunidades um foco maior no uso dos recursos pesqueiros.

É possível identificar uma transição de uma economia diversificada, pautada na subsistência com venda de algum excedente, para uma economia mais voltada para venda comercial de um nicho específico de produtos. Coincidentemente, em ambos os casos, o principal produto a ser explorado comercialmente foi um molusco bivalve – O berbigão/vongolê na RESEX Pirajubaé e a ostra nativa do mangue na RESEX Mandira. É claro que as populações tradicionais se utilizavam também de

outros recursos naturais, tanto para subsistência como para comércio, mas o momento de criação dessas reservas coincide com uma maior inserção destas comunidades em uma economia de mercado enquanto fornecedores de recursos/produtos específicos.

Uma maior pressão de exploração/extração desses recursos se deu a partir do contato com atravessadores que serviram de ponte entre a comunidade e o mercado consumidor. Em Pirajubaé isso se deu inicialmente através de um arranjo onde uma empresa comprava toda a produção do local para vender em São Paulo. Já no Mandira, os atravessadores vendiam a ostra da comunidade no próprio litoral paulista, principalmente na baixada santista. De qualquer forma, cabe registrar que esses mercados consumidores não foram acessados diretamente pela população tradicional, mas sim através de parceria com atores externos (atravessadores), que ao conectarem os pescadores/extrativistas a estes mercados consumidores ampliados, implicaram um maior esforço da população na extração desses recursos.

Nos dois casos um maior esforço de exploração de recursos naturais impulsionada por acesso a novos mercados consumidores implicou inovações e introdução de novas práticas produtivas. No caso de Pirajubaé isso se deu a partir da introdução e disseminação do uso do petrecho de pesca conhecido como gancho, enquanto na RESEX Mandira foram implementados os viveiros de engorda para as ostras. Nos dois casos, essa maior pressão/extração da população tradicional em recursos específicos levou à aproximação de atores vinculados a órgãos extensionistas do Estado que passaram a ter preocupação com uma possível diminuição nos estoques naturais desses recursos. Dito em outras palavras, houve por parte do Estado uma preocupação em relação a não sustentabilidade dessas práticas produtivas. Em Pirajubaé, a extração de berbigão chegou inclusive a ser proibida até que uma parceria entre a comunidade e a Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) estabelecesse, através do projeto experimental da fazenda marinha de berbigão, normas e regras para a exploração sustentável do berbigão na área. No Mandira, a parceria veio através da Fundação Florestal, vinculada à Secretaria Estadual de Meio-ambiente, que viu na disseminação dos viveiros de engorda uma alternativa viável para a exploração sustentável de ostras nativas.

Nas duas RESEX analisadas a parceria com o Estado se deu inicialmente no sentido de evitar que as novas práticas relacionadas aos usos mais intensivo dos recursos pesqueiros pela população tradicional pudessem causar algum tipo de degradação ambiental. Em ambos os casos houve, portanto, intervenção externa do Estado no sentido de garantir uma “exploração racional” dos recursos – nas palavras do próprio extensionista da SUDEPE – ou para “garantir a sustentabilidade” – nas palavras do extensionista vinculado a Fundação Florestal. Essas intervenções por parte do Estado nas duas comunidades analisadas podem facilmente ser enquadradas como ações do Estado vinculadas ao paradigma do “desenvolvimento sustentável” em que se buscou estabelecer normas, regras e procedimentos que permitissem o uso não degradante dos recursos naturais. Curiosamente, as duas reservas extrativistas foram criadas justamente porque nessas áreas já existiam esses projetos e parceria entre o Estado e a população tradicional. Ou seja, a expansão das reservas extrativistas fora do contexto amazônico se deu privilegiando projetos de “desenvolvimento sustentável” já em andamento articulados a partir de uma parceria entre Estado e populações locais.

Esse contexto socio-espacial e o arranjo em torno da criação dessas reservas extrativistas nos manguezais do Sul e Sudeste é singular e diferente do que ocorreu no bioma amazônico. No momento de criação destas RESEX não se tratava de proteger/defender territórios e práticas tradicionais (no sentido de ser aprendida, transmitidas e praticadas ao longo de gerações) contra projetos antagônicos que ameaçam se apropriar do mesmo espaço. Mas sim defender um arranjo em torno de uma parceria/projeto recente e inovador em prol do uso sustentável de recursos naturais. Corroborando Barretto-filho (2006), aqui as comunidades foram identificadas enquanto “populações tradicionais” pelo IBAMA/CNPT justamente por estarem envolvidas em projetos de “desenvolvimento sustentável”. A criação da RESEX se deu no sentido de buscar a proteção desses territórios onde estava se consolidando projetos de práticas produtivas sustentáveis. Portanto, não se tratava de um território “fechado” com suas características culturais “tradicionais” inatas e com modos de vida e práticas produtivas intrinsecamente conservacionistas que precisavam ser defendidas contra ações externas. Pelo contrário, o que podemos observar com as RESEX nos manguezais do Sul e Sudeste do Brasil é que elas foram criadas em contexto de emergência de novas práticas produtivas com intuito de consolidar e

impulsionar estas mudanças socioeconômicas enquanto modelo de apropriação de recursos naturais aliadas a conservação ambiental.

Reconhecer que as reservas foram criadas para proteger arranjos emergentes oriundos da articulação com atores externos não significa dizer que estas foram intervenções negativas ou contra os interesses da população local. Pelo contrário, trata-se de arranjos promissores que foram se consolidando por interesses, decisões e participação ativa dos mesmos. Em verdade, as intervenções extensionistas do Estado nas duas RESEX analisadas se deram em um contexto de diálogo de saberes com base em processos participativos onde alternativas foram testadas e negociadas entre os atores. Para a comunidade a parceria com os órgãos extensionistas foi de fundamental importância e constituiu parte importante de sua estratégia sociopolítica para garantir melhores condições de vida com base no uso de recursos naturais de seus territórios.

A população tradicional, por ter um vínculo histórico e afetivo com seu lugar, tem consciência da importância da conservação ambiental para que um modo de vida baseado no uso de recursos naturais em um determinado território pudesse perdurar. No entanto, a nova dinâmica na apropriação dos recursos naturais, com maior esforço na exploração com fins de venda comercial de alguns poucos produtos específicos (berbigão e ostra nativa do mangue), era um cenário desafiador em que as populações tradicionais não tinham experiência prévia. Nos dois casos analisados nesta tese a população tradicional reconheceu que em um primeiro momento a intensificação na exploração de recursos pesqueiros específicos com alto valor comercial representou um risco para a conservação ambiental da área. Nesse sentido, os projetos de extensão pesqueira partindo da articulação entre o conhecimento técnico-científico, conhecimento tradicional e a prática do dia a dia possibilitou a geração de saberes que garantiram condições para que os extrativistas se adaptassem a nova realidade socio-espacial, mantendo um modo de vida baseada na utilização de recursos naturais de seus territórios.

Tudo isso nos mostra que as populações tradicionais que se beneficiaram da expansão das reservas extrativistas enquanto política pública não representavam um modo de vida pretérito, parado no tempo, ou isolado e que necessitava ser protegido. Pelo contrário, essas populações tradicionais estavam em processo constante de adaptações, nas quais as dinâmicas na apropriação dos recursos naturais foram se

alterando; principalmente devido a transição de uma economia diversificada e voltada para a subsistência para uma maior inserção em uma economia de mercado, enquanto fornecedores de produtos específicos. Contudo, buscando estratégias para manter um modo de vida baseado no uso recursos naturais e garantir a conservação ambiental como condição para que sua atividade econômica/produtiva fosse viável ao médio/longo prazo. Nesse sentido, a criação de reservas extrativistas é parte de um processo de mudanças socio-espaciais em curso, constituindo-se parte da estratégia sociopolítica desses grupos sociais para impulsionar e defender novos arranjos na apropriação de recursos naturais.

Aliás, convém mencionar aqui que desde a gênese das RESEX trata-se muito mais de um processo de adaptação a mudanças socio-espaciais do que a defesa de um território fechado, isolado. Afinal, a defesa que os seringueiros fizeram de seus territórios contra o avanço do modelo agropecuarista no Acre visava defender um modo de vida e um arranjo socio-espacial que era recente. Antecedente ao seringueiro autônomo posseiro de suas terras lutando pelo seu território e pela manutenção de seu modo de vida esteve o monopólio da terra pelos seringalistas, a migração forçada de nordestinos e a expulsão/extermínio/assimilação dos indígenas que ocupavam essa região, articulados na exploração comercial para exportação da borracha (seringa) ao mercado internacional. Nada mais moderno do que a indústria da borracha, não é mesmo? Curiosamente, a decadência desse sistema socio-produtivo foi ocasionada pelo primeiro grande caso de biopirataria mundial. Sementes das seringueiras retiradas ilegalmente do Brasil permitiram a monocultivo da seringa na Malásia o que corroe a competitividade internacional da borracha nativa da floresta amazônica. Foi a derrocada dos padrões seringalistas que possibilitou o surgimento do seringueiro autônomo, que em defesa de seus territórios e modos de vida foram os percussores das Reservas Extrativistas.

Por tudo isso convém registrar, mais uma vez, que a criação de reservas extrativistas não visa proteger um modo de vida preso ao passado ou pré-moderno, tampouco representa a tentativa da construção de um futuro isolado cuja trajetória é apartada de uma articulação com a sociedade moderno-ocidental. Pelo contrário, a criação das RESEX aponta para a emergência de arranjos contemporâneos singulares, fruto de uma maior articulação das populações tradicionais com atores externos, mas buscando construir condições socio-espaciais em que um modo de vida

baseado no uso dos recursos naturais de seus territórios possa existir, e que a maior integração a uma economia de mercado não implique replicar um modelo moderno-ocidental de viver e se apropriar da natureza, renunciando as singularidades socioculturais dessas populações.

Quer compreendamos isso enquanto híbridos de modernidades alternativas como sugerem Arce & Long (2000), ou enquanto coetaneidades heterogêneas conforme Massey (2008). Ou ainda enquanto o que Boaventura de Sousa Santos (2019) definiu como a emergência de ruína-sementes, em que grupos sociais partindo de concepções, filosofia e práticas sociais originárias (ruínas) se adaptam de maneira a construir um futuro alternativo (sementes) em um horizonte que, apesar de invocar saberes e práticas antigos, visa construir um novo presente em resposta a uma maior articulação ao mundo ocidentocêntrico (SANTOS, 2019). De qualquer forma, o importante é reconhecer que se trata de arranjos que não representam um fechamento espacial e que forjam modos de vida buscando melhores condições de vida em um contexto de adaptação a uma maior inserção/contato/conexão com a sociedade moderna-ocidental, sem estar completamente subordinado aos paradigmas moderno-ocidentais. Escapam desse paradigma, ao criarem arranjos em que o acesso e uso dos recursos naturais é feito sob uma lógica comum/comunitária/coletiva e não sob a lógica de uso privado de recursos. Escapam ao criarem condições de vida baseada numa valorização da natureza que não é exclusivamente mercantilista e utilitarista. Escapam ao criarem outras lógicas de apropriação do espaço através da experimentação e diálogo de saberes visando consolidar práticas produtivas coletivas e que garantam a conservação ambiental de seus territórios. Escapam ao buscarem condições para a implementação de práticas produtivas baseado no uso direto de recursos naturais, mas garantindo sua conservação.

Ainda que corroborando e impulsionando arranjos pretéritos, as criações das reservas extrativistas alteraram as relações de poder no espaço. Retomando a ideia de territorialidade enquanto conjunto de estratégias de um grupo social visando se apropriar de uma área (SACK, 2013) e o território enquanto o espaço afetivamente apropriado simbólica e/ou materialmente por um grupo social (HAESBAERT, 2007;2014), podemos dizer que a criação das RESEX implica múltiplos territórios e territorialidades sobrepostas e entrelaçados entre si. Como demonstrado nos capítulos

3 e 4, por um lado a criação da RESEX é parte da estratégia das populações tradicionais na apropriação do espaço, visando principalmente controlar usuários que podem acessar e usar recursos naturais na área, além de consolidar parcerias no manejo/extração e comercialização e trazer visibilidade a seus territórios. Por outro lado, a criação da RESEX cria um território em seu sentido mais formal-institucional, com limites definidos por lei e trazendo o órgão ambiental (IBAMA/ICMBio) como um importante agente com poderes para executar a gestão ambiental da área visando a conservação.

Em um primeiro momento esse território mais formal-institucional da área reconhecida enquanto uma unidade de conservação fortaleceu e impulsionou as estratégias da apropriação dos recursos naturais pela população tradicional. Compreender isso é importante, pois coloca o Estado como partícipe na construção de modelos alternativos de apropriação do espaço e dos recursos naturais, e não apenas como mero protetor de um território previamente estabelecido e consolidado. As reservas extrativistas criaram territórios e favorecem estratégias de apropriação do espaço pelas populações tradicionais, influenciando, portanto, sua territorialidade.

No entanto, esse território mais formal-institucional da RESEX enquanto unidade de conservação não é necessariamente congruente com a territorialidade da população tradicional. Não é congruente no tempo: por vezes a dinâmica socioeconômica impulsiona novas estratégias de apropriação do espaço não condizentes com o território da RESEX. E nem sempre é congruente em área: no caso da RESEX Pirajubaé boa parte do território pesqueiro está fora dos limites oficiais da UC; e no Mandira a parte terrestre do território da comunidade é um Quilombo e não RESEX. Além disso, as lógicas/racionalidades de ação do órgão responsável pela gestão ambiental desse território nem sempre são congruentes com os objetivos e interesses das populações tradicionais. Portanto, ainda que sobrepostos e interconectados, há sempre uma certa tensão e disparidade entre as territorialidades da população tradicional e o território mais formal-institucional da RESEX em si.

Apesar de reconhecer a importância da criação das RESEX na consolidação das territorialidades das populações tradicionais em um contexto de intensa dinâmica socio-espacial, se queremos compreender o papel da RESEX no desenvolvimento dessas populações precisamos analisar de que forma o arranjo institucional da RESEX (ou dito em outras palavras a gestão ambiental da unidade de conservação)

afetou a dinâmica territorial e os modos de vida dessa população ao longo dos anos, mesmo após sua criação.

5.2 PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO: DINÂMICA TERRITORIAL E IMPACTOS AMBIENTAIS

Nos manguezais do Sul e Sudeste a criação das RESEX afetou a dinâmica territorial, consolidando e impulsionando arranjos emergentes no uso dos recursos naturais nas localidades onde foram criadas. A proteção do território da população tradicional é uma das prerrogativas das RESEX. No entanto, ao longo do período analisado nesta tese foram várias as intervenções externas/internas que afetaram o território da RESEX e influenciaram o modo de vida das populações tradicionais. Algumas dessas intervenções são tipicamente o que designamos aqui como projetos de desenvolvimento, outras são o resultado difuso de políticas e processos socioeconômicos mais amplos que apesar de afetarem diretamente os modos de vida das populações tradicionais não são facilmente rastreáveis enquanto intervenções específicas. Os quadros 04 e 05 abaixo trazem uma síntese destes projetos e intervenções para cada uma das RESEX analisadas.

Quadro 04: RESEX Pirajubaé quadro síntese de projetos/intervenções que impactaram seu território.

Projeto/intervenção	Data	Tipo	Atores envolvidos
Fazenda marinha de berbigão	1988-1992	Extensão rural	Pesquisador-extensionista (SUDEPE); Extrativistas de berbigão
Via Expressa Sul	1995-2000	Obra de infraestrutura urbana	IBAMA (órgão licenciador); DEINFRA (construtor); Município de Florianópolis
Projeto piloto Turismo de Base Comunitária	2016-atual	Iniciativa de empreendedorismo local	SEBRAE Beneficiários da RESEX; GT Vinculado ao Conselho;
ETE Casan- Rio Tavares	2014-atual	Obra de infraestrutura urbana	CASAN (companhia de saneamento de Florianópolis); IMA (órgão licenciador);

Fonte: elaboração do autor.

Quadro 05: RESEX Mandira quadro síntese de projetos/intervenções que impactaram modo de vida e territorialidades.

Projeto/intervenção	Data	Tipo	Atores envolvidos
Grilagem/compra de terras	1972	Transações fundiárias	Especulador fundiário; comunidade
Projeto Ostra de Cananéia	1992-2016	Extensão rural/pesqueira	Fundação Florestal; IPesca; extrativistas
COOPEROSTRA	1999-2016	Extensão rural; fortalecimento comunitário	Fundação Florestal; IPesca; extrativistas
Turismo e Educação Ambiental	2010-atual	Apoio por ONG	Instituto Linha d'água; extrativistas
Porto Paranaguá	1935-atual	Infraestrutura comercio	Porto de Paranaguá

Fonte: elaboração do autor.

Uma primeira discussão importante de ser feita é que, apesar de a proteção territorial e conservação ambiental serem os objetivos das RESEX estabelecidos pelos SNUC (2000), nos dois casos analisados nesta tese foi possível identificar impactos negativos de projetos/intervenções externas vinculados a obras e ao funcionamento de equipamentos de infraestrutura no território das populações tradicionais e na qualidade ambiental.

Isso é bem mais claro no caso da RESEX Pirajubaé em que o aterro e a construção da rodovia Via Expressa Sul afetaram diretamente o território da população tradicional, além de terem causado graves impactos ambientais como descrito na seção 3.2 da tese. Além disso, apesar de ainda haver controvérsias em torno da causa, a mortandade do berbigão ocorrida na RESEX Pirajubaé parece apontar para uma perda da qualidade ambiental derivada dos impactos negativos do processo difuso de urbanização do seu entorno. Se não bastassem os efeitos e impactos pretéritos, ainda há, conforme descrito no item 3.5, a possibilidade de novos impactos decorrentes da instalação de uma estação de tratamento de esgoto com lançamento de efluentes no Rio Tavares (corpo hídrico que banha os manguezais em Pirajubaé). Todos esses impactos externos que afetam o ambiente da RESEX implicam alterações/adaptações e criação de novas estratégias na apropriação dos recursos pela população local. Tendo levado inclusive parte da população tradicional

a abandonar seu território e seu modo de vida baseado no uso de recursos naturais e buscar empregos convencionais vinculados a lógica urbana moderno-ocidental. Infelizmente o arranjo institucional da RESEX e as ações de gestão não têm dado conta de proteger o território da RESEX desses impactos e ameaças, que no caso de Pirajubaé estão fortemente vinculadas à dinâmica do crescimento urbano da cidade e das obras de infraestrutura a ele relacionado.

No Mandira, ainda que menos evidente, também foi possível identificar impactos negativos advindos de intervenções externas. Apesar de ter ocorrido antes da criação da RESEX, é importante ressaltar que o processo que culminou com a compra/grilagem de parte das terras dos mandiranos em prol de um especulador se deu dentro de um contexto em que se discutia a construção de um trecho da BR-101 na área, fazendo uma ligação entre o litoral SP-PR. O abandono da agricultura e foco na atividade extrativa de ostra está intimamente relacionado a perda desse território. Além disso – ainda que esta pesquisa não tenha dado conta de identificar a extensão dos impactos e suas causas –, a invasão do manguezal por ostras exóticas, aparentemente associada ao trânsito de navios intercontinentais vinculados ao porto de Paranaguá, é um indicativo dos efeitos negativos das grandes infraestruturas no território da RESEX. Certamente uma alteração na dinâmica populacional das ostras nativas do mangue implicaria grandes transformações nas estratégias de apropriação dos recursos por parte da população tradicional que hoje baseia sua economia na extração comercial das ostras.

Assim, nos dois casos é notável que projetos de desenvolvimento moderno-ocidentais com destaque para as obras de infraestrutura vêm causando impactos ambientais negativos aos territórios das RESEX e afetando o modo de vida das populações tradicionais que dependem desses recursos naturais. Os processos ecológicos que sustentam as práticas das populações tradicionais operam em escalas que transcendem os limites da RESEX. O que acontece fora desses limites influencia diretamente na qualidade ambiental e afeta as estratégias de apropriação dos recursos pela população tradicional. Nas duas RESEX há indícios de que projetos de desenvolvimento que não consideram os interesses da população tradicional têm causado impactos ambientais em seus territórios. E, no caso específico da RESEX Pirajubaé, esses impactos já representaram perda considerável nas condições de vida da população (tanto no caso do aterro quanto na mortandade do berbigão). Sugerindo

que o arranjo institucional e a gestão ambiental não têm dado conta de diminuir as assimetrias de poder em favor das comunidades em relação a projetos externos vinculados a uma lógica moderna-ocidental.

Um segundo ponto importante para a discussão sobre o desenvolvimento das populações tradicionais nas RESEX é analisar os projetos/intervenções positivas que ou emergiram a partir da própria comunidade ou que ao menos foram construídas em conjunto com eles e visando seus interesses e objetivos. Da mesma forma que identificamos projetos/intervenções negativas, em ambas as RESEX analisadas nesta tese ocorrem iniciativas buscando melhorar as condições de vida dessas populações.

Desses tipos de projetos/intervenções destaque para aqueles que visavam construir e consolidar novas práticas/técnicas extrativas que garantissem a não degradação dos estoques num contexto de uso mais intensivo dos recursos naturais (pesqueiros). Em Pirajubaé isso se deu através do projeto da Fazenda Marinho do Berbigão a partir de uma articulação da SUDEPE com os extrativistas, e consolidou regras, normas e práticas vinculados ao uso do gancho como petrecho de captura do recurso. No Mandira as intervenções foram ainda mais profundas e transformadoras. O projeto Ostra de Cananéia se iniciou consolidando a utilização dos viveiros de engorda da ostra nativa no próprio manguezal, estabelecendo normas e regras para a captura. Indo além, o projeto impulsionou a criação de um centro de depuração e a estruturação de uma cooperativa para comercializar o produto.

No entanto, apesar de no caso do Mandira os projetos e intervenções terem contemplado outras esferas da cadeia produtiva, é importante notar que esse projeto foi executado pelo órgão extensionista do Estado. Em relação ao órgão gestor das RESEX, houve um esforço em controlar o uso dos recursos no interior dos limites das RESEX. Nos dois casos analisados há indícios de que o órgão gestor das RESEX (IBAMA/ICMbio) têm um foco prioritário em regulamentar/regrar o uso dos recursos pelos extrativistas/pescadores visando garantir a sustentabilidade. Salientamos, no entanto, que esse enfoque de hipervalorizar o uso local do recurso, priorizando apenas a primeira etapa do processo produtivo – a atividade de extração do recurso do ambiente natural –, é reducionista e muitas vezes insuficiente. Isso porque as estratégias de apropriação dos recursos naturais, incluindo as decisões mais imediatas sobre extração/captura estão intimamente relacionadas a processos socioeconômicos que transcendem os limites da RESEX. Basta lembrar que a própria

dinâmica das populações tradicionais de concentrarem seus esforços na captura do berbigão em Pirajubaé e ostra do mangue no Mandira se deu motivada por uma articulação com atravessadores externos que conectaram a comunidade com mercados consumidores.

Além disso, o enfoque no controle interno do uso dos recursos muitas vezes deixa escapar o controle de ações externas que podem comprometer a qualidade ambiental e os estoques do recurso dos quais as populações tradicionais dependem; como no caso emblemático da RESEX Pirajubaé em que, apesar de todo esforço em criar normas/regras e práticas sustentável de manejo do berbigão, assistiu-se a mortandade de aproximadamente 90% do estoque desse recurso devido a intervenções externas.

De forma a ilustrar essa controvérsia em torno do enfoque dos projetos/intervenções serem no controle interno dos recursos pela população tradicional convêm narrar uma situação ocorrida em um seminário voltado para a valorização da pesca/extrativismo em Pirajubaé organizado por uma ONG local. Nessa ocasião, um pesquisador envolvido com o monitoramento ambiental (vinculado a uma condicionante de licença ambiental) disse: "...porque se o recurso está bem, a comunidade está bem. É relativamente simples porque é somente disso que eles precisam"²³. A fala foi prontamente rechaçada pelos pescadores/extrativistas presentes que chamavam atenção para o fato de que o "recurso estar bem" é realmente uma condição para que eles estivessem bem, mas que havia muitos outros fatores a considerar tais como acesso a mercado, preços, atravessadores, parceiros, reconhecimento pelo trabalho, visibilidade, etc. Demonstrando que apesar de muito promissora e indispensável a articulação entre a população tradicional, o Estado e outros atores não deve estar restrita a regulamentar/normatizar e controlar o uso interno dos recursos. Melhores condições de vida para as populações tradicionais em reservas extrativistas depende da garantia da conservação ambiental de seus territórios, mas certamente não se restringe a isso.

Outro ponto importante de se destacar é que mesmo nos projetos que foram articulados com as populações tradicionais e visando melhorias em suas condições

²³ É possível que a fala não tenha sido exatamente essa. O pesquisador participou desse seminário enquanto organizador do evento representando a citada ONG. A fala foi anotada em meu caderno, antes mesmo de iniciar a pesquisa de doutorado. O seminário ocorreu em 2016.

de vida há sempre assimetrias de poder. As populações tradicionais não são um grupo social coeso e homogêneo e a implementação de novas técnicas e arranjos produtivos alteram as relações sociais e de poder. No caso das RESEX essas mudanças implicam inclusive na presença do Estado enquanto um agente com poder sobre o território. No caso de Pirajubaé o arranjo produtivo vinculado a extração comercial do berbigão partiu de uma articulação focada em um grupo pequeno de extrativistas que se beneficiaram mais diretamente da criação da RESEX. A parceria entre o Estado através da SUDEPE e depois IBAMA/ICMbio empoderou esse reduzido grupo de extrativistas, e, como consequência, indiretamente marginalizou pescadores artesanais que apesar de utilizarem do território por anos não fizeram parte efetiva da gestão da unidade de conservação por muitos anos. No caso de Pirajubaé, essa heterogeneidade de práticas pesqueiras da população local criou um cenário inclusive de disputas territoriais latentes entre os diferentes grupos sociais que se apropriavam do espaço da RESEX.

Já no Mandira, apesar de não haver uma distinção tão grande entre grupos internos à comunidade, a criação da cooperativa também alterou significativamente as relações de poder. Primeiro porque nem todos se mantiveram associados após a crise de gestão da cooperativa (ver item 4.5), gerando dois sistemas de venda distintos entre aqueles associados à cooperativa e os que voltaram a vender para atravessadores “externos”. Com o fim definitivo da cooperativa houve novamente um rearranjo. Hoje existem no Mandira dois principais atravessadores que são da própria comunidade, ambos adquiriram experiência, contatos e até condições materiais (automóveis e outros equipamentos e petrechos necessários) a partir da vivência prévia na cooperativa. Outros indivíduos da população tradicional seguem sendo apenas fornecedores de ostra, só que agora para atravessadores da própria comunidade.

Ou seja, ainda que de maneira geral a população tradicional como um todo tenha se beneficiado com esses projetos e intervenções que buscaram melhorar suas condições de vida através do uso sustentável de recursos naturais, grupos ou indivíduos específicos se beneficiam mais que outros. Por isso é importante estar sempre atento as dinâmicas internas de poder.

Com o surgimento do turismo não foi diferente. Curiosamente as duas RESEX analisadas na tese têm experiências de implementação de atividades vinculadas ao

turismo, ainda que em contextos bem diferentes. No caso de Pirajubaé a atividade é bastante centralizada na figura do filho de um dos extrativistas fundadores e importante liderança da RESEX. A atividade de visitação embarcada (principal serviço vinculado ao projeto piloto de TBC) articula uma pequena equipe, e apesar de ser uma atividade promissora e importante, não envolve nem beneficia grande parte da população tradicional vinculada à RESEX. No caso do Mandira a situação é mais complexa pois há diversas atividades relacionadas ao turismo. A visitação feita por grupos escolares, voltada para a educação ambiental, também é centralizada na figura de um extrativista, e apesar de articular uma equipe também envolve uma parcela muito pequena da comunidade. O turismo mais vinculado ao surgimento de uma “rota gastronômica” na comunidade do Mandira é um processo mais difuso e menos centralizado, mas também acaba por beneficiar de maneira mais direta alguns poucos moradores. Atualmente, somente dois restaurantes são frequentados por clientes externos com relativa frequência, e um deles pertence à família de um dos atravessadores locais.

O turismo é uma atividade que diversifica as fontes de renda e dá maior visibilidade às reservas extrativistas e à população tradicional a ela vinculada. Em Pirajubaé, isso é particularmente importante já que a área é bastante desvalorizada e marginalizada por grande parte da população da capital catarinense, que em sua maioria não sabe nem da existência do exuberante manguezal, muito menos da população tradicional que ali vive. No Mandira, por ser uma localidade mais afastada da região central do município, consolidar um fluxo de visitantes e turistas também valoriza e dá visibilidade à RESEX. No entanto, nos dois casos as atividades de turismo são iniciativas pontuais e que ainda precisam de apoio para expandir, se consolidar e quem sabe beneficiar uma parcela maior da população tradicional vinculadas às RESEX.

Por fim, buscando sintetizar, podemos dizer que em ambas as RESEX foram identificados projetos de desenvolvimento – no sentido de intervenções intencionais buscando modificar a organização social em busca de melhores condições de vida. Tanto os projetos externos, mais vinculados ao paradigma moderno-ocidental e que impactaram negativamente o território e o modo de vida das populações tradicionais, quanto os projetos internos articulados em parceria com a população local visando melhoras suas condições de vida. É importante ressaltar e reconhecer que o território

das reservas extrativistas não é fechado. O ambiente natural do qual a comunidade depende para sua reprodução socioeconômica está associado a processos ecológicos que ocorrem em outras escalas e dimensões que transcendem os limites oficiais das RESEX. Portanto, defender o território da população tradicional (como se propõe as RESEX) não se restringe a evitar intervenções que possam ocorrer localmente, mas também aquelas que possam afetar a qualidade ambiental da área e, portanto, induzir a novas dinâmicas na apropriação dos recursos naturais. O que muitas vezes significa perda de condições de vida no sentido de diminuir as opções e a diversidade de recursos utilizados por essas populações.

Por outro lado, ainda que melhores condições de vida para as populações tradicionais estejam associadas à conservação ambiental de seus territórios, as estratégias de apropriação dos recursos naturais e suas práticas extrativas/pesqueiras também estão relacionadas a processos socioeconômicos mais amplos e que ocorrem em articulação com outros espaços. É importante que a gestão ambiental do território da RESEX e os projetos de desenvolvimento articulados com e a partir dos interesses da própria população tradicional deem atenção para as relações que se estabelecem para além dos limites da unidade de conservação. As RESEX não são um espaço fechado e o foco em normatizar/regulamentar o uso interno dos recursos pela população tradicional não dá conta das complexas relações ambientais e sociais que esse espaço mantém externamente aos seus limites oficiais.

No entanto, é importante notar que o órgão gestor responsável pelas reservas extrativistas atua a partir de um arranjo institucional e um arcabouço de práticas, normas e regras específicas para dar conta de seu duplo objetivo enquanto política pública: proteção dos territórios das populações tradicionais e conservação ambiental. Até que ponto esse arranjo institucional tem dado conta de lidar com os desafios socioambientais relacionados a pensar o desenvolvimento das populações tradicionais conforme apresentado nesta seção é o que vamos analisar a seguir.

5.3 OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO: AS FERRAMENTAS DO ESTADO

Os instrumentos de gestão nada mais são do que as regras, procedimentos, parâmetros e diretrizes para ação que o Estado tem à disposição para fazer a gestão das RESEX. Estes instrumentos são estabelecidos por leis, decretos, portarias e instruções normativas dos órgãos ambientais responsáveis pela gestão das RESEX.

Ainda que esta tese não tenha o objetivo específico de analisar a gestão ambiental das RESEX, buscaremos de maneira sintetizada compreender de que maneira a atuação do Estado através dos instrumentos de gestão interferiu na dinâmica territorial desses espaços.

Primeiramente é importante reconhecer que os arranjos institucionais voltados para a gestão das reservas extrativistas mudaram consideravelmente ao longo do tempo. No início, as RESEX foram institucionalizadas pelo Decreto Federal nº98.897 de 1990 que delegava ao IBAMA a responsabilidade de supervisionar as reservas. Logo depois, em 1992, foi criado o Centro Nacional de Populações Tradicionais (CNPT)²⁴ vinculado ao IBAMA que assumiu a competência de gerir as reservas extrativistas. O decreto também trazia o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) como um instrumento que garantia a regularização fundiária das reservas, estabelecendo uma parceria com a população tradicional que, através de uma associação recebia a concessão do direito de uso e se co-responsabilizava pela gestão da reserva. Esse decreto também estabelecia a obrigatoriedade da elaboração do Plano de Utilização, documento que conteria as regras/normas que garantiriam a sustentabilidade no uso dos recursos naturais no interior das reservas. Resta ainda ressaltar que por um curto período, de 1994 a 1998, esteve vigente a Portaria nº118 de 1994 que estabelecia a necessidade de as reservas extrativistas elaborarem os então chamados Planos de Desenvolvimento. Os Planos de Desenvolvimento seriam mais amplos que os Planos de Usos e conteriam as diretrizes mais gerais para a gestão do território das RESEX (PRADO; SEIXAS, 2018). No entanto, segundo Prado & Seixas (2018) há raros registros sobre a efetiva elaboração da Planos de Desenvolvimento em reservas extrativistas.

Um marco institucional em relação aos instrumentos de gestão das Reservas Extrativistas se deu com o estabelecimento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) em 2000. A partir daí as RESEX foram incorporadas aos SNUC enquanto unidades de conservação de uso sustentável. O SNUC, o Decreto nº4.340 que o regulamenta e outras regulamentações infralegais (instruções normativas e

²⁴ Com a criação do ICMBio em 2007, o CNPT se tornou um Centro de Pesquisa vinculado ao ICMBio. Atualmente a sigla CNPT é utilizada para se referenciar ao Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais. Ao longo da tese buscamos sempre que possível identificar CNPT/IBAMA e CNPT/ICMBio para distinguir essa evolução institucional do CNPT.

portarias), trazem o arcabouço legal que passou a definir os instrumentos de gestão para todas as unidades de conservação, incluindo as RESEX. Dentre os instrumentos propostos por esse novo arcabouço constam a obrigatoriedade de elaboração dos Planos de Manejo em todas as unidades de conservação, e especificamente em relação as Reservas Extrativistas, destaque para o estabelecimento dos Conselhos Deliberativos e definição do Perfil da Família Beneficiária.

Há toda uma discussão em torno da evolução do arranjo institucional nos instrumentos de gestão para as reservas extrativistas. Alguns pesquisadores apontam que a incorporação ao SNUC teria gerado uma maior burocratização na gestão, e que os instrumentos foram se tornando mais técnicos e centralizados no órgão gestor, resultando em perda de autonomia e poder decisório das próprias populações tradicionais sobre seus territórios. (PRADO; SEIXAS, 2018; CUNHA; LOUREIRO; 2009; ALMEIDA; PONTOJA, 2004). Não buscaremos uma análise pormenorizada de como foram construídos esses instrumentos de gestão nas RESEX para corroborar ou não esses apontamentos, ainda que eles nos pareçam bastante condizentes com o que pudemos observar nesta pesquisa²⁵. Buscaremos, no entanto, trazer indícios do papel desses instrumentos na dinâmica territorial nas RESEX analisadas. O quadro 06 abaixo traz uma síntese dos instrumentos de gestão e o ano em que foram efetivados nas RESEX analisadas:

Quadro 06: Instrumentos de gestão efetivados em cada uma das Reservas Extrativistas

Instrumentos de gestão	RESEX Pirajubaé	RESEX Mandira
Decreto da criação	1992	1996 (aprovada); 2002 (homologada)
CCDRU	Concedido a ACBer em 2010	Concedida a REMA em 2002
Plano de Utilização	1996;2013	1995;2006
Conselho Deliberativo	Criado em 2011 ativo até hoje	Criado em 2006, atualmente inativo
Perfil da Família Beneficiária	2017	2016
Plano de Manejo	2022	2010

Fonte: elaboração do autor.

²⁵ Para uma análise da gestão da RESEX Pirajubaé sugerimos o artigo: TEBET; CASAGRANDE. O Papel dos Instrumentos de Gestão na Conservação Ambiental e na Proteção dos Modos de Vida, reflexões a partir da Reserva Extrativista do Pirajubaé (2022); e para a RESEX Mandira a tese: CARDOSO. A Construção da Gestão Compartilhada da Reserva Extrativista do Mandira, Cananéia, SP (2008).

Os decretos de criação são os instrumentos legais que estabelecem a institucionalização das RESEX enquanto áreas protegidas. É com o decreto que seus limites são definidos e se cria o território formal-institucional voltado para conservação ambiental cuja responsabilidade da gestão é do órgão ambiental competente. O Contrato de Concessão do Direito Real de Uso (CCDRU) é um documento importante, pois resolve juridicamente a questão fundiária relacionada às RESEX. Com esse instrumento, o domínio fundiário que deve ser público é concedido para o uso coletivo/comunitário de uma população tradicional através de uma associação representativa em nome da qual o contrato de concessão é assinado. É importante ressaltar que no caso da RESEX Mandira, foi justamente a falta do domínio territorial/fundiário das áreas de manguezal destinadas a criação da RESEX em nome do Estado de São Paulo que inviabilizou que essa RESEX tivesse sido criada em nível estadual (ver item 4.2). Sem o domínio formal da área, o Estado de São Paulo não poderia firmar o CCDRU com a comunidade e, portanto, a RESEX Mandira teve que esperar mais alguns anos para que sua formalização no nível federal fosse concretizada através do decreto presidencial.

Apesar de bastante importante do ponto de vista jurídico/legal e de ser o instrumento que oficializa e formaliza a gestão compartilhada das reservas extrativistas entre população tradicional e órgão gestor, o CCDRU em si não estabelece ações/regras/normas para a gestão da área. O principal instrumento que estabelece regras/normas para o uso dos recursos naturais e apropriação do espaço nas RESEX eram inicialmente os planos de utilização. Desde o surgimento da RESEX enquanto política pública, os planos de utilização são uma obrigação, portanto ambas as RESEX tiveram planos que inclusive foram atualizados ao longo do tempo. A RESEX Mandira construiu seu plano de utilização em 1996, quando a proposta da reserva extrativista foi aprovada pelo CNPT/IBAMA, no entanto, a oficialização da área enquanto RESEX só aconteceu em 2002. Por anos, Mandira tinha um plano de utilização sem ter o reconhecimento formal de reserva extrativista.

Os planos de utilização são documentos técnicos bastante práticos e que estabelecem normas para o uso dos recursos naturais no interior das RESEX. Nos casos analisados, em geral estabeleceram restrições em relação ao tamanho dos indivíduos que podem ser capturados no ambiente natural, petrechos permitidos, épocas em que as práticas não são permitidas, além de estabelecer sanções para o

descumprimento das regras e normas. Ou seja, é um instrumento que cria uma regulamentação para o uso dos recursos naturais pela população tradicional visando a não degradação ambiental e a sustentabilidade da prática extrativa/pesqueira. É, portanto, um instrumento que visa controlar e restringir o uso dos recursos naturais pela própria população tradicional no interior dos limites da RESEX.

O perfil da família beneficiária, apesar de ser um instrumento de gestão muito mais recente, que só foi estabelecido pela Instrução Normativa nº35 em 2013, também tem por objetivo controlar o uso dos recursos no interior da RESEX. Com esse instrumento específico se estabelece uma descrição das características e definição de critérios que identificam a população com direito de acesso ao território da unidade de conservação. Ou seja, é um instrumento que visa controlar quem tem direito a acessar aquele espaço. Se o plano de utilização visava definir como usar os recursos, o perfil da família beneficiária vem para estabelecer quem tem direito a usá-lo. Ambos são instrumentos de controle que definem parâmetros e critérios técnicos para o acesso e uso dos recursos naturais das RESEX.

Aqui é importante reconhecer que a criação das RESEX se deu em um contexto em que novas práticas produtivas mais intensivas na exploração dos recursos naturais estavam emergindo, e que a garantia do controle contra o acesso aos recursos naturais por usuários externos era um dos principais benefícios à população tradicional que se articulava em prol da criação das reservas. Nesse sentido definir quem tem direito a acessar os recursos da RESEX e criar normas e regras que garantam a sustentabilidade no seu uso são ferramentas deveras importantes. No entanto, ambos instrumentos de gestão voltados a esse fim (plano de utilização e perfil da família beneficiárias) são documentos técnicos que dependem em grande parte da participação do órgão gestor, que de certa forma centraliza o poder de decisão sobre acesso e uso nos recursos no interior das RESEX. Além disso, o fato de o plano de utilização ser o único instrumento obrigatório para gestão das RESEX de 1992 a 2000, demonstra como o controle/regulamentação interna do uso dos recursos pela própria população tradicional era a principal ação e preocupação do Estado em relação a gestão das reservas extrativistas.

Outro instrumento de gestão um pouco mais abrangente e que busca abarcar a relação da RESEX com seu entorno e com processos externos que afetam seu território são os Conselhos Deliberativos. A necessidade de existência dos conselhos

é obrigatória desde a promulgação do SNUC em 2000, ainda assim, como mostra o quadro 6, só foram implementados em 2006 e 2011 respectivamente na RESEX Mandira e Pirajubaé. Segundo Instrução Normativa nº9 de 2014, os conselhos em unidades de conservação são instâncias colegiadas cuja função é constituir-se em fórum democrático de diálogo e participação de debate sobre a unidade de conservação para tratar de questões ambientais, sociais e econômicas que tenham relação com a unidade de conservação. Ainda segundo essa Instrução Normativa, uma das diretrizes do conselho é “buscar integrar as unidades de conservação com o planejamento territorial de sua área de influência” visando “melhoria da qualidade de vida e do meio-ambiente”. Especificamente sobre os conselhos em RESEX que são deliberativos e devem conter em sua composição maioria de membros da população tradicional, algumas das atribuições estabelecidas por essa instrução normativa são: (I) manifestar-se sobre assuntos de interesses da população tradicional em matérias relacionadas a potenciais impactos a unidade de conservação; (II) demandar e propor aos órgãos competentes ações visando apoio ao extrativismo e a melhoria da “qualidade de vida” (termos da própria Instrução Normativa).

Por seus objetivos, diretrizes e atribuições, poderia imaginar-se que o conselho deliberativo teria forte influência, ou pelo menos participação nos principais projetos/intervenções de desenvolvimento que afetaram negativamente as RESEX, conforme quadro 4 e 5. Entretanto, não foi isso que pudemos observar. É verdade que em ambos os casos os conselhos foram instâncias que melhoraram o diálogo e criaram proximidade entre a população tradicional e o órgão gestor, conforme descrito nos capítulos 3 e 4, além de ter garantido participação na elaboração e aprovação das atualizações dos planos de uso, do perfil da família beneficiárias e dos planos de manejos nas respectivas RESEX. No caso do Mandira, por desavenças entre lideranças comunitárias e o gestor responsável pela RESEX o conselho sequer está em operação. Já a RESEX Pirajubaé tem histórico de um conselho bastante ativo com reuniões regulares ocorrendo mais ou menos de dois em dois meses (houve um período de poucas reuniões devido à pandemia de covid-19)²⁶. Desde sua criação, em 2011, o conselho vem buscando atuar contra os impactos negativos da expansão urbana do município, com destaque para a mobilização contra a implementação de uma estação de tratamento de esgoto que lançaria efluentes no Rio Tavares. Houve

²⁶ O autor acompanha as reuniões desde 2015 enquanto conselheiro representando uma ONG local.

várias manifestações do conselho contrárias a este empreendimento, incluindo deliberações e moções formais aprovadas. No entanto, conforme descrito no item 3.5 da tese, contrariando todas as manifestações e deliberações do conselho, a licença ambiental da obra a cargo do órgão ambiental estadual de SC (IMA) foi liberada por uma autorização direta do presidente do ICMBio.

Aqui cabe fazer uma breve menção aos procedimentos atualmente estabelecidos para licenças ambientais que impactam unidades de conservação. Ainda que não sejam especificamente um instrumento de gestão das RESEX, esses procedimentos teriam condições de favorecer as populações tradicionais contra projetos de desenvolvimento que poderiam afetar negativamente seus territórios. Segundo resolução nº428 (2010) do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) todo licenciamento ambiental que possa afetar unidades de conservação só pode ser concedido após autorização do órgão responsável pela administração da UC. No entanto, segundo regulamentações sobre a autorização do órgão gestor da UC para os licenciamentos (Instrução Normativa nº8/2019 e nº9/2020), é de competência da sede do ICMBio em Brasília ou das Gerencias Regionais fazerem a interlocução com o órgão licenciador e decidirem sobre autorização ou não para o licenciamento. A esfera de decisão sobre a autorização ao licenciamento estar nos órgãos técnicos/burocráticos do ICMBio e não com os gestores das unidades de conservação possivelmente impactadas e que atuam mais localmente, diminuem drasticamente o poder de decisão que o conselho deliberativo das RESEX tem sobre esses processos. O emblemático caso da RESEX Pirajubaé em relação à autorização da Estação de Tratamento de Esgoto é forte indicativo de que os conselhos deliberativos têm efetivamente pouco poder de decisão sobre os licenciamentos ambientais que possam vir a afetar seus territórios. Ainda que, supostamente, por suas atribuições, serem os conselhos um dos principais instrumentos de gestão que permitiriam a diminuição de assimetrias de poder em favor da população tradicional.

Os conselhos deliberativos são uma esfera importante para se discutir as questões ambientais, sociais e econômicas que afetam as RESEX, inclusive em um escopo mais amplo do que um olhar focalizado no regramento/ordenamento no uso interno dos recursos. Além disso, o conselho é um importante espaço de integração e diálogo entre os atores envolvidos com a gestão da RESEX. Não é objetivo desta tese analisar de maneira mais aprofundada o funcionamento do conselho e de sua

importância, por exemplo, na construção de saberes/conhecimentos coletivos e do empoderamento da população tradicional na gestão da RESEX a partir desse instrumento participativo. No entanto, é importante ressaltar que a atuação dos conselhos nos dois casos analisados teve pouco influência e poder de interferência nos projetos/intervenções de desenvolvimento que impactaram negativamente o ambiente e os modos de vida das populações tradicionais nas RESEX conforme esquematizado nos quadros 4 e 5. Sugerindo que os conselhos deliberativos necessitam de uma maior delegação de poder sob sua esfera de atuação, para ter condições mais afetivas de intervir ativamente nos projetos de desenvolvimento que lhes afetam.

Por último, outro instrumento de gestão que não necessariamente está restrito a um controle interno do acesso e uso dos recursos naturais são os planos de manejo. O SNUC, promulgado em 2000, estabeleceu que todas as unidades de conservação deveriam elaborar seus planos de manejo em 5 anos. No entanto, a RESEX Mandira e Pirajubaé tiveram seus planos de manejo publicados muitos anos depois, em 2010 e 2022 respectivamente. Segundo as legislações e normativas, os planos de manejo são um documento técnico que estabelece os objetivos das UCs, e fundamentado nisso, estabelecem seu zoneamento, normas para o uso e manejo da área além de apontar para os programas e ações prioritárias para a gestão. Os antigos planos de utilização passaram a ser incorporados ao plano de manejo como parte integrante desse.

O plano de manejo da RESEX Mandira traz a descrição ambiental e social da unidade de conservação e inclui o plano de utilização como parte integrante. Além disso, tem uma seção inteira em que traz diretrizes de ações prioritárias para a gestão. Essas diretrizes apontam, dentre outras coisas, a importância de uma assessoria jurídica para a REMA (associação dos moradores) visando o fortalecimento da associação para atuar no campo político e social. Curiosamente o documento diz que diretrizes para o funcionamento da cooperativa “extrapolam a competência das formas de organização diretamente relacionadas à Resex” (ICMBio, 2010), e estas sugestões são então apresentadas em um documento anexo. Há ainda no plano de manejo uma seção designada como programa de sustentabilidade ambiental e socioeconômica; nele são apresentadas várias propostas e possíveis programas a serem executadas. Incluindo aqueles com objetivo de “garantir o manejo sustentável, valorizar a cultura e

melhor a qualidade de vida da população tradicional”. São vários projetos e programas associados a este objetivo. Não iremos aqui analisar o porquê destes programas/projetos não terem saído do papel. Mas convém ressaltar que os projetos/intervenções que efetivamente afetaram o território da RESEX e o modo de vida da população tradicional não estão diretamente relacionados às ações que se desdobraram a partir do que está proposto pelo Plano de Manejo da RESEX Mandira. Não é possível dizer com certeza o quão impactante foi a não execução dessas propostas/sugestões contidas no plano de manejo da dinâmica socio-espacial, mas indica que o Plano de Manejo não teve interferência direta nos principais projetos de desenvolvimento que impactaram a territorialidade da população tradicional.

Já na RESEX Pirajubaé o plano de manejo é uma construção muito mais recente que inclusive foi elaborado seguindo instruções normativas mais recentes, de 2017. Essa nova normativa adota uma abordagem de elaboração do plano de manejo com um enfoque mais estratégico, focado em definir propósitos, valores e significância da UC e a partir daí apontar planos e programas específicas a serem implementados. Assim como no caso do Mandira, o plano de manejo traz várias sugestões de ações/projetos/programas que seriam prioritárias para a gestão da RESEX. Dentre eles constam a elaboração de um plano de gestão territorial e redução de impactos de infraestrutura; o fortalecimento da organização social e comunitária e a importância da valorização da cadeia produtiva da pesca (para além do berbigão). Ainda é cedo para avaliar os resultados da implementação desse plano de manejo na dinâmica territorial, haja visto que ele acaba de ser aprovado e que nenhuma dessas sugestões tenham efetivamente sido postas em prática. Mas o próprio fato de o plano de manejo da RESEX Pirajubaé ter sido elaborado e aprovado somente em 2022, mais de 20 anos após ser uma exigência por lei, nos sugere que tirar do papel estes programas e projetos propostos pelo documento pode ser um grande desafio. Por enquanto, não conseguimos identificar nenhuma alteração significativa na dinâmica territorial da RESEX Pirajubaé a partir da publicação do seu plano de manejo.

Os planos de manejos são instrumentos de gestão importantes, construídos de maneira participativa e trazem uma visão mais ampla das RESEX, incluindo sua inserção e conexão com seu entorno. Esse olhar mais amplo vai além de buscar exclusivamente regulamentar o uso dos recursos locais pela população tradicional. Identifica ameaças e propõe linhas de ações, projetos e programas que teriam

condições de realmente auxiliar a população tradicional na melhoria de suas condições de vida, além de evitar impactos ambientais externos. No entanto, o que nossa pesquisa sugere é que há dificuldade em tirar as sugestões, projetos e programas contidos nos planos de manejo do papel e colocá-los em prática. Dos projetos/intervenções que realmente alteraram a dinâmica territorial das RESEX conforme sistematizado nos quadros 4 e 5, os planos de manejo tiveram pouca, ou nenhuma influência.

5.4 OS CAMINHOS E OS DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO DAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS EM RESERVAS EXTRATIVISTAS

Pensar as práticas de desenvolvimento nas reservas extrativistas em busca de melhores condições de vida para as populações tradicionais não é tarefa fácil. Por um lado, a criação das RESEX foram projetos que buscaram interferir na organização social em busca de melhores condições de vida. Em um primeiro momento isso se deu no sentido de consolidar a parceria de órgãos extensionistas e ambientais do Estado com populações tradicionais em busca de arranjos inovadores no uso de recursos naturais que garantissem a conservação ambiental. De início, foram propostas promissoras e que garantiram condições para que as populações tradicionais continuassem se reproduzindo socioeconomicamente de seus territórios. Como foi o arranjo criado na RESEX Pirajubaé em torno da extração comercial do berbigão, e como foi na RESEX Mandira a consolidação do manejo da ostra nativa. Em ambos os casos, criou-se melhores condições de vida para as populações envolvidas, mantendo um modo de vida baseado no uso direto de recursos naturais de seus territórios.

No entanto, dinâmicas ambientais e sociais muitas vezes com origem externa aos limites das RESEX impactaram negativamente os arranjos estabelecidos, tanto social quanto ambientalmente. Com destaque para os projetos de infraestrutura vinculados ao paradigma moderno-ocidental de desenvolvimento. Em Pirajubaé isso ficou evidente em relação a construção da rodovia que impactou negativamente a dinâmica socio-espacial, promovendo perda nas condições de vida da população tradicional, resultando no abandono do território e de um modo de vida baseado no uso de recursos naturais por uma parcela dessa população. Apesar de emblemática, a construção da rodovia não é um caso isolado, a RESEX Pirajubaé, localizada próxima a região central da capital do estado de Santa Catarina, está inserida em um

contexto de ampla expansão urbana que afeta de maneira direta e indireta o ambiente do qual a população tradicional depende para sua reprodução socioeconômica. No Mandira, os impactos desses projetos de infraestrutura não foram tão expressivos assim. Mas, vale ressaltar que a usurpação das terras agricultáveis da comunidade na década de 70 e 80 se deu em um contexto no qual havia ameaças/pressões para a construção de um trecho da BR-101 na área. Além disso, o porto de Paranaguá e a movimentação de navios cargueiros internacionais na região parecem ter condicionado uma das principais ameaças atuais ao ambiente estuarino e de manguezal da qual os mandiranos dependem: a invasão das ostras exóticas nesses ambientes.

Isso posto, fica evidente que projetos de desenvolvimento externos impactaram negativamente as reservas extrativistas nos manguezais do sul e sudeste do Brasil. Esses impactos têm gerado uma perda de qualidade ambiental da área utilizada pela população tradicional, o que afeta diretamente suas territorialidades – estratégias de se apropriar do espaço – implicando perda de condições de vida, pois restringem consideravelmente as oportunidades de uso diretos dos recursos. Resultando em uma dinâmica que impulsiona cada vez mais as populações tradicionais a se adaptarem as novas condições ambientais. Nesse sentido, um dos grandes desafios das RESEX atualmente é criar um arranjo que efetivamente proteja o território frente a projetos de desenvolvimento externos que possam afetar negativamente o ambiente e o território das reservas extrativistas. É importante reconhecer que os processos ecológicos e sociais que afetam as estratégias de apropriação dos recursos naturais transcendem os limites oficiais das RESEX. As Reservas não são espaços fechados, os projetos e ações de desenvolvimento que ocorrem externamente a elas impactam as territorialidades constituídas no seu interior.

Dessa forma um caminho promissor é retomar um dos objetivos postos pela própria legislação em torno das Reservas Extrativistas: proteger o território das populações tradicionais. Mas compreendendo que esse território é constituído a partir de múltiplas interações com atores e localidades externas e comporta múltiplas territorialidades. É preciso reconhecer a importância de discutir e aprofundar os mecanismos que dizem respeito a delegação de poder e de decisão sobre ações que incidem sobre o território da RESEX – ou melhor dizendo, sobre a territorialidade das populações tradicionais que deveriam ser beneficiadas com a criação das reservas. A

criação das reservas extrativistas foi um arranjo inovador, que deu maior visibilidade e buscou empoderar as populações tradicionais através de um arranjo de co-gestão do espaço que traz o Estado (através dos órgãos ambientais) como parceiro. No entanto, várias ações que impactaram negativamente as territorialidades das populações tradicionais nas RESEX foram articuladas, planejadas e executadas sem uma intervenção/participação efetiva do arranjo institucional criado para fazer a gestão das reservas.

A impossibilidade de realmente decidir sobre questões que afetam a dinâmica territorial das RESEX é um fator que desmotiva a colaboração e a participação da população tradicional nos mecanismos de gestão da RESEX. Afinal, para que despende tempo e energia na “parceria” com o estado em prol da gestão ambiental das reservas se os principais eventos/projetos/intervenções que impactaram seu território independem das decisões e escolhas feitas por eles? Se as reservas extrativistas querem mesmo ser uma política não somente de conservação, mas de desenvolvimento, é preciso retomar o poder de deliberar e decidir sobre o território da RESEX pelo arranjo institucional, fortalecendo a autonomia dessa população frente ameaças externas e projetos de desenvolvimento que não contemple as aspirações e objetivo desse grupo social. Só assim será possível garantir a possibilidade dessas populações continuarem vivendo do uso direto dos recursos naturais em seus territórios e construir novos caminhos e busca de melhores condições de vida.

Se as reservas extrativistas buscam promover melhores condições de vida para as populações tradicionais que se beneficiam dessa política, outro grande desafio é reconhecer a necessidade de ampliar a visão do papel de atuação do órgão gestor ambiental. É urgente considerar com mais seriedade e profundidade as dimensões socioeconômicas que condicionam as estratégias de apropriação do espaço por essa população. Para que efetivamente as RESEX continuem sendo uma política de desenvolvimento é preciso construir instrumentos de gestão (ou colocar em prática de maneira mais eficiente os que já existem) capazes de ir além do controle/regulamentação/normatização do uso interno dos recursos pela população tradicional. Ainda que o objetivo de garantir a conservação ambiental da área seja uma demanda importante – fundamental para a manutenção de um modo de vida baseado no uso direto de recursos naturais – é essencial que os instrumentos de gestão deem conta de pensar as outras dimensões socioeconômicas que afetam as

estratégias de apropriação dos recursos pela população tradicional, para além da etapa em si do extrativismo (retira do recurso do ambiente natural). É preciso ir além de restringir e fiscalizar o uso do recurso internamente e apostar no fortalecimento da população tradicional, na experimentação de novas alternativas e na criação de novos arranjos, parcerias e articulações que possam impulsionar estratégias de apropriação do espaço que garantam conservação ambiental e proporcionem melhores condições de vida. Com especial atenção para intervenções de carácter mais extensionista e de diálogo de saberes entre órgão ambiental, pesquisadores e população tradicional buscando e experimentando alternativas e propostas que possam ser caminhos promissores. O órgão gestor e demais parceiros precisam ter clareza que uma articulação que garanta o uso sustentável de recursos naturais e possibilitem melhores condições de vida para as populações tradicionais devem ser continua e ativamente construída pois ambiente e condições socioeconômicas estão em constante dinâmica. E, afinal, como ficou demonstrado ao longo da tese, foram justamente intervenções extensionistas e a criação de inovações socioprodutivas que criaram condições para que as RESEX fossem criadas nesses lugares e não em outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: RESERVAS EXTRATIVISTAS, POPULAÇÕES TRADICIONAIS E DESENVOLVIMENTO

Nessa última seção da tese, buscando por conclusões, iniciaremos com algumas considerações em torno das perguntas *suleadoras* que guiaram esta investigação. A primeira delas foi: **como, com quais objetivos e quais foram os atores e instituições que se articularam possibilitando a criação das Reservas Extrativistas nos manguezais Sul e Sudeste do Brasil?**

As reservas extrativistas migraram dos seringais amazônicos para os manguezais da costa atlântica a partir de uma busca ativa do órgão ambiental federal (na época IBAMA) que visava expandir essa política pública como estratégia para consolidar novas abordagens em torno das políticas de conservação ambiental, até então bastante centrada em um perfil preservacionista. Essa busca, por localidades e comunidades que pudessem se enquadrar na proposta da RESEX, se deu por caminhos diferentes. No caso da de Pirajubaé foi a própria superintendência do IBAMA em Santa Catarina que identificou a área como passível de ser implementada uma RESEX. Enquanto no Mandira essa identificação se deu a partir de uma pesquisa encomendada pelo IBAMA ao núcleo de estudos da USP (NUPAUB). Em ambos os casos, a área identificada como passível de ser beneficiada pela política das reservas extrativistas estava ativamente envolvida com projetos extensionistas visando produção/extrativismo sustentável de recursos naturais – fazenda marinha experimental de berbigão em Pirajubaé e projeto Ostras de Cananéia no Mandira). A proposta das reservas extrativistas enquanto estratégia de conservação e proteção de seus modos de vida foi apresentada por atores externos. As populações tradicionais envolvidas nesses processos se apropriaram da proposta e consideraram como uma estratégia sócio-política promissora basicamente porque as RESEX: (I) consolidariam os novos arranjos produtivos que estavam sendo criados; (II) garantiriam que o uso dos recursos naturais fosse restrito à usuários externos; (III) dariam maior visibilidade e apoio aos extrativistas; (IV) trariam apoio externo na garantia da conservação ambiental da área, cuja suas práticas produtivas dependiam.

Duas considerações são importantes de serem feitas em torno dessa articulação que culminou com a criação dessas RESEX. A primeira delas é que as criações delas se deram em contexto diferente de sua gênese nos seringais

amazônicos. No momento do surgimento das RESEX na Amazônia, foi a mobilização social das comunidades em busca de um modelo que se enquadrasse nas suas demandas que condicionou a criação das RESEX, portanto em um fluxo em que a demanda partiu da população tradicional para o Estado. No caso das RESEX nos manguezais da costa atlântica ocorreu o fluxo contrário, o Estado é que foi atrás de identificar e apresentar a proposta para populações tradicionais que poderiam se beneficiar dessa política.

A segunda consideração diz respeito ao fato de que as RESEX analisadas nesta tese não foram criadas em um contexto em que esses territórios estavam sendo diretamente ameaçados. Não se tratava de defender um território “tradicional” contra mudanças impostas por atores externos. Pelo contrário, foram criadas justamente para defender e impulsionar novos arranjos de uso sustentável. A criação dessas RESEX foi uma articulação promissora que impulsionou novos caminhos visando um modo de vida baseado no uso de recursos naturais conciliado com a conservação ambiental. Proteção, criação e incentivo de novos arranjos, não defesa de um modo de vida preso ao passado que necessitava ser protegido. Aqui cabe comentar que na Amazônia, embora as RESEX tenham sido criadas para defender o território dos seringueiros contra ameaças externas (agropecuarias sulistas), é importante reconhecer que o modo de vida do seringueiro autônomo, conciliando uma agricultura e caça de subsistência como uma economia extrativa (venda da borracha), também era um arranjo bastante inovador e recente, e não um modo de vida consolidado há muito tempo. Essas constatações desconstruem – como veremos nos parágrafos seguintes – algumas imaginações geográficas falaciosas em torno das populações tradicionais enquanto territórios fechados e portadores de modos de vida estanques e historicamente consolidados.

A segunda pergunta *suleadora* que guiou esta investigação foi: **A participação do arranjo institucional das RESEX na negociação de projetos de desenvolvimento que afetam suas territorialidades tem diminuído as assimetrias de poder em favor das populações tradicionais?**

Avaliar a diminuição da assimetria de poder não é tarefa fácil, pois não há meios viáveis de comparar a trajetória socio-espacial dessas áreas casos elas não fossem reservas extrativistas. É importante reconhecer, no entanto, que em um primeiro momento o arranjo institucional das RESEX possibilitou troca de conhecimentos entre

população tradicional, órgãos extensionistas e órgão ambiental em busca de soluções inovadoras para essas populações, um suporte para a consolidação de novas cadeias produtivas, além de apoio direto a partir de projetos e financiamentos, o que representou um forte empoderamento das populações contempladas pelas RESEX. Por outro lado, projetos de desenvolvimento mais vinculados a uma lógica moderna-ocidental têm impactado diretamente as territorialidades das populações tradicionais. Isso ficou muito mais evidente na RESEX Pirajubaé, mas também é uma realidade na RESEX Mandira. O arranjo institucional atual está muito focado na regulamentação interna no uso dos recursos, e tem dificuldade em interferir em projetos/intervenções que, apesar de serem executados fora das RESEX, têm resultado em alterações ambientais significativas. A perda da qualidade ambiental por intervenções que ocorrem externamente as RESEX tem forçado as comunidades e se adaptarem, criando novas estratégias de apropriação do espaço. Essas novas estratégias nem sempre são convergentes com os objetivos conservacionistas das reservas enquanto unidades de conservação, o que implica tensões territoriais e descompasso na gestão entre o órgão ambiental e a população tradicional que deveria ser beneficiada com as reservas. Além disso, os instrumentos de gestão das RESEX estão mais focados nos objetivos conservacionistas e têm tido pouco influência na dimensão socioeconômica e produtivas que condicionam as estratégias de apropriação dos recursos naturais pelas comunidades. No caso da RESEX Pirajubaé a dinâmica socio-espacial, condicionada por essas mudanças socioeconômicas somada a perda de qualidade ambiental, vêm resultado em piores condições de vida para a população tradicional. Incluindo uma parcela dessa população que já não mantém um modo de vida baseado no uso direto de recursos naturais.

De um ponto de vista mais teórico-conceitual para pensar o desenvolvimento – no seu sentido amplo de mudanças na organização social em busca de melhores condições de vida – acreditamos que esta investigação trouxe algumas pistas valiosas. Uma questão que nos parece urgente é evitar um debate essencializado sobre as populações tradicionais, principalmente evitando imaginações geográficas em que há fechamento espacial que não permite uma visão relacional, aberta e heterogênea do futuro dessas populações.

Há pelo menos três imaginações geográficas a respeito das populações tradicionais que os resultados desta pesquisa nos permitem refutar. A primeira delas,

fortemente vinculada as concepções do desenvolvimento moderno-ocidental é o de olhar para as populações tradicionais como um retrato do passado. Como um modo de vida primitivo que será necessariamente substituído para se alcançar melhores condições de vida. Aqui o fechamento espacial se dá no sentido de um futuro previamente definido, uma evolução linear que nos leva à modernidade-ocidental. Como fica evidente, a “modernização” não é um projeto que resulta em um futuro já conhecido, muito menos homogêneo. Grupos sociais distintos, buscando melhorar suas condições de vida através de uma variedade de modos de vida sempre coexistirão e precisam ser reconhecidos e impulsionados.

Uma segunda imaginação geográfica, mais associada ao paradigma do desenvolvimento sustentável e aos debates da conservação, é interpretar o modo de vida das populações tradicionais como intrinsecamente conservacionista. É uma interpretação muito próxima ao que ficou conhecido como mito do bom selvagem. Nela as populações tradicionais são vistas como portadoras de conhecimento e modos de vida que garantem a preservação da natureza nesses espaços. Aqui o fechamento espacial se dá na falsa compreensão de que cultura (das populações tradicionais) e natureza já tem um destino pré-determinado: serem áreas de preservação paradas no tempo. É uma visão que determina um sentido “global” para as populações “locais” como provedora de um “congelamento” da natureza em seu estado “preservado”. Desconsiderando tanto a dinâmica ambiental/ecológica (inclusive as que partem de interferências externas) quanto socioeconômica em que as populações tradicionais estão inseridas e que alteram as estratégias de apropriação do espaço. Portanto, para termos o resultado almejado de espaços de natureza conservada é necessário esforço, adaptação e inovação por parte dessas populações tradicionais e implica mudanças ecológicas e ambientais que não representam um fechamento, e sim um outro modelo de se relacionar com o ambiente.

Por último, uma terceira imaginação geográfica que é preciso desconstruir é a visão das populações tradicionais como representantes de espaços locais de alternativa radical ao global. Aqui a escala global e a escala local são colocadas em oposição, como se o global representasse o projeto moderno-ocidental e o local fosse uma fuga. O fechamento espacial se dá ao imaginar que as populações tradicionais vivem localmente, encerradas em suas características socioculturais específicas. Como demonstrado ao longo da tese, as populações tradicionais constituem seus

territórios em conexão com outros atores e localidades e não se trata de construir um futuro completamente apartado das relações com a sociedade moderno-ocidental. Pelo contrário, as populações tradicionais representam a tentativa da construção de um novo futuro, a partir de novas articulações com atores e territórios, em busca de melhores condições de vida que não se encerram na concepção moderna-ocidental. A busca é por desconstruir as relações assimétricas que o desenvolvimento moderno-ocidental vem impondo e que já impactam as territorialidades das populações tradicionais, e construir novos caminhos de relação, tanto entre grupos sociais como desses com a ambiente natural.

Por tudo isso, ao pensarmos o desenvolvimento de populações tradicionais, precisamos considerar que: (I) seus modos de vida não se constituem em isolamento e sim através da relação e conexão com outros grupos sociais e localidades; (II) os resultados conservacionistas das estratégias de apropriação do espaço por parte dessa população dependem de quais relações serão constituídas e não de uma capacidade inata; (III) a construção de futuros quando melhores condições de vida sejam compatíveis com a conservação da natureza depende da criação de relações menos assimétricas entre estes grupos sociais, e não de um fechamento das populações tradicionais em territórios isolados.

O desenvolvimento de populações tradicionais, ou dizendo em outras palavras, a oportunidade para que populações tradicionais tenham melhores condições de vida a partir do uso direto de recursos naturais, é uma inovação. Aponta para um futuro aberto e em construção e não para um passado fechado que se busca proteger. Parafraseando o que Ailton Krenak disse sobre os povos indígenas: olhar para as populações tradicionais é olhar para o futuro, não para o passado.

Por fim, é importante compreendermos que ao estarmos abertos a aceitar que diferentes grupos sociais têm visões distintas do que seja um horizonte de futuro com “melhores condições de vida”, precisamos reconhecer que os projetos/intervenções de desenvolvimento alteram as configurações socio-espaciais, mas se isso representa ou não melhores condições de vida depende sempre de uma análise subjetiva daquele grupo social em questão. Na prática, distintos grupos sociais estão buscando se apropriar do espaço, buscando materializar mudanças que implicam melhores condições de vida a partir de seus interesses e concepções. Por se tratar de disputas pela apropriação de espaço é que o território e a territorialidade são chaves analíticas

que muito podem contribuir ao debate. Que atores estão se apropriando do espaço? De que forma as intervenções buscando alterar a organização social (projetos de desenvolvimento) têm impactado na territorialidade de outros grupos sociais? como essa dinâmica tem afetado as condições de vida dos distintos grupos sociais que se apropriam do espaço? Essas são perguntas fundamentais que devemos fazer sempre que busquemos pensar o desenvolvimento e as populações tradicionais.

Concluo dizendo que as Reservas Extrativistas, com toda sua complexidade e desafios, seguem sendo um modelo onde é possível pensar a utopia na qual grupos sociais buscam construir melhores condições de vida a partir do uso sustentável dos recursos naturais de um território, e onde as métricas e parâmetros do que sejam essas condições não estejam subordinadas ao paradigma moderno-ocidental. Enquanto o sonho de buscar por melhores condições de vida garantindo a conservação ambiental de um território estiver vivo, as RESEX serão espaços de resistência e inovação. Onde um passado, um presente e um futuro convergem na busca de caminhos que possam nos levar ao bem viver.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. São Paulo: Elefante, 2016.

ACSELRAD, Henri. Ambientalização das Lutas Sociais - O caso do movimento por justiça social. **Estudos Avançados**, v.24, n.68, p. 103 – 119, 2010.

ALIER, Joan Martinez. **O Ecologismo dos Pobres: Conflitos ambientais e linguagens de valoração**. São Paulo: Contexto, 2012.

ALLEGRETTI, Mary Helena. A Construção Social de Políticas Públicas. Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. **Desenvolvimento & Meio Ambiente**, v.18, p. 39-59, 2008.

ALLEGRETTI, Mary Helena. Reservas Extrativista: Parâmetros para uma política de desenvolvimento sustentável na Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**, v.54, f.1, p. 5-24, 1992.

ALLEGRETTI, Mary Helena. Reservas Extrativistas: uma proposta de desenvolvimento para a floresta amazônica. **São Paulo em Perspectiva**, v.3, f.4, p. 23-29, 1989.

ALMEIDA, M.W.B. **Desenvolvimento e Responsabilidade dos antropólogos**. In: ARANTES, A.A; RUBEN, G.R; DEBERT, G.G. Desenvolvimento e Direitos Humanos: a responsabilidade do antropólogo. Campinas: Editora UNICAMP, 1992.

ALMEIDA, M.W.B; ALLEGRETTI, M.H; PROSTIGO, A. O Legado de Chico Mendes: êxitos e entraves das Reservas Extrativistas. **Desenvolvimento & Meio Ambiente**, v.24, p.25 – 49, 2018.

ARCE, Alberto; LONG, Norman. Reconfiguring Modernity and Development from an anthropological perspective. Org.: ARCE, A; LONG, N. **Anthropology, development and modernities: Exploring discourses, counter-tendencies and violence**. London: ROUTLEDGE, 2000.

AREMAPI (Associação da Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé). Extração do Berbigão na Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé. **Relatório Técnico**. 2001.

ARRUDA, R.S.V. Populações Tradicionais e a Proteção dos Recursos Naturais em Unidades de Conservação. In: DIEGUES, A.C. (Org.). **Etnoconservação: Novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: HUCITEC, 2000.

BARRETTO FILHO, Henyo Trindade. Populações Tradicionais: Introdução à crítica da ecologia política de uma noção. In: ADAMS, C; MURRIETA, R.S.S; NEVES, W.A. (Org.) **Sociedades Caboclas Amazônicas: Modernidade e Invisibilidade**. São Paulo, Annablume, 2006.

BILLO, E; MOUNTZ, A. For Institutional ethnography: Geographical approaches to institutions and the everyday. **Progress in Human Geography**. v.1, 2015.

BRASIL. **Decreto nº 5.758 de 2006**. – Institui o Plano Nacional de Áreas Protegidas (PNAP). 2006.

BRASIL. **Decreto nº 6.040 de 2007**. – Institui a Política Nacional de Desenvolvimento sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais. 2007.

BRASIL. **Lei nº 9 985 de 2000**. – Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Brasília, DF. 2000.

CARDOSO, Thais Almeida. A Construção da Gestão Compartilhada da Reserva Extrativista do Mandira, Cananéia-SP. **Tese de Doutorado (Programa de Pós-graduação em Ecologia e Recursos Naturais)**. Universidade Federal de São Carlos, 2009.

CASTRO JÚNIOR, E; COUTINHO, B.H; FREITAS, L.E. Gestão da Biodiversidade e Áreas Protegidas. *In*: GUERRA, José Teixeira; COELHO, Maria Cecília Nunes. **Unidades de Conservação: abordagens e características geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: 2009.

CASTRO-GOMES, S; GROSGOUEL, R. (Org.). **El Giro Decolonial: Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre, 2007.

CLIFFORD, James. **Verdades Parciais**. *In*: CLIFFORD, JAMES; MARCUS, GEORGE. **A Escrita da Cultura: poética e política da etnografia**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2016 [1986].

COELHO, M.C.N; CUNHA, L.H; MONTEIRO, M.A. Unidades de Conservação: populações, recursos e territórios. Abordagens da geografia e da ecologia política. *In*: Guerra, José Teixeira; Coelho, Maria Cecília Nunes. **Unidades de Conservação: abordagens e características geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: 2009.

COX, K.R. Spaces of dependence, spaces of engagement and the politics of scale, or: looking for local politics. **Political Geography**. v.17, n.1, p.1-23, 1998.

CRUZ, Valter do Carmo. Geografia e Pensamento descolonial: notas sobre um diálogo necessário para a renovação do pensamento crítico. *In*: CRUZ, Valter do Carmo; OLIVEIRA, Denílson Araújo DE. **Geografia e Giro Descolonial: experiências e horizontes de renovação do pensamento crítico**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017.

CRUZ, Valter do Carmo. **Territórios, Identidades e Lutas Sociais na Amazônia**. *In*: ARAÚJO, F.G.B; HAESBAERT, R. (org.). **Identidade e Territórios: questões e Olhares Contemporâneos**. Rio de Janeiro: ACCESSS, 2007.

CUNHA, L. H; COELHO. M. C. N. Política e Gestão Ambiental. *In*: CUNHA, S. B; GUERRA, A. J. T. (Org.). **Questão Ambiental: diferentes abordagens**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

DIEGUES, Antônio Carlos (Org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. NUPAUB: São Paulo, 2000.

DIEGUES, Antônio Carlos. A mudança como modelo cultural: o caso da cultura caiçara e a urbanização. *In*: DIEGUES, Antônio Carlos (Org.). **A Enciclopédia Caiçara, v.1: o olhar do pesquisador**. São Paulo: HUCITEC, 2004 a.

DIEGUES, Antônio Carlos. **Diversidade biológica e cultural no Complexo Estuarino Lagunar de Iguape-Cananéia-Paranaguá**. São Paulo: NUPAUB, 2004b.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O Mito Moderna da Natureza Intocada**. São Paulo: HUCITEC NUPAUB/USP, 2002.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e Eurocentrismo. *In*: LANDER, EDGARDO (Org.). **A Colonialidad del Saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectiva latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

ESCOBAR, Arturo. El 'postdesarrollo' como concepto y práctica social. *In*: MATO, DANIEL (Org.). **Política de Economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización**. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 2005.

ESCOBAR, Arturo. **La Invencion Del Desarrollo**. Popayán: Universidad del Cueca, 2014.

ESCOBAR, Arturo. **Sentipensar com la Tierra: Nuevas lecturas sobre desarrollo, território y diferencia**. Medellín: UNAULA, 2014.

ESTEVA, Gustavo. Development. *In*: SACHS, Wolfgang (Org.). **The Development Dictionary: A guide to knowlodge as power**. London: Zed Book, 2010.

FERGUSON, James. Anthropology and its evil twin: 'development' in the constitution of a discipline. *In*: COOPER, F. & PACKARD, R. (Org.). **International Development and the social science**. Berkeley: University of California Press. P.150-175. 2005.

FURTADO, Celso. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Paz & Terra, 2005 [1974].

GAMBA, C. RIBEIRO, W.C. Conservação ambiental no Brasil: uma revisão crítica de sua institucionalização. **Revista de Estudios Brasileños**. v.4, n. 6. 2017.

GARCIA, Tatiana Rogovschi. Impactos da Implementação de uma Cooperativa de Produção de Ostras junto a Comunidades Extrativistas Caiçaras do Litoral Sul-SP. **Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Zootecnia)**. Universidade de São Paulo, 2005.

GROSGOUEL, Ramon. Para Descolonizar o Estudos de Economia Política e os Estudos Pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *In*: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009.

GUDYNAS, Eduardo. **Direitos da Natureza: ética biocêntrica e políticas ambientais**. São Paulo: Elefante, 2019.

GUDYNAS, Eduardo. **Extractivismo: Ecología, economía y política de un modo de entender el desarrollo y la naturaleza**. Cochabamba: CEDIB, 2015.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HAESBAERT, Rogério. **Território e Descolonialidade: sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2021.

HAESBAERT, Rógerio. Território e Multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, n. 17, p.19-46. 2007.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, 1995.

HART, Gillian. Geography and Development: critical ethnographies. **Progress in Human Geography**. v.28, l. 1, p. 91 -100, 2004.

HARVEY, David. **A Acumulação Via Espoliação**. In: HARVEY, David. O Novo Imperialismo. São Paulo: Loyola, 2005.

IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis). **Instrução normativa nº 19**, de 09 de março de 2004. Diário Oficial da União. 2004.

IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis). **Instrução normativa nº 81**, de 28 de dezembro de 2005. Diário Oficial da União. 2005.

IBAMA. **Processo de Criação da Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé**. 1992.

ICMbio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade). Caracterização da Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé com Indicações de Estudos Prioritários e Subsídios para Construção do Plano de Utilização e Programas de Sustentabilidade. **Relatório Técnico**. 2009.

ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade). **Plano de Manejo da Reserva Extrativistas Marinha do Pirajubaé**. MMA: Brasília, 2021.

ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade). Plano de Manejo Participativo da Reserva Extrativista do Mandira, Cananéia – SP. Brasil, 2010.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). **Instrução Normativa nº09/2014 – Dispõe sobre criação e renovação de Conselhos em Unidades de Conservação**. Brasil, 2014.

ISA (Instituto Socioambiental). **Almanaque Socioambiental do Brasil**. São Paulo: ISA, 2008.

ITESP (Instituto de Terras do Estado de São Paulo). Relatório Técnico-Científico Sobre as Remanescentes da Comunidade de Quilombo de Mandira/Cananéia-SP. São Paulo: ITESP, 2002.

KANIKADAN, Andréa Yumi. Ações Públicas para o Desenvolvimento Local de Comunidades Quilombolas: os casos em Mandira-SP e Campinho da Independência-RJ. **Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Ecologia Aplicada)**. Universidade de São Paulo, 2014.

KEFALAS, Henrique. Cooperativas em Comunidades Tradicionais pesqueiras: dois estudos de caso. **Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-graduação em Ciência Ambiental)**. Universidade de São Paulo, 2016.

KRENAK, Ailton. **Caminhos para a Cultura do Bem Viver**. Rio de Janeiro: Escola Parque, 2020.

LANG, Miriam. Alternativas ao Desenvolvimento. *In*: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA-FILHO, Jorge (Org.). **Descolonizar o Imaginário: Debate sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

LEFF, Enrique. **Racionalidade Ambiental: a reapropriação social da natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LITTLE, Paul Elliot. Mapeamento Conceitual e Bibliográfico das Comunidades Tradicionais no Brasil. **Departamento de Antropologia**. Brasília: UnB, 2006.

LITTLE, Paul Elliot. Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da Territorialidade. **Serie Antropológica**, v.18, p. 109-143, 2002.

MACHADO, I.C; NORDI, N; HENRIQUES, M.B; CARDOSO, T.A; PEREIRA, O.M. A Integração da Pesquisa ao Conhecimento Ecológico Local no Subsídio ao Manejo: variações no estoque natural de ostra de mangue *Crassostrea spp.* Na Reserva Extrativista do Mandira, Cananéia-SP, Brasil. **Ambiente & Sociedade**. v.14, n.1. p.1-22. 2011.

MACHADO, Ingrid Cabral. Um Retrato do Extrativismo: a sustentabilidade na exploração comercial da ostra de mangue em Cananéia-SP. **Tese de Doutorado (Programa de pós-graduação em Ecologia e Recursos Naturais)**. Universidade Federal de São Carlos, 2009.

MAGALHÃES, A.R.M. Monitoramento os estoques naturais do berbigão Anomalocardia brasiliana na Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé, Florianópolis-SC. **Relatório Técnico**. 2017.

MALUF, Renato S. Atribuindo Sentido(s) à Noção de Desenvolvimento Econômico. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 15, p.36-68. 2000.

MARCUS, George. Identidades Passadas, Presentes e Emergentes: Requisitos para Etnografias sobre a modernidade no final do século XX ao nível mundial. **Revista de Antropologia**, v.34, p. 197-221. 1991.

MASSEY, Doreen. A Mente Geográfica. **GEOgraphia**, v.19, n.40, 2017.

MASSEY, Doreen. **Pelo Espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MEDEIROS, Rodrigo. Evolução das Tipologias e Categorias de Áreas Protegidas no Brasil. **Ambiente & Sociedade**, v.9, p. 42-64, 2005.

MIGNOLO, W.D. Espacios Geográficos y Localizaciones Epistemológicas: La ratio entre la localización geográfica y la subalternización de conocimientos. **GEOGraphia**. 2010.

MIGNOLO, W.D. The Decolonial Option. *In*: MIGNOLO, W.D; WALSH, C.E. **On Decoloniality: concepts, analytics, praxis**. Durham: Duke University, 2018.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). **Cadastro Nacional de Unidades de Conservação**. 2019. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/unidades-de-conservacao>.

MONTENEGRO GOMEZ, J; ROCHA, O.G. A Ordem Moderno-colonial do Desenvolvimento: Desafios críticos desde uma leitura das práticas e das vozes das comunidades tradicionais. *In*: CRUZ, Walter Do Carmo; OLIVEIRA, Denílson Araújo de. **Geografia e Giro Descolonial: experiências e horizontes de renovação do pensamento crítico**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017.

NISBIT, Robert. La Idea de Progreso. **Revista Libertas**, n.5. 1986.

OLIVEIRA, Cássia Nunes Milena. Diálogos socioambientais na RESEX Taquari e RDS Itapanhapima – Cananéia – SP. **Tese de Doutorado (Programa de Pós-graduação em Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades)**. Universidade de São Paulo. 2017.

PERREAULT, Thomas. A People with our own identity: towards a cultural politics of development in Ecuadorian Amazonia. **Environment and Planning D: Society and Space**. V. 21, p. 583-606. 2003.

PERROT, Dominique. Quem impede o desenvolvimento de “circular”? Desenvolvimento e povos autóctones: paradoxos e alternativas. **Cadernos de Campos**, n.17, 2008.

PEZZUTO, P.R. Avaliação de Impactos da Construção da Via Expressa SC-SUL SOBRE O BERBIGÃO *Anomalocardia brasiliiana* na Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé (Florianópolis, SC – Brasil). Rio Grande: **Atlântica**, n.21. 1999.

PEZZUTO, P.R. Monitoramento biológico-populacional e pesqueiro do berbigão (*Anomalocardia Brasiliiana*). **Relatório técnico – monitoramento ambiental na região de abrangência da Via Expressa Sul**. UNIVALI, 2011.

PEZZUTO, P.R; SOUZA, D.S. A Pesca e o Manejo do Berbigão (*Anomalocardia brasiliiana*) na Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé, SC, Brasil. **Desenvolvimento & Meio Ambiente**, v.43. 2015.

PIMENTEL, M.A.S; RIBEIRO, W.C. Populações tradicionais e conflitos em áreas protegidas. **GEOUSP – Espaço e tempo**, v.20, n.2, p. 224 – 237. 2016.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação: as origens de nossa época**. Rio de Janeiro: Compus, 2000 [1944].

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A Territorialidade Seringueira – Geografia e Movimento Social. **GEOgraphia**, n.2, v.1, 1999.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Os (des) Caminhos do Meio Ambiente**. São Paulo: Contexto, 1989.

PROST, Catherine. Reservas Extrativistas Marinhas: avanço ou retrocesso? **Desenvolvimento & Meio Ambiente**, v.48, p. 321-342, 2018.

QUIJANO, Anibal. “Bien Vivir: entre el “desarrollo y la des/colonialidad del poder. Em: **Cuestiones y horizontes: de la dependência histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder**. Buenos Aires: CLACSO, 2014.

QUIJANO, Anibal. Colonialidad del Poder, Eurocentrismo y América Latina. *In*: LANDER, EDGARDO (Org.). **A Colonialidad do Saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectiva latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

QUIJANO, Anibal. El Fantasma del Desarrollo en America Latina. **Revista del CESLA**. n.1, p. 38-55. 2000.

RADCLIFFE, S; RADHUBER, I.A. The Political Geographies of D/decolonization: Variegation and decolonial challenges of/in geography. **Political Geography**. v.78. 2020.

RADCLIFFE, Sarah. **Culture and Development in a Globalizing World: Geographies, actors and paradigmas**. London: Routledge, 2006.

RADCLIFFE, Sarah. Development Alternatives. **Development and Change**. v.46, l.4, p. 855-874, 2015.

RADCLIFFE, Sarah. Development and Geography: Towards a postcolonial development geography? **Progress in Human Geography**. v.29, l.3, p-291-298, 2005.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: a evolução e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Ambientalismo e Desenvolvimento Sustentado: ideologia e utopia no final do séc. XX. **Ciência da Informação**, Brasília, v.28, f.1, p. 23-31, 1992.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Poder, Redes e Ideologia no campo do desenvolvimento. **Novos Estudos**. v.80, p. 109-125, 2008.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Why (post)colonialismo and (de)coloniality are not enough: a post-imperialism perspective. **Postcolonial Studies**. v. 14. l. 3, p. 285-297, 2011.

RIST, Gilbert. **The History of Development: from western origins to global faith**. London: Zed Book, 2008.

SACK, Robert David. O Significado da Territorialidade. *In*: DIAS, LEILA Christina e FERRARI, Maristela (Org.). **Territorialidade Humanas e Redes Sociais**. Florianópolis: Insular, 2013.

SALES, Renato José Rivaben; MOREIRA, André de Castro. **Reservas Extrativistas no Complexo Estuarino-Lagunar de Iguape e Cananéia – Dominio de Mata Atlântica**. São Paulo: NUPAUB, 1996.

SANTOS, Boaventura de Souza. **O Fim do Império Cognitivo: a afirmação das epistemologias do sul**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, M.P (Org.). **Epistemologia do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009.

SMA-SP (Secretária de Meio Ambiente do Estado de São Paulo). **Macrozoneamento do complexo estuarino-lagunar de Iguape e Cananéia: Plano de gerenciamento costeiro**. São Paulo: Secretária de Meio Ambiente, 1990.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SPÍNOLA J.L; TEIXEIRA C.F; ANDRIGUETTO-FILHO, J.M. Conflito territorial e (in) justiça ambiental: o caso da construção da Via Expressa Sul na Resex Marinha do Pirajubaé. **Sustainability in Debate/Sustentabilidade em Debate**, 9 (2), 2018.

SPÍNOLA, J.L. Participação e Deliberação na RESEX Marinha do Pirajubaé. **Tese de Doutorado (Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Meio Ambiente & Desenvolvimento)**. Universidade Federal do Paraná. 2011.

SUNDBERG, Juanita. Identities in the Making: conservation, gender and race in the Maya Biosphere Reserve, Guatemala. **Gender, Place and Culture**. v.11, f.1. 2007.

SVAMPA, Maristella. **Las Fronteras del Neoextractivismo en América Latina: Conflictos socioambientales, giro ecoterritorial y nuevas dependencias**. Germany: CALAS, 2019.

TEBET, G. A gestão dos recursos de uso comum na área da Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé. 2013. **Monografia (Graduação em Geografia)**. Universidade Federal de Santa Catarina. 2013.

TEBET, G. CASAGRANDE. A. O Papel dos Instrumentos de Gestão na Conservação Ambiental e na Proteção dos Modos de Vida Tradicionais: reflexões a partir da trajetória da Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé. **BioBrasil**, v.12, n° 5. 2022.

TEBET, G; TRIMBLE, M; MEDEIROS, R.P. Using Ostrom's principles to assess institutional dynamics of conservation: Lessons from a Marine Protected Area in Brazil. **Marine Policy**, v.88, p. 174 – 181, 2018.

TODOROV, Tzvetan. **A Conquista da América: A questão do outro**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2019 [1983].

VARZEA, V.R. **Santa Catarina: A Ilha**. Florianópolis: IOSEC, 1984.

VIEIRA, P.F; BERKES, F; SEIXA, C.S. **Gestão Integrada e Participativa de Recursos Naturais: conceitos, métodos e experiências**. Florianópolis: Secco/APED, 2005.

VIOLA, Eduardo. O Movimento Ecológico no Brasil (1974-1986). In: PADUÁ, JOSÉ AUGUSTO (Org.). **Ecologia e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e tempo, 1987.

VIVACQUA, M. VIERIA, P.H.F. Conflitos socioambientais em Unidades de Conservação. **Política Sociológica**. n.7 p. 139 – 162. 2005.

VIVACQUA, Melissa. Reservas Extrativistas marinho-costeiras: reflexões sobre o estágio pré-implementação. **Ambiente & Sociedade**. v.28, 2018.

VIZUETE, E.P; TEBET, G; CARMO, S.D. Sistematização do Diagnóstico Participativo do Uso dos Recursos Pesqueiros na RESEX Marinha do Pirajubaé. **Relatório Técnico**. 2017.

WATTS, Michael. Alternative Modern - Development as Cultural Geography. In: ANDERSON, K; *Et al.* (Org.). **Handbook of cultural geography**. SAGE, 2003.

WATTS, Michael. Development Ethnographies. **Ethnography**. v.1, l.2, p. 283-300, 2001.

APÊNDICE I – Lista de entrevistas realizadas

Nº da entrevista	Referência ²⁷	RESEX	Cargo/função	Modalidade	Data
1	Analistas ambientais 1,2 e 3	Pirajubaé	Analistas ambientais do ICMBio	Grupo Focal presencial	14/01/2020
2	Analista CNPT 1	Pirajubaé	Funcionário do CNPT/IBAMA no período de criação da RESEX	Virtual	05/05/2020
3	Comunitário 1	Pirajubaé	Líder comunitário; fundador da RESEX	Presencial	03/12/2020
4	Liderança local 1	Pirajubaé	Liderança da CONFREN em Florianópolis	Presencial	03/12/2020
5	Funcionário da CASAN	Pirajubaé	Funcionário da CASAN responsável pela ETE Rio Tavares	Presencial	08/12/2020
6	Analista Ambiental 4	Pirajubaé	Analista do ICMBio responsável pelo licenciamento ETE CASAN	Presencial	09/12/2020
7	Comunitário 2	Pirajubaé	Liderança comunitária; fundador da RESEX	Presencial	10/12/2020
8	Comunitário 3	Pirajubaé	Pescador artesanal da RESEX	Presencial	10/12/2020
9	Comunitário 4	Pirajubaé	Pescador e liderança na época de criação da RESEX	Presencial	11/12/2020
10	Comunitário 5	Pirajubaé	Liderança dos extrativistas de bebrigão	Presencial	11/12/2020
11	Analista Ambiental 3	Pirajubaé	Analista do ICMBio responsável pela gestão da RESEX	Presencial	27/01/2021
12	Analista Ambiental 5	Pirajubaé	Analista do ICMBio responsável pelo processo de licenciamento da Expressa Sul	Virtual	04/02/2021
13	Analista Ambiental 6	Pirajubaé	Analista do IBAMA responsável pela	Virtual	02/03/2021

²⁷ Os nomes foram substituídos por referências para preservar a privacidade dos entrevistados. De qualquer forma, todas as entrevistas concedidas e aqui contabilizadas foram consentidas e autorizadas a serem usadas para os fins dessa pesquisa. Nem todos os entrevistados permitiram a gravação. Conversas informais ou com atores que não desejaram serem formalmente entrevistados não constam nessa lista.

			licenciamento da Expressa Sul		
14	Comunitário Mandira 1	Mandira	Liderança comunitária e ex-presidente da associação	Presencial	22/05/2021
15	Comunitário Mandira 2	Mandira	Liderança e coordenador da cooperativa	Presencial	24/05/2021
16	Comunitário 3	Mandira	Extrativistas da RESEX	Presencial	24/05/2021
17	Comunitário Mandira 4	Mandira	Extrativista e dono de restaurante	Presencial	26/05/2021
18	Comunitário Mandira 5	Mandira	Liderança feminina da comunidade	Presencial	29/05/2021
19	Comunitário Mandira 6	Mandira	Extrativista da RESEX	Presencial	29/05/2021
20	Analista Ambiental 7	Pirajubaé e Mandira	Analista vinculado ao CNPT	Presencial	19/09/2021
21	Funcionário da Fundação Florestal 1	Mandira	Funcionário responsável pelo projeto Ostra de Cananéia	Virtual	21/09/2021
22	Comunitário 5	Pirajubaé	presidente da associação dos extrativista	Virtual	22/09/2021
23	Comunitário 6	Pirajubaé	Liderança e fundador da RESEX	Telefone	23/09/2021
24	Comunitário 4	Pirajubaé	Comunitário responsável pelo TBT na RESEX	Virtual	24/09/2021
25	Comunitário 7	Pirajubaé	Presidente da primeira associação dos extrativistas	Presencial	25/09/2021
26	Funcionário da Fundação Florestal 2	Mandira	Funcionária que auxiliou na criação da COOPERATIVA	Virtual	07/10/2021
27	Cooperado na COOPEROSTRA	Mandira	Ex-funcionário da COOPEROSTRA	Presencial	14/10/2021
28	Comunitário Mandira 2	Mandira	Liderança e coordenador da cooperativa	Presencial	14/10/2021
29	Comunitário Mandira 7	Mandira	Extrativista e um dos principais "atravessadores" da comunidade	Presencial	15/10/2021
30	Comunitário Mandira 8	Mandira	Extrativista e atual presidente da associação	Presencial	16/10/2021

31	Comunitário Mandira 1 ²⁸	Mandira	Liderança comunitária e ex-presidente da associação	Presencial	17/10/2021
32	Funcionário de ONG	Mandira	Apoiador de projetos na RESEX Mandira	Virtual	20/10/2021
33	Funcionário Instituto de Pesca	Mandira	Pesquisadora sobre estoque de ostras no mangue	Virtual	08/02/2022
34	Analista Ambiental 7	Mandira	Analista do ICMbio que conhece a área (mas trabalha vinculado a outra UC)	Virtual	16/02/2022

²⁸ Alguns atores foram entrevistados mais de uma vez.